

**COMPETITIVIDADE TERRITORIAL**

**E**

**COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL**

RELATÓRIO FINAL

VOLUME 3

COMPETITIVIDADE, COESÃO E CONVERGÊNCIA: A  
ÓPTICA ESPECÍFICA DAS REGIÕES PORTUGUESAS

REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

JULHO DE 2005



## FICHA TÉCNICA

### ***Competitividade Territorial e a Coesão Económica e Social***

*Volume 3 – Competitividade, coesão e convergência: a óptica específica das regiões portuguesas  
Região de Lisboa e Vale do Tejo*

*Julho de 2005*

**Autoria:** *Consórcio liderado pela Augusto Mateus e Associados e que integra CIRIUS, GeoIdeia e CEPREDE*

**Coordenação global:** *Augusto Mateus*

**Coordenação executiva:** *Gonçalo Caetano e Paulo Madruga*

**Equipa Técnica:** *Cátia Fernandes, Diogo Martins, Fernando Moreira, Filipa Ferrão, Francisco Abreu, Isabel André, Joana Chorincas, José António Cabral Vieira, José António Oliveira, Manuel Laranja, Miguel Fernandes, Nuno Crespo, Sandra Primitivo, Sérgio Lorga, Vânia Rosa, Vítor Dionízio e Vítor Escária*

**VOLUME III -  
COMPETITIVIDADE, COESÃO E CONVERGÊNCIA:  
A ÓPTICA ESPECÍFICA DAS REGIÕES  
PORTUGUESAS**

**REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO**

## ÍNDICE

ÍNDICE.....	4
LISTA DE CAIXAS .....	5
LISTA DE FIGURAS.....	5
NOTA INTRODUTÓRIA.....	9
<b>1. COMPETITIVIDADE E COESÃO NA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO: UMA PERSPECTIVA DE SÍNTESE.....</b>	<b>13</b>
1.1. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO .....	13
1.2. A APLICAÇÃO DO ISCCT À RLVT.....	17
<b>2. COMPETITIVIDADE NAS REGIÕES PORTUGUESAS: EM BUSCA DA EFICIÊNCIA E EFICÁCIA</b>	<b>27</b>
2.1. POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU E NACIONAL .....	28
2.2. TRAJECTÓRIA E PROCESSO COMPETITIVO .....	37
2.3. INTERACÇÃO ENTRE CONDIÇÕES E RESULTADOS DE COMPETITIVIDADE: UMA AVALIAÇÃO TEMÁTICA .....	58
2.3.1. <i>Demografia</i> .....	59
2.3.2. <i>Capital Humano</i> .....	71
2.3.3. <i>I&amp;D e Tecnologia</i> .....	76
2.3.4. <i>Especialização Produtiva</i> .....	93
2.3.5. <i>Estrutura da Procura</i> .....	116
2.3.6. <i>Infraestruturas de Suporte</i> .....	121
<b>3. COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL NAS REGIÕES PORTUGUESAS: EM BUSCA DA EQUIDADE</b>	<b>125</b>
3.1. GRANDES RESULTADOS DA COESÃO .....	126
3.2. MODELO DE COESÃO: A ARTICULAÇÃO ENTRE AS ESFERAS ECONÓMICA E SOCIAL.....	143
3.3. INTERACÇÃO ENTRE CONDIÇÕES E RESULTADOS DE COESÃO: UMA AVALIAÇÃO TEMÁTICA.....	155
3.3.1. <i>Dotação e Acessibilidade aos Equipamentos</i> .....	155
3.3.2. <i>Ambiente</i> .....	164

## LISTA DE CAIXAS

Caixa 1.1.1 – Síntese metodológica subjacente à construção do ISCCT: os indicadores da análise fina das condições, processos e resultados da competitividade e da coesão .....	14
Caixa 2.2.1 – Decomposição do topo da pirâmide da competitividade territorial.....	39
Caixa 2.3.1 – Constrangimentos na mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa .....	68
Caixa 2.3.2 – Tipologia de classificação por graus de intensidade tecnológica.....	80
Caixa 2.3.3 – Parque de ciência e tecnologia na região de Lisboa e Vale do Tejo: o caso do Taguspark.....	89
Caixa 2.3.4 – Investimento estruturante na região de Lisboa e Vale do Tejo: o caso da AutoEuropa.....	106
Caixa 2.3.5 – Tipologia de classificação por factores chave de competitividade: a identificação de segmentos competitivos .....	109
Caixa 3.1.1 – Metodologia de cálculo dos índices de pobreza.....	140

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1.2.1 – Competitividade e coesão territorial das regiões portuguesas: os rankings globais em 2000-2002.....	18
Figura 1.2.2 – Competitividade e coesão territorial das regiões portuguesas os rankings parciais da competitividade em 2000-2002.....	19
Figura 1.2.3 – Articulação entre coesão e competitividade nas regiões portuguesas (2000-2002).....	21
Figura 1.2.4 – Articulação entre coesão económica e social nas regiões portuguesas (2000-2002).....	22
Figura 1.2.5 – A articulação entre competitividade e coesão na RLVT: condições, processos e resultados (2000-2002).....	24
Figura 1.2.6 – A evolução da competitividade e coesão na RLVT, <i>as trajectórias 1991-95 → 2000-02(*)</i> .....	26
Figura 2.1.1 – PIB <i>per capita</i> e variação média anual do PIB: posicionamento da região no contexto europeu.....	29
Figura 2.1.2 – Evolução do PIB <i>per capita</i> nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional.....	30
Figura 2.1.3 – Resultado de convergência com a UE nos anos 90 (PIB <i>per capita</i> ).....	32
Figura 2.1.4 – Taxa de atractividade de população nos anos 90.....	34
Figura 2.1.5 – Taxa de atractividade de população com ensino superior nos anos 90.....	35
Figura 2.1.6 – Dimensão da actividade exportadora nos anos 90.....	36
Figura 2.2.1 – PIB <i>per capita</i> e produtividade: posicionamento da região no contexto europeu.....	38
Figura 2.2.2 – PIB <i>per capita</i> e taxa de emprego da população dos 15-64 anos: posicionamento da região no contexto europeu.....	39
Figura 2.2.3 – Decomposição do topo da pirâmide da competitividade territorial nos anos 90.....	41
Figura 2.2.4 – Evolução da produtividade nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional.....	43
Figura 2.2.5 – Evolução da taxa de utilização dos recursos humanos nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional.....	44
Figura 2.2.6 – Trajectórias regionais de competitividade nos anos 90.....	46
Figura 2.2.7 – Trajectórias regionais de produtividade e remunerações nos anos 90.....	47

Figura 2.2.8 – Estrutura do tecido empresarial por escalões de dimensão, nos anos 90 .....	48
Figura 2.2.9 – Taxa de iniciativa empresarial nos anos 90 .....	50
Figura 2.2.10 – Taxa de iniciativa empresarial: perspectiva concelhia (1999/2000) .....	51
Figura 2.2.11 – Taxa de sobrevivência empresarial nos anos 90 .....	52
Figura 2.2.12 – Taxa de sobrevivência empresarial: perspectiva concelhia (1998/1999) .....	53
Figura 2.2.13 – Indicador de dependência do emprego regional nos anos 90 .....	55
Figura 2.2.14 – Indicador de dependência do emprego regional: perspectiva concelhia (2001) .....	56
Figura 2.2.15 – Presença de capital estrangeiro no tecido empresarial regional, nos anos 90 .....	57
Figura 2.2.16 – Mobilidade laboral nos anos 90 .....	58
Figura 2.3.1 – PIB <i>per capita</i> e densidade populacional: posicionamento da região no contexto europeu .....	60
Figura 2.3.2 – PIB <i>per capita</i> e índice de envelhecimento: posicionamento da região no contexto europeu .....	61
Figura 2.3.3 – Densidade populacional nos anos 90 .....	62
Figura 2.3.4 – Densidade populacional: perspectiva concelhia (2001) .....	63
Figura 2.3.5 – Estrutura etária da população residente nos anos 90 .....	64
Figura 2.3.6 – Índice de envelhecimento nos anos 90 .....	65
Figura 2.3.7 – Índice de envelhecimento: perspectiva concelhia (2001) .....	66
Figura 2.3.8 – Contribuição dos saldos natural e migratório para a evolução da população nos anos 90 .....	67
Figura 2.3.9 – Contribuição dos saldos natural e migratório para a evolução da população nos anos 90: perspectiva concelhia .....	68
Figura 2.3.10 – PIB <i>per capita</i> e peso da educação superior: posicionamento da região no contexto europeu .....	72
Figura 2.3.11 – Estrutura de habilitações da população residente (2001) .....	73
Figura 2.3.12 – População residente com ensino superior em % da população residente com mais de 20 anos, nos anos 90 .....	74
Figura 2.3.13 – Pessoal ao serviço com ensino superior em % do total, nos anos 90 .....	75
Figura 2.3.14 – Pessoal ao serviço com ensino superior em % do total: perspectiva concelhia (2000) .....	76
Figura 2.3.15 – PIB <i>per capita</i> e pedidos de patentes por milhão de habitantes: posicionamento da região no contexto europeu .....	78
Figura 2.3.16 – PIB <i>per capita</i> , tecnologia e conhecimento: posicionamento da região no contexto europeu .....	80
Figura 2.3.17 – Vantagens comparativas reveladas por níveis de intensidade tecnológica (2000) .....	81
Figura 2.3.18 – VAB industrial em sectores de média/alta tecnologia em % do total da indústria, nos anos 90 .....	82
Figura 2.3.19 – VAB dos sectores de serviços intensivos em conhecimento em % do total dos serviços, nos anos 90 .....	83
Figura 2.3.20 – VAB dos sectores intensivos em conhecimento e tecnologia em % do total, nos anos 90 .....	84
Figura 2.3.21 – Emprego em tecnologias de informação e comunicação (TIC) em % do total, nos anos 90 .....	85
Figura 2.3.22 – Intensidade em I&D nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional .....	86
Figura 2.3.23 – Estrutura das despesas em I&D por sector institucional nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional .....	87
Figura 2.3.24 – Pessoal em I&D em % da população activa nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional .....	88
Figura 2.3.25 – Estrutura do pessoal em I&D por sector institucional nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional .....	89
Figura 2.3.26 – PIB <i>per capita</i> e emprego no sector terciário: posicionamento da região no contexto europeu .....	95
Figura 2.3.27 – VAB por sectores de actividade nos anos 90 .....	96
Figura 2.3.28 – Emprego por sectores de actividade: perspectiva concelhia (2001) .....	97
Figura 2.3.29 – Produtividade por sectores de actividade nos anos 90 .....	99
Figura 2.3.30 – Especialização sectorial (VAB) nos anos 90 .....	103

Figura 2.3.31 – Decomposição dos diferenciais de produtividade nos anos 90: análise <i>shift-share</i> .....	109
Figura 2.3.32 – Estrutura do VAB industrial por factores chave de competitividade nos anos 90 .....	111
Figura 2.3.33 – Vantagens comparativas reveladas por factores chave de competitividade (2000) .....	113
Figura 2.3.34 – Produtividade por factores chave de competitividade nos anos 90.....	115
Figura 2.3.35 –Intensidade exportadora nos anos 90 .....	116
Figura 2.3.36 – Composição das despesas dos agregados familiares nos anos 90 .....	117
Figura 2.3.37 – Consumo em serviços avançados em % das despesas das famílias nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional.....	118
Figura 2.3.38 – Taxa de urbanização nos anos 90: posicionamento da região no contextonacional e intra- regional.....	119
Figura 2.3.39 – Taxa de urbanização: perspectiva concelhia (2001) .....	120
Figura 2.3.40 – Índice de polarização: perspectiva concelhia (2001) .....	121
Figura 2.3.41 – PIB <i>per capita</i> e densidade de auto-estradas: posicionamento da região no contexto europeu .....	122
Figura 2.3.42 – Distâncias aos principais mercados .....	123
Figura 2.3.43 – Despesas em I&D nas entidades de suporte em % do VAB nos anos 90 .....	124
Figura 3.1.1 – Rendimento colectável <i>per capita</i> : posicionamento da região no contexto nacional e intra- regional (2001).....	127
Figura 3.1.2 - Rendimento colectável <i>per capita</i> : perspectiva concelhia (2001) .....	128
Figura 3.1.3 - Dispersão concelhia do rendimento colectável: posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional (2001).....	129
Figura 3.1.4 – Capacidade relativa de retenção/atracção de rendimento face à capacidade relativa de criação de valor acrescentado (2001).....	130
Figura 3.1.5 – Esperança média de vida à nascença, nos anos 90.....	131
Figura 3.1.6 – Esperança média de vida à nascença: perspectiva concelhia (1996/1998).....	132
Figura 3.1.7 – N° médio de anos de escolaridade: posicionamento da região no contexto nacional e intra- regional (2001).....	133
Figura 3.1.8 – N° médio de anos de escolaridade: perspectiva concelhia (2001).....	134
Figura 3.1.9 – Taxa de analfabetismo nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional e intra- regional.....	135
Figura 3.1.10 – Taxa de analfabetismo: perspectiva concelhia (2001) .....	136
Figura 3.1.11 –Idosos isolados nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional.....	137
Figura 3.1.12 –Idosos isolados: perspectiva concelhia (2001).....	138
Figura 3.1.13 – Principal meio de subsistência da população residente nos anos 90 .....	139
Figura 3.1.14 – Índice de pobreza segundo o rendimento (2000) .....	142
Figura 3.1.15 – Índice de pobreza segundo as condições de vida (2000) .....	142
Figura 3.2.1 – PIB <i>per capita</i> e taxa de desemprego: posicionamento da região no contexto europeu .....	144
Figura 3.2.2 – PIB <i>per capita</i> e desemprego de longa duração: posicionamento da região no contexto europeu ....	145
Figura 3.2.3 – Taxa de desemprego e variação do desemprego nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional .....	146
Figura 3.2.4 - Taxa de desemprego: perspectiva concelhia (2001).....	147
Figura 3.2.5 - Variação do desemprego nos anos 90: perspectiva concelhia .....	148
Figura 3.2.6 –Desemprego feminino nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional e intra- regional.....	149
Figura 3.2.7 –Estrutura do desemprego por escalão etário: posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional (2001) .....	149
Figura 3.2.8 –Estrutura do desemprego por níveis de habilitação nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional (2001).....	151

Figura 3.2.9 – Saída antecipada do sistema educativo: posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional (2001).....	152
Figura 3.2.10 – Saída antecipada do sistema educativo: perspectiva concelhia (2001).....	153
Figura 3.2.11 – Variação da taxa de desemprego e da especialização produtiva nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional .....	154
Figura 3.3.1 – PIB <i>per capita</i> e camas de hospital por mil habitantes: posicionamento da região no contexto europeu .....	156
Figura 3.3.2 – População dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos de educação até ao nível secundário, em % do total (1998) .....	157
Figura 3.3.3 – População dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos de educação até ao nível secundário, em % do total: perspectiva concelhia (1998).....	158
Figura 3.3.4 – População dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos culturais e de lazer, em % do total (1998) .....	159
Figura 3.3.5 – População dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos culturais e de lazer, em % do total: perspectiva concelhia (1998).....	160
Figura 3.3.6 – População dos concelhos que reside em freguesias com centros de saúde, em % do total (1998).....	161
Figura 3.3.7 – População dos concelhos que reside em freguesias com centros de saúde, em % do total: perspectiva concelhia (1998) .....	162
Figura 3.3.8 – População dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos de acção social, em % do total (1998).....	163
Figura 3.3.9 – População dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos de acção social, em % do total: perspectiva concelhia (1998) .....	164
Figura 3.3.10 – Resíduos sólidos urbanos (RSU) recolhidos (1998 e 2001) .....	166
Figura 3.3.11 – Resíduos sólidos urbanos (RSU) recolhidos: perspectiva concelhia (2001).....	167
Figura 3.3.12 – Taxa de reciclagem de resíduos sólidos urbanos (1998 e 2001).....	168
Figura 3.3.13 – População servida com sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais, em % do total (1998 e 2001).....	170
Figura 3.3.14 – População servida com sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais, em % do total: perspectiva concelhia (2001) .....	171

## NOTA INTRODUTÓRIA

O presente estudo, intitulado “Competitividade Territorial e Coesão Económica e Social”, tal como identificado na proposta apresentada por este consórcio, decorrente da nossa leitura do seu Caderno de Encargos, visa, fundamentalmente, avaliar, a partir da construção prévia de um quadro conceptual e analítico rigoroso, sólido e reprodutível, a evolução da competitividade territorial e da coesão económica e social das regiões portuguesas por um período que envolve os anos 90 e o início da presente década, numa perspectiva dinâmica e espacial, que privilegie, de igual forma, a análise das relações entre a competitividade e a coesão, identificando situações passíveis de justificar inflexões ou ajustamentos nas políticas públicas de base territorial.

Neste sentido, e tendo presentes os objectivos atrás mencionados, o presente estudo desagrega-se nos seguintes outputs:

- As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas (Volume 1);
- Competitividade, Coesão e Convergência: a Óptica Global da Economia Portuguesa (Volume 2);
- Competitividade, Coesão e Convergência: a Óptica Específica das Regiões Portuguesas (Volume 3, em que cada relatório corresponde a cada uma das NUTS II nacionais).

No primeiro, faz-se uma identificação e caracterização das grandes questões conceptuais e metodológicas que se colocam a propósito da análise da evolução da competitividade territorial e da coesão económica e social das regiões portuguesas, havendo que destacar, a este nível, a precisão dos conceitos de competitividade, produtividade, coesão económica e social e de coesão e competitividade de base territorial, em termos da definição das suas dimensões, determinantes e eixos estruturantes fundamentais, e a construção de um índice sintético de competitividade e coesão económica e social das regiões portuguesas, aplicável às NUTS II e NUTS III, subdividido em índices parciais de competitividade e de coesão, subdivididos, por sua vez, cada um deles, em índices parciais de condições e resultados, e do quadro de indicadores que o alimentam, de forma a assegurar a sua reprodutibilidade.

No relatório nacional (Volume 2), enquadradas que foram as questões chave conceptuais e metodológicas a ter em conta na análise da evolução da competitividade territorial e da coesão económica e social das regiões portuguesas, no período referenciado, faz-se, no seu primeiro ponto, um balanço sintético das grandes transformações ocorridas no nosso país ao longo dos anos 90, com base numa análise transversal do desenvolvimento económico, social e territorial de Portugal, situando as principais dinâmicas económicas e sociais internas e externas, caracterizando o modelo de crescimento económico e o processo de convergência nacional no período posterior à plena integração na União Europeia e projectando as principais dinâmicas territoriais em acção na sociedade portuguesa, tendo em atenção os referenciais regionais das actividades e as tendências e alterações do padrão de dinamismo urbano e social.

Neste relatório, procura-se fazer uma aplicação da metodologia definida de avaliação da evolução da competitividade e coesão territoriais ao caso global da economia portuguesa, no seu todo, procurando, no seu segundo ponto, feito previamente o balanço das dinâmicas em acção na década de 90, fornecer uma visão de longo prazo do papel dos fundos estruturais na convergência económica no seio da União

Europeia, no novo quadro de articulação entre aprofundamento e alargamento, com particular enfoque na análise da evolução da convergência das economias nacionais na Europa Alargada no período de vigência dos QCA (1989-2006), valorizando, neste contexto, o desempenho específico da economia portuguesa e, neste âmbito, o papel dos fundos estruturais e de outras políticas de base nacional no seu processo de convergência estrutural.

Finalmente, no terceiro ponto do Volume 2, aplica-se o índice sintético construído ao estudo comparado da competitividade e coesão de base territorial das diversas regiões portuguesas, sejam elas NUTS II, ou NUTS III, estruturando esta análise em termos do cruzamento dos seus sub-índices de competitividade e coesão, subdivididos, por sua vez, cada um deles, em sub-índices de condições e resultados.

Este volume é concluído com a produção das conclusões da avaliação da evolução da competitividade territorial e da coesão económica e social das regiões portuguesas, que podem justificar inflexões ou ajustamentos nas políticas públicas de base territorial, sendo, nessa medida, enunciadas um conjunto de recomendações tendo em vista, designadamente, a preparação do próximo ciclo de programação estrutural.

Os relatórios regionais (Volume 3) desenvolvem, por sua vez, uma abordagem centrada no posicionamento quantitativo e qualitativo relativo de cada uma das regiões NUTS II em matéria de competitividade e coesão territorial, com base inicialmente, numa lógica, agregativa, de síntese, no ISCCT (Índice Sintético de Competitividade e Coesão Territorial) - e da identificação das especificidades de carácter regional que a sua análise traduz, e que devem ser avaliadas tendo presente que, à semelhança de qualquer “índice sintético”, traduzem um resultado agregado que “esconde” diversos aspectos passíveis de identificação, apenas, em análises de carácter mais aprofundado -, e, em segundo lugar, num desenvolvimento, neste quadro, destas temáticas, onde se adopta, como fio condutor de análise, a articulação entre os indicadores de condições, de processos e de resultados afectos às diferentes dimensões e domínios de análise da competitividade e da coesão, e que consubstanciam o conjunto de opções metodológicas assumidas no contexto deste trabalho.

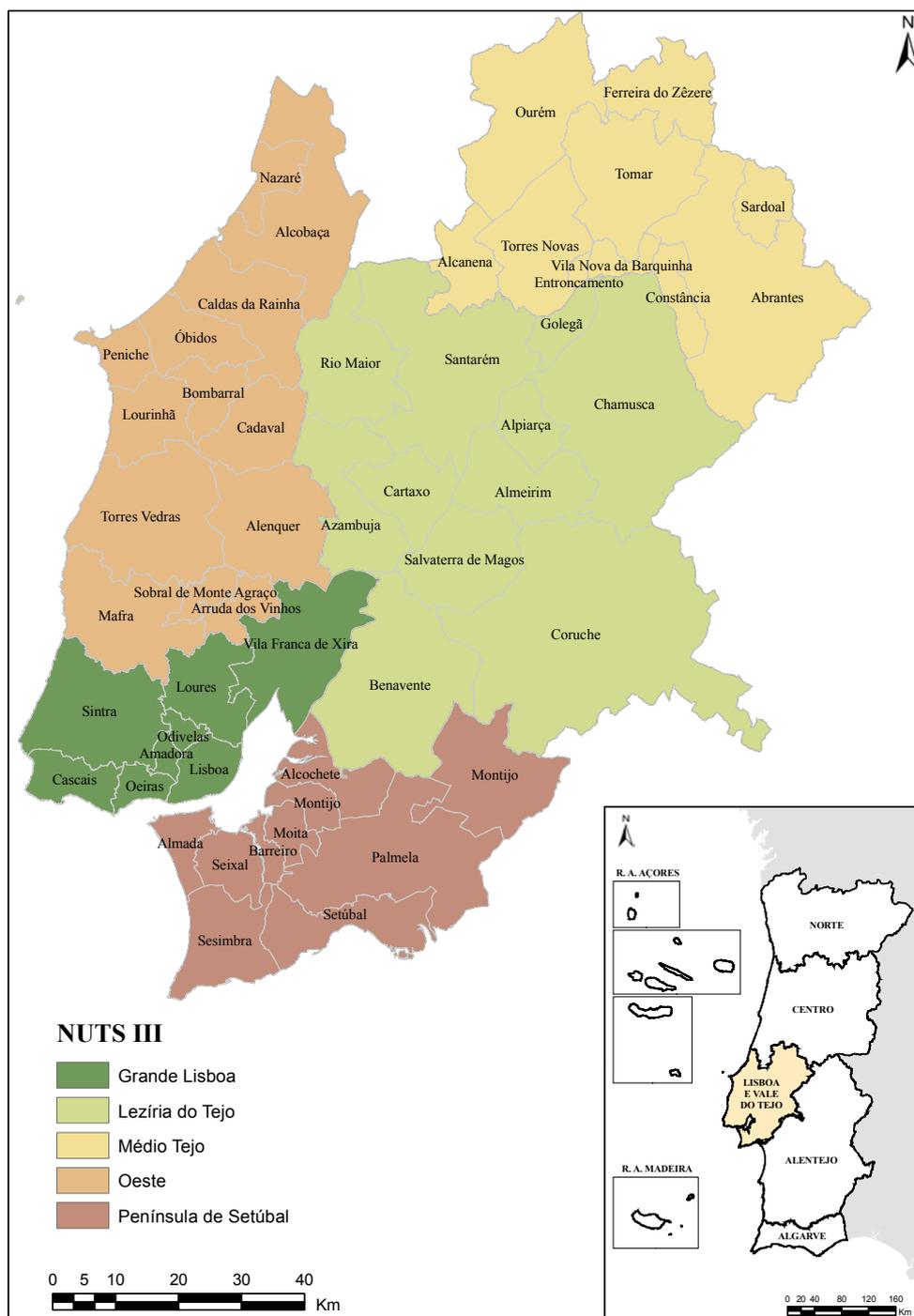
Desta forma, desce-se da perspectiva de síntese inicial para uma abordagem posterior, relativamente extensiva e compreensiva, numa lógica sequencial de apresentação de resultados-trajectórias/processos-condições, de toda a temática da competitividade e crescimento e das questões fundamentais da coesão económica e social e dos avanços registados em matéria de equidade, ao longo dos anos 90, em cada uma das regiões NUTS II nacionais.

Neste processo de caracterização, procurar-se, na medida da informação, primária e trabalhada, disponível, enquadrar o posicionamento da região no contexto europeu, considerando, designadamente, as regiões europeias equiparáveis, e no contexto nacional, confrontando-a com o posicionamento médio do país e, sempre que assuma alguma posição de destaque, na confrontação com as restantes NUTS II. A perspectiva intra-regional, ao nível das NUTS III e dos concelhos que a constituem, permitirá aprofundar ainda mais a avaliação da competitividade e coesão de base regional, possibilitando a identificação de diferentes dinâmicas, trajectórias e condições ao nível sub-regional, ao longo das diversas dimensões de análise consideradas.

O presente relatório está integrado no Volume 3 do presente estudo, correspondendo à abordagem específica do caso da região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT).

A este propósito, importa referir ainda, em jeito de guia de leitura e interpretação dos gráficos e mapas apresentados ao longo deste relatório, que a região de Lisboa e Vale do Tejo é composta pelas seguintes unidades territoriais (NUTS III e concelhos):

### A Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT)





# 1. COMPETITIVIDADE E COESÃO NA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO: UMA PERSPECTIVA DE SÍNTESE

## 1.1. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

A avaliação do desempenho das regiões portuguesas é entendida, no contexto dos vectores de monitorização assumidos no presente trabalho, nomeadamente no que se refere aos instrumentos e metodologias de ordem técnica seleccionados para a sua concretização, quer numa lógica de complementaridade entre os vectores da competitividade e da coesão territorial, onde se concede destaque particular ao posicionamento regional no equilíbrio estabelecido entre estas duas vertentes do desenvolvimento, quer numa lógica de circularidade entre os aspectos que sustentam a sua análise, onde se destaca a pertinência da internalização de um raciocínio interactivo e dinâmico.

A abordagem adoptada no presente estudo, ao privilegiar uma sistematização de resultados globais centrada nas relações que se estabelecem entre, por um lado, os resultados obtidos e as trajetórias verificadas, e, por outro lado, os processos utilizados e as condições existentes, permite que, do ponto de vista da análise regional específica de cada uma das NUTS II nacionais, seja possível posicioná-las no referencial dos resultados obtidos com base no ISCCT (Índice Sintético de Competitividade e Coesão Territorial) como forma de obtenção de uma percepção do seu posicionamento no contexto relativo nacional da competitividade, da coesão e do equilíbrio estabelecido entre estas duas vertentes, e que, com base nesta visão, esteja mais facilitado o levantamento de dúvidas metodológicas sobre os aspectos que justificam e sustentam esse posicionamento relativo e se fomente um nível de sensibilidade especificamente orientado para o encadeamento dos factores (na lógica de análise de condições → processos → resultados) que poderão contribuir para a sua clarificação.

Interessa, pois, destacar as características específicas associadas ao modelo de crescimento da região de Lisboa e Vale do Tejo, que, de um ponto de vista sumário e sintético, são passíveis de tradução nos resultados da aplicação do ISCCT, mas que não podem, contudo, constituir o único instrumento de suporte à (re)formulação de políticas estruturais de desenvolvimento económico e social, uma vez que, a este respeito, se torna particularmente recomendada uma leitura que ultrapasse uma análise centrada, exclusivamente, nos “resultados obtidos” ou nas “condições existentes”, abarcando, igualmente, o “conjunto dos processos” que sustentam, justificam e explicam esse posicionamento.

A estrutura adoptada para o presente relatório apresenta, como tal, em primeiro lugar, uma abordagem inicial centrada no posicionamento quantificado relativo da RLVT em matéria de competitividade e de coesão territorial, com base no ISCCT, e, em segundo lugar, um aprofundamento destas temáticas, onde se adopta, como fio condutor de análise, a articulação entre os indicadores de condições, de processos e de resultados afectos às diferentes dimensões e domínios de análise da competitividade e da coesão (Caixa 1.1.1), e que traduzem o conjunto de opções metodológicas<sup>1</sup> assumidas no contexto deste trabalho.

**CAIXA 1.1.1 – SÍNTESE METODOLÓGICA SUBJACENTE À CONSTRUÇÃO DO ISCCT: OS INDICADORES DA ANÁLISE FINA DAS CONDIÇÕES, PROCESSOS E RESULTADOS DA COMPETITIVIDADE E DA COESÃO**

O Índice Sintético de Competitividade e Coesão Territorial, construído com o objectivo de identificação dos diferentes modelos e formas de articulação entre competitividade e coesão, bem como as diferentes capacidades regionais de transformação de condições em resultados, permite que se estabeleçam as seguintes articulações:

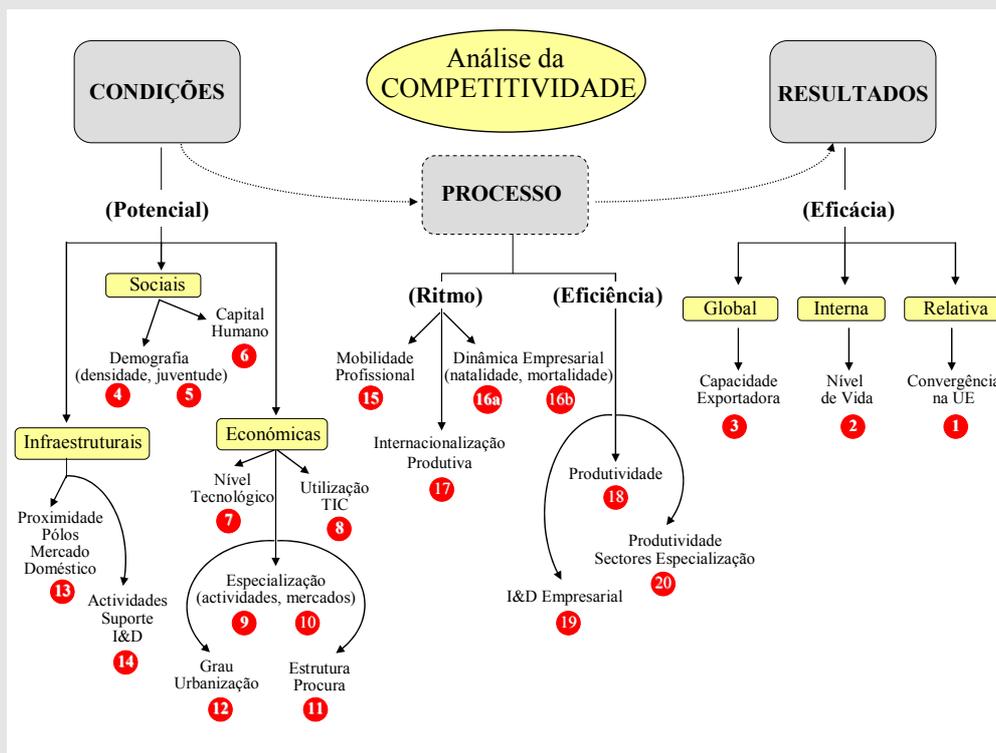
- Decomposição do índice sintético agregado global nos *Índices Sintéticos Parciais de Competitividade e de Coesão*, sendo o primeiro índice orientado por critérios de referência aos níveis de *eficiência* presentes nos *processos de coordenação económica*, e o segundo índice orientado por critérios de *equidade* presentes nos *processos de coordenação social*. No contexto do funcionamento dos mercados e da democracia, a articulação entre ambos tem vindo a assumir-se como instrumento decisivo orientador das reformas estruturais nas políticas públicas;
- Decomposição, ao nível dos *resultados da competitividade*, das componentes global (criação de valor internacional), interna (poder de compra) e relativa (convergência do poder de compra no espaço europeu), com o objectivo de promoção da articulação complementar entre, por um lado, aspectos estáticos e dinâmicos, e, por outro lado, referenciais internos e externos;
- Decomposição, ao nível das *condições da competitividade*, das condições económicas, sociais e infraestruturais, com o objectivo de introduzir uma visão global e pluridimensional do conceito de competitividade, que ultrapasse o enfoque “económico” que lhe é normalmente concedido;
- Decomposição, ao nível dos *resultados da coesão*, das componentes de coesão económica e de coesão social, com o objectivo de identificar as diferentes trajectórias, complementares, de construção da coesão territorial;
- Identificação, ao nível das *condições da coesão*, do nível de acesso às redes de equipamentos colectivos, matéria onde o ordenamento do território assume um papel muito relevante.

Os indicadores de base subjacentes à construção do índice sintético de competitividade e coesão das regiões portuguesas foram seleccionados por referência aos domínios de análise desenvolvidos a propósito do desenvolvimento destes conceitos de competitividade e de coesão, e incorporando (entre diversos outros factores) preocupações acrescidas de robustez estatística, de possibilidade de actualizações periódicas e de equilíbrio na distribuição dos vários indicadores pelas diferentes dimensões e domínios.

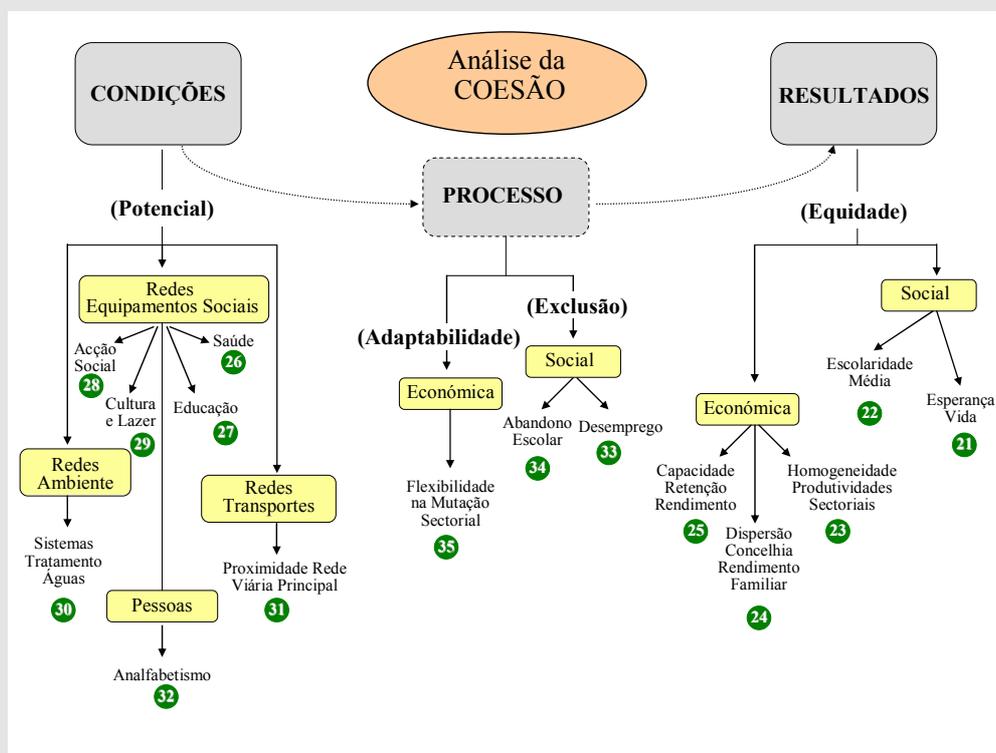
O ISSCT é construído com base em técnicas de tratamento estatístico de dados especificamente orientadas para o efeito, podendo ser subdividido em vários índices específicos parciais - de *competitividade*, de *coesão*, de *coesão económica* e de *coesão social* -, que, por sua vez, podem ser analisados numa lógica de identificação dos contributos em termos de condições, processos e resultados.

<sup>1</sup> Apresentadas de forma sistemática e completa no Volume I, *As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas*, Parte II, *Um Índice Sintético de Competitividade e Coesão Territorial para as Regiões Portuguesas: As Grandes Linhas Metodológicas*.

O DESENVOLVIMENTO DA ANÁLISE DA COMPETITIVIDADE



O DESENVOLVIMENTO DA ANÁLISE DA COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL



A interpretação do ISCCT, ao permitir estabelecer ópticas de abordagem compartimentadas por domínios de análise - o Índice Sintético Parcial de Competitividade (ISpComp), o Índice Sintético Parcial de Coesão (ISpCoes) e, em particular, o Índice Sintético Parcial de Coesão Social (ISpCoesS) e de Coesão Económica (ISpCoesE) -, é aqui apresentada numa lógica orientada para o posicionamento específico da RLVT, que, no entanto, não poderá nem deverá ser isolada de uma análise integrada no contexto das restantes regiões portuguesas<sup>2</sup>.

A análise centrada neste posicionamento relativo das diversas regiões portuguesas permitiu que se desenvolvesse uma tipologia<sup>3</sup> das sub-regiões NUTS III, com capacidade de reflectir a articulação estabelecida entre o respectivo posicionamento relativo nos índices sintéticos parciais de competitividade e de coesão, face aos valores médios nacionais tomados como termo de referência. A inserção de cada sub-região no grupo das Regiões “*finas*” deverá ser perspectivada no contexto do equilíbrio estabelecido entre o seu posicionamento específico nos referenciais da competitividade e da coesão (ver Quadro 1.1.1).

**QUADRO 1.1.1 – AS GRANDES SITUAÇÕES NA ARTICULAÇÃO ENTRE COESÃO E COMPETITIVIDADE COMO BASE DE UMA TIPOLOGIA DAS REGIÕES PORTUGUESAS (NUTS III)**

<i>Grupo</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Competitividade</i> <i>Valor do ISpComp (*)</i>	<i>Coesão</i> <i>Valor do ISpCoes (*)</i>	<i>Regiões “Finas”</i> <i>(NUTS III)</i>
<b>I</b>	<b>Regiões globalmente “avançadas”</b>	$ISpComp \geq 100$	$ISpCoes \geq 100$	Grande Lisboa, Península de Setúbal, Grande Porto e Baixo Vouga
<b>II</b>	<b>Regiões “seguidoras”</b>	$100 > ISpComp \geq 75$	$ISpCoes \geq 100$	Alentejo Central, Pinhal Litoral, Lezíria do Tejo e Baixo Mondego
			(**)	Alentejo Litoral e Entre Douro e Vouga ( <i>Algarve, se considerada</i> )
<b>III</b>	<b>Regiões intermédias</b>	$75 > ISpComp \geq 50$	$ISpCoes \geq 80$	Médio Tejo, Oeste, Beira Interior Sul, Dão-Lafões, Beira Interior Norte e Alto Alentejo
<b>IV</b>	<b>Regiões menos desenvolvidas</b>	$75 > ISpComp \geq 50$	$ISpCoes \geq 70$	Minho-Lima, Cova da Beira, Pinhal Interior Norte, Baixo Alentejo, Serra da Estrela e Pinhal Interior Sul

<sup>2</sup> No Volume 2, *Competitividade, Coesão e Convergência: a Óptica Global da Economia Portuguesa*, Parte III, *A Competitividade e a Coesão Económica e Social das Regiões Portuguesas*, apresenta-se uma análise global do ISCCT e dos Índices Sintéticos Parciais, aplicada ao conjunto das Regiões NUTS II e NUTS III portuguesas.

<sup>3</sup> Apresentada de forma sistemática e completa no Volume 2, *Competitividade, Coesão e Convergência: a Óptica Global da Economia Portuguesa*, Parte III, *A Competitividade e a Coesão Económica e Social das Regiões Portuguesas*.

				<i>(Madeira, se considerada)</i>
V	<b>Regiões industriais com reduzida coesão</b>	$ISpComp \geq 70$	$ISpCoes < 70$	Cávado e Ave
VI	<b>Regiões globalmente “atrasadas”</b>	$ISpComp < 50$	$ISpCoes < 60$	Tâmega, Douro, Alto Trás-os-Montes e Açores (***)

(\*) A notação obtida no respectivo índice sintético parcial (ISp) constitui a base da afectação de cada “região fina” ao respectivo grupo de acordo com os critérios definidos no quadro.

(\*\*) Estas duas regiões, que apresentam notações no índice parcial de coesão ligeiramente acima, respectivamente, de 90 e de 85, constituem como que uma “charneira” entre os grupos II e III, mais próximas do primeiro em matéria de competitividade e do segundo em matéria de coesão.

(\*\*\*) A região dos Açores é aqui incluída por apresentar a notação mais baixa no índice parcial de coesão, apesar de registar uma notação ligeiramente abaixo de 60 no índice parcial de competitividade.

## 1.2. A APLICAÇÃO DO ISCCT À RLVT

A determinação dos valores obtidos pelas regiões portuguesas e, em particular, pela RLVT e suas sub-regiões no índice sintético de competitividade e coesão territorial, para o período mais recente com informação credível disponível, isto é, para o período 2000-2003, que tem em 2001 o seu principal ano de referência, permite obter um primeiro grande resultado da metodologia desenvolvida, que se traduz na elaboração de uma hierarquia consistente das regiões portuguesas, considerando globalmente, no seu conjunto, as dimensões da competitividade e coesão.

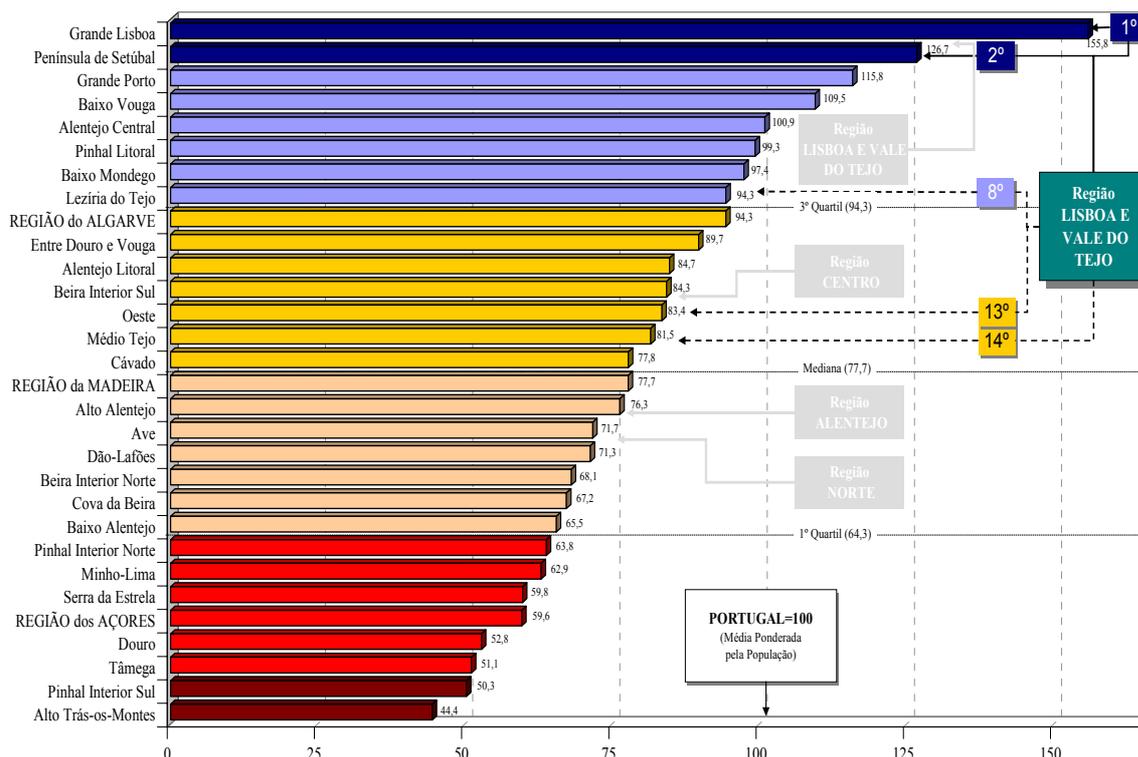
Os valores assumidos pelo ISCCT nas regiões NUTS II e suas sub-regiões, com destaque particular, neste caso, para o posicionamento inter e intra-regional da RLVT, permite, com efeito, traçar um quadro global da organização territorial da economia portuguesa e da região, que surge suficientemente rico e diversificado para poder contribuir para a fundamentação técnica dos processos de tomada de decisão que envolvem as políticas públicas orientadas por objectivos de competitividade e coesão, enquanto alavancas da convergência económica e social na Europa alargada.

As notações apuradas, a este propósito, para o índice sintético global de competitividade e coesão territorial são apresentadas, de seguida (Figura 1.2.1), num referencial hierárquico descendente, onde a sua média ponderada pela respectiva população é tomada como valor de base, isto é, o valor obtido por cada região e sub-região representa, também, a sua posição relativa em relação à situação média do país (Portugal=100).

A RLVT é, claramente, a região mais competitiva e coesa de entre as regiões de coordenação (NUTS II) portuguesas (destacando-se, sobretudo, na primeira vertente), com registos globais 50% acima da média nacional, constituindo a única NUTS II nesta situação de diferencial positivo. Do ponto de vista intra-regional, saliência para as posições cimeiras, acima da média nacional, da Grande Lisboa e, em menor grau, da Península de Setúbal (que se posiciona abaixo da média regional), situadas no grupo das regiões *globalmente avançadas*, associadas, em grande medida, à maior qualificação e sofisticação relativas das actividades económicas aí predominantes, mais intensivas na inovação e na utilização de recursos humanos progressivamente qualificados, à importância e densidade relativa do tecido económico e dos

serviços de suporte e equipamentos colectivos regionais e a uma maior capacidade de atracção de investimentos e recursos estruturantes e qualificados, estimulada pelo efeito capitalidade exercido por Lisboa. A Lezíria do Tejo (8º no ranking, no grupo das sub-regiões *seguidoras*) aparece, neste quadro, melhor posicionada que o Oeste e Médio Tejo, por esta ordem (13º e 14º, respectivamente), com registos próximos dos 95% da média nacional, acima dos 83,4% e 81,5% deste referencial exibidos por estas últimas NUTS III, que se perfilam como sub-regiões *intermédias* - ver Figura 1.2.1 e Quadro 1.1.1.

**FIGURA 1.2.1 – COMPETITIVIDADE E COESÃO TERRITORIAL DAS REGIÕES PORTUGUESAS: OS RANKINGS GLOBAIS EM 2000-2002**



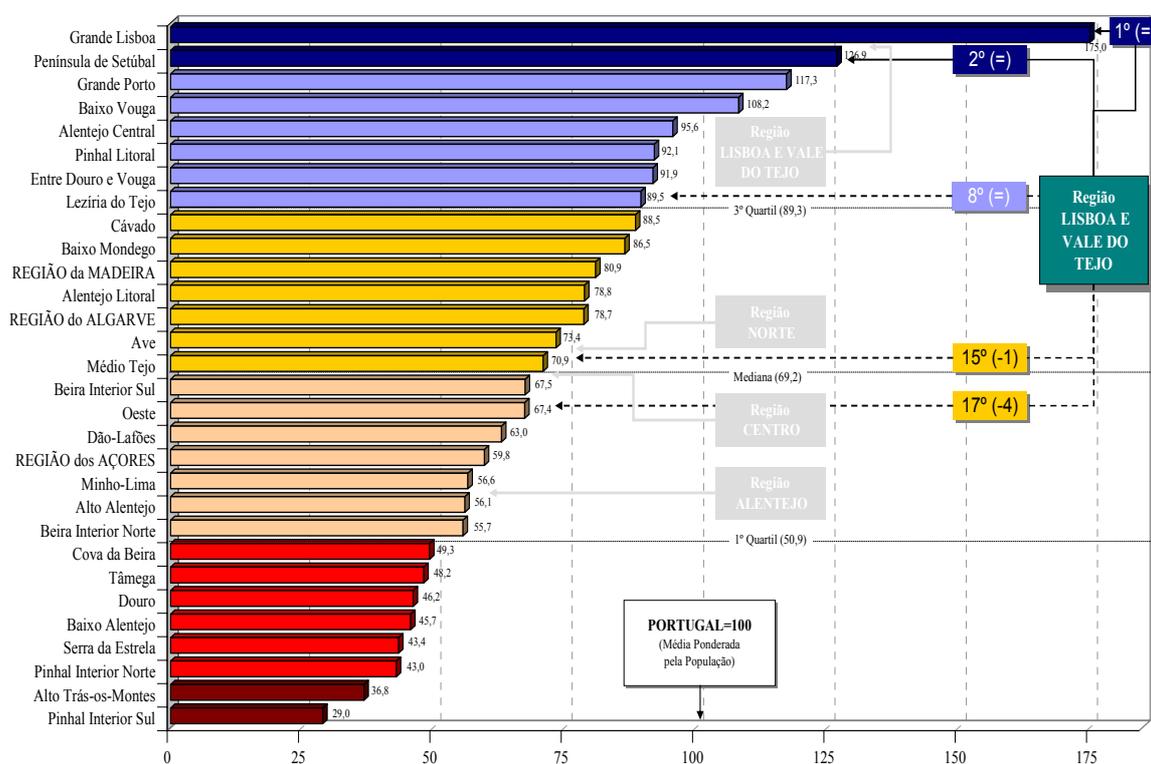
Fonte: Cálculos próprios (cf. As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas, Volume I)

O grande traço da análise das regiões portuguesas em matéria agora exclusivamente de posicionamento competitivo, revelado pelos resultados das notações obtidas no respectivo índice sintético parcial, é, por seu lado, o de uma vulnerabilidade significativa e relativamente generalizada, tanto mais, convém não esquecer, que o referencial da média nacional apresenta, também ele, uma particular vulnerabilidade na configuração actual do processo de convergência económica numa União Europeia alargada. Os resultados obtidos no plano da competitividade revelam, por outro lado, que as assimetrias entre as regiões portuguesas são ainda mais significativas que as registadas no plano global da coesão e da competitividade.

A situação das “regiões de coordenação” no plano da competitividade reflecte estas características, produzindo uma hierarquia muitíssimo marcada com um único pólo mais avançado, a região de Lisboa e Vale do Tejo, com um nível de competitividade superior em mais de 60% à média nacional. Ao nível

mais fino das NUTS III, destaque, uma vez mais, pelas razões atrás apontadas, para a posição cimeira da Grande Lisboa, acima da média regional e nacional, e, em menor grau, para a Península de Setúbal, que constituem as sub-regiões mais competitivas. A Lezíria do Tejo mantém a mesma posição no ranking e no grupo das regiões seguidoras, ainda que o seu registo competitivo (89,5% da média nacional) seja inferior ao registo global, que é majorado pela posição relativamente mais favorável da sub-região em matéria de coesão. O Médio Tejo e, sobretudo, o Oeste descem algumas posições no ranking, ostentando resultados mais fracos ao nível da competitividade. Uma vez mais, os posicionamentos razoavelmente favoráveis ao nível da coesão justificam registos globais relativamente mais positivos - ver Figura 1.2.2.

**FIGURA 1.2.2 – COMPETITIVIDADE E COESÃO TERRITORIAL DAS REGIÕES PORTUGUESAS  
OS RANKINGS PARCIAIS DA COMPETITIVIDADE EM 2000-2002**



Fonte: Cálculos próprios (cf. As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas, Volume I)

Na coesão, produz-se uma hierarquia muito menos vincada e segmentada de forma mais equilibrada do que a verificada ao nível da competitividade, com um pólo de coesão claramente mais elevada, isto é, a região de Lisboa e Vale do Tejo, com um nível de coesão superior em cerca de 1/3 à média nacional. A posição da Grande Lisboa surge, à semelhança do que se passa a nível regional, muito menos destacada no grupo das sub-regiões mais coesas do que no grupo das sub-regiões mais competitivas.

A este propósito, importa ainda salientar que os resultados obtidos no plano da coesão económica revelam assimetrias muito menos significativas do que as registadas no conjunto das dimensões da coesão, o que se explica, em grande parte, pelo facto da lógica da dispersão dominar o índice parcial de coesão

económica<sup>4</sup>, enquanto os índices parciais de coesão social e, também, de coesão, tomada no seu conjunto, são dominados pela lógica do nível de acesso às redes de equipamentos colectivos.

A leitura, por outro lado, das grandes características e tendências da organização espacial, na economia e sociedade portuguesa, e, em particular, na região de Lisboa e Vale do Tejo e suas sub-regiões, baseada nos resultados do índice sintético de competitividade e coesão territorial, permite partir para um aprofundamento analítico valorizando a construção de um sistema de articulações entre as suas grandes dimensões (competitividade versus coesão e coesão económica versus coesão social).

A análise, neste quadro, da articulação entre coesão e competitividade pode ser desenvolvida através da comparação dos níveis relativos alcançados pelas regiões numa e noutra dimensão.

Esta comparação permite confirmar não só a existência de assimetrias regionais significativas no nível de desenvolvimento económico e social, como evidenciar, igualmente, quer a existência de desequilíbrios significativos na promoção daquelas duas dimensões cruciais, quer uma clara preponderância dos desvios para cima e para a esquerda, isto é, a preponderância de situações de vulnerabilidade competitiva, para um determinado nível de coesão considerado, ou de situações de “excesso” de dotação nas condições da coesão, para um determinado nível de competitividade alcançado. Constata-se, desta forma, que parece existir uma tendência significativa para a colocação da “coesão à frente da competitividade”, que pode ser mais “desejada” (opções de política pública, escolhas dos eleitores, comportamentos dos cidadãos e dos agentes económicos) ou mais “sofrida” (consequências do aprofundamento da integração europeia e da globalização).

A região de Lisboa e Vale do Tejo, pelas razões atrás avançadas, parece, apesar de tudo, destacar-se deste panorama geral, com um posicionamento mais forte ao nível da competitividade do que da coesão, muito pela influência específica, a este nível, da Grande Lisboa e, em menor grau, da Península de Setúbal, onde os registos nas duas dimensões aparecem mais ou menos alinhados. O Oeste e Vale do Tejo seguem, em maior ou menor grau, a tendência geral de mais coesão do que competitividade - ver Figura 1.2.3.

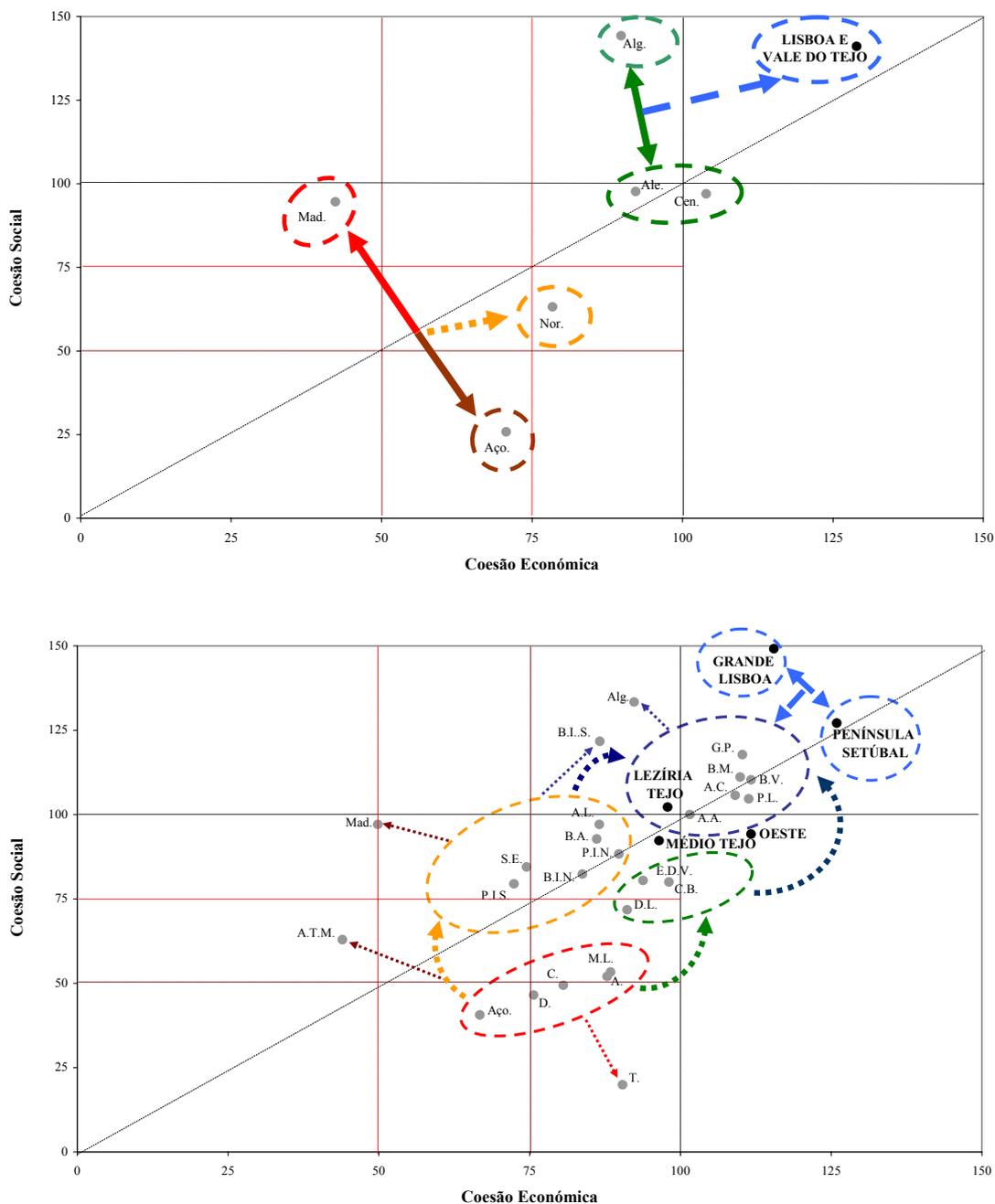
---

4 A dispersão pode ser baixa, lembre-se, tanto na “pobreza” (regiões menos desenvolvidas com níveis aproximados de eficiência económica), como na “riqueza” (regiões mais desenvolvidas com níveis aproximados de eficiência económica).



Médio Tejo e o Oeste, que se posicionam abaixo deste referencial. Releva ainda para a coesão económica e para os alinhamentos dos níveis de eficiência económica na Península de Setúbal e, em menor grau, na Grande Lisboa e Oeste. Verifica-se, por outro lado, que o Vale do Tejo e a Península de Setúbal revelam posições mais ou menos alinhadas ao longo da diagonal do quadro de articulação, fugindo desse perfil a Grande Lisboa, com mais coesão social, situação em que é acompanhada pela RLVT, e, no pólo oposto, o Oeste, com mais coesão económica que social - ver Figura 1.2.4.

FIGURA 1.2.4 – ARTICULAÇÃO ENTRE COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL NAS REGIÕES PORTUGUESAS (2000-2002)



Fonte: Cálculos próprios (cf. As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas, Volume I)

A metodologia utilizada para a construção do índice sintético de competitividade e coesão territorial permite, ainda, um aprofundamento adicional das conclusões avançadas com base na interpretação do sistema de articulações entre a competitividade e a coesão, através do tratamento mais detalhado do desempenho específico de cada região nas condições, processos e resultados de cada uma dessas grandes dimensões de análise.

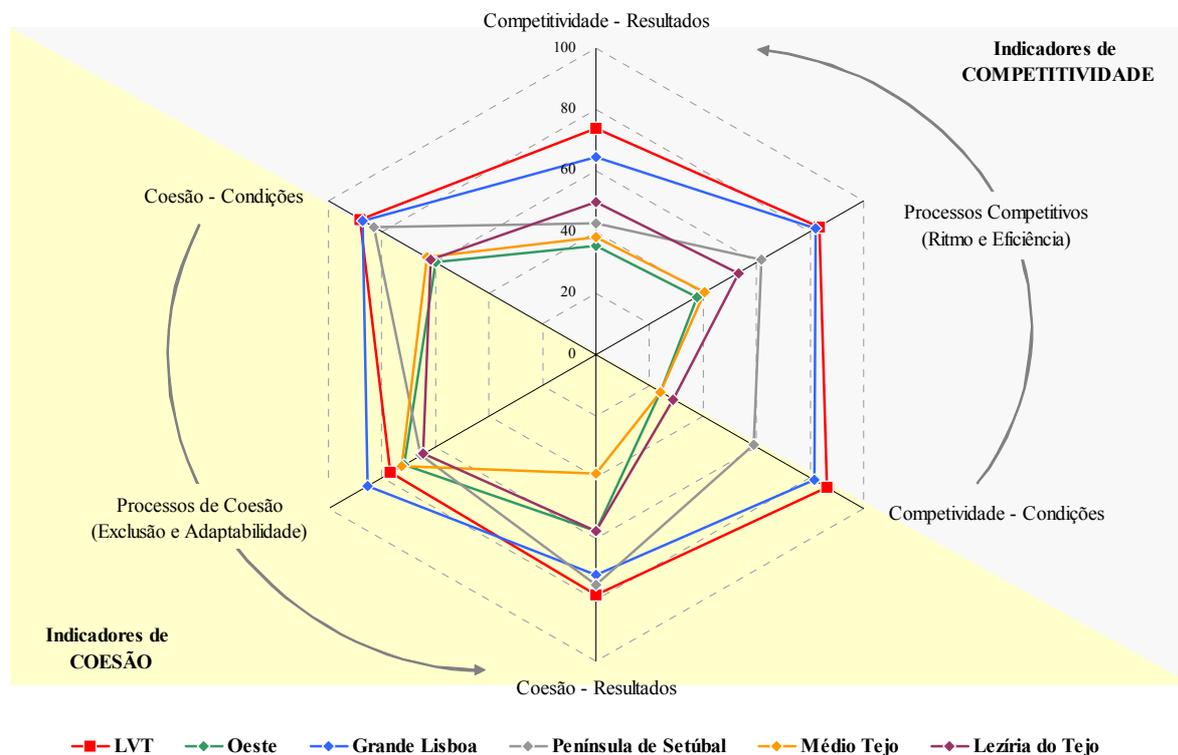
A comparação das notações obtidas por cada região nas condições e nos resultados da competitividade permite-nos aproximar, respectivamente, o seu potencial competitivo e a eficácia da sua utilização, isto é, a capacidade efectivamente demonstrada na criação de riqueza à escala nacional e internacional. As notações nos processos permitem, pelo seu lado, aproximar os níveis alcançados em matéria de eficiência produtiva e de ritmo de evolução, encontrando, desse modo, fundamento para a interpretação dos principais desequilíbrios identificados.

A comparação das notações obtidas por cada região nas condições e nos resultados da coesão permite-nos, por sua vez, aproximar, respectivamente, o acesso das pessoas às grandes infraestruturas e equipamentos colectivos e o grau de equidade económica e social daí resultante. As notações nos processos permitem, pelo seu lado, aproximar os níveis alcançados pelos fenómenos de exclusão e adaptabilidade, encontrando, desse modo, fundamento para a interpretação dos principais desequilíbrios identificados.

A leitura dos gráficos em radar (Figura 1.2.5) utilizados permite, nesta linha, evidenciar a posição clara de liderança da região de Lisboa e Vale do Tejo nas condições, processos e resultados de coesão e, sobretudo, de competitividade. Numa perspectiva intra-regional, destaque, à semelhança do que se passa para a RLVT, para as posições liderantes da Grande Lisboa e, em menor grau, da Península de Setúbal, mais ao nível da competitividade do que da coesão. De salientar ainda a aproximação desta última NUTS III aos registos evidenciados pela Grande Lisboa e pela RLVT, no seu todo, ao nível das condições e resultados de coesão.

A Lezíria do Tejo, enquadrada no grupo das sub-regiões *seguidoras*, partilha de um desequilíbrio relativamente expressivo entre coesão (superior à média nacional) e competitividade (inferior à média nacional), ao nível das condições, processos e resultados, havendo, nesta medida, que privilegiar, designadamente, intervenções que visem actuar sobre o nível e a qualidade/eficácia de utilização dos investimentos já realizados em equipamentos e infraestruturas.

Em pior situação parecem estar as NUTS III do Oeste e Médio Tejo, posicionadas entre as sub-regiões com níveis intermédios de desenvolvimento, com desequilíbrios ainda mais pronunciados entre coesão e competitividade, em favor da primeira, manifestando fortes vulnerabilidades competitivas, agravadas, no caso do Médio Tejo, pelos fracos resultados registados em matéria de coesão e equidade, sugerindo, com nitidez, a necessidade de prestar uma atenção adicional quer aos problemas de coesão interna, quer ao reforço da eficácia social na rendibilização dos investimentos já realizados.

**FIGURA 1.2.5 – A ARTICULAÇÃO ENTRE COMPETITIVIDADE E COESÃO NA RLVT: CONDIÇÕES, PROCESSOS E RESULTADOS (2000-2002)**

Fonte: Cálculos próprios (cf. As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas, Volume I)

A caracterização aprofundada da competitividade e coesão territorial das regiões portuguesas, e, em particular, da RLVT, realizada a partir da determinação dos valores assumidos pelo índice sintético, concebido de raiz para o efeito, se permitiu construir uma visão suficientemente rigorosa e detalhada da situação específica de cada região e sub-regiões, dos eixos de convergência e divergência nos respectivos problemas, necessidades e desafios e das grandes diferenças nos seus modelos económicos e sociais, não permitiu, no entanto, construir uma visão das dinâmicas em acção, isto é, da evolução da competitividade e da coesão económica e social nas regiões portuguesas e na RLVT, em particular, no período de vigência dos QCA.

A análise desta evolução exigiu a determinação dos valores obtidos pelas regiões portuguesas num índice sintético de competitividade e coesão territorial que fosse comparável em dois períodos suficientemente afastados para cobrir o período de vigência dos QCA (1989-93, 1994-1999, 2000-2006).

As dificuldades enfrentadas situaram-se, não no plano conceptual, mas no plano da disponibilidade de informação. A solução encontrada consistiu em configurar uma nova estrutura de indicadores de base para o índice sintético, maximizando o número de indicadores a conservar<sup>5</sup> para o período mais recente

<sup>5</sup> O índice sintético de competitividade e coesão territorial utilizado para a análise das dinâmicas de evolução das regiões portuguesas, e da RLVT, em particular, no período de vigência dos QCA é, assim, um “índice depurado” em

com informação credível disponível, isto é, para o período 1990-1995, que tem em 1991 o seu principal ano de referência. Os resultados desta análise, para o caso da RLVT, estão vertidos na Figura 1.2.6.

Assim, a RLVT regista, ao longo dos últimos dez anos, uma evolução no sentido da obtenção de ganhos relativos de competitividade, à custa, em grande parte, das características favoráveis da sua situação de partida, da coesão e da equidade. As sub-regiões da Grande Lisboa e da Península de Setúbal acompanham esta evolução, havendo que destacar, no entanto, os progressos relativos registados por esta última em matéria de competitividade.

A Lezíria do Tejo, por seu lado, viu, pelo contrário, a sua situação competitiva, por comparação com a média nacional, degradar-se ao longo deste período, sem que, ao nível da coesão, se tenham registado evoluções assinaláveis.

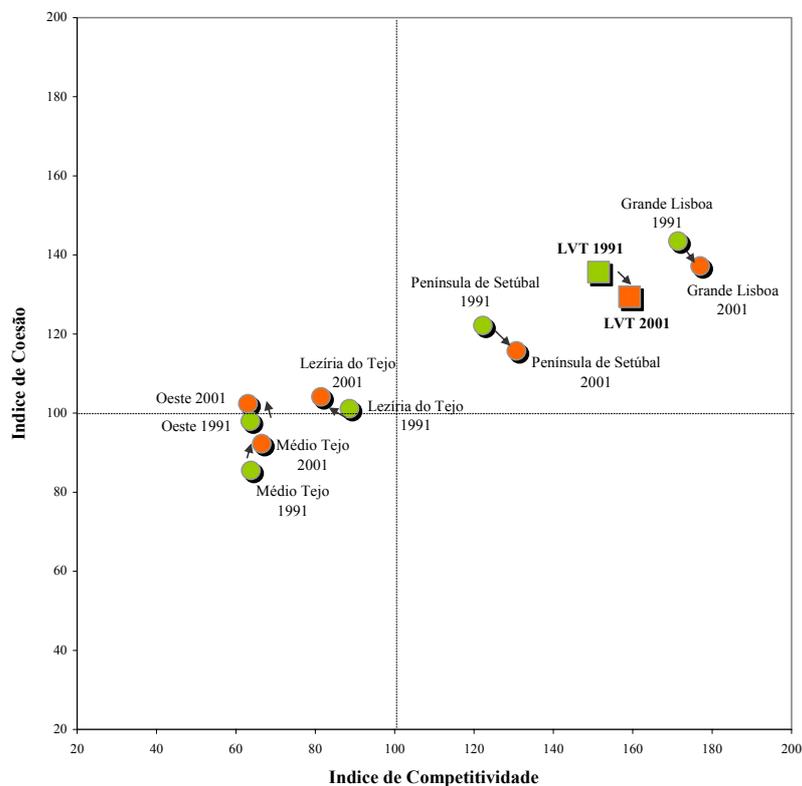
No Oeste, não se registaram grandes alterações da situação de partida para a situação de chegada, em matéria não só de coesão, mas também de competitividade. Já o Médio Tejo regista ganhos relativos nas duas dimensões, ainda que pouco expressivos, e mais pronunciados em matéria de coesão e equidade.

---

relação ao que foi possível calcular para caracterizar a situação mais recente, englobando 27 indicadores de base, 18 na dimensão “competitividade” e 9 na dimensão “coesão”. Os indicadores não incluídos, por razões de indisponibilidade estatística directa ou indirecta (casos em que não era possível proceder, com níveis de confiança adequados, a estimativas) foram os relativos à convergência económica no espaço da UE (1), à mobilidade global de mercadorias e pessoas (13), ao nível de escolaridade alcançado (22), à dispersão concelhia do rendimento familiar (24), à capacidade de retenção do rendimento gerado (25), à perifericidade (31), ao abandono escolar (34) e à flexibilidade e adaptabilidade (35).

O ISCCT “depurado”, com base no qual se procede à análise da dinâmica de evolução da competitividade e coesão territorial, penaliza menos, neste quadro, as regiões periféricas, menos coesas no plano económico, com menor nível de educação e com maior desemprego e rigidez na especialização produtiva, quando comparado com o ISCCT “completo”, utilizado para caracterizar a situação mais recente.

**FIGURA 1.2.6 – A EVOLUÇÃO DA COMPETITIVIDADE E COESÃO NA RLVT, AS TRAJECTÓRIAS 1991-95 → 2000-02(\*)**



(\*) - Por razões de comodidade na representação gráfica, utilizam-se os anos base para representar os períodos de referência.

Fonte: Cálculos próprios (cf. As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas, Volume I)

## 2. COMPETITIVIDADE NAS REGIÕES PORTUGUESAS: EM BUSCA DA EFICIÊNCIA E EFICÁCIA

Neste ponto específico do relatório regional, procurar-se-á abordar, de forma relativamente extensiva e compreensiva, numa lógica sequencial de apresentação de resultados-trajectórias/processos-condições, toda a temática da competitividade e crescimento da região de Lisboa e Vale do Tejo, situando, nesta medida, em primeiro lugar, os principais resultados, no terreno da eficiência e da eficácia, do processo competitivo ao longo dos anos 90, em torno, designadamente, da evolução do nível de vida regional, dos avanços registados em matéria de convergência com a média da União Europeia, da capacidade regional de atracção de população, mormente de quadros qualificados, e da conquista de posições nos mercados internacionais globalizados, traduzida na evolução da dimensão da sua actividade exportadora.

Apresentados os principais resultados, passa-se, seguindo a lógica referida, à caracterização da trajectória competitiva e do modelo de crescimento seguidos, em termos, nomeadamente, da natureza mais ou menos intensiva/extensiva deste, da sua maior ou menor orientação para o exterior, da dinâmica empresarial e profissional envolvida, dos avanços registados ao nível da eficiência produtiva e da sofisticação das estruturas organizacionais e de gestão facilitada e catalisada pela crescente afirmação do capital estrangeiro na estrutura financeira das unidades empresariais da região.

Analisa-se, por fim, as condições/determinantes de competitividade e crescimento, estruturadas em torno dos seguintes domínios:

- Demografia
- Capital Humano
- I&D e Tecnologia
- Especialização Produtiva
- Estrutura da Procura
- Infraestruturas de Suporte às actividades económicas.

Neste processo de caracterização, procurar-se-á, na medida da informação, primária e trabalhada, disponível, enquadrar o posicionamento da região no contexto europeu, considerando, designadamente, as regiões europeias equiparáveis, isto é, regiões que desempenhem o papel de capital administrativa do respectivo país, e no contexto nacional, confrontando-a com o posicionamento médio do país e, sempre que assuma alguma posição de destaque, na confrontação com as restantes NUTS II. A perspectiva intra-regional, ao nível das NUTS III e dos concelhos que a constituem, permitirá aprofundar ainda mais a avaliação da competitividade regional, possibilitando a identificação de diferentes dinâmicas, trajectórias e condições ao nível sub-regional, ao longo das diversas dimensões de análise consideradas.

Trabalhada a temática da competitividade, passar-se-á, no ponto seguinte, à abordagem específica das questões da coesão económica social e dos avanços na equidade ao longo dos anos 90, numa lógica sequencial, uma vez mais, dos resultados para as condições de coesão económica e social.

## 2.1. POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU E NACIONAL

*A região de Lisboa e Vale do Tejo, que, no contexto da UE15, se encontrava abaixo da média comunitária ao nível do PIB per capita (-5,3%), encontra-se ligeiramente acima desta média na UE25 (+3,9%), sendo a única região portuguesa a registar, em 2001, um valor acima deste referencial. Registou, para além disso, avanços mais rápidos na convergência com a média europeia do que o país em termos médios. O nível de vida da região de LVT, aproximado pelo PIBpc, superou, por outro lado, a média nacional, ao longo de todo o período 1991-2001 (mais de 30%), sendo, apesar de tudo, este diferencial positivo um dos menos significativos no seio das regiões capitais à escala europeia. Particularizando mais a análise, a perspectiva intra-regional dos níveis de PIBpc, na década de 90, traduz a existência de algumas disparidades nas NUTS III da LVT, com destaque claro para o posicionamento da sub-região da Grande Lisboa, fortemente polarizadora das sub-regiões envolventes.*

O posicionamento da região de Lisboa e Vale do Tejo, no contexto europeu, deve ser enquadrado com as recentes trajectórias desenhadas nos níveis de PIB *per capita* e nas respectivas variações médias anuais do PIB por parte de regiões europeias consideradas como equiparáveis, isto é, regiões que desempenhem o papel de capital administrativa do respectivo país.

A região de LVT registava, em 2001, níveis de PIB *per capita* superiores à média da UE25, e apresentou, no período 1995-2001, uma trajectória mais favorável que a média da UE25, dado ter superado a respectiva taxa de crescimento média anual do PIB (2,6%).

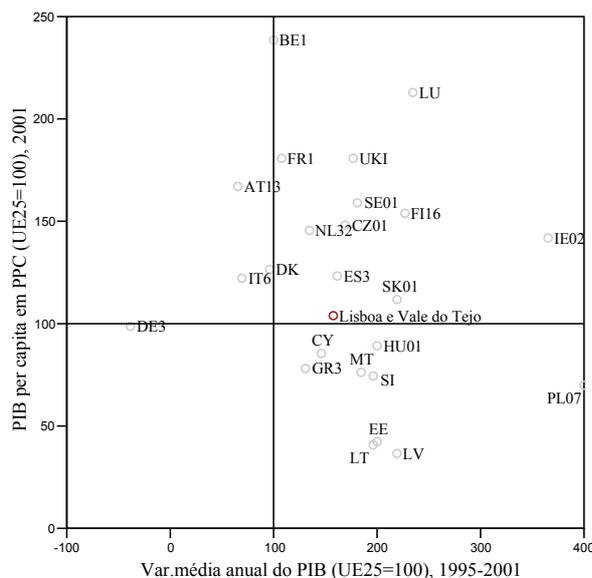
Apesar do posicionamento ligeiramente favorável da região de LVT face aos níveis médios de PIB *per capita* da UE25, quando confrontado com as regiões capitais administrativas da UE15, o comportamento da região é bastante mais frágil. Com efeito, em 2001, a região evidenciava níveis de PIB *per capita* inferiores a praticamente todas as regiões capitais da UE15, sendo as únicas excepções Berlim e Atenas, e inferiores a regiões que, no referido ano, se assumiam ainda como candidatas ao processo de alargamento, tal como Praga, capital da República Checa, e Bratislava, capital da Eslováquia.

Contudo, em regiões fortemente polarizadoras dos territórios envolventes, como é o caso das capitais europeias, as diferenças de dimensão territorial das regiões condiciona a leitura destes resultados. O facto da nova delimitação da região-capital portuguesa - Região de Lisboa de acordo com as NUTS 2003, constituída apenas pelas NUTS III da Grande Lisboa (que passou a incluir o concelho de Mafra) e da Península de Setúbal - aumentar em cerca de 12 pontos percentuais a diferença da região face à média da UE25 constitui um bom exemplo da ideia anterior. Ainda neste contexto, refira-se que a população de Lisboa e Vale do Tejo (3,5 milhões de habitantes) supera largamente as populações das regiões de Praga (1,2 milhões), Bratislava (600 mil), Luxemburgo (440 mil) ou Bruxelas (970 mil).

No que concerne à taxa de crescimento média anual do PIB evidenciada pela região de LVT, ao longo do período 1995-2001, é possível constatar que, apesar da mesma superar a taxa média de crescimento anual da UE25, no mesmo período, a maioria das regiões capitais que registaram taxas médias de crescimento aproximadas à região de Lisboa e Vale do Tejo apresentam níveis de PIB *per capita* consideravelmente superiores, o que coloca dificuldades ao processo de convergência face às regiões capitais mais desenvolvidas no espaço comunitário.

Com efeito, as regiões que registaram uma taxa de crescimento média anual do PIB, no período 1995-2001, muito próxima da região de Lisboa e Vale do Tejo, apresentam, em 2001, níveis de PIB *per capita* consideravelmente mais acentuados, como é o caso das regiões que compreendem Londres, Estocolmo, Praga, Noord-Holland (Holanda) e Madrid. As regiões que registaram taxas de crescimento médias anuais do PIB aproximadas à região de Lisboa e Vale do Tejo e que por oposição revelam, em 2001, níveis de PIB *per capita* mais desfavoráveis que a região são Atenas e Chipre<sup>6</sup>.

**FIGURA 2.1.1 – PIB PER CAPITA E VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL DO PIB: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



Legenda		
BE1-Reg. Bruxelles-Cap./Brussels Hfdst. Gew.	LU-Luxembourg (Grand-Duché)	EE-Eesti
DK-Danmark	NL32-Noord-Holland	HU01-Közép-Magyarország
DE3-Berlin	AT13-Wien	LT-Lietuva
GR3-Attiki	PT13-Lisboa e Vale do Tejo	LV-Latvija
ES3-Comunidad de Madrid	FI16-Uusimaa (Suuralue)	MT-Malta
FR1-Île de France	SE01-Stockholm	PL07-Mazowieckie
IE02-Southern and Eastern	UK1-London	SI-Slovenija
IT6-Lazio	CY-Kypros	SK01-Bratislavský
	CZ01-Praha	

Nota: Variação média anual do PIB da UE25 (1995-2001) = 2,6%.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

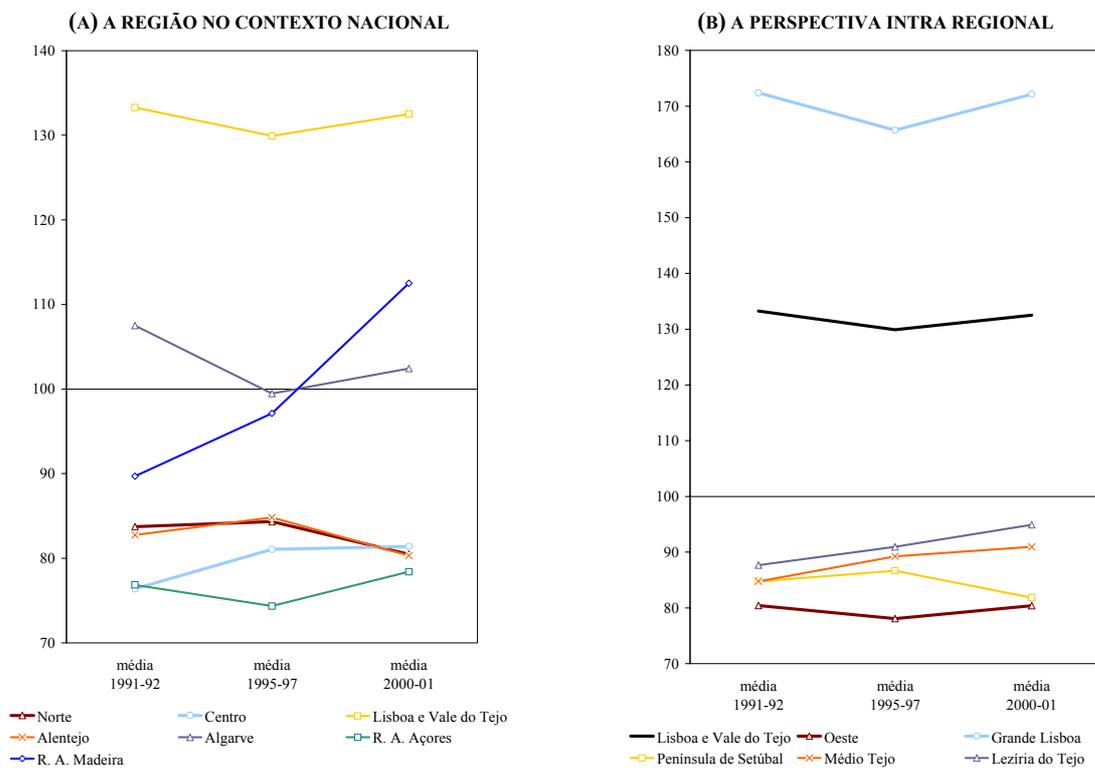
O nível médio de vida da região de Lisboa e Vale do Tejo, aproximado pelo PIB *per capita*, superou, por outro lado, a média nacional, ao longo de todo o período 1991-2001. No entanto, este posicionamento favorável da região, face ao espaço nacional, deve ser enquadrado com o facto do grau de afastamento do PIB *per capita* da região de Lisboa e Vale do Tejo face à respectiva média nacional se encontrar, não obstante o diferencial positivo apresentado, entre os menos significativos no seio das regiões capitais à escala europeia, indiciando, neste plano, um nível de coesão económica regional alinhado com os países médios e pequenos da União.

<sup>6</sup> Os dados para Chipre não são fornecidos de forma desagregada por NUTS II.

Para além disso, o grau de afastamento do nível de vida na região de Lisboa e Vale do Tejo, face à respectiva média nacional, deve ser enquadrado com o peso relativo assumido pela região no total do país, seja em termos de criação de riqueza (PIB), seja em termos populacionais. Deste modo, importa notar, em contraste com a relativamente moderada diferença no PIB *per capita* face à média nacional, a importância muito significativa assumida pela região de Lisboa e Vale do Tejo a nível nacional, seja ao nível da população (a região concentra cerca de um terço da população nacional), seja, sobretudo, ao nível do VAB (cerca de 45%).

Lisboa e Vale do Tejo registou uma ligeira tendência de convergência com a média nacional em meados da década de 90, fruto de uma taxa de crescimento do PIB *per capita* positiva mas abaixo da média nacional, que foi invertida no final dessa década e início da década seguinte. Assim, o posicionamento desta região no contexto nacional no final do período em análise é similar ao que detinha no início da década de 90.

**FIGURA 2.1.2 – EVOLUÇÃO DO PIB *PER CAPITA* NOS ANOS 90:  
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL  
(PORTUGAL=100)**



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

A perspectiva intra-regional dos níveis de PIB *per capita*, na década de 90, traduz, por outro lado, a existência de algumas disparidades nas NUTS III da região de Lisboa e Vale do Tejo.

A sub-região da Grande Lisboa, responsável por mais de 70% do PIB gerado na Região (e cerca de 1/3 do PIB gerado a nível nacional), registou, ao longo de toda a década de 90, os valores mais elevados de PIB por habitante (sempre perto de 70% acima da média nacional), contrastando com o posicionamento

relativo das restantes sub-regiões da região de Lisboa e Vale do Tejo. A sua enorme relevância no contexto da Região explica que o comportamento da curva da Grande Lisboa seja idêntico ao da Região como um todo.

Constituindo a Grande Lisboa um importante pólo de emprego para a população residente nas sub-regiões circundantes, sobretudo na Península de Setúbal, estes valores tão elevados resultam, não apenas de maiores níveis de riqueza média gerada pela população da Grande Lisboa, mas sobretudo do facto de uma parte importante da riqueza gerada na Grande Lisboa ser proveniente do trabalho de populações residentes noutras regiões e, portanto, não contabilizadas no denominador do indicador PIB *per capita* da Grande Lisboa. O reduzido nível do PIB *per capita* na Península de Setúbal constitui o reverso desta situação.

Estas duas sub-regiões - Grande Lisboa e Península de Setúbal -, que integram a Área Metropolitana de Lisboa (juntamente com os concelhos de Mafra e Azambuja<sup>7</sup>), tiveram evoluções opostas ao longo da década de 90, o que resulta em parte da importância dos fortes fluxos populacionais entre ambas as sub-regiões<sup>8</sup>. Assim, por exemplo, a migração residencial de populações de Lisboa para a margem Sul do Tejo, continuando a estar empregadas em Lisboa, tem como consequência um aumento do PIB *per capita* da Grande Lisboa em oposição à redução do PIB *per capita* da Península de Setúbal. A unidade territorial constituída por estas duas sub-regiões registou um índice de PIB *per capita* na ordem dos 150 (Portugal=100) e com oscilações reduzidas ao longo da década.

Das restantes sub-regiões, destaque para as trajectórias claras de convergência para a média nacional registadas pela Lezíria do Tejo e Médio Tejo, as duas NUTS III com as mais elevadas taxas de crescimentos do PIB *per capita* na década em análise (125% e 122%, respectivamente), acima da taxa de crescimento da Região (102%) e do país (106%).

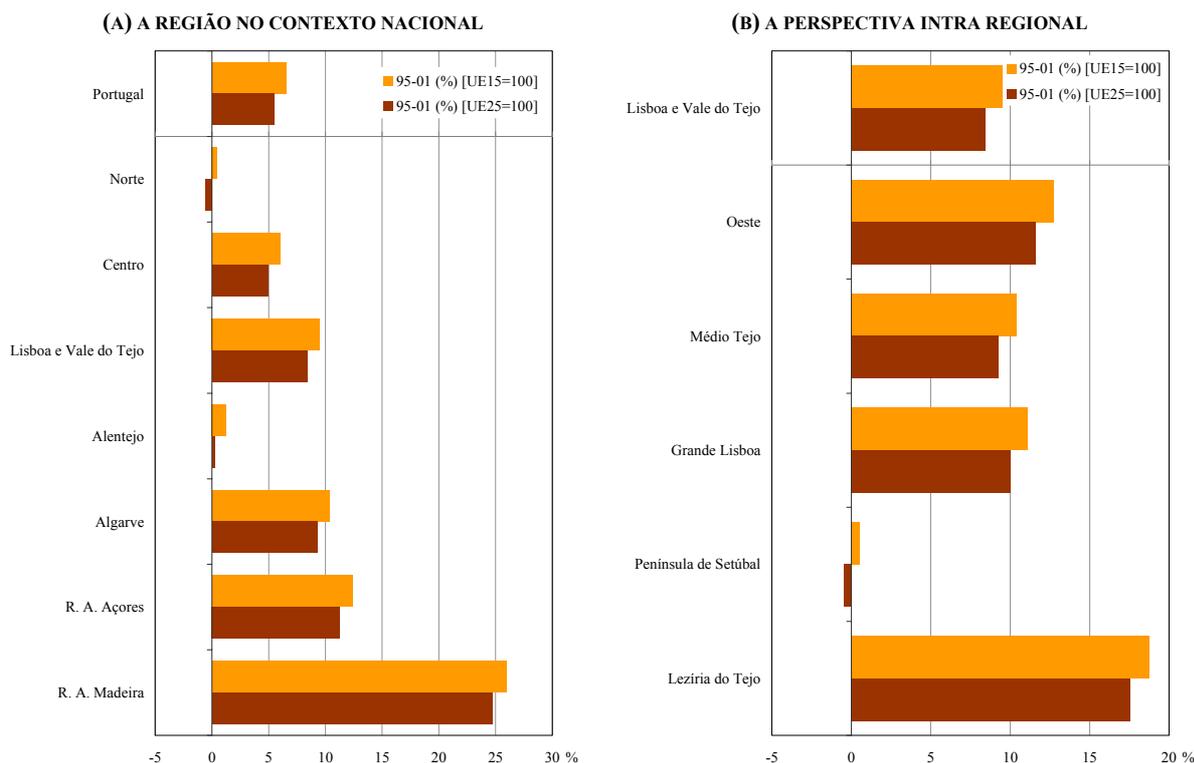
A sub-região com menor nível de riqueza gerada por habitante - Oeste - registou na segunda metade da década de 90 uma trajectória de convergência face à média nacional, ainda que insuficiente para a retirar da última posição neste indicador no seio das sub-regiões de Lisboa e Vale do Tejo.

O crescimento mais rápido do PIBpc na região de Lisboa e Vale do Tejo comparativamente com a média comunitária, no período 1995-2001, traduziu-se num ritmo de convergência, para a média UE15 e UE25, moderadamente elevado no contexto nacional, superior ao registado pelo país e por todas as outras regiões continentais, com excepção do Algarve. Numa perspectiva intra-regional, destaque, uma vez mais, pelas razões atrás apontadas, para o comportamento semelhante da RLVT e da Grande Lisboa, para os ganhos registados pela Lezíria do Tejo, superiores aos do Oeste, Grande Lisboa e Médio Tejo, em contraste com a situação de estagnação registada, a este nível, pela Península de Setúbal, acompanhando a tendência de divergência face à média nacional da segunda metade dos anos 90.

---

7 O concelho de Azambuja deixou de pertencer à Grande Área Metropolitana de Lisboa criada em 2004.

8 Estas duas regiões registaram em 2001 (dados censitários) o maior e o menor valor no índice de polarização de emprego, que representa o rácio entre a população empregada na sub-região e a população residente na sub-região e empregada: 1,10 na Grande Lisboa e 0,75 na Península de Setúbal.

**FIGURA 2.1.3 – RESULTADO DE CONVERGÊNCIA COM A UE NOS ANOS 90 (PIB PER CAPITA)**

Nota: Variação percentual do índice do PIB *per capita* regional relativamente à média europeia.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

A trajectória do nível de vida de uma região, aproximada pelo comportamento evidenciado nos seus níveis de PIB *per capita*, reflecte-se necessariamente no grau de atractividade intrínseco a cada território.

É de ressaltar, a este nível, que o posicionamento relativo evidenciado pela região de Lisboa e Vale do Tejo deve ser enquadrado com as especificidades intrínsecas ao processo de urbanização português. Com efeito, este processo reveste-se de duas tendências fundamentais. Por um lado, assinala-se uma bipolarização do sistema urbano em torno das duas grandes cidades nacionais, Lisboa e Porto, e, por outro lado, verifica-se uma litoralização do sistema urbano, com a concentração cada vez mais acentuada de pessoas e actividades na faixa litoral do território, o que agrava os desequilíbrios regionais existentes. Estes fenómenos que contribuem para as menores densidades populacionais do interior e para o agravamento das assimetrias podem ser visualizados na figura seguinte - mapas A e C - que evidenciam as taxas de atractividade populacionais das diferentes regiões do território nacional em 1991 e 2001<sup>9</sup>. Destaque particular, neste âmbito, para a RLVT, e, mormente, para a Área Metropolitana de Lisboa, e,

<sup>9</sup> É importante destacar que, ao longo do relatório, as classes de estratificação utilizadas nos mapas nacionais e regionais variam consoante a perspectiva adoptada, em função do referencial médio utilizado em cada um deles, que, no primeiro caso, corresponde à média nacional do respectivo indicador e, no segundo, corresponde à média do mesmo na região em causa. Assim, é possível que um mesmo concelho seja sombreado com cores diferentes de um mapa para outro.

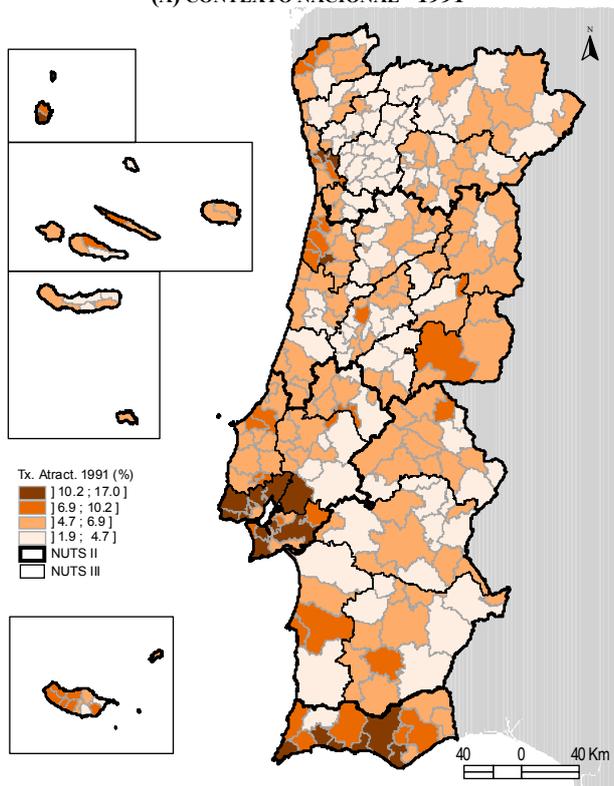
mais recentemente, para algumas zonas do Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo, enquanto principal pólo de atracção do país.

Focalizando a análise nas taxas de atractividade dos concelhos da região de Lisboa e Vale do Tejo - mapas B e D -, é possível confirmar a tendência de expansão das “cidades satélites”, umas mais industriais, outras mais vocacionadas para dormitório, em redor do concelho de Lisboa, formando uma verdadeira área metropolitana em torno do mesmo (envolvendo, nomeadamente, os concelhos de Amadora, Oeiras, Cascais, Sintra, e, na margem Sul, beneficiando das novas infraestruturas de transporte rodoviário e ferroviário e do diferencial favorável dos preços da habitação, Almada, Seixal, Montijo, Sesimbra e Alcochete). Relevo para a evolução recente de Sesimbra e, associada, nomeadamente, à construção da ponte Vasco da Gama, de Alcochete e Montijo. O Oeste e alguns concelhos da Lezíria do Tejo e do Médio Tejo aparecem também com uma importância renovada, ligada ao desenvolvimento de actividades industriais, comerciais e de logística.

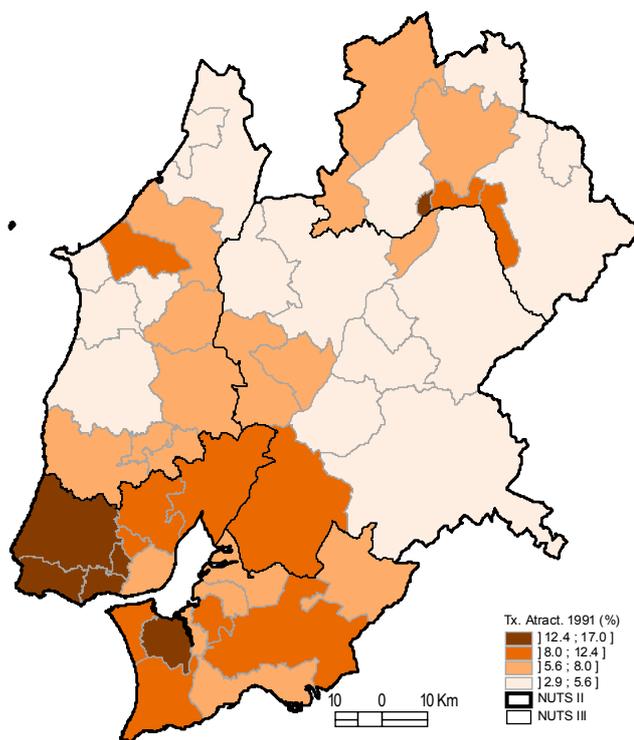
No que diz respeito à atracção de quadros superiores, confirma-se, de alguma maneira, a imagem anterior de bipolarização e de litoralização, não obstante, neste caso, haver a destacar a importância ainda e crescentemente mais forte, face a tudo o resto, do pólo de Lisboa e Vale do Tejo, cuja área fundamental de abrangência parece revelar tendência para o alargamento, envolvendo, designadamente, em estreita articulação com a sofisticação dos espaços urbanos e comerciais e com as políticas de ordenamento territorial e ambiental seguidas (daí a maior atractividade da margem Norte de Lisboa), designadamente, os concelhos de Oeiras e Cascais, de Lisboa e Sintra, ainda que a perderem alguma relevância, e, mais recentemente, os concelhos de Mafra e, na margem Sul, de Sesimbra, Palmela e, sobretudo, de Alcochete, face à maior proximidade a Lisboa induzida pela ponte Vasco da Gama e, não obstante a menor sofisticação atrás apontada, ao diferencial favorável em termos de preços de habitação.

FIGURA 2.1.4 – TAXA DE ATRACTIVIDADE DE POPULAÇÃO NOS ANOS 90

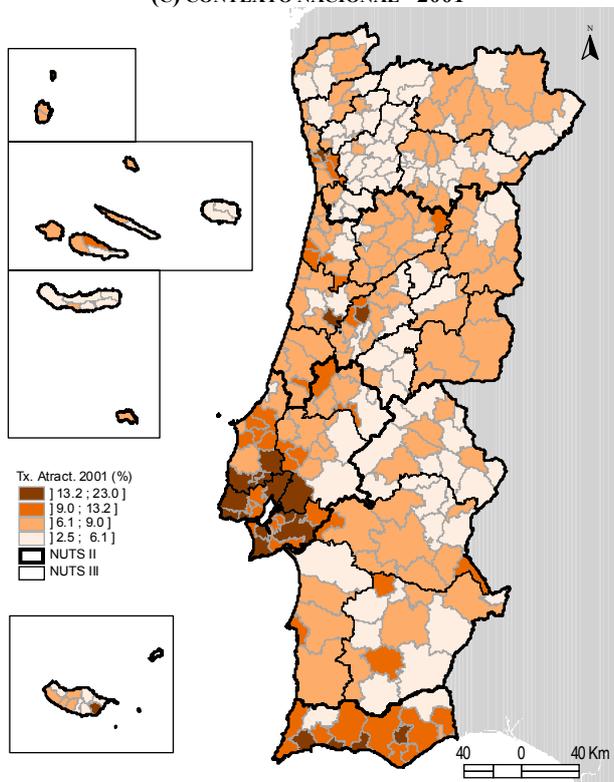
(A) CONTEXTO NACIONAL - 1991



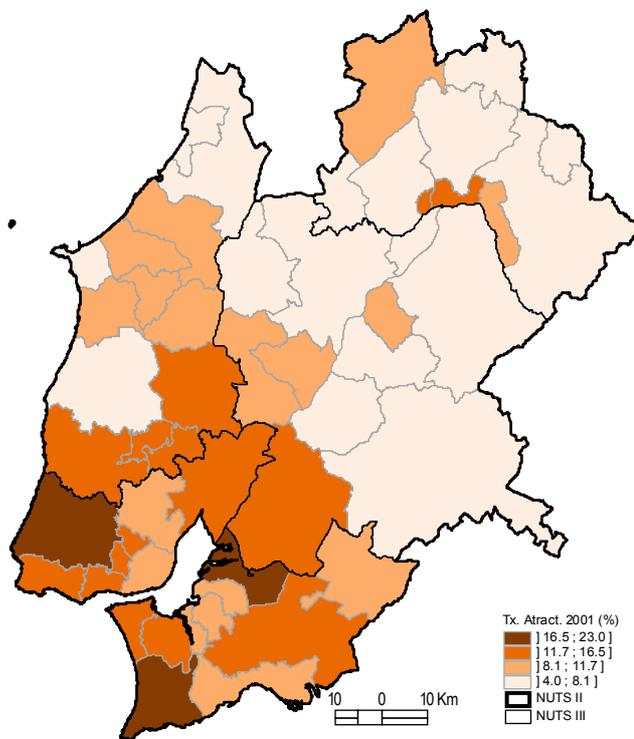
(B) PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL - 1991



(C) CONTEXTO NACIONAL - 2001



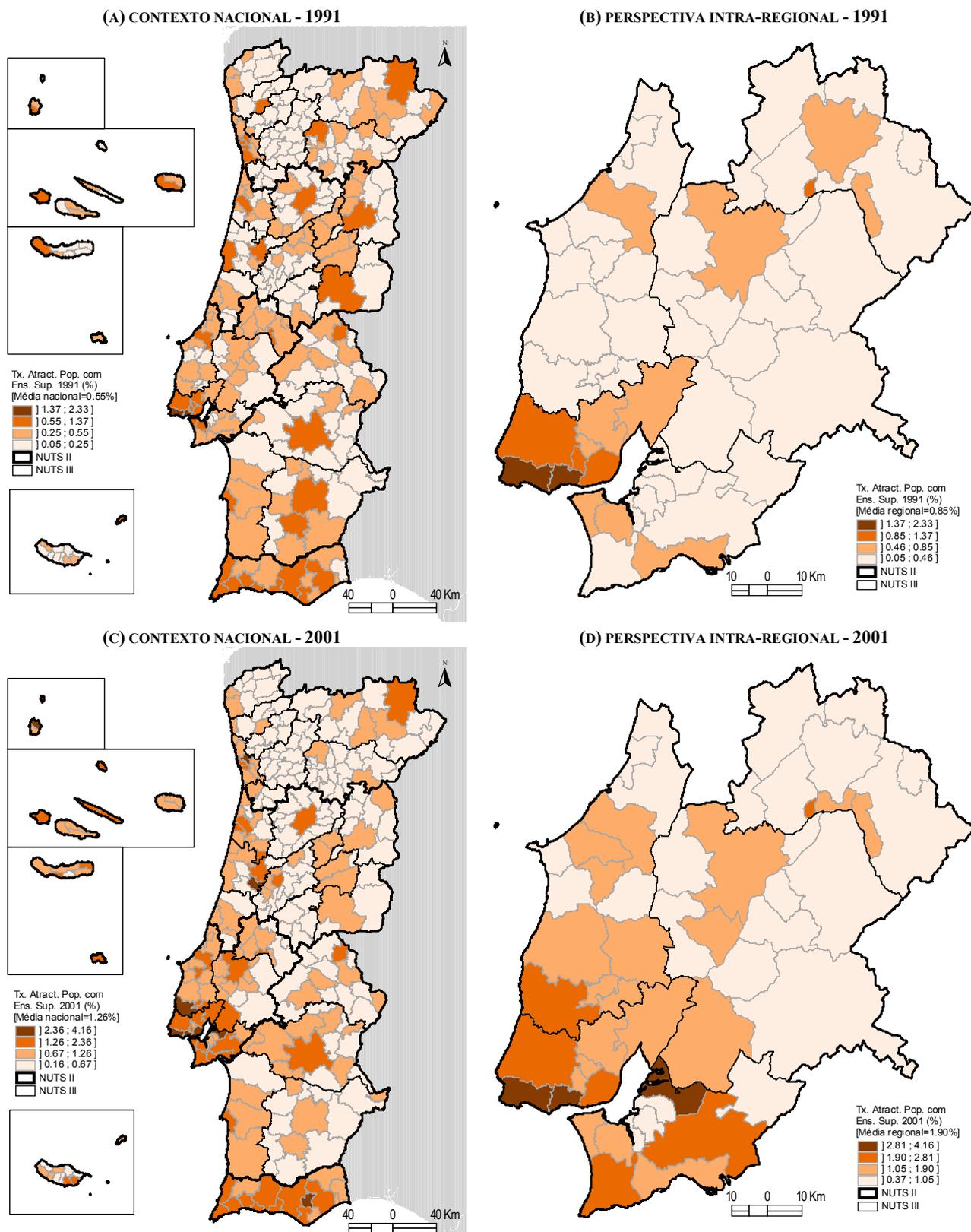
(D) PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL - 2001



Nota: Taxa de atractividade = % da população residente que vivia noutra concelho há 6 anos atrás.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

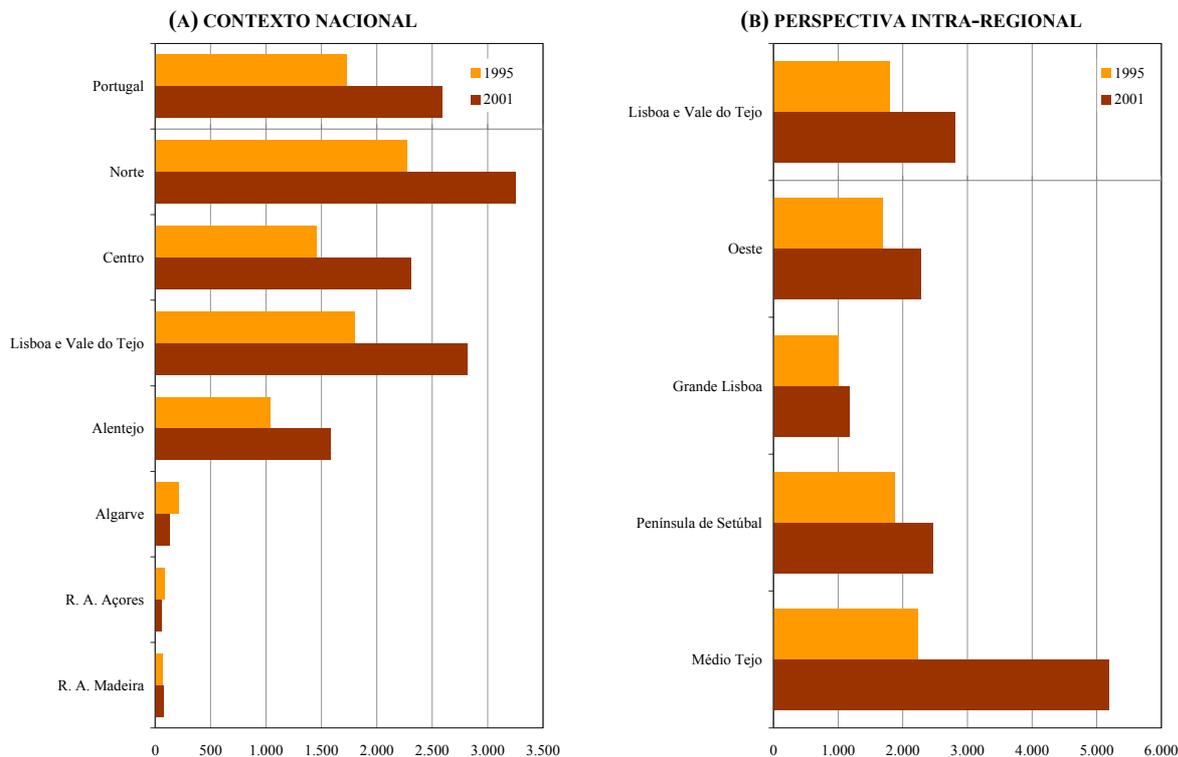
**FIGURA 2.1.5 – TAXA DE ATRACTIVIDADE DE POPULAÇÃO COM ENSINO SUPERIOR NOS ANOS 90**



Nota: % da população residente que vivia noutra concelho há 6 anos atrás e que detém habilitações ao nível do ensino superior.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

**FIGURA 2.1.6 – DIMENSÃO DA ACTIVIDADE EXPORTADORA NOS ANOS 90**  
(EUROS PER CAPITA)



Nota: Indicador de exportações *per capita*.

Fonte: Elaborado pela equipa do projecto com base em dados do INE, Estatísticas do Comércio Internacional e Contas Regionais

A performance competitiva de uma determinada economia regional, para além de poder ser aferida pelo seu nível de vida interno, aproximado pelo indicador PIB *per capita*, e, nessa medida, pelo seu potencial de atractividade, sobretudo de mão de obra qualificada, deve ser complementada com a capacidade de penetração e afirmação da região nos mercados internacionais, avaliada pela dimensão da sua actividade exportadora e da criação de valor orientado para mercados crescentemente exigentes, sofisticados e globalizados.

Utilizando as exportações *per capita* como forma de aferir a capacidade exportadora regional, verifica-se que a RLVT só é ultrapassada, a este nível, pela região Norte, sobretudo pela forte orientação exportadora de algumas das suas actividades proeminentes, que marcam forte presença na estrutura produtiva nacional, como sejam a indústria têxtil, de vestuário e de calçado e a fileira do mobiliário. O registo da RLVT deve-se, por sua vez, em grande medida, à exportação da fileira de material de transporte, incluindo veículos, componentes e acessórios, de elevado valor acrescentado, daí se explicando, numa perspectiva inter e intra-regional, o registo muito elevado da Península de Setúbal (havendo a destacar, neste campo, a grande importância do projecto AutoEuropa, enquanto elemento catalisador desta evolução), claramente acima do que se verifica no resto do país e até no resto da região. De salientar ainda as posições desfavoráveis do Médio Tejo e, sobretudo, do Oeste.

## 2.2. TRAJECTÓRIA E PROCESSO COMPETITIVO

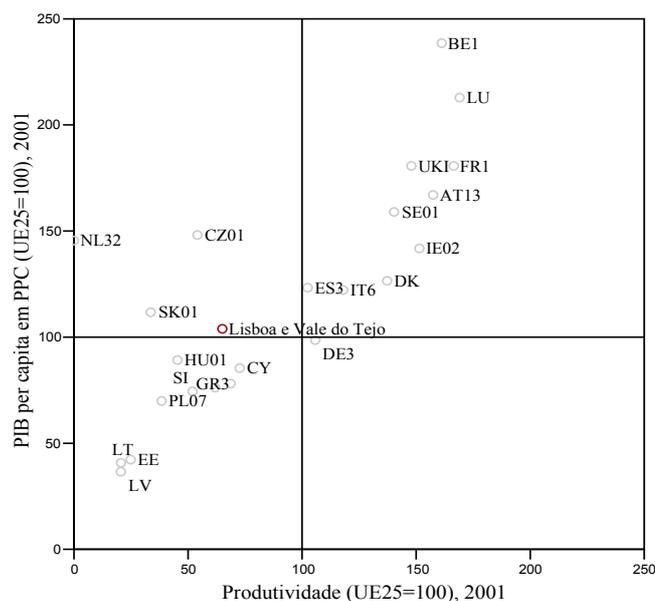
*Apresentados os principais resultados em matéria de evolução da competitividade e nível de vida da região de Lisboa e Vale do Tejo ao longo dos anos 90, é agora altura de passar a analisar a trajectória competitiva e o modelo de crescimento que têm vindo a ser privilegiados na região. No contexto da UE25, a RLVT parece exibir um modelo de crescimento, à semelhança do que acontece para o país, mais intensivo na utilização de recursos humanos do que na produtividade. Já no âmbito nacional, a região exhibe, pelo contrário, um modelo intensivo mais puxado pela produtividade e eficiência na organização e combinação de recursos progressivamente mais qualificados, destacando-se esta tendência, sobretudo, ao nível da Grande Lisboa e, em menor grau, da Península de Setúbal, ainda que esta sub-região venha a registar, neste campo, uma evolução desfavorável, ao contrário do que acontece com a Lezíria do Tejo. De destacar ainda a importância da Grande Lisboa no registo de produtividade da RLVT e o efeito penalizador da mobilidade geográfica nomeadamente para a Península de Setúbal, favorecendo a Grande Lisboa do ponto de vista de utilização de recursos humanos.*

*Salienta-se, em suma, o posicionamento claramente favorável da RLVT e, em particular, da Grande Lisboa, por comparação com o país e outras regiões, relativamente ao nível de utilização de recursos humanos e, sobretudo, de produtividade, manifestando, para além disso, ao contrário do registado noutras situações, um alinhamento competitivo entre produtividade e remunerações.*

*Ao nível mais microeconómico, destaque para o peso, ao nível do emprego, das pequenas e micro empresas, à semelhança do que acontece no resto do país, para as elevadas taxas de iniciativa empresarial, em termos relativos, no Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo, e de sobrevivência empresarial, no Oeste e Médio Tejo, com a RLVT a apresentar registos próximos dos nacionais, e para a elevada mobilidade laboral relativa e presença de capital estrangeiro apresentadas pela RLVT, devido aos registos da Grande Lisboa, acompanhada, no segundo caso, pela Península de Setúbal. Uma palavra final relativamente ao índice de dependência do emprego regional, que se revela especialmente baixo na RLVT e, em particular, na sub-região da Grande Lisboa, coexistindo esta situação, no entanto, no seio da região, com registos de dependência bastante elevados na Península de Setúbal e, em menor grau, na Lezíria do Tejo e Médio Tejo, reveladores de menores níveis de autonomia na decisão estratégica.*

Procurando avaliar as características fundamentais do modelo de crescimento da região de Lisboa e Vale do Tejo no contexto europeu, pela consideração, em primeiro lugar, dos posicionamentos comparados em matéria de produtividade (aparente do trabalho) e de utilização de recursos humanos (pelo recurso à taxa de emprego da população em idade activa), verifica-se que o seu comportamento é razoavelmente desfavorável no que toca à primeira, quer relativamente à média comunitária, quer à maioria das regiões da UE15 utilizadas como termo de comparação (apesar de se posicionar, a este nível, acima da maior parte das regiões capitais dos novos Estados Membros), sendo este registo relativamente compensado pelo nível de utilização de recursos humanos, no quadro de uma trajectória de crescimento que, à semelhança do que se passa, em maior ou menor grau, com o resto do país, assenta mais na utilização extensiva de “mais” factores produtivos do que propriamente na organização e combinação “melhoradas” de recursos progressivamente mais qualificados - ver Figura 2.2.1 e Figura 2.2.2.

**FIGURA 2.2.1 – PIB PER CAPITA E PRODUTIVIDADE: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



Legenda

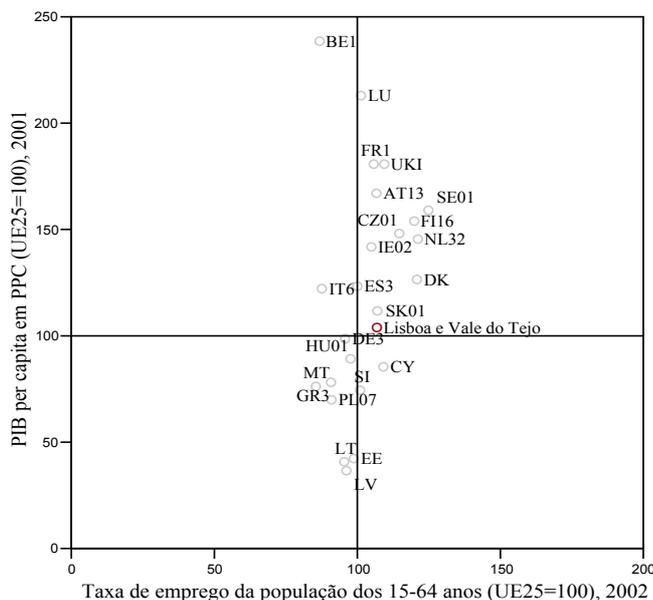
BE1-Reg. Bruxelles-Cap./Brussels Hfdst. Gew.	LU-Luxembourg (Grand-Duché)	EE-Eesti
DK-Danmark	NL32-Noord-Holland	HU01-Közép-Magyarország
DE3-Berlin	AT13-Wien	LT-Lietuva
GR3-Attiki	PT13-Lisboa e Vale do Tejo	LV-Latvija
ES3-Comunidad de Madrid	FI16-Uusimaa (Suuralue)	MT-Malta
FR1-Île de France	SE01-Stockholm	PL07-Mazowieckie
IE02-Southern and Eastern	UK1-London	SI-Slovenija
IT6-Lazio	CY-Kypros	SK01-Bratislavský
	CZ01-Praha	

Nota: Produtividade (VAB/Emprego) na UE25 = 46,52 milhares de euros por indivíduo empregado.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

No que concerne, com efeito, aos níveis de emprego regionais, é possível verificar que a região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta valores favoráveis em termos de taxas de emprego, no contexto europeu, dado posicionar-se acima da média da UE25 (62,8%). Em 2002, a taxa de emprego evidenciada pela região de Lisboa e Vale do Tejo aproximava-se dos níveis exibidos pelas regiões Southern and Eastern Ireland, Bratislava, Viena e Île de France. Por outro lado, é possível verificar que, face a regiões com níveis de PIB *per capita* aproximados, como é o caso de Berlim, a região de Lisboa e Vale do Tejo evidencia uma taxa de emprego mais acentuada - ver Figura 2.2.2.

**FIGURA 2.2.2 – PIB PER CAPITA E TAXA DE EMPREGO DA POPULAÇÃO DOS 15-64 ANOS: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



**Legenda**

BE1-Reg. Bruxelles-Cap./Brussels Hfdst. Gew.	IT6-Lazio	SE01-Stockholm	LT-Lietuva
DK-Danmark	LU-Luxembourg (Grand-Duché)	UKI-London	LV-Latvija
DE3-Berlin	NL32-Noord-Holland	CY-Kypros	MT-Malta
GR3-Attiki	AT13-Wien	CZ01-Praha	PL07-Mazowieckie
ES3-Comunidad de Madrid	PT13-Lisboa e Vale do Tejo	EE-Eesti	SI-Slovenija
FR1-Île de France	FI16-Uusimaa (Suuralue)	HU01-Közép-Magyarország	SK01-Bratislavský
IE02-Southern and Eastern			

Nota: Taxa de emprego da população dos 15-64 anos na UE25 (2002) = 62,8%.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

**CAIXA 2.2.1 – DECOMPOSIÇÃO DO TOPO DA PIRÂMIDE DA COMPETITIVIDADE TERRITORIAL**

A decomposição do topo da pirâmide da competitividade territorial permite “isolar” os vários elementos que compõem o padrão competitivo de uma região e fornece dados importantes sobre o contributo de cada um destes elementos e sobre o grau de influência, positiva ou negativa, que exercem sobre a posição competitiva da região no contexto nacional (Figura 1.2.3). A sua medição é, normalmente, apresentada de forma integrada - o nível de PIB *per capita* -, e apreendida em termos do nível de vida que lhe está associado. A sua decomposição constitui um instrumento útil de orientação das políticas públicas no sentido de adequação das respectivas prioridades de actuação à dissipação dos factores que, efectivamente, condicionam esse posicionamento competitivo e, naturalmente, de orientação dos objectivos de desenvolvimento regional à luz de um conhecimento equilibrado dos motivos que influenciam o padrão de desenvolvimento regional, nomeadamente, se este é mais influenciado por:

- Factores associados ao nível de produtividade. As regiões cujo padrão de competitividade se alicerça em diferenças positivas de produtividade face à média nacional traduzem uma capacidade acrescida de orientar os seus resultados produtivos no sentido de um equilíbrio mais eficiente entre a afectação dos recursos disponíveis e os respectivos objectivos de inserção no mercado;
- Factores associados à mobilidade geográfica da população empregada. As regiões cujo padrão de competitividade se alicerça em diferenças positivas deste indicador face à média nacional traduzem uma estrutura produtiva dinâmica e cujo patamar competitivo é sustentado, em parte, por uma significativa capacidade de absorção de recursos humanos

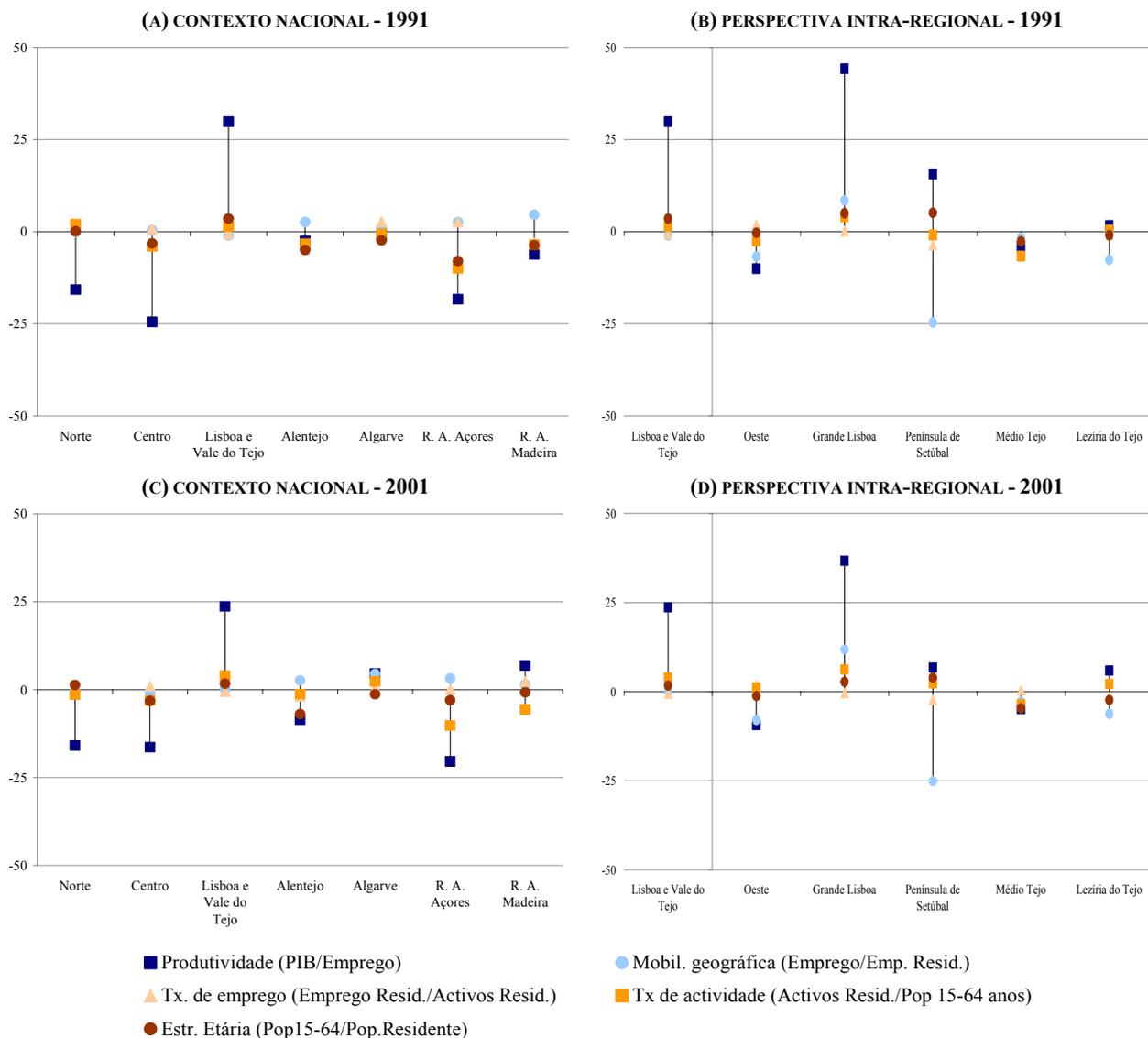
residentes noutras regiões;

- Factores associados à taxa de emprego. As regiões cujo padrão de competitividade se alicerça em diferenças positivas da sua taxa de emprego face à média nacional traduzem um patamar competitivo sustentado, em parte, na sua capacidade de manter empregada a sua população activa. A tónica coloca-se do lado da oferta de emprego, em termos da disponibilidade de postos de trabalho;
- Factores associados à taxa de actividade. As regiões cujo padrão de competitividade se alicerça em diferenças positivas da sua taxa de actividade face à média nacional traduzem uma capacidade mais significativa de manter em actividade parcelas mais elevadas da respectiva população em idade activa, o que se pode entender como um maior dinamismo da população que é indutor de uma redução dos normais desfasamentos temporais que se verificam na compatibilização dos recursos humanos em idade activa e os postos de trabalho disponíveis na região. A tónica coloca-se do lado da procura de emprego, em termos da disponibilidade da população para o trabalho;
- Factores associados à estrutura etária. As regiões cujo padrão de competitividade se alicerça em diferenças positivas da sua estrutura etária face à média nacional traduzem uma relação mais virtuosa do peso de população em idade activa na população residente, destacando-se, assim, pela negativa, as regiões especialmente jovens ou particularmente envelhecidas.

A decomposição dos vários elementos que compõem o padrão competitivo da RLVT, no contexto nacional, permite destacar, de forma clara, os elevados níveis relativos de produtividade exibidos. Em matéria de utilização de recursos humanos, a região aparece mais alinhada com a média nacional, ainda que com diferenciais ligeiramente positivos ao nível da taxa de actividade e da estrutura etária, traduzindo, neste último caso, uma relação mais equilibrada entre população em idade activa e população residente.

Numa óptica intra-regional, destacam-se os níveis mais acentuados de produtividade da Grande Lisboa e, em menor grau, e com tendência regressiva, da Península de Setúbal, ao mesmo tempo que a Lezíria do Tejo vai revelando uma dinâmica cada vez mais favorável, em oposição ao que sucede, nomeadamente, com o Oeste. Destaque, do lado da utilização dos recursos humanos, para o contributo fortemente negativo da mobilidade geográfica do emprego na Península de Setúbal e, em menor grau, na Lezíria do Tejo e no Oeste, beneficiando, desta forma, claramente, a Grande Lisboa, reveladora de uma estrutura produtiva mais dinâmica - ver Figura 2.2.3.

**FIGURA 2.2.3 – DECOMPOSIÇÃO DO TOPO DA PIRÂMIDE DA COMPETITIVIDADE TERRITORIAL NOS ANOS 90  
(DIFERENÇAS EM PONTOS PERCENTUAIS FACE À MÉDIA NACIONAL)**



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

Se optarmos agora, a este nível, por uma análise mais agregada em matéria de decomposição do PIB *per capita*, aparecendo a competitividade e nível de vida de um determinado território como resultado da conjugação, basicamente, de duas componentes fundamentais, a produtividade (PIB por pessoa empregada) e a taxa de utilização de recursos humanos (número total de pessoas empregadas relativamente à população residente)<sup>10</sup>, verifica-se que a região de Lisboa e Vale do Tejo se coloca acima

<sup>10</sup> Deste modo, a melhoria dos níveis de PIB per capita de uma região pode ser incentivada quer pela melhoria dos níveis de produtividade (ou de qualidade de emprego), quer pelo aumento no número de postos de trabalho ocupados, isto é, para atingir níveis elevados de PIB per capita é necessário, por um lado, produzir com eficiência e, por outro lado, sem negligenciar esses níveis de eficiência, conseguir criar postos de trabalho que permitam

da média nacional quer nos níveis de produtividade exibidos, quer ao nível da taxa de utilização de recursos humanos. Assim sendo, os níveis superiores de PIB *per capita* evidenciados pela RLVT, comparativamente com a média nacional, resultam de uma conjugação de níveis de valor acrescentado por trabalhador mais elevados, com taxas de trabalhadores a contribuírem para a produção da região, também, mais elevadas.

A região de Lisboa e Vale do Tejo manteve-se, com efeito, ao longo da década de 90, com níveis de produtividade superiores à média nacional, colocando-se, no período 2000-2001, cerca de 25% acima da produtividade média nacional. No que diz respeito à taxa de utilização de recursos humanos, é possível verificar que, não obstante superar a média nacional ao longo da década, o distanciamento evidenciado pela região de Lisboa e Vale do Tejo é consideravelmente menor, dado, no período 2000-2001, a região superar a taxa média nacional de utilização de recursos humanos em apenas cerca de 6%. Deste modo, é possível concluir que, apesar do posicionamento favorável da região de Lisboa e Vale do Tejo, face à média nacional, em ambas as componentes analisadas, o efeito de estímulo no nível de PIB *per capita* regional é, fundamentalmente, induzido pelos níveis de produtividade exibidos pela região. Esta situação deve ser enquadrada, entre outros aspectos, com a estrutura de habilitações de recursos humanos mais favorável da região (dada a maior importância relativa dos níveis habilitacionais mais elevados aqui registada), face ao espaço nacional, o que contribui para o aumento dos níveis médios regionais de produtividade.

A análise intra-regional da decomposição dos níveis de PIB *per capita* da região de Lisboa e Vale do Tejo nas suas componentes produtividade e taxa de utilização de recursos humanos permite detectar comportamentos heterogéneos nas NUTS III da região.

Deste modo, tendo como base os gráficos em seguida colocados, é possível verificar que os níveis mais elevados de PIB *per capita* exibidos pela região da Grande Lisboa são explicados pela coexistência de níveis de produtividade e de taxas de utilização de recursos humanos superiores à média nacional. Com efeito, no período 2000-2001, a região da Grande Lisboa apresentava níveis de produtividade superiores em 38% à média nacional e uma taxa de utilização de recursos humanos superior em 25% à taxa média nacional.

Para além do elevado nível de produtividade da Grande Lisboa (no contexto nacional), também as sub-regiões da Península de Setúbal e da Lezíria do Tejo registaram produtividades acima da média nacional, embora com tendências distintas: a primeira, com uma tendência de aproximação à média nacional em virtude de ter apresentado na segunda metade do período em análise ritmos de evolução da produtividade inferiores à média nacional, sobretudo no sector automóvel, que assume o papel de motor da economia desta sub-região; a segunda, com ritmos de crescimento da produtividade que lhe permitem afastar-se (positivamente) da média nacional.

O posicionamento relativo desfavorável das regiões Península de Setúbal e Lezíria do Tejo, no que concerne aos níveis exibidos de PIB *per capita*, é, assim, no essencial, justificado pelas fracas taxas de

---

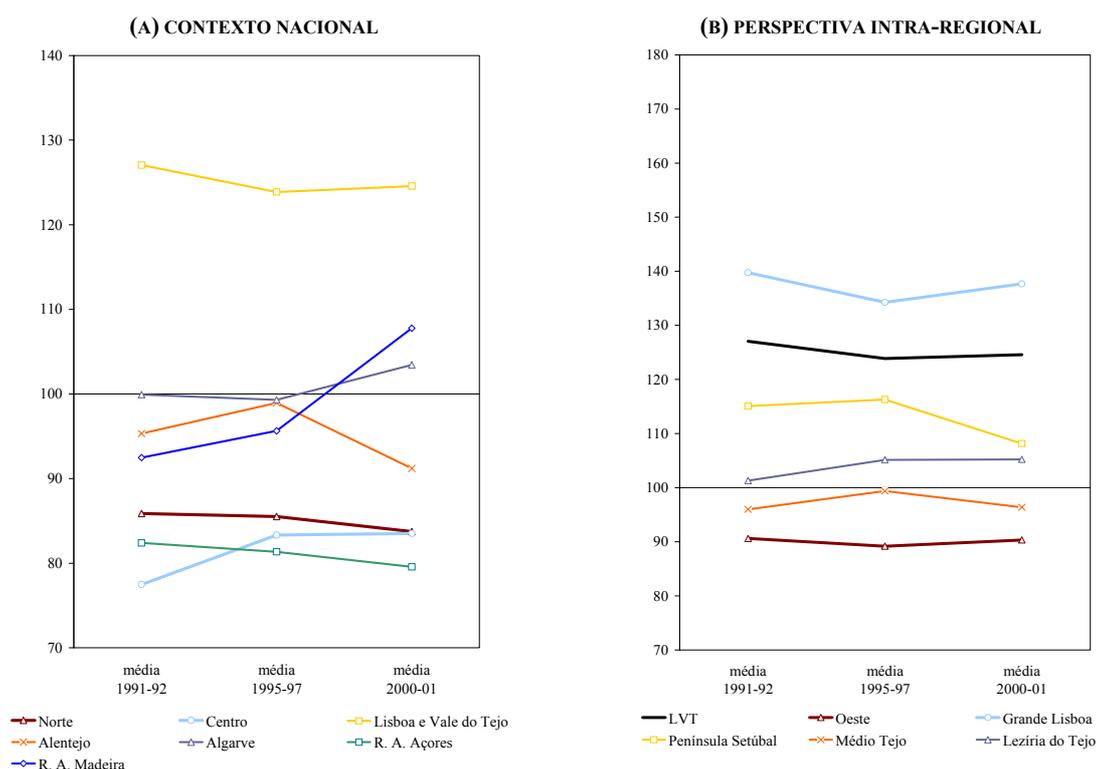
mobilizar os recursos humanos disponíveis. Deste modo, na análise da evolução do nível de vida de uma região, é possível identificar o grau de combinação e substituição entre uma “melhor” ou “maior” utilização dos recursos humanos.

utilização de recursos humanos registadas nestas regiões. Com efeito, apesar de ambas as NUTS III evidenciarem níveis de produtividade acima da média nacional, as fracas taxas de utilização de recursos humanos registadas contribuem para a existência de níveis de PIB *per capita* inferiores à média nacional.

A forte relevância dos movimentos pendulares de residentes na Península de Setúbal para trabalharem na Grande Lisboa constitui a mais importante explicação da forte disparidade verificada nas taxas de utilização de recursos humanos nas sub-regiões de Lisboa e Vale do Tejo, que resultam, sobretudo, do valor muito elevado da Grande Lisboa e do seu reverso no reduzido valor da Península de Setúbal. Estes resultados derivam, como foi visto atrás, do desfasamento entre local de trabalho (forma como é avaliado o numerador deste indicador) e local de residência (subjacente à mensuração do denominador).

No que diz respeito às regiões Oeste e Médio Tejo, é possível observar que o posicionamento desfavorável no panorama nacional, ao nível do indicador PIB *per capita*, se encontra alicerçado na coexistência de dois contributos negativos: níveis de produtividade abaixo da média nacional e taxas de utilização de recursos humanos também inferiores à média nacional.

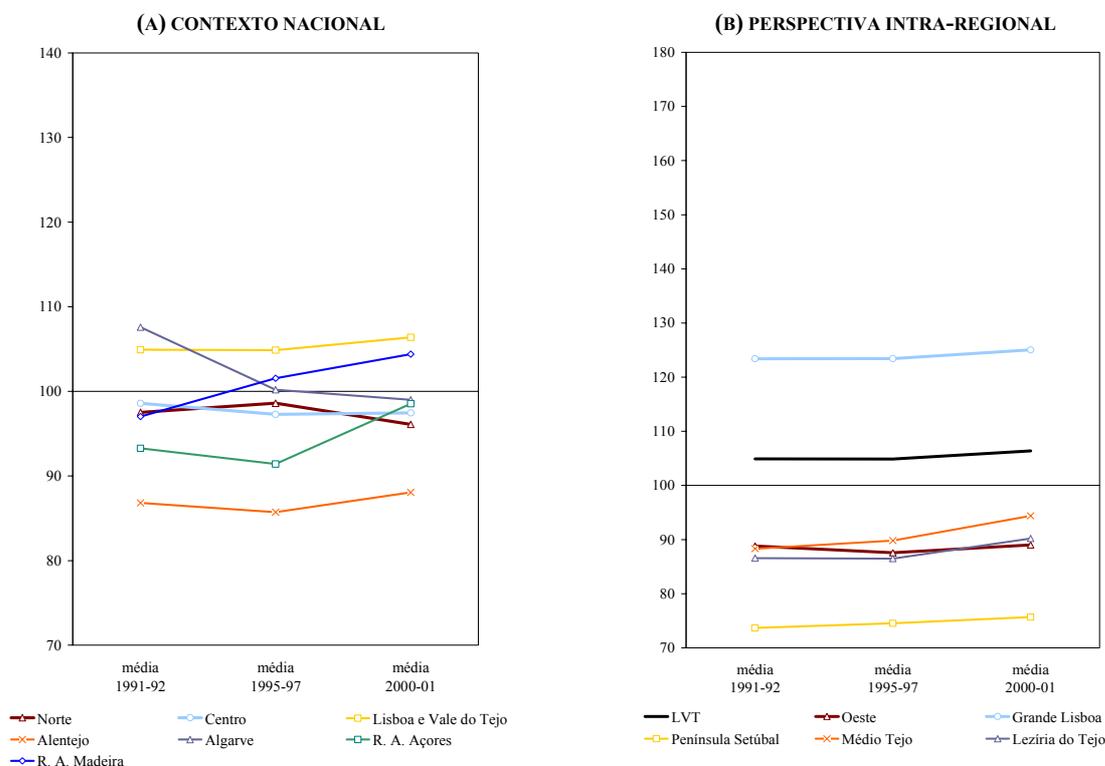
**FIGURA 2.2.4 – EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE NOS ANOS 90:  
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL  
(PORTUGAL=100)**



Nota: Produtividade do trabalho = PIB/Emprego.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

**FIGURA 2.2.5 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL (PORTUGAL = 100)**



Nota: Taxa de utilização dos recursos humanos = Emprego em % da população residente.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

Tendo como base a decomposição dos indicadores que influenciam o nível global de competitividade de cada região, é possível analisar a trajectória de competitividade desenhada pela região de Lisboa e Vale do Tejo, ao longo da década de 90. Deste modo, a figura em seguida colocada sistematiza o posicionamento relativo da região, face ao espaço nacional, no que concerne ao índice regional e índices intra-regionais de produtividade e de utilização de recursos humanos.

Na primeira metade da década de 90, a aproximação de Lisboa e Vale do Tejo à média nacional do PIB *per capita* resulta de uma atenuação do diferencial de produtividade, enquanto, na segunda metade da década, o seu afastamento da média nacional é explicado, essencialmente, por um maior grau de utilização dos recursos humanos disponíveis na região. A sub-região da Grande Lisboa regista uma trajectória similar à RLVT.

A aproximação à média nacional da Lezíria do Tejo, melhorando, em termos globais, a sua posição competitiva, é efectuada, na primeira metade da década de 90, em resultado de uma melhoria do nível de produtividade e, na segunda metade, em resultado de uma maior utilização dos recursos humanos.

A Península de Setúbal registou, na primeira fase, uma melhoria do nível de produtividade associada a uma maior utilização dos recursos humanos, enquanto, na segunda fase, manteve o crescimento do grau de utilização dos recursos humanos, mas, desta vez, associado a uma forte quebra do nível de

produtividade. É de referir, no entanto, que esta melhoria no posicionamento relativo das taxas de utilização dos recursos humanos na Península de Setúbal foi insuficiente para convergir para a taxa média de utilização dos recursos humanos a nível nacional.

O Oeste apresenta, no final do período em análise, o mesmo posicionamento que no início, não obstante ter registado, no meio do período, um afastamento relativamente à média nacional, quer ao nível da produtividade, quer do grau de utilização dos recursos humanos.

Por último, a trajectória de competitividade do Médio Tejo é caracterizada por uma melhor e maior utilização dos recursos humanos no primeiro período em análise, enquanto, no segundo, continua a registar um aumento da taxa de utilização dos recursos humanos, mas, neste caso, associado a uma diminuição dos níveis de produtividade relativa face ao país.

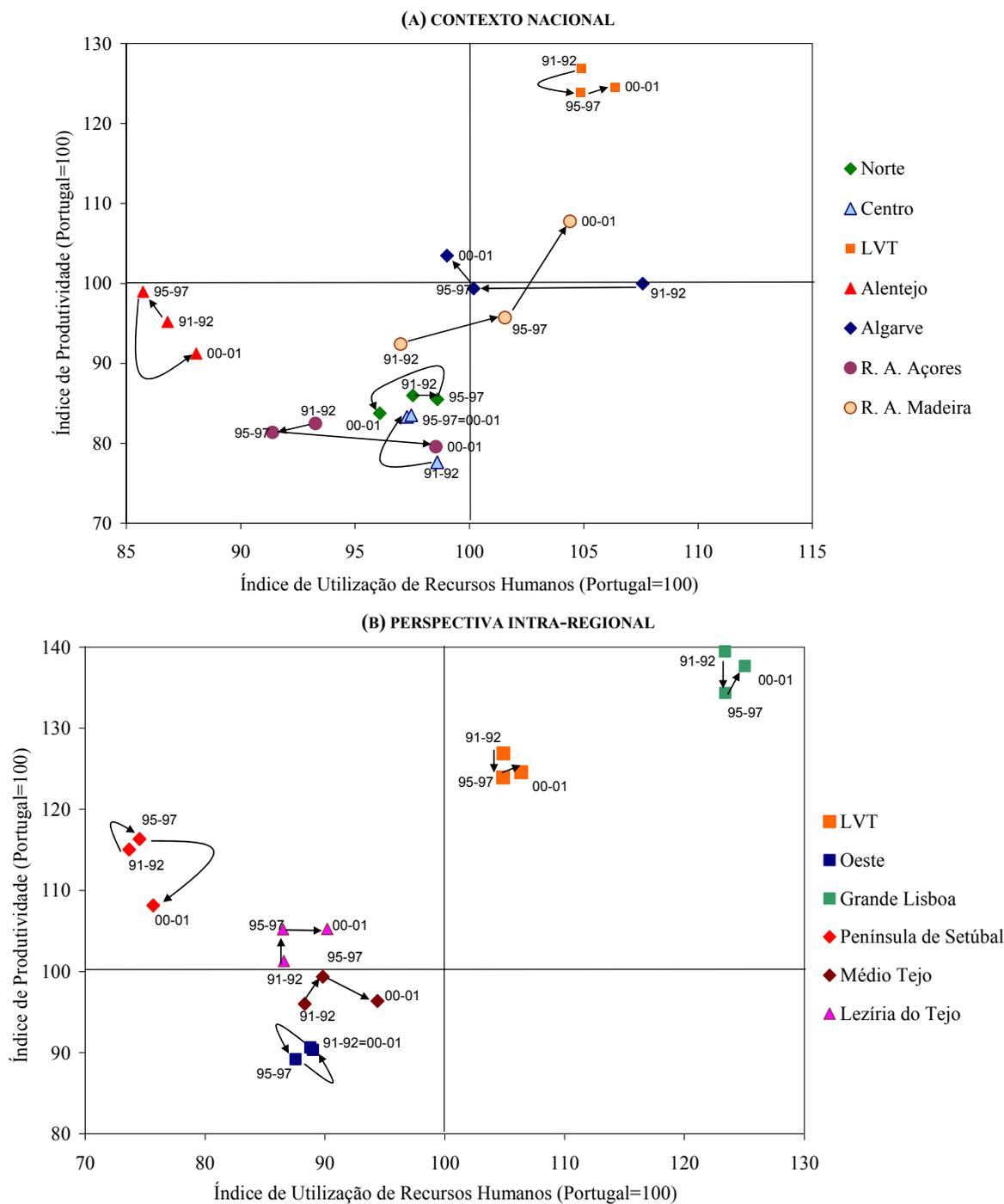
A trajectória de eficiência produtiva desenhada, por outro lado, pela região de Lisboa e Vale do Tejo, no período 1995-2001, pode ser analisada com base na evolução conjugada dos níveis de produtividade e das remunerações por empregado na região face ao espaço nacional.

A região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta um posicionamento favorável face ao espaço nacional quer em termos dos níveis de produtividade, quer em termos dos níveis de remuneração média por empregado (ver Figura 2.2.7).

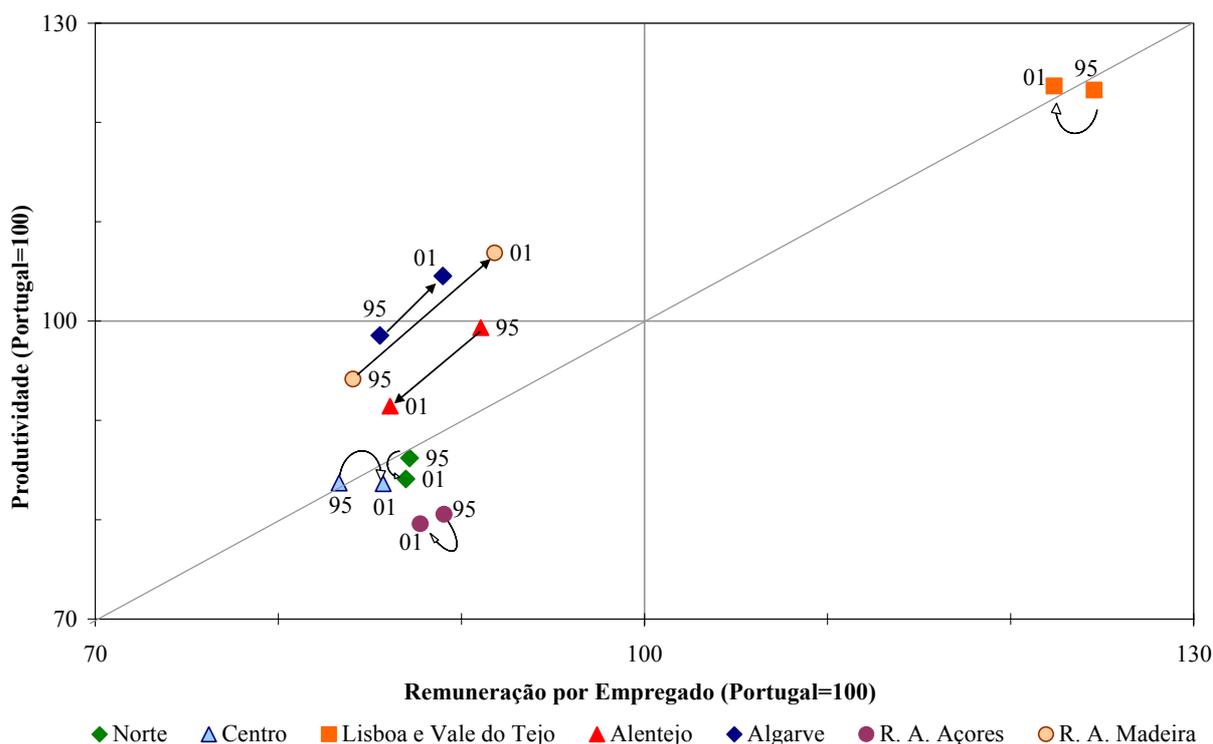
Os níveis mais elevados de produtividade exibidos pela RLVT, face ao espaço nacional, enquadram-se com os melhores níveis habilitacionais dos recursos humanos da região, com a valorização de factores-chave de competitividade no desenvolvimento das actividades produtivas, promotores de sustentabilidade competitiva, e com a presença relativa mais expressiva, na região, de processos produtivos que tendem a favorecer a inovação. Por outro lado, os níveis remuneratórios mais elevados dos trabalhadores da RLVT devem ser enquadrados com o facto da região apresentar no seu perfil de especialização uma carência de sectores que tendem a assentar os seus modelos de negócio na exploração de baixos custos de trabalho, bem como com a presença, na região, de mão-de-obra com melhores níveis habilitacionais, os quais tendem, em geral, a estar associados a níveis remuneratórios mais elevados.

Ao longo do período 1995-2001, a região evidenciou uma tendência de regressão do seu posicionamento face ao espaço nacional ao nível das remunerações médias por empregado, dado, em 1995, superar as remunerações médias nacionais em cerca de 25% e, em 2000, esse diferencial positivo ter declinado para 22%. A deterioração do posicionamento da região ao nível das remunerações por empregado foi acompanhada por uma ligeira melhoria nos níveis de produtividade da região, que alargaram o seu diferencial positivo face à média nacional de 23% para 24%.

**FIGURA 2.2.6 – TRAJECTÓRIAS REGIONAIS DE COMPETITIVIDADE NOS ANOS 90**



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

**FIGURA 2.2.7 – TRAJECTÓRIAS REGIONAIS DE PRODUTIVIDADE E REMUNERAÇÕES NOS ANOS 90**


Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

Ao nível mais microeconómico, a dinâmica competitiva empresarial de uma economia regional tem subjacente uma tendência de demografia empresarial, de empreendedorismo e de surgimento de novos negócios, e traduz uma estrutura de concentração empresarial, que tem intrínseca, por sua vez, um maior ou menor grau de rivalidade entre os agentes empresariais, influenciando, como tal, necessariamente, a performance empresarial.

Deste modo, procede-se, em seguida, à análise da evolução da estrutura do tecido empresarial, por escalões de dimensão, da região de Lisboa e Vale do Tejo, na década de 90, com vista a reter as principais especificidades da sua estrutura de concentração empresarial, bem como as principais mudanças operadas na região - ver Figura 2.2.8.

A estrutura do tecido empresarial, por escalões de dimensão, da RLVT, em 1991, aponta para um peso relativo, na região, de microempresas (menos de 10 pessoas ao serviço) bastante próximo da média nacional (respectivamente, 77,8% e 77,4%), bem como um peso muito aproximado das muito pequenas empresas - entre 10 e 49 trabalhadores (respectivamente, 18% e 18,5%) -, e um peso relativo dos escalões dimensionais mais elevados ligeiramente superior na região, dada a importância assumida pelas médias empresas (entre 250 e 499 trabalhadores) e pelas grandes empresas (acima de 500 trabalhadores) ser, respectivamente, na região e no espaço nacional, de 0,7% e 0,5%.

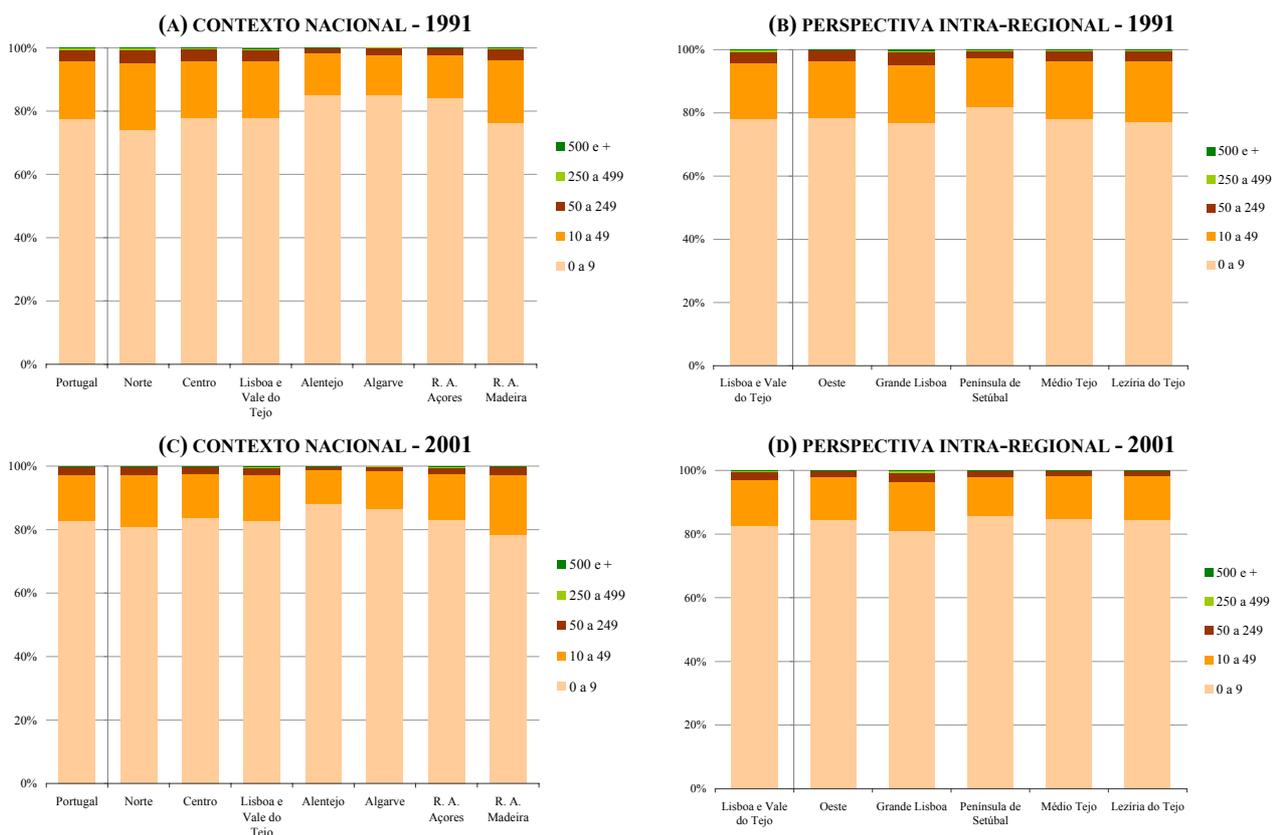
Ao longo da década de 90, é possível reter, à escala nacional, uma evolução do tecido empresarial, por escalões de dimensão, pautada por uma atenuação do grau de concentração do tecido empresarial, dado o reforço dos escalões empresariais de menor dimensão e o esbatimento do peso dos segmentos dimensionais mais elevados. Com efeito, a dinâmica empresarial recente na economia portuguesa pauta-

se por uma demografia empresarial bastante turbulenta, a qual tem intrínseca uma alteração da estrutura dimensional com reforço das micro e pequenas empresas.

Esta tendência de reforço da fragmentação do tecido empresarial assinalada no espaço nacional foi, também, bastante visível na região de Lisboa e Vale do Tejo. Com efeito, ao longo da década, assistiu-se, na região, a um considerável reforço do peso das microempresas (77,8% para 82,7%) e a uma redução da importância dos escalões dimensionais mais elevados, tendo o peso das médias e grandes empresas diminuído de 0,7% para 0,5%.

A evolução da estrutura dimensional do tecido empresarial da RLVT, numa perspectiva intra-regional, permite verificar que todas as NUTS III acompanharam a tendência nacional de atenuação do grau de concentração do tecido empresarial, o qual tem intrínseco um reforço do peso das micro e pequenas empresas no tecido empresarial, por contrapartida de um esbatimento da importância assumida pelos escalões dimensionais mais elevados. Apesar das tendências análogas desenhadas pelas NUTS III, as estruturas dimensionais de cada região continuaram, em 2001, a apresentar certas especificidades. Com efeito, a região da Grande Lisboa continuou a demarcar-se das restantes NUTS III pelo grau de concentração empresarial mais elevado, dado assumir-se como a região com o peso mais diminuto de micro e pequenas empresas e com a importância mais expressiva de empresas de maior dimensão.

**FIGURA 2.2.8 – ESTRUTURA DO TECIDO EMPRESARIAL POR ESCALÕES DE DIMENSÃO, NOS ANOS 90**



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

A dinâmica empresarial de uma economia regional, para além de se encontrar intimamente relacionada com a estrutura empresarial regional, a qual tem intrínseca um maior ou menor grau de rivalidade entre os agentes empresariais, tem subjacente uma tendência de demografia empresarial. A trajectória regional de demografia do tecido empresarial permite reter o grau de criação e encerramento de novas empresas, que se associam ao potencial de empreendedorismo regional e à sua capacidade de atingir níveis relevantes de maturidade empresarial, tendo em conta que uma elevada rotatividade empresarial pode reflectir quer uma considerável taxa de iniciativa regional, quer alguma dificuldade de sustentação de uma posição competitiva no mercado.

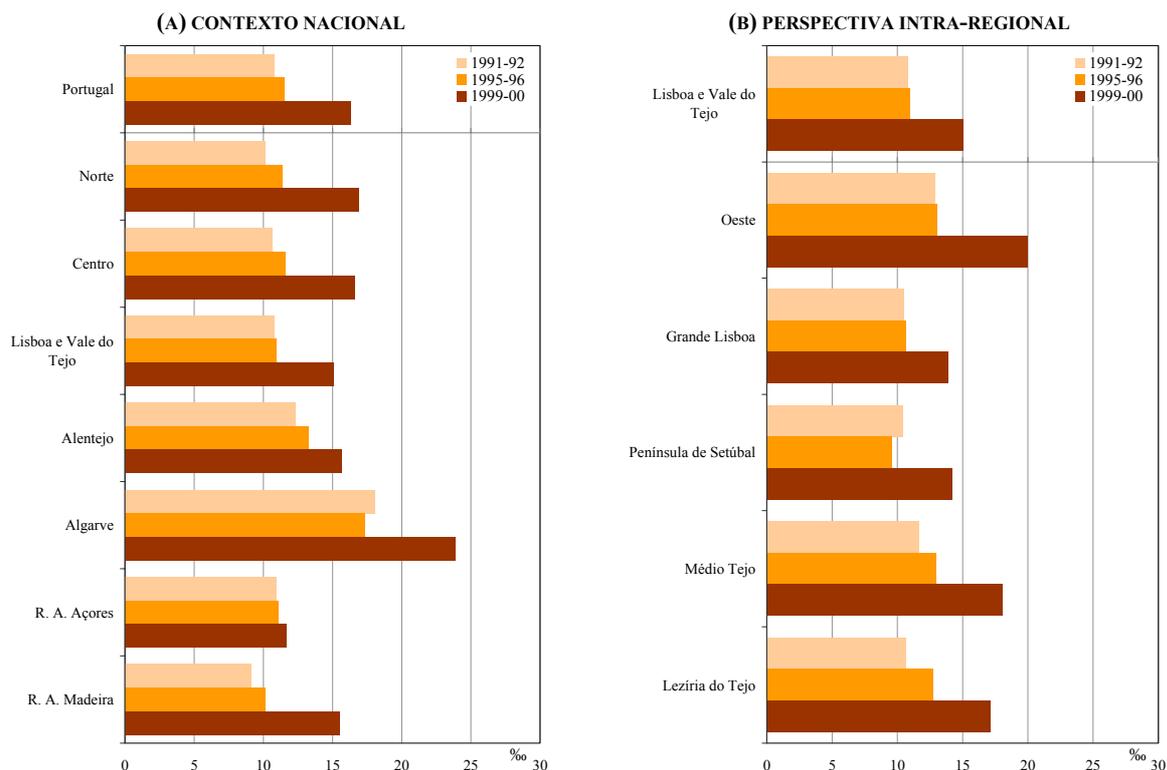
Neste contexto, procede-se à análise da evolução da taxa de iniciativa da RLVT, ao longo da década de 90, obtida através do peso que assume a criação de novas empresas no total da população activa - ver Figura 2.2.9 - com vista a aferir a capacidade da população activa em gerar novas empresas e iniciativas regionais.

Ao longo da década de 90, a região de Lisboa e Vale do Tejo desenhou uma tendência de aumento da sua taxa de iniciativa regional. No entanto, esta tendência foi insuficiente para acompanhar a capacidade média de criação de novas iniciativas no espaço nacional. Com efeito, no período 1999-2000, registou-se a criação de 15 empresas por cada mil residentes em idade activa na RLVT, enquanto, no mesmo período, em média, no espaço nacional, foram criadas 16 empresas por cada mil residentes em idade activa.

Colocando o foco na capacidade de gerar novas iniciativas empresariais na região de Lisboa e Vale do Tejo, segundo uma perspectiva intra-regional, assinala-se, em todas as NUTS III, uma tendência de reforço dos níveis de empreendedorismo, ao longo da década de 90. As taxas de iniciativa empresarial evidenciadas pelas NUTS III estão, contudo, longe de serem homogéneas.

A região Oeste apresenta-se como a NUTS III que evidencia a maior propensão para a criação de iniciativas empresariais por parte da população activa, enquadrando-se esta maior propensão para a criação do próprio emprego com a estrutura empresarial predominante na região, dado a mesma ser vinculada por um peso bastante expressivo das empresas de menor dimensão.

**FIGURA 2.2.9 – TAXA DE INICIATIVA EMPRESARIAL NOS ANOS 90**

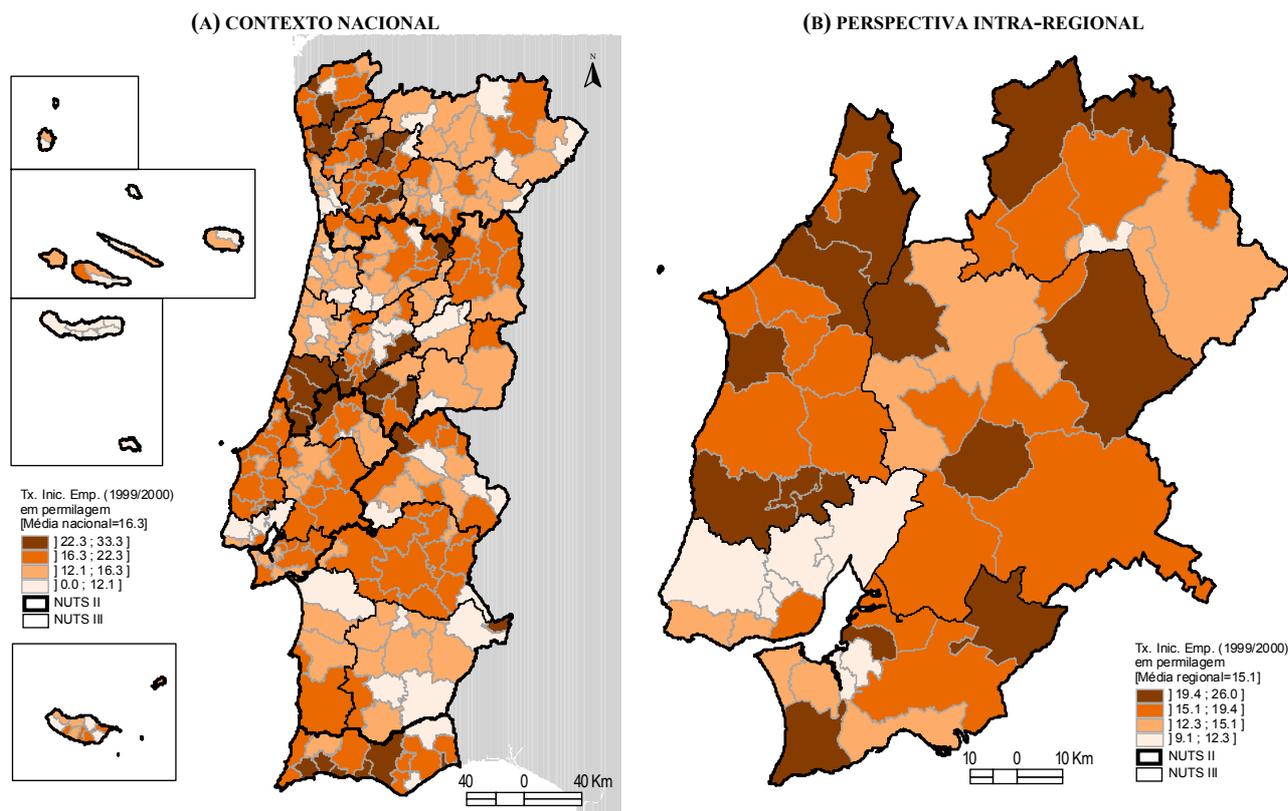


Nota: Taxa de iniciativa = N° de novas empresas/População Activa (em permilagem).

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

Para pormenorizar a análise da capacidade de gerar novas iniciativas na região de Lisboa e Vale do Tejo, procede-se a uma abordagem comparada das taxas de iniciativa empresariais segundo uma perspectiva concelhia. Deste modo, os concelhos que evidenciam taxas de iniciativa empresariais mais acentuadas são Ourém, Arruda dos Vinhos, Gavião, Alcobaça, Ferreira do Zêzere e Salvaterra de Magos, com mais de 22 empresas criadas por cada mil residentes em idade activa. Por oposição, os concelhos que evidenciam menores taxas de iniciativa empresariais são os concelhos de Vila Nova da Barquinha, Amadora, Odivelas e Loures - zonas de cariz mais residencial que empresarial - com menos de 10 empresas criadas por cada mil residentes em idade activa (ver Figura 2.2.10).

**FIGURA 2.2.10 – TAXA DE INICIATIVA EMPRESARIAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (1999/2000)**



Nota: Taxa de iniciativa = N<sup>o</sup> de novas empresas/População Activa (em permilagem).

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

Após a aferição da propensão para a criação de novas iniciativas empresariais, importa avaliar qual o grau de sucesso/insucesso empresarial das mesmas, o qual permite indiciar a capacidade destas iniciativas superarem os obstáculos concorrenciais e de sustentarem uma posição competitiva no mercado.

Deste modo, após a condução de uma abordagem centrada nos níveis de empreendedorismo regionais, aferidos através das taxas de iniciativa empresariais, afigura-se relevante medir o grau de sucesso das iniciativas conduzidas, recorrendo, para tal, às taxas de sobrevivência empresariais registadas por cada região. Tendo como base a figura seguinte, é possível efectuar uma análise comparativa da região de Lisboa e Vale do Tejo, face às restantes realidades nacionais, no que concerne às taxas de sobrevivência empresariais evidenciadas.

Ao longo da década de 90, a região de Lisboa e Vale do Tejo acompanhou a tendência registada em todo o espaço nacional de redução das taxas de sobrevivência empresariais. Com efeito, na região de Lisboa e Vale do Tejo, cerca de 79,5% das empresas criadas, no período 1991-92, mantinham-se em funcionamento após 1 ano, enquanto, no período 1998-99, apenas 72,6% das empresas se mantinham em funcionamento ao fim de 1 ano.

Deste modo, a tendência de aumento das taxas de iniciativas empresariais na região de Lisboa e Vale do Tejo e no espaço nacional, atrás assinalada, deve ser enquadrada com a detectada tendência de redução das taxas de sobrevivência empresariais, indiciando que o aumento das iniciativas empresariais não se

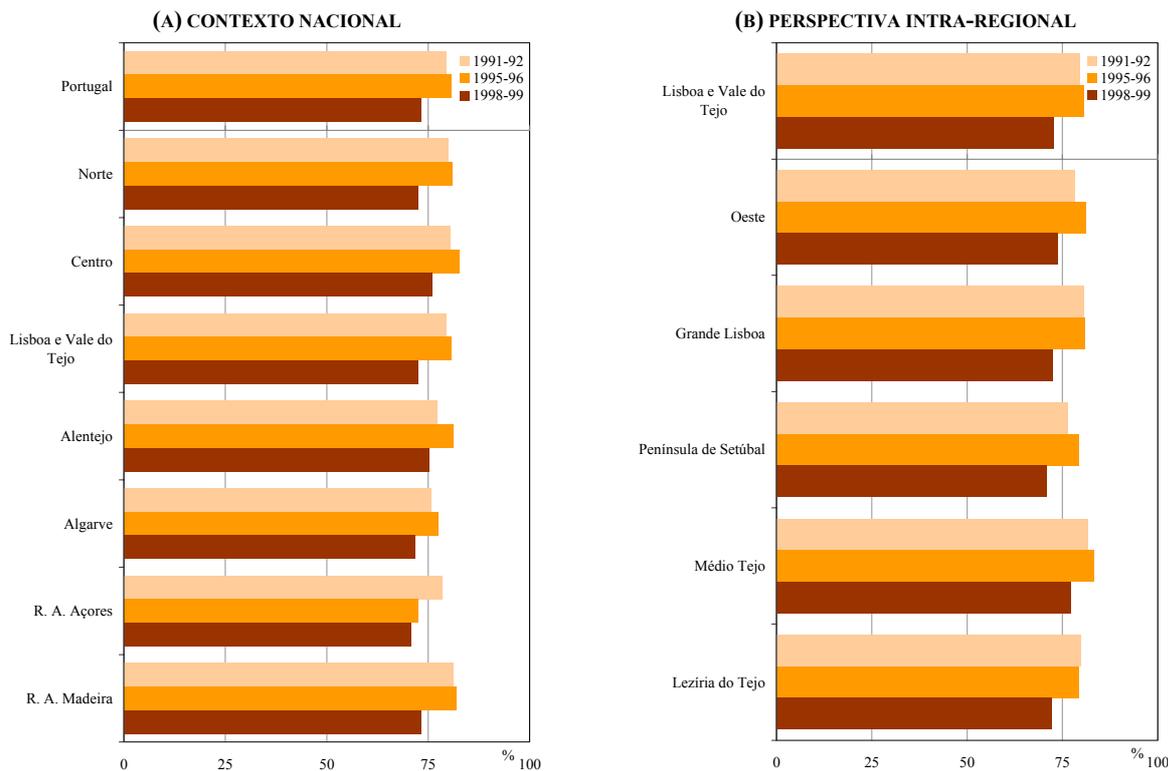
repercutiu no aumento da capacidade de sustentação destas iniciativas no mercado. Assim sendo, a RLVT, à semelhança do espaço nacional, revelou-se incapaz de transformar o aumento dos níveis de empreendedorismo regional em níveis favoráveis de sobrevivência empresarial, fomentando, como tal, os níveis de turbulência no mercado.

Com efeito, a dinâmica empresarial recente na economia portuguesa pauta-se por uma demografia empresarial turbulenta, a qual tem intrínsecas elevadas taxas de natalidade (associadas a elevadas taxas de iniciativa) e elevadas taxas de mortalidade infantil (associadas a uma redução das taxas de sobrevivência empresariais), tendo como resultado, contudo, um saldo fisiológico positivo do tecido empresarial e contribuindo para uma significativa renovação do tecido empresarial, com um peso muito significativo de empresas jovens que apresentam uma reduzida “esperança de vida à nascença”.

Do ponto de vista intra-regional, observa-se que todas as NUTS III da região de Lisboa e Vale do Tejo acompanharam, ao longo da década de 90, a tendência de redução das taxas de sobrevivência empresariais registada pela NUTS II onde se inserem.

A Península de Setúbal assume-se como a NUTS III da região de Lisboa e Vale do Tejo com a taxa de sobrevivência empresarial mais reduzida no período 1998-99, 70,7%, o que se enquadra com os elevados níveis de desemprego exibidos por esta região (com efeito, a Península de Setúbal era a NUTS III da região de Lisboa e Vale do Tejo com a taxa de desemprego mais gravosa, no ano 2001).

**FIGURA 2.2.11 – TAXA DE SOBREVIVÊNCIA EMPRESARIAL NOS ANOS 90**

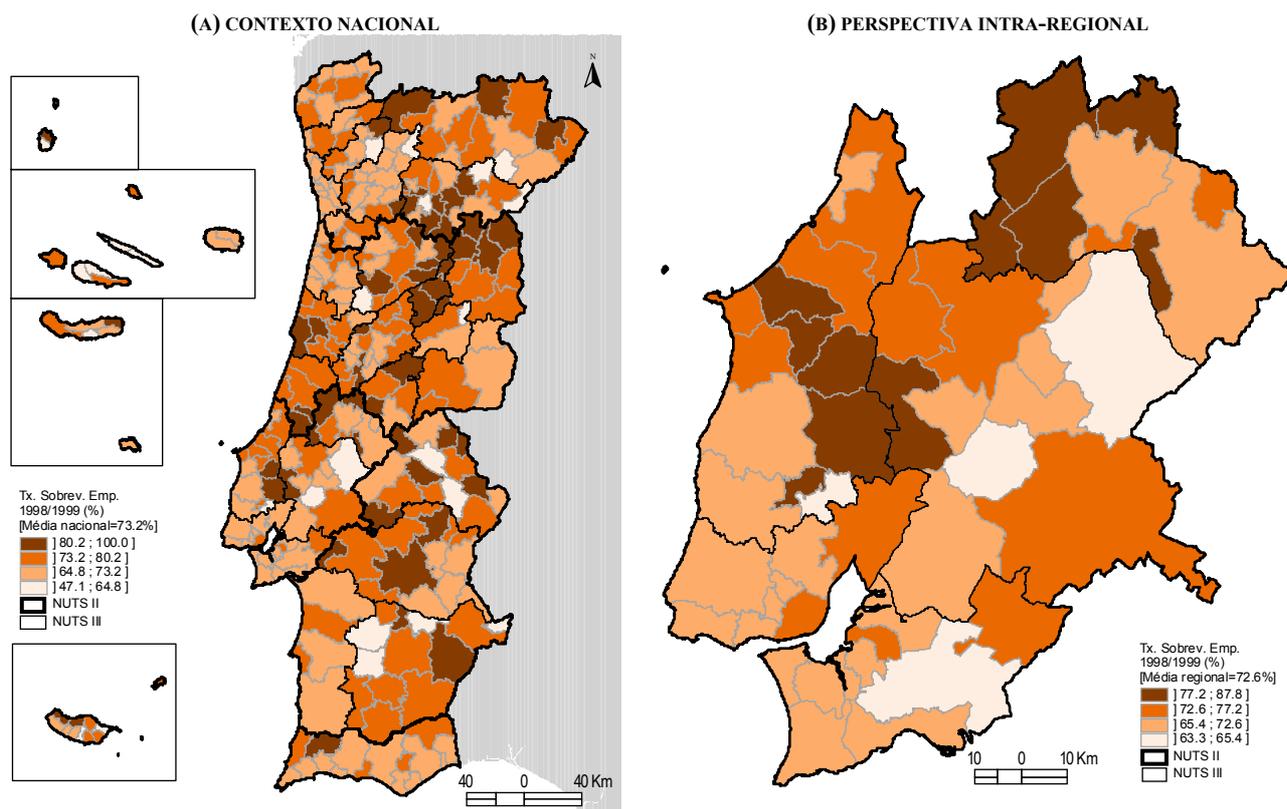


Nota: Taxa de sobrevivência = N° de empresas que se mantêm em actividade por 1 ano/N° de novas empresas.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

Conduzindo a análise das taxas de sobrevivência empresariais, na região de Lisboa e Vale do Tejo, segundo uma vertente concelhia, detectam-se diversas heterogeneidades intra-regionais (ver Figura 2.2.12). Assim sendo, é possível apontar um conjunto de concelhos que evidenciam taxas de sobrevivência empresariais mais acentuadas, como sejam Sintra, Seixal, Caldas da Rainha, Ferreira do Zêzere, Bombarral e Alcanena, com taxas de sobrevivência empresariais superiores a 81%. E por oposição, assinala-se um conjunto de concelhos que evidenciam menores taxas de sobrevivência empresariais, designadamente os concelhos de Alenquer, Alcochete, Entroncamento, Montijo, Odivelas, Almeirim e Cascais, com taxas de sobrevivência empresariais inferiores a 69%.

**FIGURA 2.2.12 – TAXA DE SOBREVIVÊNCIA EMPRESARIAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (1998/1999)**



Nota: Taxa de sobrevivência = N° de empresas que se mantêm em actividade por 1 ano/N° de novas empresas.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

Em seguida, importa analisar, ainda neste quadro, o grau de dependência versus autonomia de cada região, ao nível da capacidade de gerar postos de trabalho, o que se encontra intimamente ligado com os níveis de atractividade que a região exhibe para as actividades empresariais, quer no que se refere à capacidade de fornecer uma base de mão-de-obra com as competências e qualificações necessárias ao funcionamento das actividades empresariais, quer no que concerne à densidade e diversidade da sua base de serviços de suporte à actividade empresarial, influenciando, como tal, necessariamente, no grau de concentração da distribuição empresarial evidenciado e no potencial regional de influência das decisões de sedeação das actividades empresariais na região.

O indicador de dependência regional do emprego reflecte a percentagem do emprego em estabelecimentos da região pertencentes a empresas com sede fora da região, indiciando, como tal, a capacidade de polarização empresarial por parte de cada região.

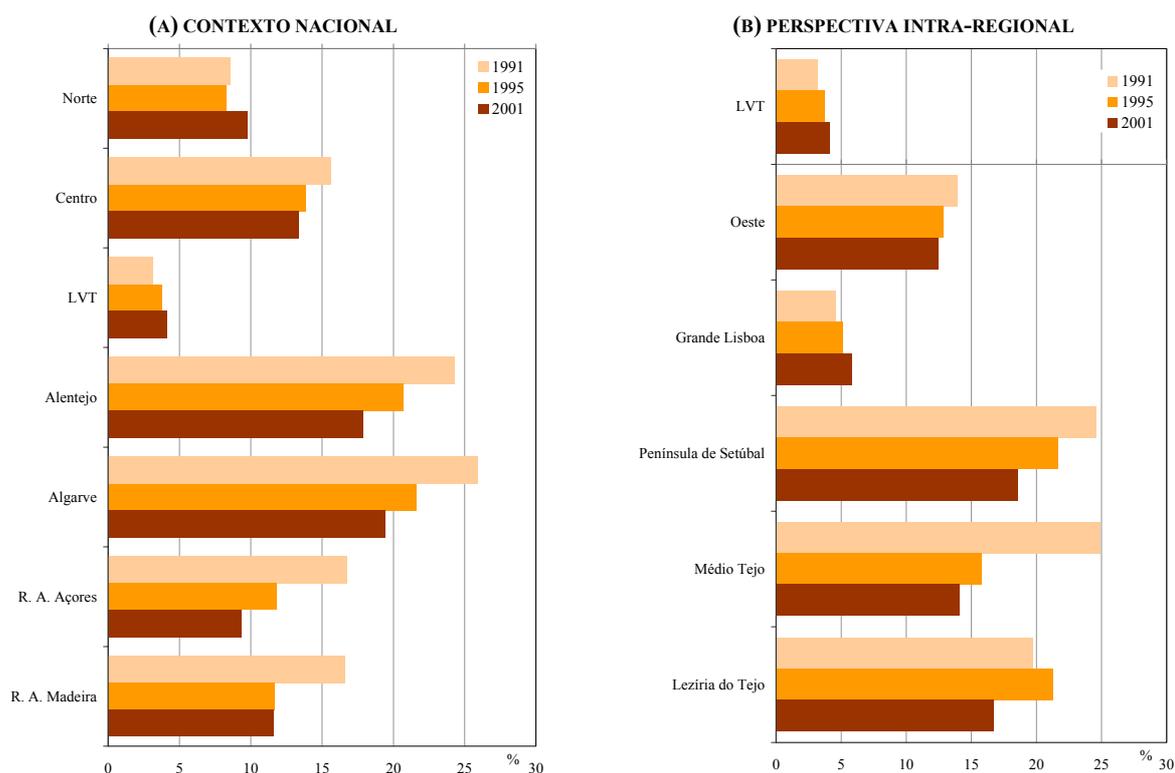
A região de Lisboa e Vale do Tejo, tal como seria de esperar, apresenta-se como a NUTS II nacional com maior autonomia regional do emprego, o que se justifica pela expressiva concentração de actividades económicas na região, dado o seu papel enquanto importante pólo de consumo à escala nacional, quer em dimensão quantitativa da população, quer em termos do poder de compra (acima da média nacional) e enquanto capital administrativa, que tem inerente a concentração de funções político-administrativas de âmbito nacional, bem como tendo em conta a sua base alargada de serviços de suporte à actividade empresarial, a qual funciona como um ciclo virtuoso de atractividade de novas actividades empresariais.

Deste modo, é possível verificar, tendo como base a Figura 2.2.13, que cerca de 95,9% do emprego na região era gerado por empresas com sede na região, superando os valores exibidos por este indicador em qualquer uma das restantes NUTS II do espaço nacional.

Por outro lado, é possível verificar que se assistiu, ao longo da década de 90, a uma redução da autonomia do emprego na RLVT, por contrapartida do aumento da autonomia do emprego em todas as outras NUTS II do espaço nacional, à excepção da região Norte. Esta situação traduz a tendência de desconcentração da distribuição empresarial dos grandes pólos das duas principais áreas metropolitanas do país, registada ao longo da última década no espaço nacional.

Do ponto de vista intra-regional, a tendência de desconcentração da distribuição empresarial do centro da área metropolitana de Lisboa é visível pela redução da autonomia regional do emprego da sub-região da Grande Lisboa, por contrapartida do aumento das autonomias regionais do emprego de outras NUTS III. Apesar desta tendência, a Grande Lisboa continua a ser, com forte destaque, a NUTS III com a maior autonomia regional do emprego, em 2001, cerca de 94,1%.

**FIGURA 2.2.13 – INDICADOR DE DEPENDÊNCIA DO EMPREGO REGIONAL NOS ANOS 90**



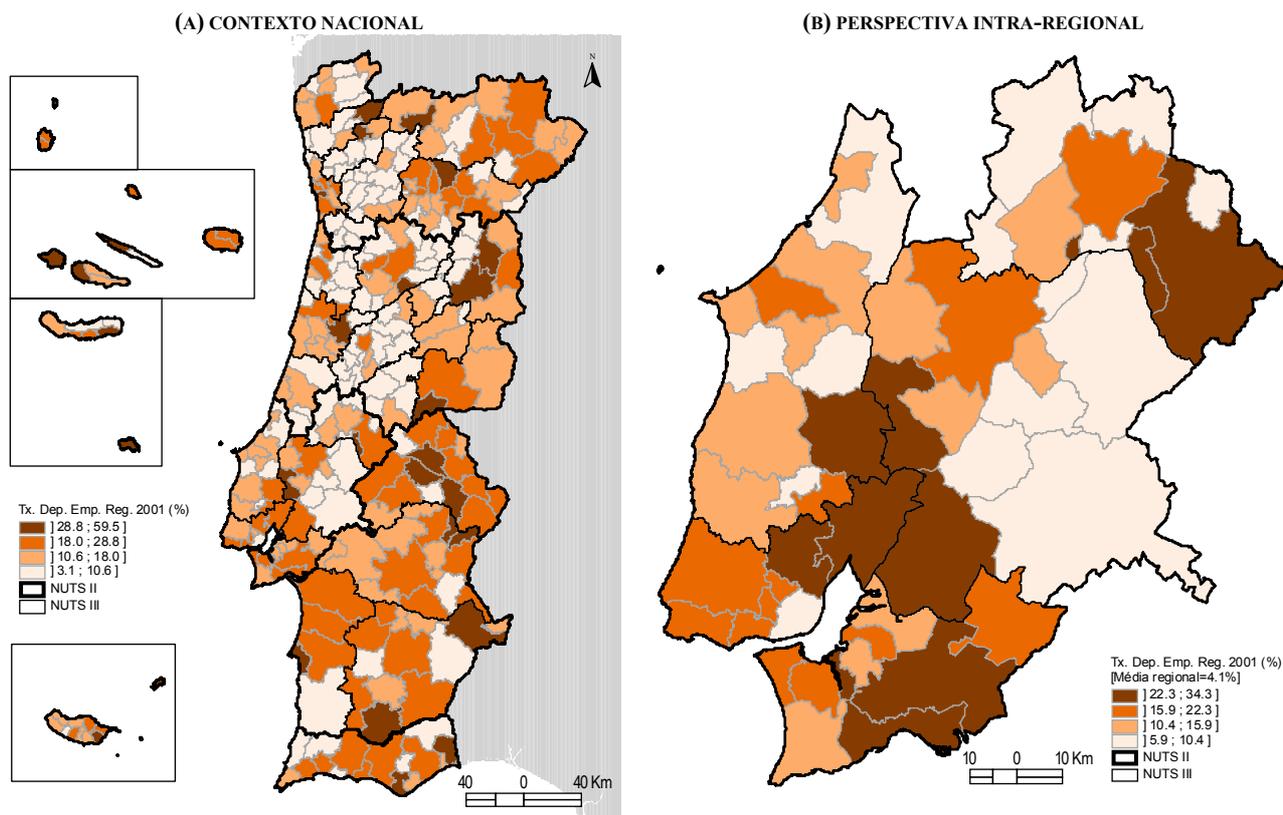
Nota: Indicador de dependência do emprego regional = % do emprego em estabelecimentos da região pertencentes a empresas com sede fora da região.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

Focalizando a análise da autonomia/dependência do emprego do ponto de vista concelhio, na região de Lisboa e Vale do Tejo, detectam-se diversas heterogeneidades intra-regionais - ver figura seguinte. Assim sendo, é possível apontar um conjunto de concelhos que evidenciam autonomias do emprego mais acentuadas, como sejam Alcanena, Ourém, Cadaval e Lourinhã, com níveis de autonomia do emprego superiores a 93%. Estes resultados devem entrar em linha de conta com o facto de grande parte das empresas de menor dimensão possuírem um único estabelecimento, pelo que concelhos que, por um lado, apresentem um predomínio de empresas que possuem um único estabelecimento e que, por outro lado, revelem um fraco poder de atracção sobre estabelecimentos de empresas sedeadas noutros concelhos, tendem a exibir elevados níveis de autonomia de emprego regional.

Por oposição, assinala-se um conjunto de concelhos que evidenciam menores níveis de autonomia do emprego, designadamente os concelhos de Entroncamento, Barreiro, Constância e Azambuja, com autonomias do emprego inferiores a 70%.

FIGURA 2.2.14 – INDICADOR DE DEPENDÊNCIA DO EMPREGO REGIONAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



Nota: Indicador de dependência do emprego concelhio = % do emprego em estabelecimentos do concelho pertencentes a empresas com sede fora do concelho.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

A dinâmica de crescimento, competitividade e atractividade de uma região pode ser ainda avaliada em função da maior ou menor presença de capital estrangeiro na estrutura financeira do seu tecido empresarial. Neste contexto, o grau de atractividade regional face à realização de investimentos directos estrangeiros pode ser aferido com base no peso assumido, na estrutura empresarial da região, pelas empresas com uma participação significativa de capital estrangeiro. Deste modo, a Figura 2.2.15 apresenta o peso assumido pelas empresas com mais de 25% de capital estrangeiro no total da estrutura do emprego das NUTS II do espaço nacional, bem como das NUTS III da região de Lisboa e Vale do Tejo.

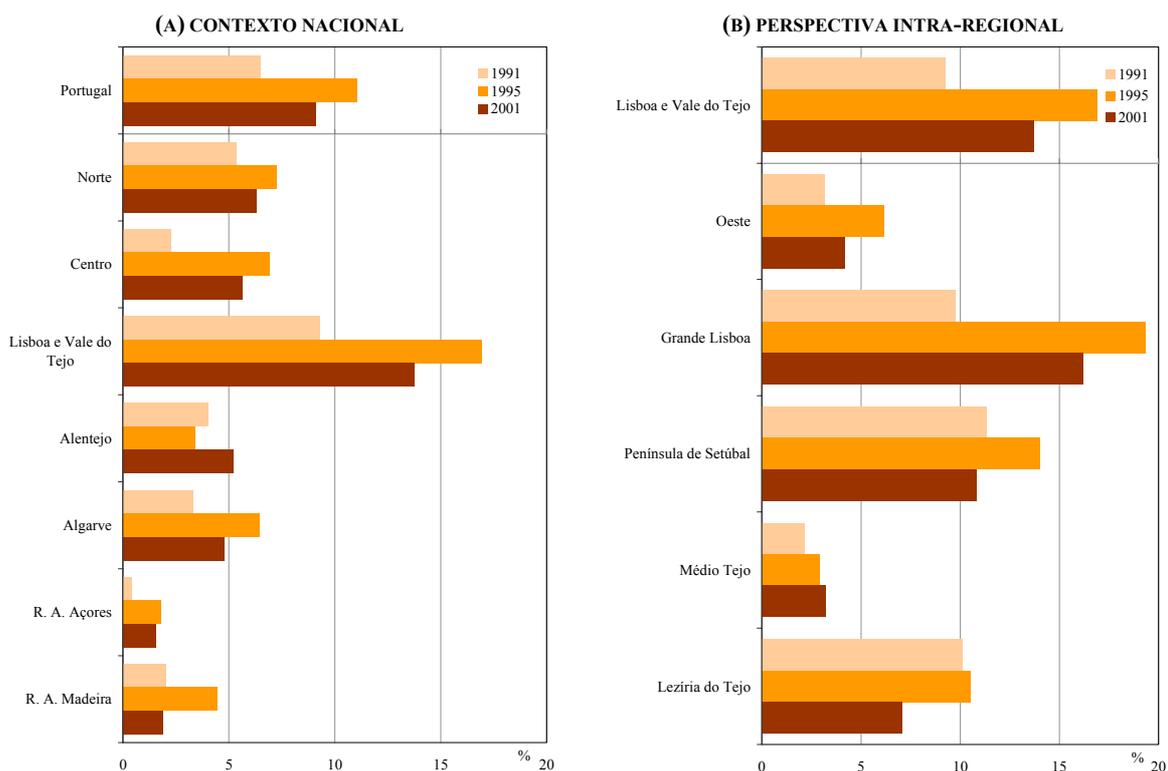
A RLVT assume-se como a NUTS II do espaço nacional com maior relevância das empresas com mais de 25% de capital estrangeiro na sua estrutura de emprego regional, o que se enquadra com a maior atractividade relativa desta região, face a outras regiões nacionais, tendo em conta a expressiva dimensão e densidade do seu tecido empresarial à escala nacional. Ao longo da década de 90, assinala-se uma tendência de reforço do peso das empresas com expressiva participação de capital estrangeiro na estrutura de emprego da região.

Do ponto de vista intra-regional, observa-se que as NUTS III que evidenciam maior grau de atractividade e abertura a investimentos directos estrangeiros (regiões com maior peso de emprego gerado por

empresas com mais de 25% de capital estrangeiro) são as regiões da Grande Lisboa e da Península de Setúbal, ou seja, as regiões com as maiores contribuições para o VAB da região de Lisboa e Vale do Tejo.

As trajetórias intra-regionais pautam-se por alguma heterogeneidade, dada a tendência de aumento do peso de emprego gerado pelas empresas com mais de 25% de capital estrangeiro nas NUTS III Grande Lisboa, Oeste e Médio Tejo e a trajetória oposta revelada pelas sub-regiões Península de Setúbal e Lezíria do Tejo.

**FIGURA 2.2.15 – PRESENÇA DE CAPITAL ESTRANGEIRO NO TECIDO EMPRESARIAL REGIONAL, NOS ANOS 90**



Nota: Emprego em empresas com mais de 25% de capital estrangeiro em % do total do emprego.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

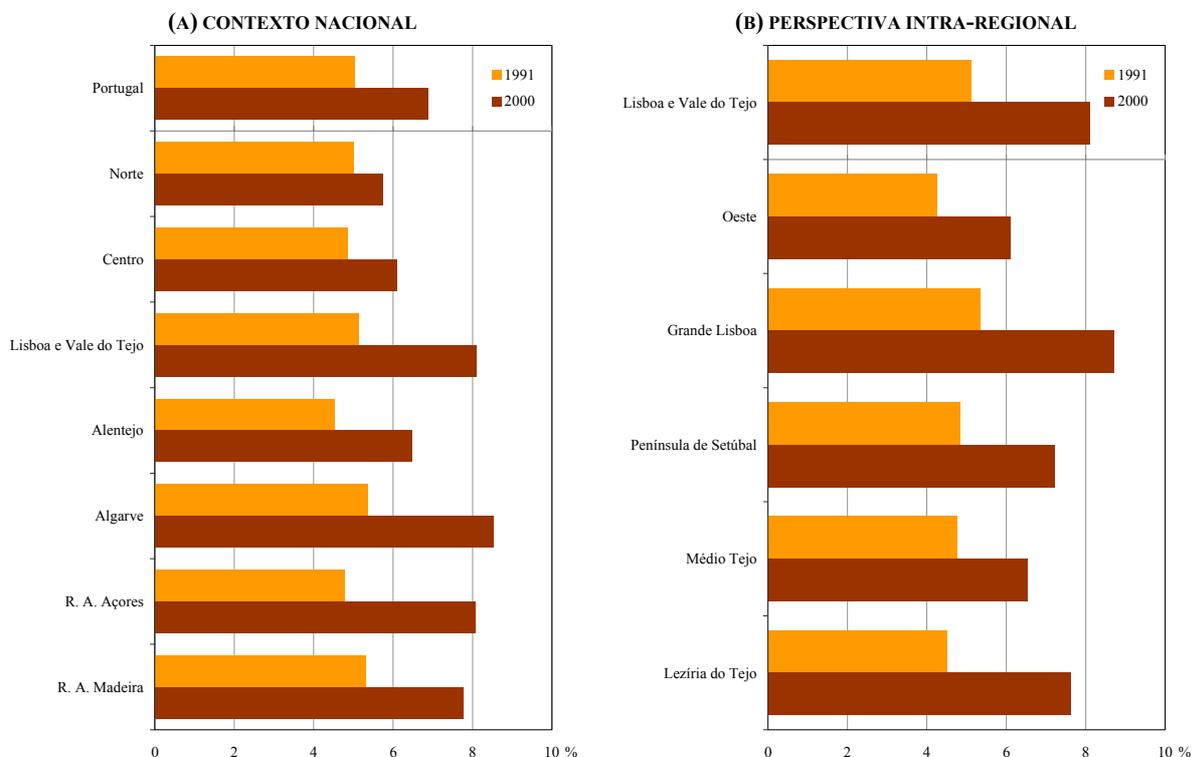
Neste ponto, importa, ainda, aferir o peso das mudanças de emprego que não estão relacionadas com o encerramento ou falência das empresas, com vista a abordar as dinâmicas regionais reveladoras quer de iniciativas de mudança na busca de melhores condições profissionais (ascensão na carreira profissional), quer de motivações empreendedoras, manifestadas pelo desejo de exercício de actividade empresarial por conta própria, ou seja, presença de espírito de iniciativa empresarial.

Assim, o peso relativo das pessoas que mudaram de emprego por motivações que não se prendem com o encerramento de empresas cresceu mais na RLVT do que a nível nacional, posicionando-se a região, a este nível, em 2001, acima da média do país, registo que parece revelador de uma maior procura regional por melhores condições profissionais e, por isso, de uma maior mobilidade laboral.

Do ponto de vista intra-regional, destaque para as posições, crescentemente relevantes, da Grande Lisboa e da Lezíria do Tejo, sendo a primeira, não obstante, a única sub-região que se posiciona, neste campo,

acima da média da RLVT, uma vez mais por motivações associadas, sobretudo, a processos de ascensão nas carreiras profissionais - ver Figura 2.2.16.

**FIGURA 2.2.16 – MOBILIDADE LABORAL NOS ANOS 90**



Nota: Pessoas que mudaram de emprego por razões para além do encerramento de empresas em % do emprego total.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

### 2.3. INTERACÇÃO ENTRE CONDIÇÕES E RESULTADOS DE COMPETITIVIDADE: UMA AVALIAÇÃO TEMÁTICA

Caracterizados os resultados e trajectória de crescimento e competitividade da RLVT, é chegada a altura de passar a desenvolver uma análise das condições determinantes desta evolução ao longo dos anos 90, estruturada em torno dos seguintes domínios:

- Demografia
- Capital Humano
- I&D e Tecnologia
- Especialização Produtiva
- Estrutura da Procura
- Infraestruturas de Suporte às actividades económicas

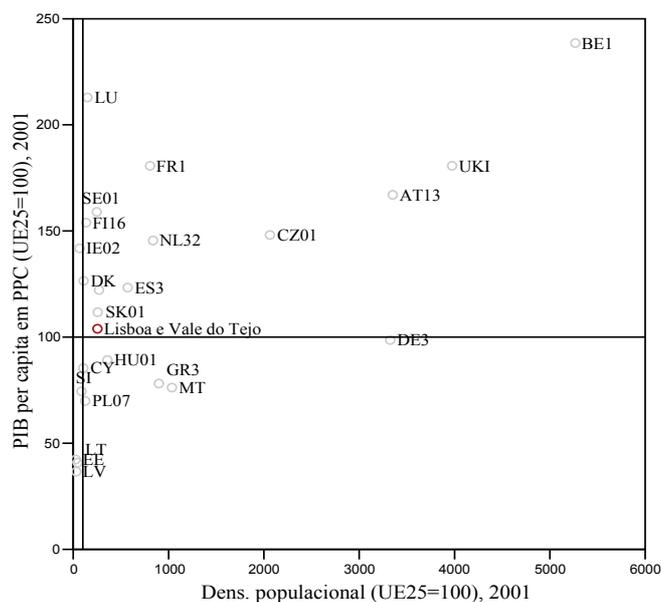
### 2.3.1. Demografia

*A RLVT exhibe, no contexto da UE25, um nível de envelhecimento acima da média e uma densidade populacional que, não obstante se situar também acima desta média, se apresenta como uma das mais reduzidas de entre as regiões capitais da União Europeia, destacando-se, neste último caso, a nível intra-regional, o posicionamento previsível da Grande Lisboa. No âmbito nacional, destaque para os índices de envelhecimento crescentes da RLVT, acompanhando a evolução registada ao nível do país, ainda que posicionando-se ligeiramente acima deste referencial, contribuindo para este efeito, nomeadamente, as sub-regiões do Médio Tejo e Lezíria do Tejo, com estruturas etárias reveladoras de maiores níveis de envelhecimento, num quadro de fortes semelhanças entre as estruturas etárias do país e da região de Lisboa e Vale do Tejo. Destaque ainda para o crescimento populacional registado na região ao longo dos anos 90, alicerçado, sobretudo, num saldo migratório positivo, para o qual contribuem fortemente os saldos migratórios da Península de Setúbal, Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo, e nos saldos naturais da Península de Setúbal e, em menor grau, da Grande Lisboa.*

No contexto europeu, verifica-se, em primeiro lugar, recorrendo às interligações que podem ser estabelecidas entre o PIB *per capita* e a densidade populacional, por um lado, e o índice de envelhecimento, por outro, das diversas regiões capitais europeias, nas quais a RLVT está incluída, que a grande maioria destas tende a apresentar densidades populacionais acima da média da UE25, o que se enquadra com o facto de serem regiões capitais administrativas, onde se localiza, como tal, a cidade mais importante do país. Estabelecendo um plano de comparação entre a região de Lisboa e Vale do Tejo e as regiões seleccionadas como equiparáveis, verifica-se que, apesar da região se posicionar acima da média da UE25, a densidade populacional da RLVT assume-se como uma das mais reduzidas de entre as regiões capitais europeias. Com efeito, a densidade populacional da região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta-se como consideravelmente mais reduzida que as densidades populacionais evidenciadas pelas seguintes regiões: região de Bruxelas (Bélgica), Londres (Reino Unido), Viena (Áustria), Berlim (Alemanha), a qual evidencia um nível de PIB *per capita* bastante próximo da região de Lisboa e Vale do Tejo, Praga (República Checa), Atenas (Grécia), Malta, Île de France (França), Noord-Holland (Holanda) e Comunidad de Madrid (Espanha).

Por outro lado, é de salientar a incapacidade de estabelecer um padrão linear inequívoco entre níveis mais elevados de PIB *per capita* e a existência de maiores densidades populacionais nas regiões capitais, dada a heterogeneidade de relações encontradas. Colocando o foco na densidade populacional registada, em 2001, pela região de Lisboa e Vale do Tejo, é possível verificar que a concentração populacional evidenciada pela região se aproxima quer de regiões com níveis de PIB *per capita* mais elevados, tais como Grand-Duché (Luxemburgo), Estocolmo (Suécia), Uusimaa (Finlândia), Southern and Eastern Ireland (Irlanda), Dinamarca, Bratislava (Eslováquia), quer de regiões com níveis mais reduzidos de PIB *per capita*, designadamente, Kozép-Magyarország (Hungria), Chipre, Mazowieckie (Polónia) e Eslovénia.

**FIGURA 2.3.1 – PIB PER CAPITA E DENSIDADE POPULACIONAL:  
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



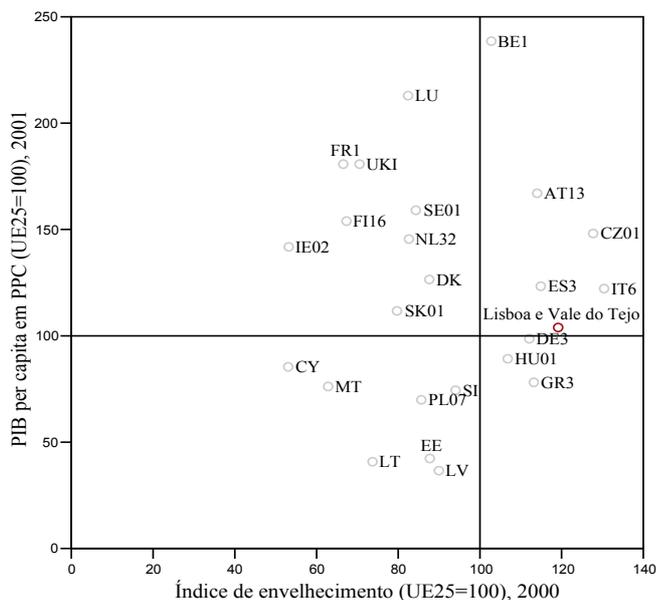
Legenda		
BE1-Reg. Bruxelles-Cap./Brussels Hfdst. Gew.	LU-Luxembourg (Grand-Duché)	EE-Eesti
DK-Danmark	NL32-Noord-Holland	HU01-Közép-Magyarország
DE3-Berlin	AT13-Wien	LT-Lietuva
GR3-Atiki	PT13-Lisboa e Vale do Tejo	LV-Latvija
ES3-Comunidad de Madrid	FI16-Uusimaa (Suuralue)	MT-Malta
FR1-Île de France	SE01-Stockholm	PL07-Mazowieckie
IE02-Southern and Eastern	UK1-London	SI-Slovenija
IT6-Lazio	CY-Kypros	SK01-Bratislavský
	CZ01-Praha	

Nota: Densidade populacional na UE25 (2001) = 114,2 hab./km<sup>2</sup>.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

A RLVT apresenta, por outro lado, uma estrutura de recursos humanos relativamente envelhecida, dado evidenciar um índice de envelhecimento bastante acentuado e superior à média da UE25. O índice de envelhecimento registado pela região, em 2000, aproxima-se dos índices registados pelas regiões capitais da Áustria (Viena), Espanha (Comunidade de Madrid), Alemanha (Berlim) e Grécia (Athenas), revelando as duas primeiras níveis de PIB *per capita* superiores ao PIB *per capita* da região de Lisboa e Vale do Tejo e a última níveis mais reduzidos. Por outro lado, é possível, também, constatar que a região regista, comparativamente a regiões europeias com níveis de PIB *per capita* bastante aproximados, como é o caso de Bratislava e Berlim, um índice de envelhecimento superior.

**FIGURA 2.3.2 – PIB PER CAPITA E ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO:  
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



Legenda

BE1-Reg. Bruxelles-Cap./Brussels Hfdst. Gew.	IT6-Lazio	SE01-Stockholm	LT-Lietuva
DK-Danmark	LU-Luxembourg (Grand-Duché)	UKI-London	LV-Latvija
DE3-Berlin	NL32-Noord-Holland	CY-Kypros	MT-Malta
GR3-Attiki	AT13-Wien	CZ01-Praha	PL07-Mazowieckie
ES3-Comunidad de Madrid	PT13-Lisboa e Vale do Tejo	EE-Eesti	SI-Slovenija
FR1-Île de France	FI16-Uusimaa (Suuralue)	HU01-Közép-Magyarország	SK01-Bratislavský
IE02-Southern and Eastern			

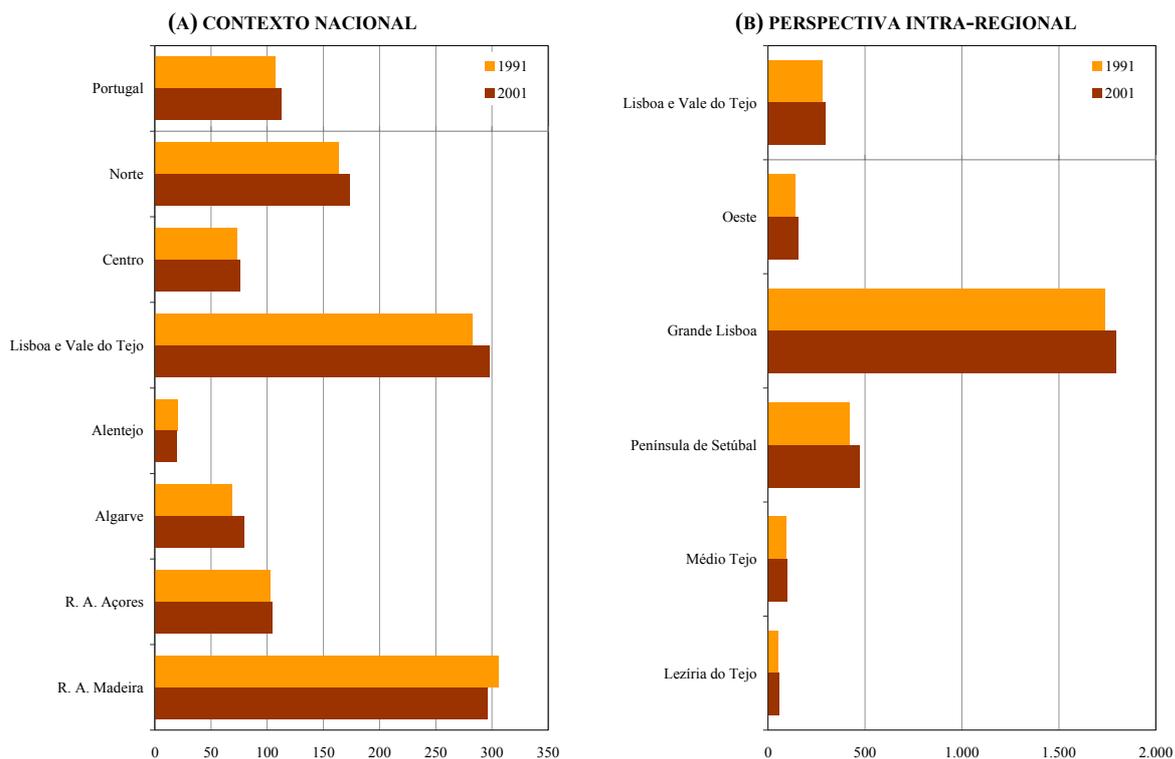
Nota: Índice de envelhecimento da UE25 (2000) = 91,8%.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

No que concerne ao posicionamento da RLVT, no panorama nacional, em termos de densidade populacional, observa-se, como seria de esperar, em virtude de se tratar da região capital do país, que apresenta, em 2001, o índice de densidade populacional mais elevado, só aproximado pela região autónoma da Madeira, posicionando-se claramente acima da média do país - ver figura seguinte. De notar ainda a subida registada neste indicador ao longo dos anos 90, mais pronunciada do que a verificada, em termos médios, no espaço nacional.

No seio da RLVT, destaque claro, como é natural, pelas razões atrás apontadas, para o posicionamento da Grande Lisboa, com uma densidade populacional muito acima da apresentada pela região. A grande distância, segue a Península de Setúbal, que constitui a outra sub-região com um registo de densidade populacional acima da média da RLVT.

**FIGURA 2.3.3 – DENSIDADE POPULACIONAL NOS ANOS 90**

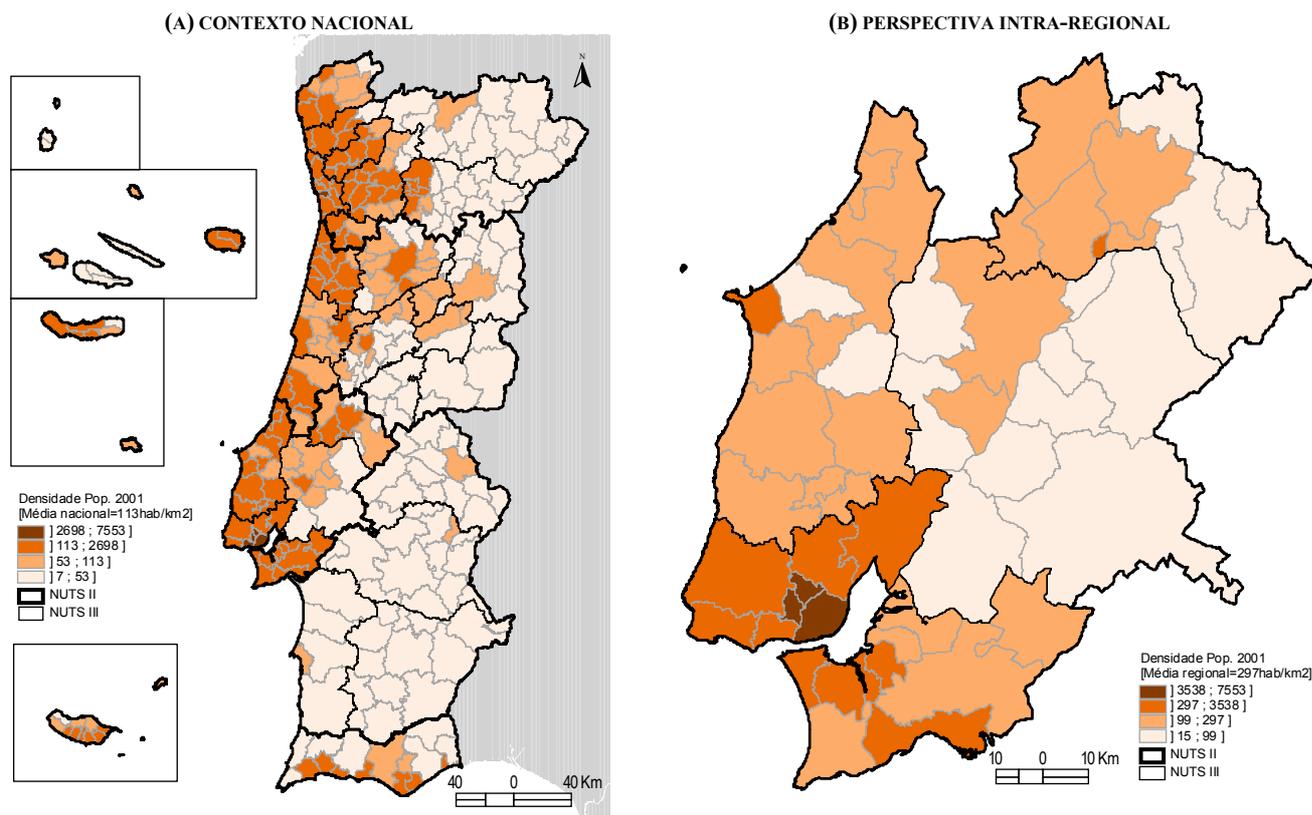


Nota: Densidade populacional em hab./km<sup>2</sup>.

Fonte: INE, Censos

Ao nível concelhio, saliência para os concelhos da Grande Lisboa, com registos especialmente elevados em Lisboa, Odivelas e Amadora, e, na Península de Setúbal, para Almada, Seixal, Barreiro, Moita e Setúbal, que funcionam, em grande medida, como “dormitórios” para pessoas que trabalham no concelho de Lisboa. Os movimentos pendulares diários que se registam para este concelho oriundos dos outros concelhos da Grande Lisboa e da Península de Setúbal são, como é natural, em virtude de se tratar da capital do país, especialmente relevantes, colocando graves problemas ao nível da mobilidade urbana, no seio da Área Metropolitana de Lisboa - ver Figura 2.3.4.

**FIGURA 2.3.4 – DENSIDADE POPULACIONAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)**



Nota: Densidade populacional em hab./km<sup>2</sup>.

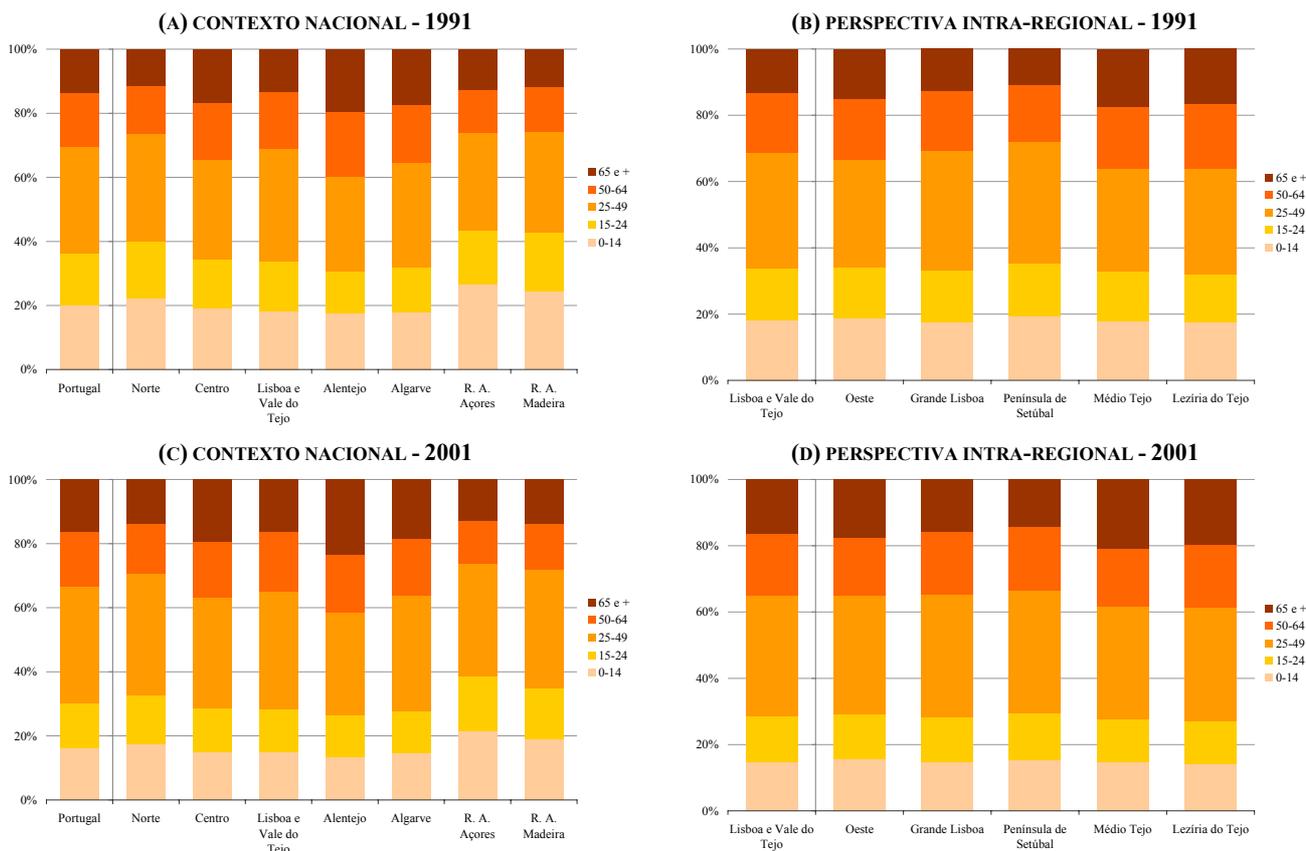
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

A estrutura etária da população residente na região de Lisboa e Vale do Tejo é bastante próxima da estrutura etária nacional, não sendo assinaladas divergências significativas entre os pesos assumidos por cada estrato etário na estrutura populacional da região e na estrutura nacional - ver Figura 2.3.5. É, também, possível constatar que, ao longo da década de 90, a região acompanhou a tendência nacional de reforço do envelhecimento da estrutura etária da população, tendo a população jovem (menos de 24 anos) decrescido de 20% para 16% em Portugal, e de 18,1% para 15%, na região de Lisboa e Vale do Tejo, como contrapartida de um reforço da camada etária mais envelhecida, que aumentou o seu peso, em Portugal, de 13,6% para 16,4%, e na região, de 13,2% para 16,3%.

Deste modo, a região de Lisboa e Vale do Tejo tem acompanhado a tendência demográfica desenhada no espaço nacional pautada por um envelhecimento continuado da população, em consequência do aumento da esperança média de vida e da manutenção de níveis de fecundidade abaixo do limiar de substituição de gerações. Com efeito, o impacto da redução dos níveis de fecundidade e do aumento da esperança de vida manifesta-se, necessariamente, ao nível dos pesos de jovens e de idosos no total da população, contribuindo, como tal, para um “duplo” envelhecimento da população: menos jovens e mais idosos.

Do ponto de vista intra-regional, as regiões do Médio Tejo e da Lezíria do Tejo apresentam-se como as sub-regiões com estruturas mais envelhecidas de recursos humanos, dado evidenciarem os pesos relativos mais acentuados da faixa etária mais idosa (acima de 65 anos) nas estruturas da população residente.

**FIGURA 2.3.5 – ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NOS ANOS 90**

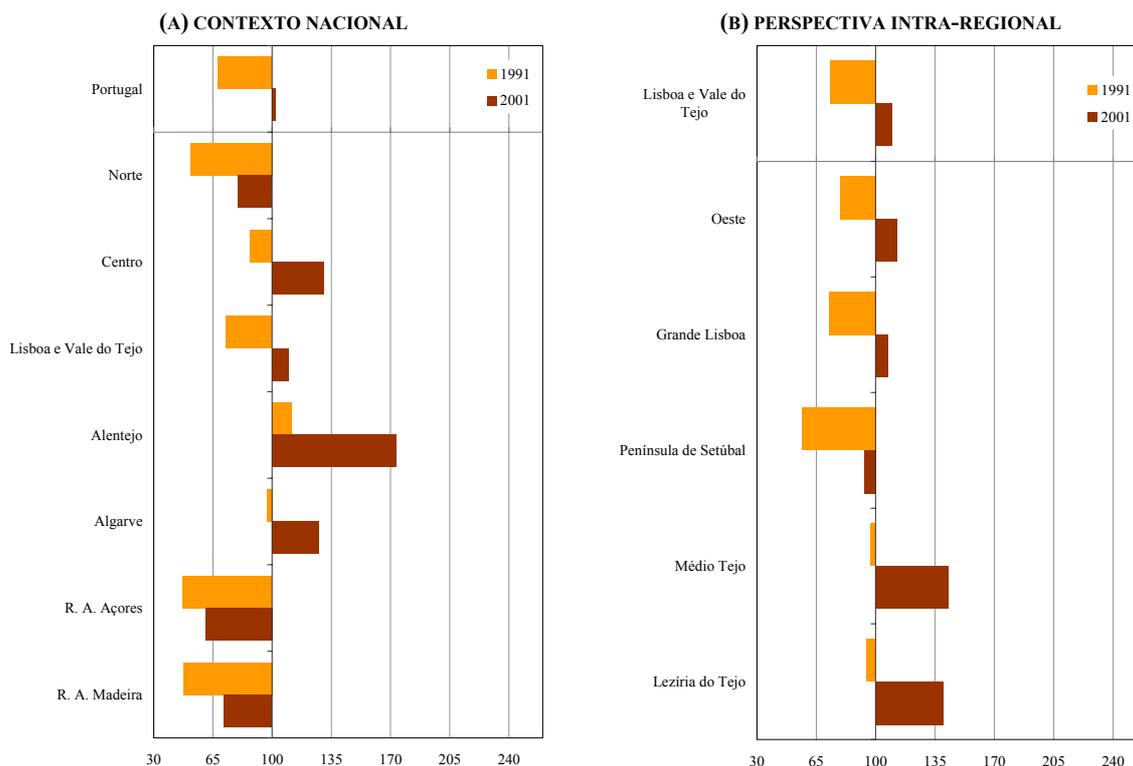


Fonte: INE, Censos

O enquadramento da estrutura etária da região de Lisboa e Vale do Tejo, no contexto nacional, pode ser complementado com a análise da evolução do índice de envelhecimento nas NUTS II do espaço nacional. Desta maneira, é possível verificar que a RLVT acompanhou a tendência de reforço do grau de envelhecimento populacional registada pelo país, ao longo da década de 90, evidenciando, em 2001, um nível de envelhecimento populacional um pouco mais significativo que a média nacional. Com efeito, em 2001, a estrutura etária da região de Lisboa e Vale do Tejo regista um índice de envelhecimento de 110%, ou seja, o número de residentes da região com idade superior a 65 anos supera em 10% o número de residentes com idade inferior a 15 anos, superando o índice de envelhecimento nacional de 102%.

Do ponto de vista intra-regional, detecta-se um reforço do índice de envelhecimento em todas as NUTS III da região, ao longo do período 1991-2001. No entanto, os posicionamentos das sub-regiões da RLVT evidenciam algumas disparidades, assumindo-se as regiões do Médio Tejo e da Lezíria do Tejo como as NUTS III que registam, em 2001, os índices de envelhecimento mais acentuados (respectivamente, 143% e 140%), os quais são resultado de taxas de natalidade abaixo da média da região de Lisboa e Vale do Tejo.

**FIGURA 2.3.6 – ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO NOS ANOS 90**



Nota: Índice de envelhecimento = Pop. residente com mais de 65 anos/Pop. residente com menos de 15 anos, em %.

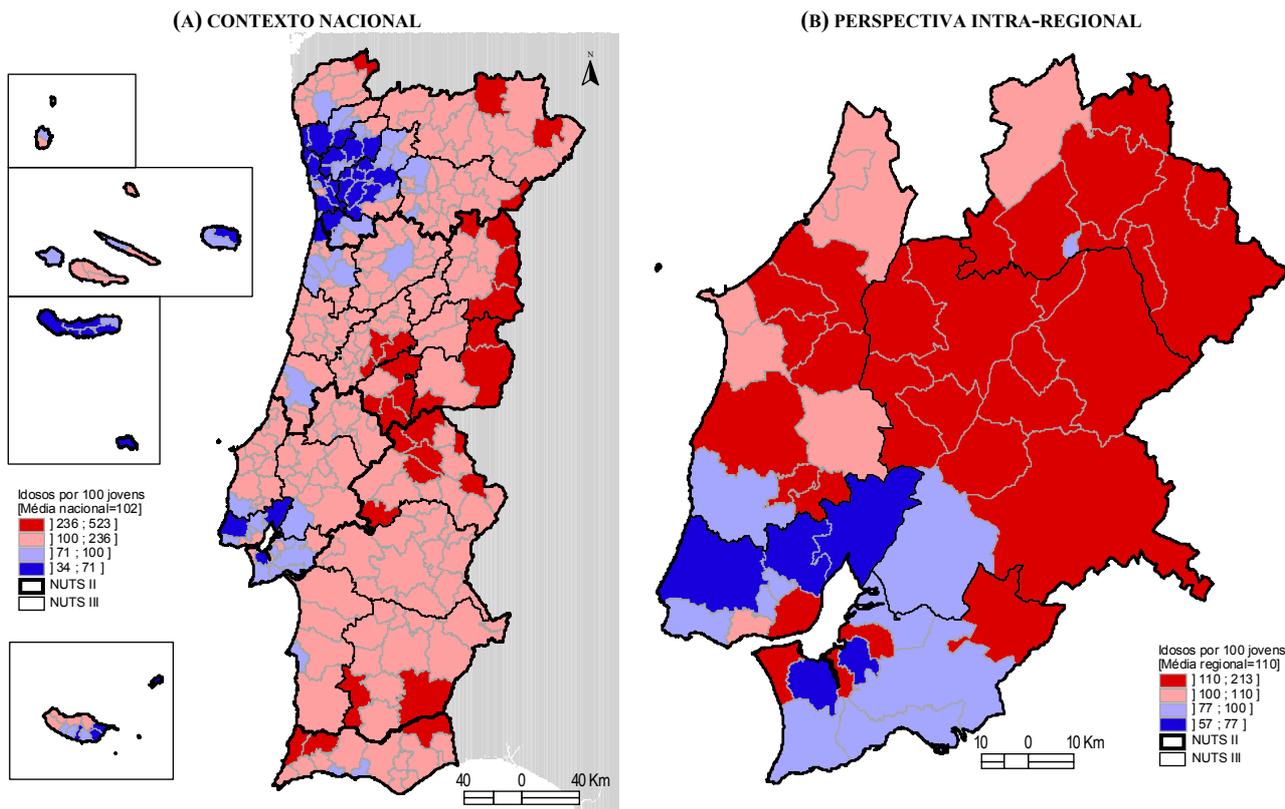
Fonte: INE, Censos

Do ponto de vista dos posicionamentos concelhios relativos ao índice de envelhecimento da população residente, no seio da região de Lisboa e Vale do Tejo, no ano 2001, detectam-se, também, disparidades consideráveis, com alguns concelhos da região a registarem índices de envelhecimento que alcançam uma expressão próxima da que se assinala em zonas do interior do país - ver Figura 2.3.7.

Deste modo, os concelhos que se pautam por um nível de envelhecimento mais acentuado da população residente são os concelhos de Gavião, Coruche, Lisboa, Ferreira do Zêzere, Sardoal, Abrantes, Chamusca e Alpiarça, dado que revelam um índice de envelhecimento acima de 180%, ou seja, o número de residentes nestes concelhos com idade superior a 65 anos excede em mais de 80% o número de residentes com idade inferior a 15 anos. É de referir que o elevado índice de envelhecimento registado pelo concelho de Lisboa se associa a uma perda da população da cidade de Lisboa em contrapartida do reforço do aumento da população residente nas periferias, traduzindo-se num incremento dos movimentos pendulares diários entre o concelho de Lisboa (com elevado grau de concentração de emprego) e outros concelhos da Área Metropolitana de Lisboa.

Por oposição, os concelhos que evidenciam um nível de envelhecimento da população residente menos expressivo são os concelhos de Sintra, Seixal, Vila Franca de Xira, Moita e Loures, uma vez que apresentam um índice de envelhecimento inferior a 80%.

**FIGURA 2.3.7 – ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)**

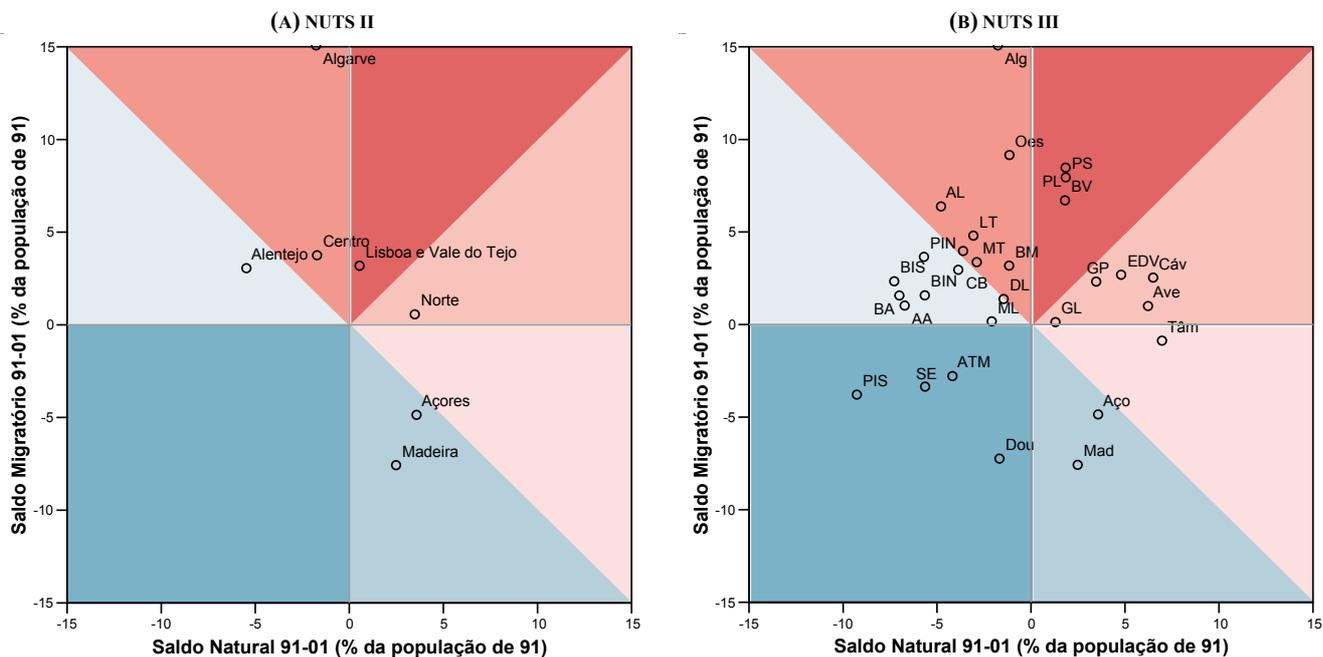


Nota: Índice de envelhecimento = Pop. residente com mais de 65 anos/Pop. residente com menos de 15 anos, em %.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

Destaque ainda, ao nível da demografia, para o crescimento populacional registado na região ao longo dos anos 90, alicerçado, sobretudo, num saldo migratório positivo, para o qual contribuem fortemente os saldos migratórios do Oeste, Península de Setúbal, Lezíria do Tejo e Médio Tejo, e nos saldos naturais da Península de Setúbal e, em menor grau, da Grande Lisboa. Aliás, estas duas sub-regiões são as únicas, no seio da RLVT, que registam simultaneamente saldos migratórios e naturais positivos, ainda que no caso da primeira a dinâmica migratória se revele mais importante, ao contrário do que acontece com a segunda, onde o crescimento natural prevalece. As outras sub-regiões contrapõem um saldo natural negativo a um saldo migratório claramente positivo, resultando, devido à maior importância da segunda dinâmica, em crescimento populacional.

**FIGURA 2.3.8 – CONTRIBUIÇÃO DOS SALDOS NATURAL E MIGRATÓRIO PARA A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NOS ANOS 90**



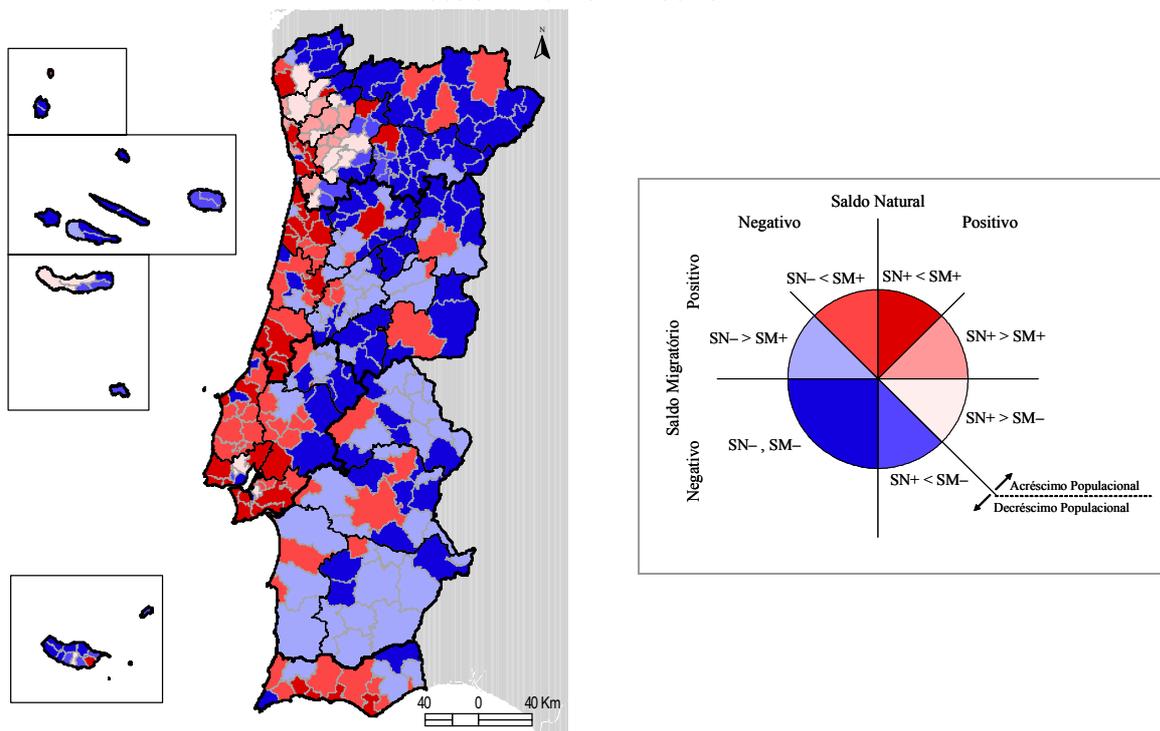
Eixo das ordenadas = Saldo Migratório (SM) 91-01 em % da pop.91, Eixo das abcissas = Saldo Natural (SN) 91-01 em % da pop.91

SN+ > SM- SN+ > SM+ SN+ < SM+ SN- < SM+	Acréscimo Populacional	ML	Mínho-Lima	PL	Pinhal Litoral	PS	Península de Setúbal
		Cáv	Cávado	PIN	Pinhal Interior Norte	MT	Médio Tejo
		Ave	Ave	DL	Dão-Lafões	LT	Lezíria do Tejo
		GP	Grande Porto	PIS	Pinhal Interior Sul	AL	Alentejo Litoral
SN- > SM+ SN-, SM- SN+ < SM-	Decréscimo Populacional	Tâm	Tâmega	SE	Serra da Estrela	AA	Alto Alentejo
		EDV	Entre Douro e Vouga	BIN	Beira Interior Norte	BC	Alentejo Central
		Dou	Douro	BIS	Beira Interior Sul	BA	Baixo Alentejo
		ATM	Alto Trás-os-Montes	CB	Cova da Beira	Alg	Algarve
		BV	Baixo Vouga	Oes	Oeste	Aço	Açores
		BM	Baixo Mondego	GL	Grande Lisboa	Mad	Madeira

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos e Estatísticas Demográficas

Numa perspectiva concelhia, saliência para as dinâmicas migratórias e naturais simultaneamente positivas (ainda que com predomínio das primeiras sobre as segundas) da maior parte dos concelhos da Península de Setúbal, de Coruche e Benavente na Lezíria do Tejo, de Sintra, Cascais e Oeiras na Grande Lisboa, e de Peniche e Caldas da Rainha no Oeste, em contraponto, nomeadamente, com a evolução registada ao nível do concelho de Lisboa, com saldos naturais e migratórios negativos. Esta tendência traduz a progressiva saída da população mais jovem para as periferias circundantes, no seio da Área Metropolitana de Lisboa, muito associada a questões relacionadas com o ordenamento do território e com as especificidades do mercado de habitação e arrendamento nesta região. O concelho de Lisboa passou, nesta medida, a funcionar, sobretudo, como um centro de emprego para estas populações, o que esteve na base de um reforço claro dos movimentos pendulares diários para este concelho e, concomitantemente, de um progressivo agravamento das condições de mobilidade urbana.

**FIGURA 2.3.9 – CONTRIBUIÇÃO DOS SALDOS NATURAL E MIGRATÓRIO PARA A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NOS ANOS 90: PERSPECTIVA CONCELHIA**



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos e Estatísticas Demográficas

**CAIXA 2.3.1 – CONSTRANGIMENTOS NA MOBILIDADE NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA**

Os contornos assumidos pela *falta de mobilidade urbana* em resultado do congestionamento permanente do tráfego rodoviário que afecta a cidade de Lisboa e os seus principais acessos assumem, actualmente, proporções bastante expressivas, exercendo, como tal, graves consequências ao nível de qualidade do ar, aumento do ruído, consumos energéticos, perdas de produtividade, custos sanitários resultantes do aumento de situações de *stress* crónico, aumento da sinistralidade rodoviária, entre outras.

Os constrangimentos resultantes do congestionamento associado aos movimentos pendulares urbanos enquadram-se com a presença de *zonas urbanas densamente povoadas*, que exercem um elevado *efeito polarizador* sobre a população trabalhadora e estudantil que reside em áreas limítrofes e onde uma proporção expressiva dos movimentos pendulares é realizada com recurso ao transporte individual.

No panorama nacional, a Área Metropolitana de Lisboa (AML) assume-se como uma área urbana densamente povoada, tendo em conta que, em 2001, a AML detinha cerca de 1 milhão e 296 mil alojamentos (cerca de 28% do total do país) e apresentava uma densidade de 406 alojamentos por Km<sup>2</sup>, superando claramente a média nacional de 55 alojamentos por Km<sup>2</sup>. A AML norte concentrava 72% do total de alojamentos, e só os concelhos de Lisboa, Odivelas, Amadora, Oeiras e Almada (os 5 concelhos com densidades de alojamentos mais elevadas) concentravam 46% dos alojamentos metropolitanos. No período 1991-2001, a AML registou uma taxa de crescimento dos alojamentos de 20%, tendo a dinâmica observada na margem sul sido bastante superior à verificada na margem norte (taxa de crescimento de 26% versus 18%).

Para além da elevada densidade populacional, a AML assume-se como uma expressiva unidade polarizadora de população trabalhadora e estudantil, tendo em conta o balanço positivo de movimentos pendulares registado nesta área relativamente ao restante território nacional. Com efeito, em 2001, cerca de 1 milhão e 381 mil activos empregados e estudantes, com 15 ou mais

anos, utilizavam o espaço da AML nos seus movimentos entre o local de residência e o local de trabalho ou estudo. Deste universo, 95% residiam e trabalhavam ou estudavam na própria AML, cerca de 47,5 mil residiam fora da AML e dirigiam-se a este espaço para nele exercerem a sua actividade de trabalho ou estudo, e apenas cerca de 24 mil, residindo na AML, se movimentavam ao seu exterior para estudar ou trabalhar.

**TABELA 2.3.1– MOVIMENTOS PENDULARES NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA, 1991 E 2001**

	Total				Activos Empregados				Estudantes			
	1991		2001		1991		2001		1991		2001	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>No interior da AML:</b>	<b>1.261.411</b>	<b>97</b>	<b>1.309.617</b>	<b>95</b>	<b>1.083.071</b>	<b>97</b>	<b>1.151.364</b>	<b>95</b>	<b>178.340</b>	<b>97</b>	<b>158.253</b>	<b>96</b>
Intraconcelhios	777.749	60	752.133	54	644.928	58	650.265	53	132.821	72	101.868	62
Entre concelhos distintos da AML	483.662	37	557.484	40	438.143	39	501.099	41	45.519	25	56.385	34
<b>Entradas na AML</b>	30.811	2	47.436	3	26.249	2	43.357	4	4.562	2	4.079	2
<b>Saídas da AML</b>	13.034	1	23.980	2	11.227	1	21.957	2	1.807	1	2.023	1
<b>Total</b>	<b>1.305.256</b>	<b>100</b>	<b>1.381.033</b>	<b>100</b>	<b>1.120.547</b>	<b>100</b>	<b>1.216.678</b>	<b>100</b>	<b>184.709</b>	<b>100</b>	<b>164.355</b>	<b>100</b>

Fonte: INE, 2003, Movimentos pendulares e organização do território metropolitano

No quadro dos movimentos interconcelhios de âmbito metropolitano, Lisboa destaca-se enquanto principal destino para a grande maioria dos concelhos da AML. Este quadro estrutural traduz uma confluência para Lisboa de 341.620 pessoas residentes na AML, isto é, 1,3 vezes o valor da população empregada ou estudante residente na capital, tendo a posição polarizadora de Lisboa sido reforçada, em 2001, face a 1991. Com efeito, a *capacidade de atracção exercida pelo concelho de Lisboa sobressai de tal forma dos restantes concelhos, indiciando, deste modo, a presença de um modelo monocêntrico polarizado neste concelho na AML.*

Os concelhos da margem norte detinham, em 2001, quatro vezes mais postos de trabalho ou estudantes do que os da margem sul, e Lisboa, por si só, concentrava cerca de 44% do total metropolitano. As maiores densidades de postos de trabalho ou alunos matriculados encontravam-se em Lisboa e nos concelhos contíguos da Amadora, Oeiras e Odivelas, com estes quatro concelhos a concentrarem 54% do total da área metropolitana. Os concelhos de Cascais, Almada e Barreiro registavam entre 500 e 1000 empregados ou estudantes por Km<sup>2</sup>, enquanto a restante AML apresentava densidades inferiores a 500 empregados ou estudantes por Km<sup>2</sup>. Deste quadro, ressalta *um modelo de organização territorial clássico “centro-periferia”*, com as densidades das actividades de trabalho ou estudo a decaírem progressivamente do centro – Lisboa – para os concelhos limítrofes do espaço metropolitano.

É possível identificar uma área central da AML com fortes interações que envolvem Lisboa e uma primeira coroa delimitada na margem norte pelos concelhos de Cascais, Sintra, Loures e Vila Franca de Xira, e que na margem sul inclui os concelhos ribeirinhos de Almada, Seixal e Barreiro. Cada uma destas interações representava mais de 18.000 empregados, sendo o sentido dos movimentos casa-trabalho direccionado maioritariamente para a capital, tendo em conta que cerca de 63% dos indivíduos que trabalham em Lisboa residem noutros concelhos. De facto, o papel dominante de Lisboa enquanto pólo de emprego é bastante expressivo. Os maiores graus de dependência face a Lisboa verificam-se nos concelhos que são contíguos: Odivelas (cerca de 49% da população residente empregada desloca-se a Lisboa para aí exercer a sua actividade de trabalho), Amadora (46%), Loures (42%) e Oeiras (41%). Destacam-se ainda os níveis de dependência dos concelhos de Almada, Sintra,

Barreiro e Seixal (cerca de 30 a 35% da população residente empregada desloca-se para Lisboa).

Por outro lado, no período 1991-2001, assinala-se uma perda de importância dos movimentos intraconcelhios, em oposição a um aumento dos movimentos interconcelhios, a um aumento das entradas vindas do exterior da AML e a um aumento das saídas para fora da AML, podendo-se, deste modo, afirmar que o *quadro funcional da AML se complexificou*. A elevada capacidade de atracção exercida pelo concelho de Lisboa face aos restantes concelhos, associada à complexificação do quadro dos movimentos na AML, contribuiu para que o problema da mobilidade urbana tenha vindo a tornar-se, nos últimos anos, insustentável.

No intervalo de uma década, inverteu-se a lógica das opções predominantemente assentes em transporte colectivo, que pautava a AML em 1991, passando-se para uma *lógica baseada no transporte individual*. De facto, enquanto em 1991 os modos de transporte de cariz colectivo sustentavam mais de 50% dos movimentos da população residente na AML, em 2001 representavam apenas 36% e, em simultâneo, o peso do transporte individual ascendeu de 26% para 46%.

A utilização de transporte individual é mais acentuada por parte de grupos sócioeconómicos de topo e de grupos com níveis de escolaridade mais elevada detectando-se, também, uma diferenciação de género que contribui para que a população feminina apresente uma menor incidência sobre o transporte individual.

A elevada utilização do transporte individual condiciona, em certa medida, a circulação dos transportes públicos, tendo em conta que estes, como resultado do congestionamento, circulam a velocidades “antieconómicas” de 7 ou 11 km/h, sendo, portanto, difícil cumprir horários ou cativar potenciais passageiros, que de facto acabam ainda mais por escolher a viatura particular como meio de transporte.

**TABELA 2.3.2 – PRINCIPAIS MODOS DE TRANSPORTE UTILIZADOS PELOS INDIVÍDUOS RESIDENTES NA AML, NO ÂMBITO DOS RESPECTIVOS MOVIMENTOS PENDULARES**

Modos de transporte	1991 (%)	2001 (%)
Transporte individual	26	46
Transporte colectivo	51	36
A pé	21	16
Outros	2	2
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: INE, 2003, Movimentos pendulares e organização do território metropolitano

Os cerca de 240 mil veículos que Lisboa recebe diariamente contribuem para que a mobilidade urbana seja um dos maiores constrangimentos actuais da AML, dada a questão do tráfego urbano se encontrar intrinsecamente relacionada com a qualidade de vida. O congestionamento encontra-se condensado em dois picos uniformes, um de manhã e outro à tarde, coincidindo com a entrada e saída dos postos de trabalhos, os quais exercem repercussões directas na duração das deslocações efectuadas. Considerando globalmente os activos empregados e estudantes residentes na AML, os concelhos que, em 2001, apresentavam valores mais acentuados de duração média dos movimentos realizados eram Almada, Seixal, Moita, Sintra e Barreiro. Por outro lado, os tempos médios mais baixos de percurso casa-trabalho ou casa-escola observavam-se nos concelhos mais periféricos (Azambuja e Mafra) devido à sua relativa autonomia face a Lisboa.

A falta de mobilidade subjacente ao actual sistema de circulação rodoviária penaliza as populações que habitam na periferia e exercem a sua actividade na capital e afecta também significativa e negativamente a circulação na própria cidade de Lisboa. **O impacto dos congestionamentos permanentes traduz-se na redução da qualidade de vida nas cidades** e nas consequências

nefastas na população, visíveis no aumento do tempo de deslocação, no estacionamento desordenado, no modo de ocupação do solo e nas dificuldades em desenvolver e manter as infraestruturas necessárias.

Com efeito, a AML absorve diariamente as externalidades negativas decorrentes do congestionamento do tráfego que a caracteriza, as quais se manifestam no *aumento da sinistralidade*, na *diminuição da segurança* dos peões, nas *dificuldades de estacionamento e obstrução do espaço destinado à circulação pedonal*, no *aumento do ruído* nas zonas residenciais, no *aumento das situações de stress crónico*, na *degradação da qualidade ambiental* em virtude do aumento da poluição atmosférica, no *aumento dos custos* e desperdício de energia, na *diminuição da velocidade de deslocação* dos automóveis e dos transportes públicos (estima-se que as velocidades dos veículos possa ter diminuído cerca de 10% nos últimos vinte anos) e consequente *aumento do tempo das deslocações efectuadas* e na *diminuição dos níveis de produtividade*.

### 2.3.2. Capital Humano

***A RLVT revela uma estrutura global de níveis de habilitações da população residente e empregada bastante favorável no espaço nacional - com especial relevo, a este nível, para o posicionamento destacado da Grande Lisboa e, em menor grau, da Península de Setúbal, associado, numa medida importante, aos seus perfis de especialização produtiva -, que contrasta fortemente com a sua posição global desfavorável no seio das capitais europeias.***

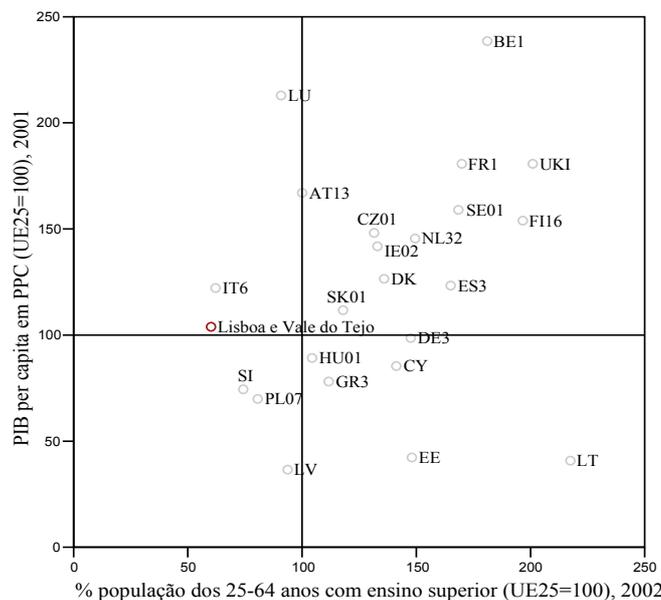
Tendo em consideração que em economias em mudança acelerada como as actuais uma das chaves para o reforço e sustentação da competitividade e para a criação de sólidas vantagens competitivas dinâmicas, de médio e longo prazo, resulta da conjugação da flexibilidade organizacional, produtiva e comercial com a adaptabilidade da mão de obra, importa, nesta medida, analisar a dotação de recursos humanos da região de Lisboa e Vale do Tejo, sobretudo em termos da capacidade revelada de renovação permanente da qualidade e quantidade da sua *pool* de recursos humanos.

No seio, em primeiro lugar, das regiões europeias seleccionadas como equiparáveis (as regiões capitais administrativas), a RLVT revela o posicionamento mais débil no que concerne ao nível educacional da população. Com efeito, o peso da população com ensino superior, na faixa etária dos 25-64 anos, na região de Lisboa e Vale do Tejo, não só se posiciona bastante aquém da média da UE25, como é o mais reduzido no seio de todas as regiões utilizadas como termo de comparação.

Deste modo, a RLVT apresenta uma estrutura de níveis educacionais bastante preocupante no contexto europeu, contrastando o seu posicionamento favorável face ao espaço nacional com as debilidades evidenciadas pela região quando se utilizam como termos comparativos regiões capitais, não só da UE15, mas também dos mais recentes Estados Membros.

A análise da relação dos níveis de PIB *per capita* com a estrutura educacional na região de Lisboa e Vale do Tejo indicia um potencial de crescimento futuro fomentado pela estrutura de recursos humanos muito pouco favorável para a RLVT, no seio das regiões analisadas, muito embora, a região tenha revelado uma capacidade significativa de superar esses limites aproximando-se, ao nível dos resultados na criação de riqueza, de regiões com melhor dotação de recursos humanos, como é o caso de Berlim.

**FIGURA 2.3.10 – PIB PER CAPITA E PESO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR:  
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



**Legenda**

BE1-Reg. Bruxelles-Cap./Brussels Hfdst. Gew.	IT6-Lazio	SE01-Stockholm	LT-Lietuva
DK-Danmark	LU-Luxembourg (Grand-Duché)	UKI-London	LV-Latvija
DE3-Berlin	NL32-Noord-Holland	CY-Kypros	MT-Malta
GR3-Attiki	AT13-Wien	CZ01-Praha	PL07-Mazowieckie
ES3-Comunidad de Madrid	PT13-Lisboa e Vale do Tejo	EE-Eesti	SI-Slovenija
FR1-Île de France	FI16-Uusimaa (Suuralue)	HU01-Közép-Magyarország	SK01-Bratislavský

Nota: % da população dos 25-64 anos com ensino superior na UE25 (2002) = 20,6%.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social e Eurostat (2003), Regions: Statistical Yearbook

A região de Lisboa e Vale do Tejo revela uma estrutura global de níveis de habilitações da população residente bastante favorável no espaço nacional (ver Figura 2.3.11), contrastando, deste modo, com o seu posicionamento no contexto das capitais europeias. Com efeito, no espaço nacional, a RLVT apresenta um peso diminuto dos níveis de habilitações mais reduzidos e um peso mais significativo dos níveis educacionais mais elevados. Assim sendo, constata-se que, em 2001, cerca de 39,9% da população residente na região de Lisboa e Vale do Tejo possui habilitações até ao 1º ciclo do ensino básico. Não obstante o peso assumido por este escalão habilitacional na região ser esmagador no contexto europeu, o posicionamento da região, no contexto nacional, é favorável, dado, em termos médios, cerca de 46,2% da população residente no território nacional possuir habilitações até ao 1º ciclo do ensino básico.

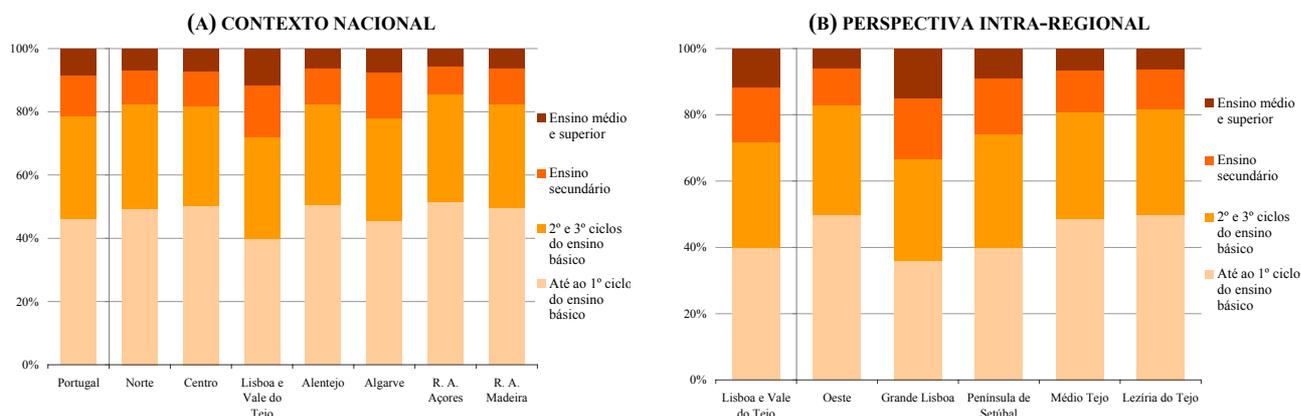
No que concerne ao escalão habilitacional mais elevado, observa-se, também, o posicionamento favorável da RLVT no contexto nacional. Em 2001, 11,5% da população residente na região de Lisboa e Vale do Tejo possuía habilitações ao nível do ensino médio e superior, superando, como tal, o peso médio nacional assumido por este mesmo escalão habilitacional (8,4%). Esta característica da estrutura global de recursos humanos da região constitui um importante estímulo sobre o seu potencial de crescimento futuro no contexto da estrutura de dotação de recursos humanos nacional.

Deste modo, o posicionamento favorável da região de Lisboa e Vale do Tejo face ao espaço nacional, em matéria de recursos humanos, contrasta com a sua reduzida notoriedade à escala europeia, assumindo a

prioridade estratégica expressa no Plano Operacional da Região, para o período 2000-2006, referente à qualificação dos recursos humanos e promoção do emprego, com vista a melhorar os níveis de formação e de capacitação tecnológica da população, o carácter de condição indispensável a uma plena integração no espaço das regiões capitais europeias.

O contexto intra-regional pauta-se por uma acentuada heterogeneidade. As NUTS III Grande Lisboa e Península de Setúbal apresentam a menor representatividade da população residente detentora dos níveis habilitacionais mais reduzidos e, conseqüentemente, evidenciam uma maior expressividade da população residente com habilitações ao nível do ensino secundário, médio e superior. As características das estruturas habilitacionais destas regiões relacionam-se com as especificidades dos perfis de especialização produtiva das mesmas, dado serem estas as sub-regiões que, no seio da RLVT, concedem maior ênfase a sectores mais intensivos em tecnologia que valorizam factores mais avançados de competitividade, requerendo, como tal, os recursos estratégicos necessários para o seu desenvolvimento. As restantes NUTS III evidenciam um posicionamento bastante mais desfavorável, sendo particularmente preocupante a estrutura habilitacional da região Oeste.

**FIGURA 2.3.11 – ESTRUTURA DE HABILITAÇÕES DA POPULAÇÃO RESIDENTE (2001)**



Fonte: INE, Censos

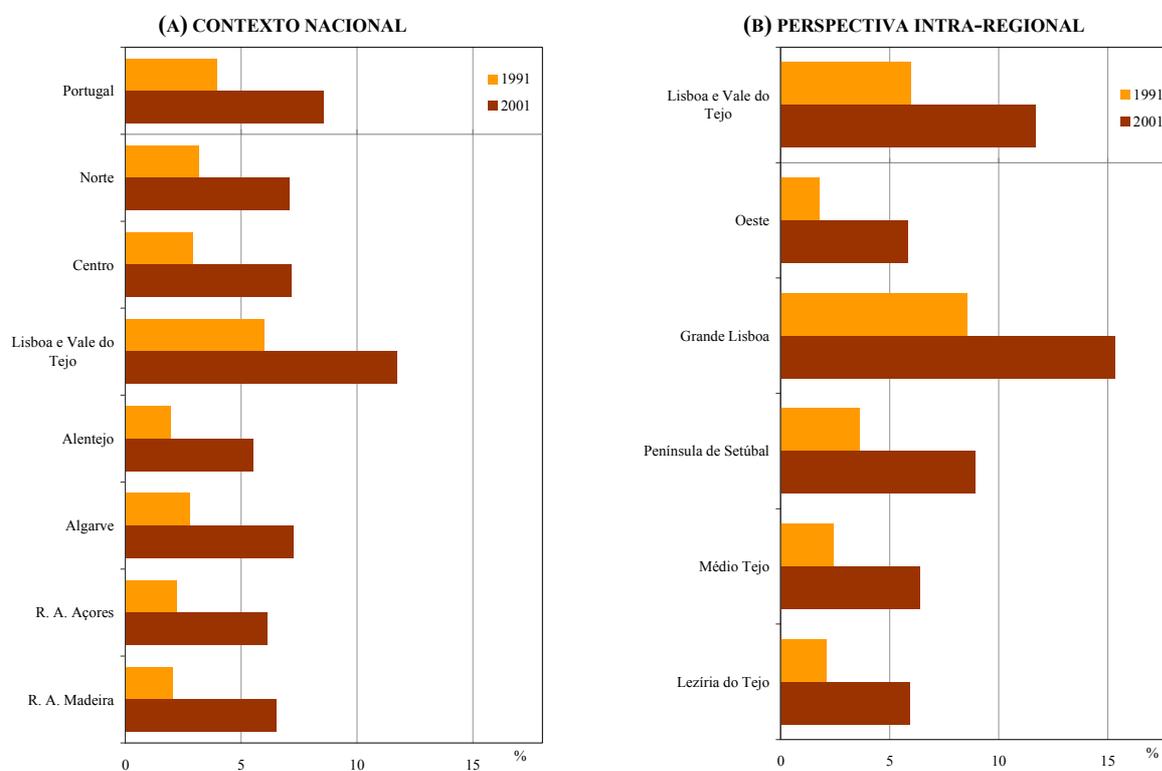
Do ponto de vista do potencial de construção de uma trajetória sustentada de competitividade e coesão regional, importa complementar a análise da estrutura habilitacional da população residente com o posicionamento relativo da região, em termos da importância assumida pela população com ensino superior, no contexto do estrato etário da população residente com idade superior a 20 anos, dado que a mesma indicia a dotação efectiva de população activa, com habilitações superiores, já inserida, ou prestes a ser inserida, no mercado de trabalho - ver Figura 2.3.12.

A evolução desenhada pelo peso assumido pela população com ensino superior, em percentagem da população residente com mais de 20 anos, permite abordar se as tendências se constroem em torno de um reforço versus esbatimento do stock disponível de recursos humanos com melhores habilitações no mercado de trabalho. Com efeito, a competitividade de uma região relaciona-se não só com a capacidade da região em fazer a melhor utilização dos recursos disponíveis, mas também com a sua capacidade de renovar os recursos de forma contínua e sustentada, capacidade esta que se assume como um vector importante do crescimento das economias regionais.

No período 1991-2001, assinala-se um crescimento do peso da população com ensino superior na população residente com mais de 20 anos, o que aponta para uma tendência de reforço da mão-de-obra com melhores níveis habilitacionais no mercado de trabalho. Apesar da taxa média de crescimento anual do peso da população com ensino superior, no total da população residente com mais de 20 anos, ter sido inferior na região de Lisboa e Vale do Tejo, no período 1991-2001, face à taxa de crescimento média anual no espaço nacional, a RLVT continua a destacar-se, em 2001, como a região com melhor registo neste indicador (11,7%), superando a média nacional de 8,6%.

As sub-regiões da Grande Lisboa e Península de Setúbal revelam os pesos mais elevados de população com ensino superior na população residente com mais de 20 anos, tendo sido, contudo, as NUTS III Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo a registarem as taxas médias de crescimento anual deste indicador mais significativas, no período 1991-2001, o que deve ser enquadrado com os seus posicionamentos mais desfavoráveis no início do período em causa.

**FIGURA 2.3.12 – POPULAÇÃO RESIDENTE COM ENSINO SUPERIOR EM % DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM MAIS DE 20 ANOS, NOS ANOS 90**



Fonte: INE, Censos

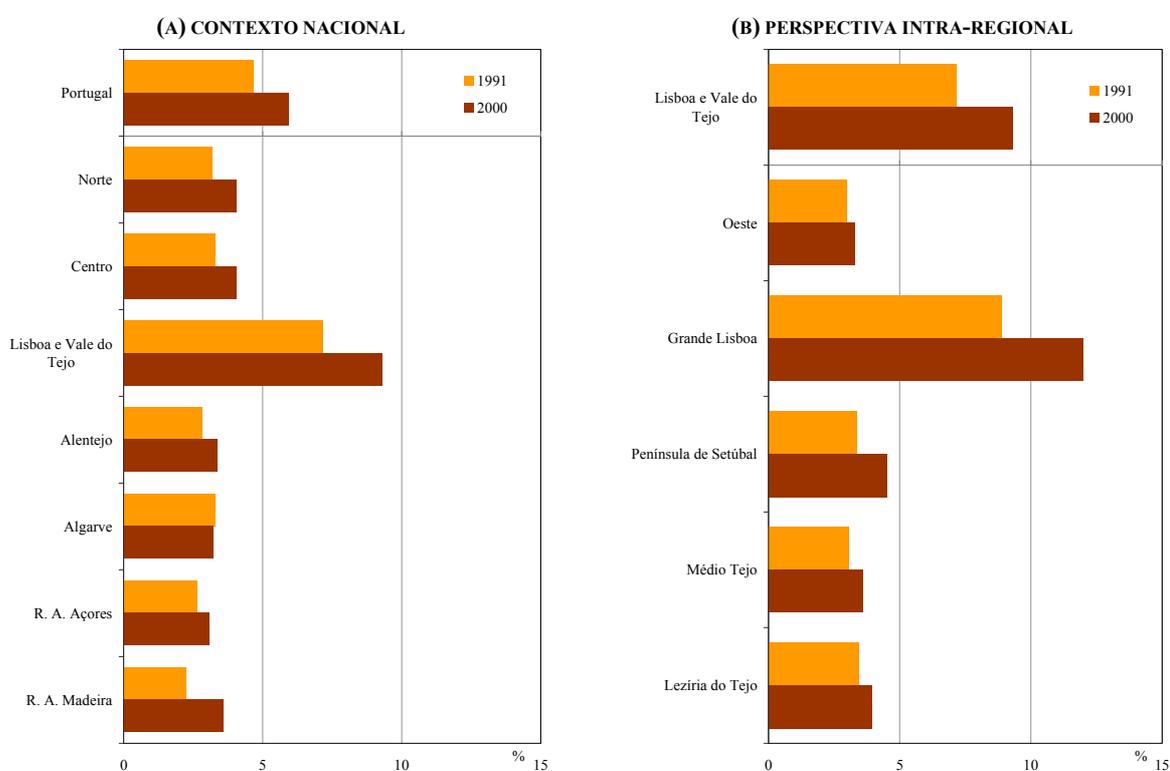
A condução da análise da dotação e capacidade de renovação dos recursos humanos na região de Lisboa e Vale do Tejo deve ser complementada com o nível de habilitações e de formação evidenciado pela população que efectivamente integra o mercado de trabalho e com as evoluções recentes desenhadas neste domínio. Deste modo, pretende-se abordar o nível de habilitações e de formação, não só da população residente (que pode incluir um conjunto significativo de população inactiva ou de população desempregada, quer à procura do primeiro emprego, quer à procura de novo emprego), mas também, e

sobretudo, da população empregada, que forma efectivamente o conjunto de recursos humanos integrados no mercado de trabalho.

A RLVT assume-se como a região do território nacional com a maior importância relativa de população empregada com formação ao nível do ensino superior. Este resultado enquadra-se nas especificidades do perfil de especialização da região, o qual revela uma carência de sectores que assentam na exploração de baixos custos de trabalho, privilegiando, em contraposição, sectores que valorizam significativamente, face ao espaço nacional, factores dinâmicos e avançados de competitividade, o que exige a disponibilidade no mercado de trabalho regional de recursos humanos com níveis de competências e habilitações adequados ao seu desenvolvimento.

Do ponto de vista intra-regional, as disparidades detectadas são acentuadas, contrastando o posicionamento favorável da Grande Lisboa com as fragilidades evidenciadas pelo Oeste.

**FIGURA 2.3.13 – PESSOAL AO SERVIÇO COM ENSINO SUPERIOR EM % DO TOTAL, NOS ANOS 90**



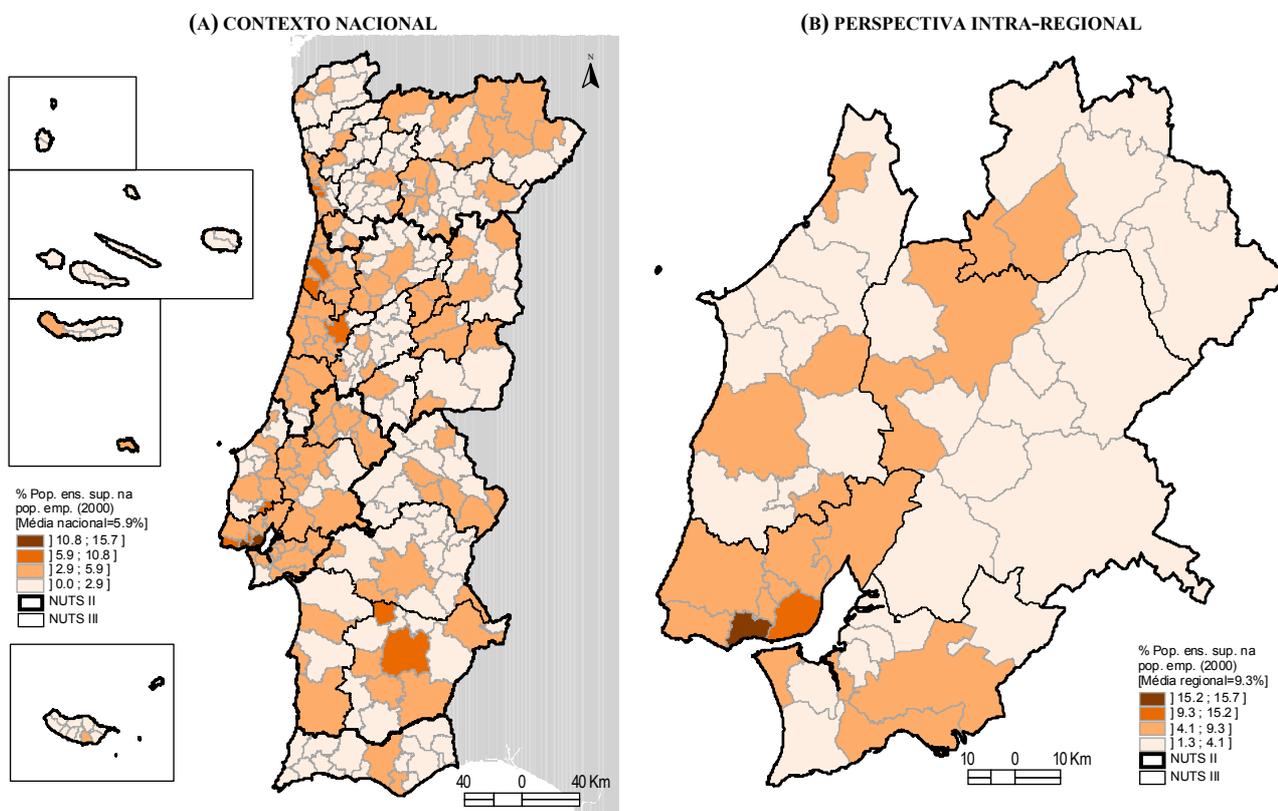
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

Ao nível concelhio, assinalam-se disparidades expressivas, sendo, no essencial, os concelhos da Grande Lisboa aqueles que revelam as condições mais favoráveis neste domínio - ver Figura 2.3.14.

Deste modo, os concelhos que se pautam por uma importância relativa da população empregada com ensino superior mais acentuada são Oeiras (não esquecer a importância, a este nível, do Taguspark) e Lisboa, com um peso da população empregada com habilitações superiores acima de 15%. A um segundo nível de importância, revelam, também, pesos consideráveis de população empregada com ensino superior os concelhos de Cascais, Amadora, Arruda dos Vinhos, Loures, Almada e Sintra. Por oposição,

os concelhos que evidenciam pesos relativos da população empregada com ensino superior menos expressivos são os concelhos de Gavião, Sardoal, Sobral de Monte Agraço e Ferreira do Zêzere, com um peso da população empregada com habilitações superiores inferior a 2%.

**FIGURA 2.3.14 – PESSOAL AO SERVIÇO COM ENSINO SUPERIOR EM % DO TOTAL:  
PERSPECTIVA CONCELHIA (2000)**



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

### 2.3.3. I&D e Tecnologia

*A RLVT apresenta-se, no contexto europeu, como uma das regiões capitais com menores níveis de utilização do sistema de protecção de direitos industriais e intelectuais e, por outro lado, de afectação de recursos humanos a actividades intensivas em I&D, facto que é particularmente visível no peso do emprego em sectores industriais de média/alta tecnologia e nos serviços intensivos em conhecimento. Já o seu posicionamento, a este nível, no contexto nacional, é favorável, destacando-se os registos da Grande Lisboa, sobretudo na área dos serviços, e da Península de Setúbal, mormente na área industrial. A existência de vantagens comparativas reveladas na região nos sectores de alta e média-alta tecnologia e o peso relativo importante do emprego nas TIC reflectem, também, esta tendência. Destaque ainda para o elevado e crescente esforço relativo da região nas actividades de investigação e*

***desenvolvimento tecnológico, quer em termos humanos, quer, sobretudo, em termos financeiros, alicerçadas, cada vez mais, no desenvolvimento empresarial.***

A inovação tecnológica constitui um processo fundamental para o desenvolvimento económico e social das regiões, dado contribuir quer para a introdução no mercado de novos produtos e processos, quer para a melhoria dos produtos e processos já existentes, sendo o resultado da interação de múltiplos factores e dependendo, como tal, da capacidade de utilizar e materializar conhecimentos científicos e tecnológicos.

Deste modo, estabelecer comparações inter-regionais no domínio da inovação tecnológica equivale a estabelecer comparações quanto às capacidades das regiões em utilizarem e materializarem o conhecimento científico e tecnológico na melhoria ou na criação de novos produtos e processos no mercado. Assim sendo, a análise comparativa da capacidade da região de Lisboa e Vale do Tejo no domínio do capital tecnológico e inovação começa por ser delineada tendo como base o indicador pedidos de patentes.

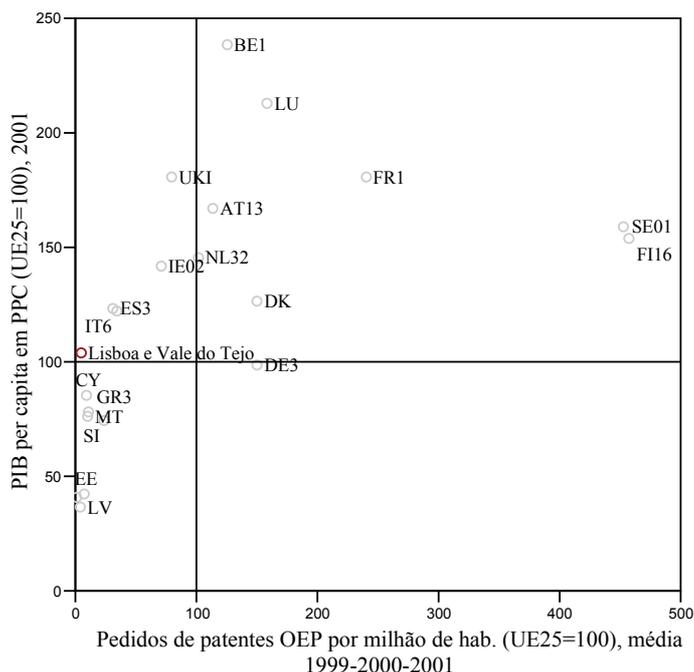
Os pedidos de patentes permitem estabelecer comparações da posição da região de Lisboa e Vale do Tejo, face a outras realidades regionais, no que concerne à utilização do sistema de protecção de direitos industriais e intelectuais. Este indicador assume-se como uma *proxy* do output dos esforços realizados pelas diferentes regiões, no âmbito da utilização de conhecimentos científicos e tecnológicos, no processo de inovação, sendo, como tal, uma medida aproximada dos resultados alcançados pelas regiões.

O posicionamento da RLVT, no contexto europeu, pode ser analisado tendo como base a Figura 2.3.15, que relaciona os níveis de PIB *per capita* regionais com os pedidos de patentes por milhão de habitantes, nas regiões capitais europeias.

A RLVT apresenta um valor extremamente baixo de pedidos de patentes por milhão de habitantes registados na Organização Europeia de Patentes (OEP), no período 1999-2001. Com efeito, o número de patentes por milhão de habitantes na região coloca-se consideravelmente abaixo da média da UE25 e encontra-se ao nível de regiões como a Letónia, Estónia e Chipre, que evidenciam níveis de PIB *per capita* bastante inferiores à região de Lisboa e Vale do Tejo. Deve-se, contudo, realçar que a comparação da RLVT com estas regiões é feita face às respectivas médias nacionais e não face às médias das suas regiões capitais, dada a inexistência de informação estatística desagregada ao nível de NUTS II para os referidos países, o que pode, como tal, ainda, subavaliar os resultados destas regiões.

Deste modo, a região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta, no contexto europeu, um défice regional de utilização do sistema de patentes, posicionando-se como uma das regiões europeias com menor recurso à utilização do sistema de protecção de direitos industriais e intelectuais.

**FIGURA 2.3.15 – PIB PER CAPITA E PEDIDOS DE PATENTES POR MILHÃO DE HABITANTES:  
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



- Legenda
- |  |                             |                         |
|--|-----------------------------|-------------------------|
| BE1-Reg. Bruxelles-Cap./Brussels Hfdst. Gew. | LU-Luxembourg (Grand-Duché) | EE-Eesti                |
| DK-Danmark                                   | NL32-Noord-Holland          | HU01-Közép-Magyarország |
| DE3-Berlin                                   | AT13-Wien                   | LT-Lietuva              |
| GR3-Attiki                                   | PT13-Lisboa e Vale do Tejo  | LV-Latvija              |
| ES3-Comunidad de Madrid                      | FI16-Uusimaa (Suuralue)     | MT-Malta                |
| FR1-Île de France                            | SE01-Stockholm              | PL07-Mazowieckie        |
| IE02-Southern and Eastern                    | UK1-London                  | SI-Slovenija            |
| IT6-Lazio                                    | CY-Kypros                   | SK01-Bratislavský       |
|  | CZ01-Praha                  |                         |

Nota: Pedidos de patentes OEP (Organização Europeia de Patentes) na UE25 = 128,6 pedidos por milhão de habitantes.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

As actividades de investigação e desenvolvimento de uma região reflectem o esforço desenvolvido por cada região para reforçar a sua base de conhecimentos científicos e tecnológicos, podendo este esforço ser abordado tendo como base a expressão dos recursos que a região dedica a esse tipo de actividades.

O peso dos recursos humanos afectos a actividades de I&D em cada região é, ao contrário do indicador anteriormente utilizado - pedidos de patentes, um indicador de input, ou seja, permite medir os esforços desenvolvidos pelas regiões ao nível dos recursos que atribuem às suas actividades de investigação científica e tecnológica.

Com vista a estabelecer uma análise comparativa do esforço que a RLVT desenvolve para expandir a sua base de conhecimentos científicos e tecnológicos, e, conseqüentemente, para incentivar o processo de inovação tecnológica regional, é possível avaliar o posicionamento da região, no contexto europeu, ao nível do peso do emprego assumido pelos sectores industriais de média/alta tecnologia e do peso do emprego em serviços intensivos em conhecimento (ver Figura 2.3.16).

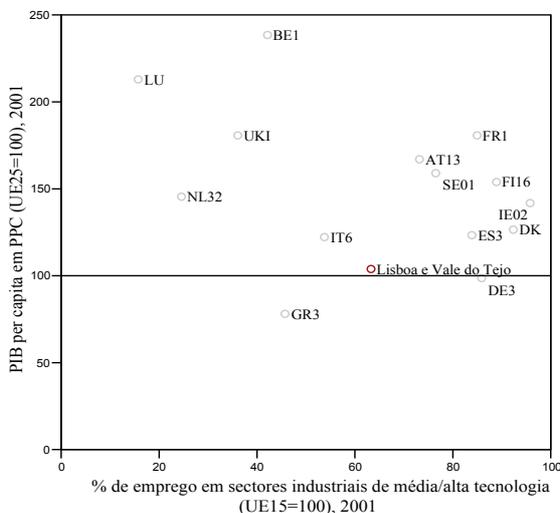
A RLVT apresenta-se como uma das regiões europeias que menos recursos dedica a actividades de investigação e desenvolvimento, tendo em conta os reduzidos pesos de recursos humanos empregues nestas actividades.

A modesta posição da região de Lisboa e Vale do Tejo na afectação de recursos humanos a actividades de I&D é essencialmente visível no peso do emprego que a região dedica aos serviços intensivos em conhecimento. Com efeito, a região, não só se posiciona consideravelmente abaixo da média da UE15, como se assume como a região com menor expressividade neste indicador no seio das regiões capitais da UE15.

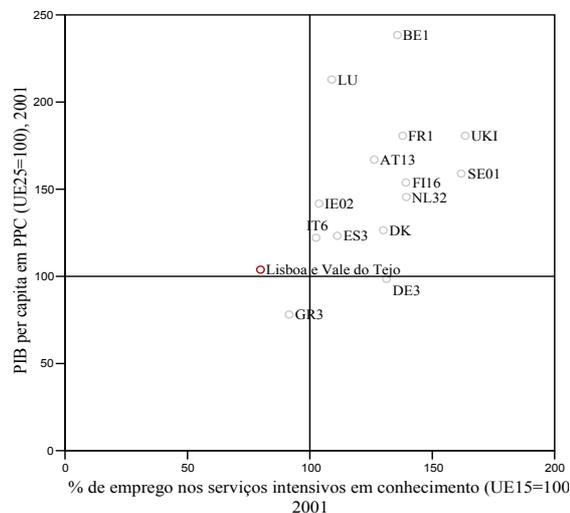
No que concerne ao peso do emprego na região de Lisboa e Vale do Tejo afecto aos sectores industriais de média/alta tecnologia, a posição evidenciada pela região continua a ser inferior ao peso médio da UE15. Não obstante, a região supera o peso do emprego em sectores industriais de média/alta tecnologia evidenciado por diversas regiões capitais com níveis de PIB *per capita* superiores, designadamente, a Região de Bruxelas (Bélgica), Londres (Inglaterra), Lazio (Itália), Noord-Holland (Holanda) e Luxemburgo. Os pesos evidenciados pelas regiões capitais neste indicador e o facto de se posicionarem abaixo do peso médio europeu devem ser enquadrados com o elevado grau de terciarização do emprego nas regiões capitais da UE15.

**FIGURA 2.3.16 – PIB PER CAPITA, TECNOLOGIA E CONHECIMENTO:  
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**

**(A) EMPREGO EM SECTORES INDUSTRIAIS DE MÉDIA/ALTA  
TECNOLOGIA EM % DO TOTAL**



**(B) EMPREGO EM SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO EM  
% DO TOTAL**



Nota: % de emprego em sectores industriais de média/alta tecnologia na UE15 (2001) = 7,6%.

Indústrias de média/alta tecnologia - Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.; Fabricação de máquinas de escritório e de equipamento para o tratamento automático da informação; Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos, n.e.; Fabricação de equipamento e de aparelhos de rádio, televisão e comunicação; Fabricação de aparelhos e instrumentos médico-cirúrgicos, ortopédicos, de precisão, de óptica e de relojoaria; Fabricação de veículos automóveis, reboques e semireboques; Fabricação de produtos químicos (parte); e Fabricação de outro material de transporte (parte).

Legenda

BE1-Reg. Bruxelles-Cap./Brussels Hfdst. Gew.  
DK-Danmark  
DE3-Berlin  
GR3-Attiki  
ES3-Comunidad de Madrid  
FR1-Île de France  
IE02-Southern and Eastern

IT6-Lazio  
LU-Luxembourg (Grand-Duché)  
NL32-Noord-Holland  
AT13-Wien  
PT13-Lisboa e Vale do Tejo  
FI16-Uusimaa (Suuralue)

SE01-Stockholm  
UK1-London  
CY-Kypros  
CZ01-Praha  
EE-Eesti  
HU01-Közép-Magyarország  
LT-Lietuva  
LV-Latvija  
MT-Malta  
PL07-Mazowieckie  
SI-Slovenija  
SK01-Bratislavský

Nota: % de emprego nos serviços intensivos em conhecimento na UE15 (2001) = 32,9%.

Serviços intensivos em conhecimento - Transportes por água; Transportes aéreos; Correios e telecomunicações; Intermediação financeira, excepto seguros e fundos de pensões; Seguros, fundos de pensões e de outras actividades complementares de segurança social; Actividades auxiliares de intermediação financeira; Actividades imobiliárias; Aluguer de máquinas e de equipamentos sem pessoal e de bens pessoais e domésticos; Actividades informáticas e conexas; Investigação e desenvolvimento; Outras actividades de serviços prestados principalmente às empresas; Educação; Saúde e acção social; Actividades recreativas, culturais e desportivas.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Eurostat (2003), Regions: Statistical Yearbook, e Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

**CAIXA 2.3.2 – TIPOLOGIA DE CLASSIFICAÇÃO POR GRAUS DE INTENSIDADE TECNOLÓGICA**

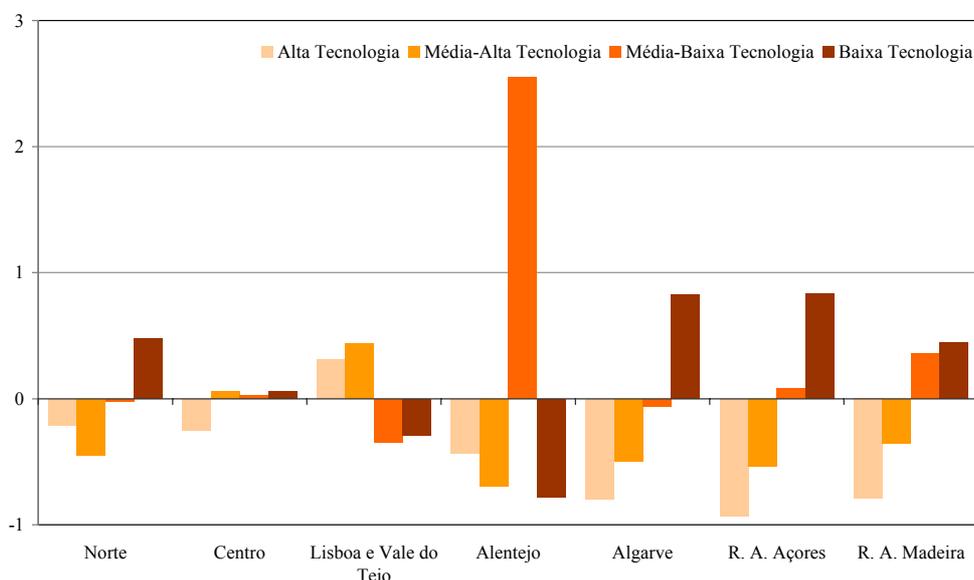
A classificação por níveis de intensidade tecnológica adoptada segue a classificação proposta pela OCDE, cujos ajustamentos conduziram à passagem de uma classificação em três níveis (alto, médio e baixo) para uma classificação, proposta mais recentemente<sup>(\*)</sup>, em quatro níveis de intensidade tecnológica, acompanhando, aliás, a maior dispersão dos indicadores utilizados para situar as diferentes indústrias resultante da aceleração e diferenciação dos ritmos de modernização tecnológica e inovação (o quadro seguinte sintetiza a classificação adoptada nas suas grandes linhas, uma vez que ela foi operacionalizada com um nível de desagregação da CAE de 4 dígitos).

Segmentos	Indústrias
Indústrias de Alta Tecnologia	Aeronáutica e aeroespacial, produtos farmacêuticos, computadores e equipamentos informáticos e de escritório, electrónica e equipamentos de telecomunicações, instrumentos médicos, ópticos e de precisão

Indústrias de <b>Média-Alta Tecnologia</b>	Máquinas e aparelhos eléctricos, automóveis e componentes, indústrias químicas (excluindo farmacêutica), equipamento ferroviário e outro equipamento de transporte, máquinas e equipamentos
Indústrias de <b>Média-Baixa Tecnologia</b>	Coque, produtos refinados do petróleo e combustível nuclear, borracha e plásticos, produtos minerais não metálicos, construção e reparação naval, metalurgias de base, produtos metálicos
Indústrias de <b>Baixa Tecnologia</b>	Pasta e papel, artes gráficas, têxteis, vestuário, couro, calçado, produtos alimentares, bebidas e tabaco, madeira, mobiliário e cortiça

(\*) Veja-se, ainda, OCDE (1997), Revision of the high-technology sector and product classification, STI working papers 2 e OCDE (2001), Base de Dados STAN.

**FIGURA 2.3.17 – VANTAGENS COMPARATIVAS REVELADAS POR NÍVEIS DE INTENSIDADE TECNOLÓGICA (2000)**



Nota: As Vantagens Comparativas Reveladas (VCR) resultam da comparação entre o peso relativo de um determinado sector na estrutura exportadora total de uma região face ao peso relativo detido por esse mesmo sector na estrutura exportadora de um espaço padrão utilizado como termo de referência – no caso em questão o espaço nacional. Considera-se a detenção de VCR quando o índice supera o valor 1. Os valores apresentados na figura acima construída são diferenciais face ao patamar de referência 1, representando, como tal, o excedente (ou défice) de cada resultado regional.

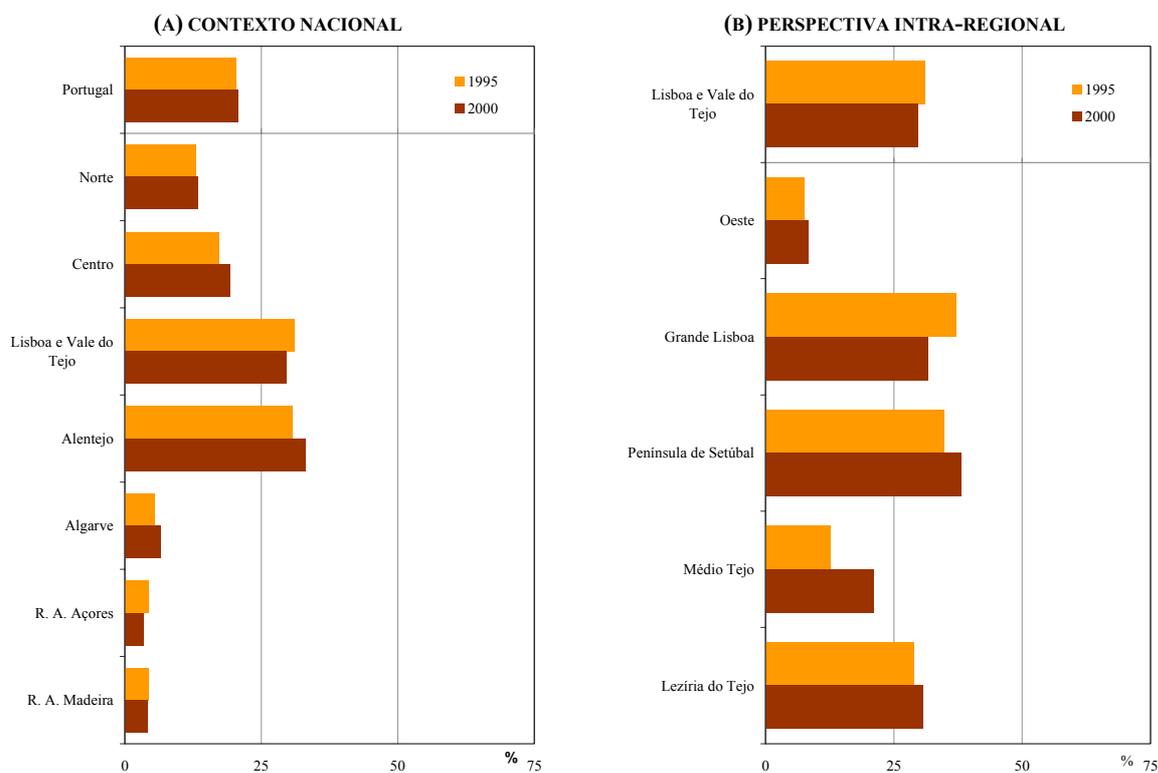
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Estatísticas do Comércio Internacional

O posicionamento da região de Lisboa e Vale do Tejo, no contexto nacional, ao nível da expressividade assumida pelas actividades mais intensivas em tecnologia e em investigação e desenvolvimento difere consideravelmente do seu posicionamento à escala europeia. Com efeito, a RLVT revela, em primeiro lugar, em termos da sua integração nos mercados internacionais, vantagens comparativas reveladas nos sectores de alta e média-alta tecnologia, registando a posição inversa nos sectores intensivos em tecnologia menos avançada e sofisticada, sendo a única NUTS II a apresentar esta situação (ver Figura 2.3.17). Esta tendência está associada, ao nível do perfil de especialização produtiva interna, a um peso do VAB em sectores de média e alta tecnologia na região que supera consideravelmente a média nacional (ver Figura 2.3.18).

Do ponto de vista intra-regional (Figura 2.3.18), assinalam-se diversas heterogeneidades no seio da RLVT. A Península de Setúbal destaca-se como a região com maior importância do VAB industrial gerado pelos sectores de média e alta tecnologia (38,2%), superando, consideravelmente, o peso médio da região de Lisboa e Vale do Tejo (29,6%), o que se enquadra com a expressiva presença e relevo assumido pelas indústrias de fabricação de material de transporte e de fabricação de equipamento eléctrico e electrónico no perfil de especialização da região. É, ainda, de realçar a tendência de crescimento do peso do VAB industrial nos sectores de média/alta tecnologia evidenciada pela Península de Setúbal, no período 1995-2000, contrariando a tendência da região de Lisboa e Vale do Tejo, a qual foi, essencialmente, marcada pela trajectória da Grande Lisboa.

O Oeste é a sub-região com menor peso relativo do VAB industrial gerado pelos sectores de média/alta tecnologia, o que se justifica pelo facto do seu tecido industrial conceder maior relevo a indústrias mais ligadas à exploração de recursos naturais e com níveis de baixa e média/baixa tecnologia, tais como as indústrias alimentares e a fabricação de outros produtos minerais não metálicos.

**FIGURA 2.3.18 – VAB INDUSTRIAL EM SECTORES DE MÉDIA/ALTA TECNOLOGIA EM % DO TOTAL DA INDÚSTRIA, NOS ANOS 90**



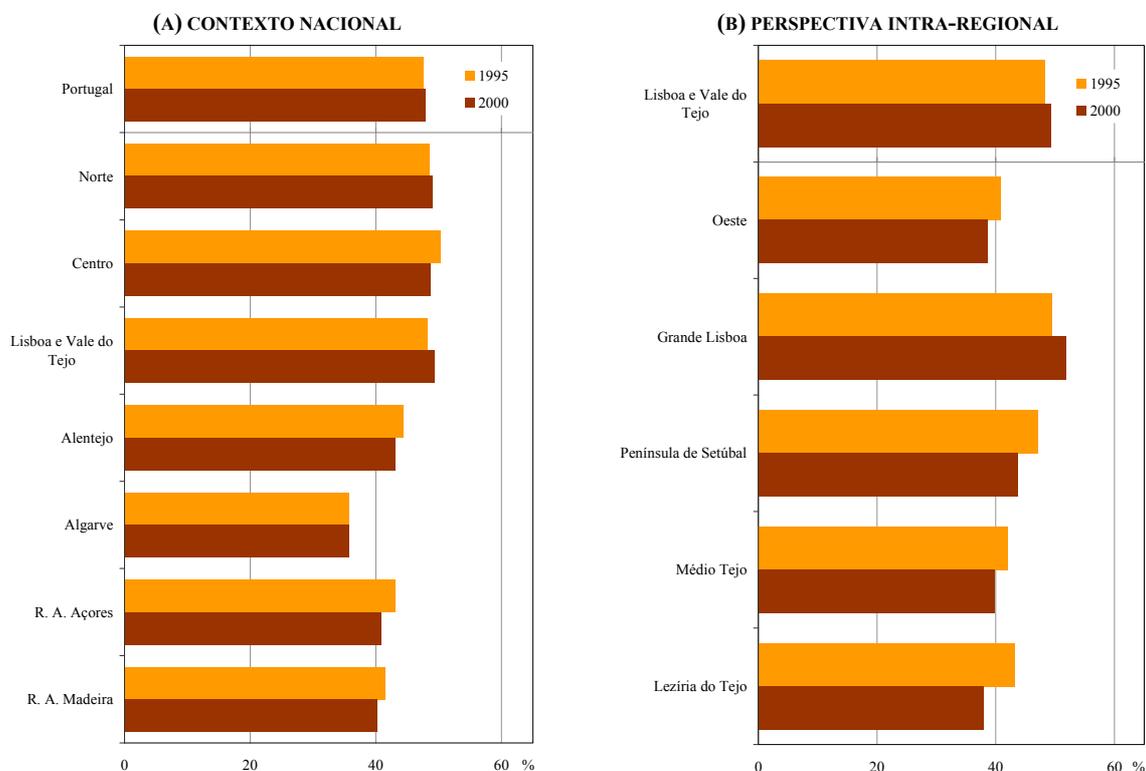
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais, e DEEP, Quadros de Pessoal

Focalizando a análise das intensidades regionais de valorização das actividades de investigação e desenvolvimento, não no sector industrial, mas antes no sector de serviços, é, também, possível verificar que a região de Lisboa e Vale do Tejo, em 2000, se assume como a NUTS II nacional com maior peso do VAB gerado pelos sectores de serviços intensivos em conhecimento, tendo registado uma tendência de crescimento neste indicador ao longo do período 1995-2000 - ver Figura 2.3.19.

O posicionamento da RLVT, no contexto nacional, ao nível da expressividade assumida pelas actividades mais intensivas em investigação e desenvolvimento volta a contrariar o seu posicionamento desfavorável à escala europeia, quando se coloca, agora, o foco no sector dos serviços. Assim sendo, o posicionamento favorável da região, no contexto nacional, ao nível da expressão concedida às actividades de serviços intensivos em conhecimento deve ser enquadrado com a reduzida expressividade assumida por estas actividades a nível nacional.

Do ponto de vista intra-regional, destaca-se a Grande Lisboa como a sub-região com a maior importância do VAB dos serviços gerado pelos sectores de serviços intensivos em conhecimento, o que se enquadra com a densidade e diversidade das actividades de serviços no seu perfil de especialização. Por oposição, a NUTS III Lezíria do Tejo revela o menor peso relativo do VAB dos serviços gerado pelos sectores de serviços intensivos em conhecimento.

**FIGURA 2.3.19 – VAB DOS SECTORES DE SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO EM % DO TOTAL DOS SERVIÇOS, NOS ANOS 90**



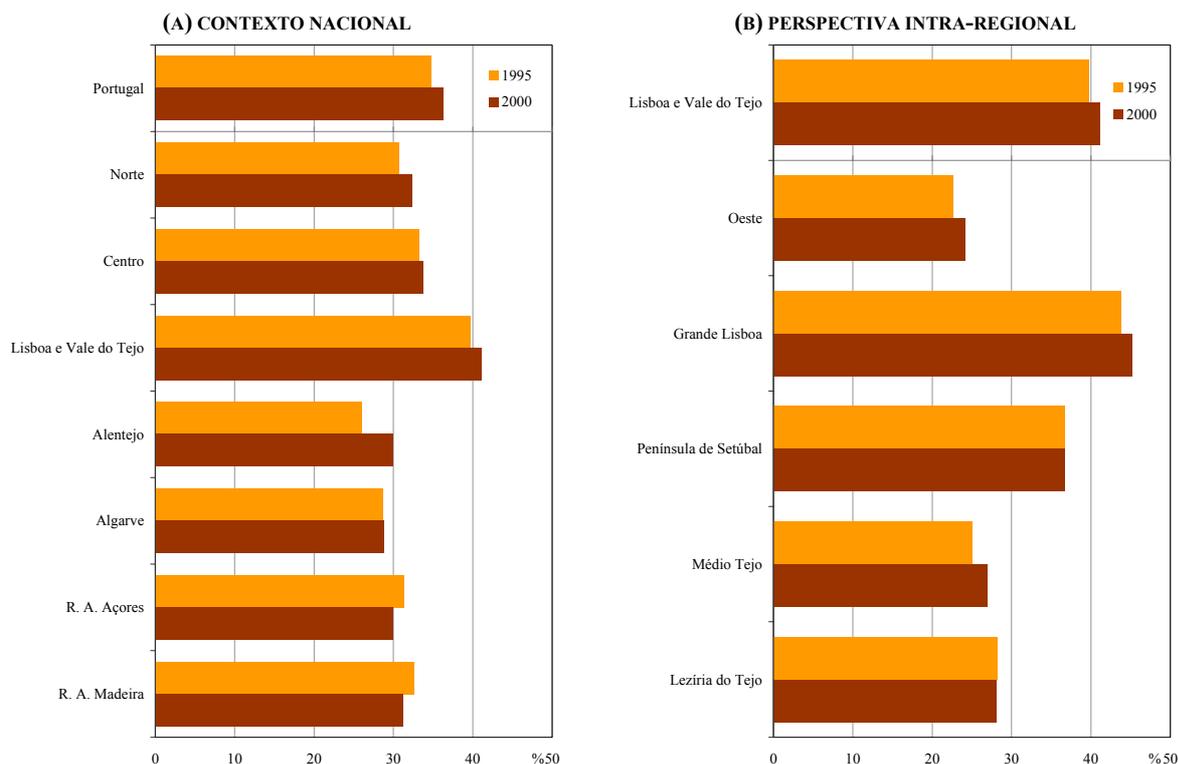
Nota: Serviços intensivos em conhecimento - Correios e telecomunicações; Intermediação financeira, excepto seguros e fundos de pensões; Seguros, fundos de pensões e de outras actividades complementares de segurança social; Actividades auxiliares de intermediação financeira; Aluguer de máquinas e de equipamentos sem pessoal e de bens pessoais e domésticos; Actividades informáticas e conexas; Investigação e desenvolvimento; Outras actividades de serviços prestados principalmente às empresas; Educação; Saúde e acção social.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais, e DEEP, Quadros de Pessoal

Conjugando os resultados das análises anteriores, é possível salientar a posição da região de Lisboa e Vale do Tejo, no contexto nacional, ao nível do peso assumido pelo VAB dos sectores intensivos em conhecimento e tecnologia na estrutura do VAB regional.

Do ponto de vista intra-regional, destacam-se favoravelmente, no campo da expressividade concedida às actividades mais intensivas em tecnologia e em investigação e desenvolvimento, as NUTS III Grande Lisboa (essencialmente fomentada pela importância do VAB dos sectores de serviços intensivos em conhecimento) e Península de Setúbal (essencialmente fomentada pela importância do VAB industrial dos sectores de média/alta tecnologia).

**FIGURA 2.3.20 – VAB DOS SECTORES INTENSIVOS EM CONHECIMENTO E TECNOLOGIA EM % DO TOTAL, NOS ANOS 90**



Nota: Sectores Intensivos em Conhecimento e Tecnologia - Fabricação de produtos químicos; Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.; Fabricação de máquinas de escritório e de equipamento para o tratamento automático da informação; Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos, n.e.; Fabricação de equipamento e de aparelhos de rádio, televisão e comunicação; Fabricação de aparelhos e instrumentos médico-cirúrgicos, ortopédicos, de precisão, de óptica e de relojoaria; Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques; Correios e telecomunicações; Intermediação financeira, excepto seguros e fundos de pensões; Seguros, fundos de pensões e de outras actividades complementares de segurança social; Actividades auxiliares de intermediação financeira; Aluguer de máquinas e de equipamentos sem pessoal e de bens pessoais e domésticos; Actividades informáticas e conexas; Investigação e desenvolvimento; Outras actividades de serviços prestados principalmente às empresas; Educação; Saúde e acção social; Fabricação de outro material de transporte (parte).

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais, e DEEP, Quadros de Pessoal

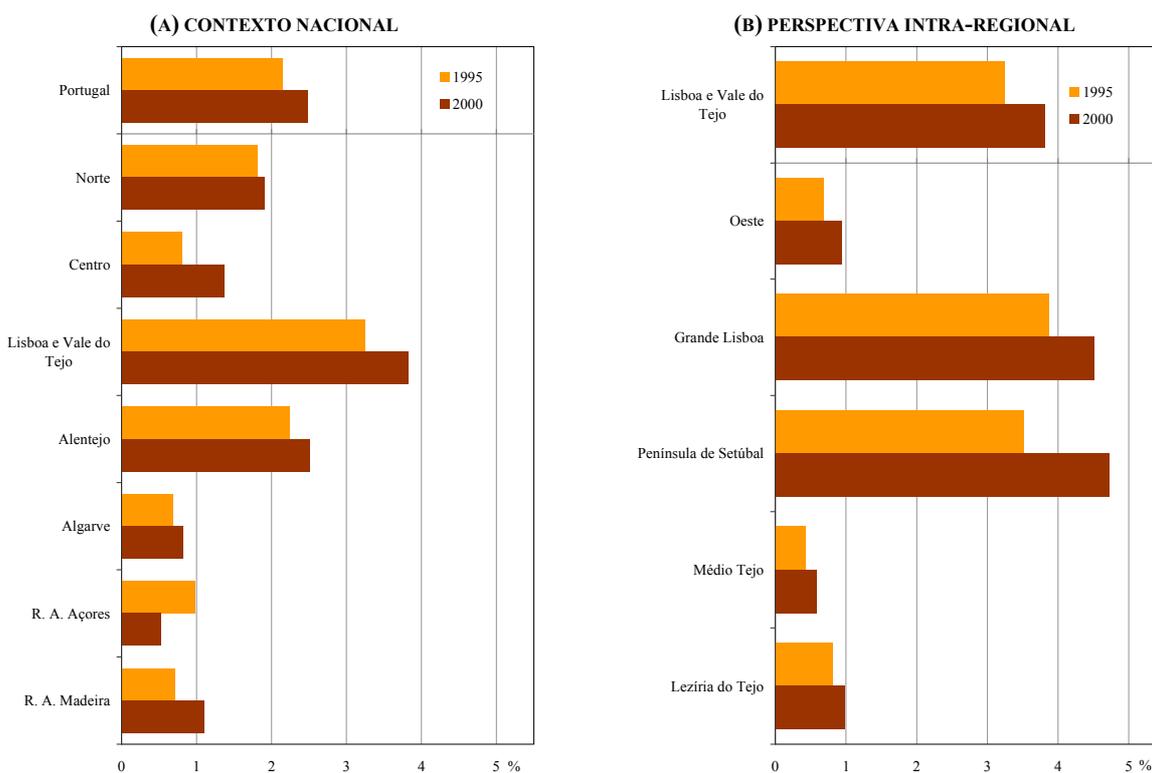
O esforço feito pela RLVT no que respeita ao nível de recursos que afecta às actividades mais intensivas em tecnologia e em investigação e desenvolvimento tecnológico pode, também, ser aferido pela importância assumida pelo emprego nas tecnologias de informação e comunicação (TIC) na estrutura de emprego regional - ver Figura 2.3.21.

Assim sendo, é possível verificar que a região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta um peso mais elevado do emprego em tecnologias de informação e comunicação no total da estrutura de emprego regional, comparativamente com as restantes NUTS II do espaço nacional. Com efeito, a região concentra uma

parte muito considerável dos recursos estratégicos nacionais devotados à inovação e desenvolvimento tecnológico, exercendo um forte efeito polarizador sobre todo o país decorrente da sua condição de capital.

Numa perspectiva intra-regional, constata-se os pesos mais acentuados do emprego em tecnologias de informação e comunicação por parte das sub-regiões Grande Lisboa e Península de Setúbal, ou seja, por parte das NUTS III da RLVT que apresentam maior expressividade do VAB gerado pelos sectores intensivos em conhecimento e tecnologia, subsistindo, ainda, uma excessiva concentração destas actividades na Área Metropolitana de Lisboa.

**FIGURA 2.3.21 – EMPREGO EM TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) EM % DO TOTAL, NOS ANOS 90**



Nota: Tecnologias de Informação e Comunicação - Fabricação de máquinas de escritório e suas partes; Fabricação de computadores e outro equipamento informático; Fabricação de fios e cabos isolados; Válvulas, tubos e outros componentes electrónicos; Fabricação de aparelhos emissores de rádio, TV e aparelhos de telefonia e telegrafia por fios; Fabricação de aparelhos receptores de material de rádio e TV, aparelhos de gravação ou de reprodução de som e imagens e de material associado; Fabricação de instrumentos e aparelhos de medida, verificação, controlo, navegação e outros fins (excepto de controlo de processos industriais); Fabricação de equipamento de controlo automático de processos industriais; Comércio por grosso de electrodomésticos, aparelhos de rádio e de televisão; Comércio por grosso de máquinas e material de escritório; Comércio por grosso de outras máquinas e equipamentos para a indústria, comércio e navegação; Aluguer de máquinas e equipamento de escritório (inclui computadores); Telecomunicações; Actividades informáticas e conexas.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

O esforço efectuado pela região de Lisboa e Vale do Tejo para expandir a sua base de conhecimentos científicos e tecnológicos, estimulando, desse modo, o processo de inovação regional, pode ser medido, tal como foi referido anteriormente, pelo empenhamento regional ao nível da atribuição de recursos a este tipo de actividades.

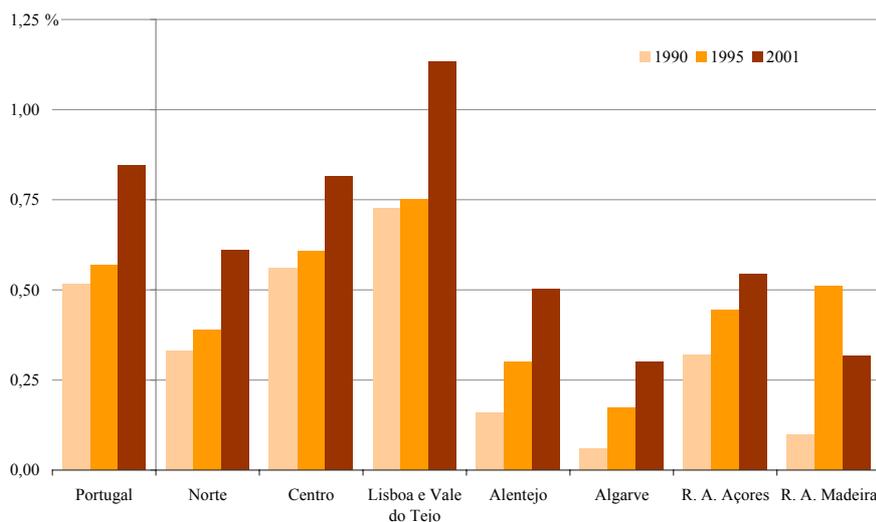
Assim sendo, importa complementar a aferição da afectação de recursos humanos a actividades com maior intensidade tecnológica, por parte da região, com a afectação de despesas da região às actividades de investigação e desenvolvimento científico e tecnológico. Neste sentido, o peso afecto às despesas em I&D, por parte da RLVT, pode funcionar como uma medida de aferição da intensidade em I&D regional.

O posicionamento da região de Lisboa e Vale do Tejo, no contexto nacional, ao nível da intensidade em I&D, na década de 90, pode ser analisado à luz da informação sistematizada na Figura 2.3.22. A RLVT apresenta-se como a região que revela maior intensidade em I&D, no contexto nacional, dada a maior expressividade relativa das despesas em I&D no VAB regional.

Este comportamento, no contexto nacional, centra-se no posicionamento que a região evidencia ao nível da organização da competitividade a partir dos factores não-custo, como a qualidade, a diferenciação, o domínio da tecnologia, o recurso à propriedade industrial como mecanismo de protecção da diferenciação e a sustentação das suas actividades numa base de recursos humanos com qualificações acima da média do país. Com efeito, é necessário ter em conta que a inovação regional ocorre numa envolvente onde as mutações tecnológicas são aceleradas e, como tal, a disponibilização de informação constitui um factor crucial. Deste modo, como o conhecimento é o principal input do processo de inovação, a capacidade para incorporar e desenvolver conteúdos tecnológicos mais avançados nas actividades regionais encontra-se intrinsecamente relacionada quer com os níveis de educação, formação e competências técnicas dos recursos humanos da região, quer com a densidade de agentes empresariais e infraestruturas de suporte, apresentando a região, nestes domínios, nítidas vantagens competitivas face ao espaço nacional.

Por outro lado, é possível observar que a região de Lisboa e Vale do Tejo tendeu a intensificar o esforço desenvolvido ao nível da afectação de recursos às actividades de investigação e desenvolvimento. O crescimento do processo de inovação tecnológica da RLVT ficou, contudo, aquém da média nacional, dado que a taxa média de crescimento anual das despesas em I&D evidenciada pela região de Lisboa e Vale do Tejo, ao longo do período 1990-2001, foi inferior à registada, globalmente, pelo país (respectivamente, 4,1% e 4,6%).

**FIGURA 2.3.22 – INTENSIDADE EM I&D NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL**



Nota: Intensidade em I&D = Despesas em I&D em % do PIB.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do OCES/MCIES, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, e INE, Contas Regionais

O apoio tecnológico fornecido por uma região assume-se como um aspecto fundamental no processo regional de inovação, uma vez que as empresas e, sobretudo, as de menor dimensão, procuram na envolvente local serviços de apoio neste domínio.

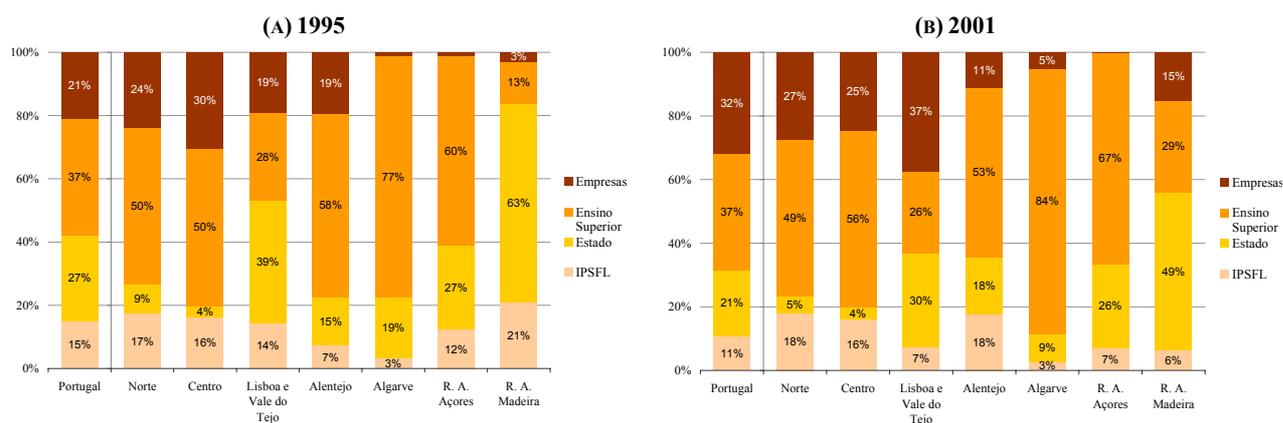
Deste modo, o potencial regional de estímulo à inovação tecnológica encontra-se intrinsecamente ligado com a rede de projectos de colaboração e com os fluxos de mobilidade de pessoal altamente qualificado estabelecidos entre os institutos e universidades da região e os agentes empresariais. A densidade desta rede de relações reforça a capacidade regional de exercer actividades de investigação orientadas para a resolução de problemas específicos das empresas.

Com efeito, as actividades de investigação e desenvolvimento constituem um processo necessário à aprendizagem e absorção de conhecimento, fomentando, deste modo, a inovação, sendo esta raramente produto da acção isolada de um único actor, dado que é possível identificar a participação de diferentes actores regionais no processo de inovação, desde empresas, centros tecnológicos, universidades, laboratórios do Estado, etc.

Assim sendo, tendo como base a figura seguinte, é possível identificar a estrutura de despesas em I&D, segundo a sua fonte de origem, nas diferentes regiões do espaço nacional. A região de Lisboa e Vale do Tejo apresentou um elevado dinamismo na participação do tecido empresarial, ao longo do período 1995-2001, nas despesas de actividades de investigação e desenvolvimento. Este dinamismo contribuiu para que, em 2001, na RLVT, as empresas fossem a principal fonte de origem de despesas em I&D, dado que as mesmas responderam por cerca de 37% do total da estrutura de despesas em I&D da região.

Esta estrutura de despesas na RLVT contraria a estrutura apresentada pelas restantes NUTS II nacionais, as quais registam, na sua maioria, como principal fonte de origem de despesas em I&D, o ensino superior. O comportamento particular de Lisboa e Vale do Tejo encontra-se relacionado com a maior expressividade relativa, no perfil de especialização da região, de empresas que exploram a I&D como factor avançado de competitividade, o que se manifesta nos pesos relevantes do VAB regional gerado por indústrias de média/alta tecnologia e por serviços intensivos em conhecimento.

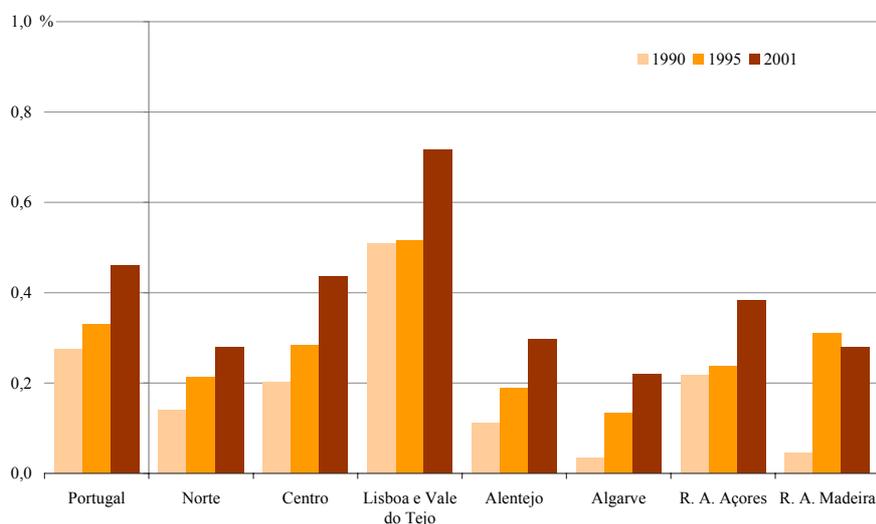
**FIGURA 2.3.23 – ESTRUTURA DAS DESPESAS EM I&D POR SECTOR INSTITUCIONAL NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL**



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do OCES/MCIES, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional

Neste contexto, depois de trabalhada a dimensão financeira dos recursos postos à disposição destas actividades, importa aferir a dimensão dos recursos humanos em ETI (equivalente a tempo integral) envolvidos em I&D. A região de Lisboa e Vale do Tejo evidenciou, ao longo da década de 90, o maior peso relativo de pessoal a desenvolver actividades de I&D (em ETI) em percentagem da população activa, sendo como tal a NUTS II do espaço nacional que revela um maior esforço na afectação de recursos humanos com vista a expandir a sua base de conhecimentos científicos e tecnológicos, o que se enquadra, por um lado, com a melhor dotação relativa da região em recursos humanos susceptíveis de desenvolverem estas actividades, designadamente com melhores níveis de habilitações e competências técnicas, gerando um efeito positivo do lado da oferta de recursos disponíveis, e, por outro lado, com as maiores exigências e necessidades do tecido empresarial e das instituições de suporte, dada a maior densidade relativa na região de empresas e instituições orientadas para a valorização da I&D como factor chave de competitividade, gerando, via procura, um efeito positivo de estímulo ao desenvolvimento destas actividades (ver Figura 2.3.24).

**FIGURA 2.3.24 – PESSOAL EM I&D EM % DA POPULAÇÃO ACTIVA NOS ANOS 90:  
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL**



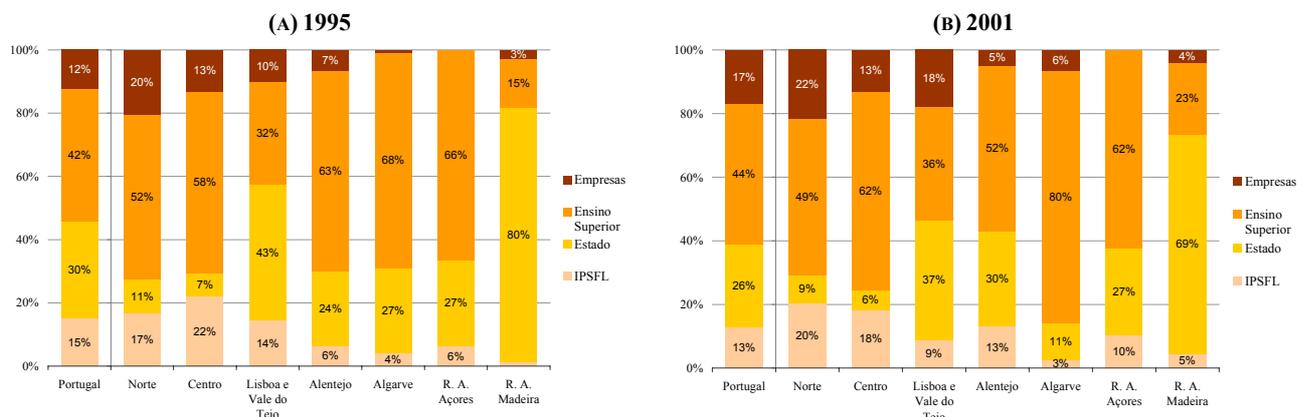
Nota: Pessoal em I&D medido em ETI (Equivalente a Tempo Integral).

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do OCES/MCIES, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, e INE, Inquérito ao Emprego

Do ponto de vista da distribuição por entidades de recursos humanos a desenvolverem actividades de investigação e desenvolvimento (em ETI), detecta-se uma maior proximidade relativa da estrutura da RLVT à estrutura nacional, comparativamente com a situação verificada ao nível das despesas em I&D (ver Figura 2.3.25).

Com efeito, na região de Lisboa e Vale do Tejo, e à semelhança da realidade média nacional, os recursos humanos a desenvolverem actividades de I&D encontram-se, no essencial, ligados ao ensino superior e ao Estado.

**FIGURA 2.3.25 – ESTRUTURA DO PESSOAL EM I&D POR SECTOR INSTITUCIONAL NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL**



Nota: Pessoal em I&D medido em ETI (Equivalente a Tempo Integral).

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do OCES/MCIES, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional

**CAIXA 2.3.3 – PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO: O CASO DO TAGUSPARK**

O **Taguspark** é um Parque de Ciência e Tecnologia em funcionamento no concelho de Oeiras, na área da Grande Lisboa, que tem na sua área regional envolvente aglomerações urbanas de alta qualidade, um aeroporto regional e fica a menos de meia hora do Aeroporto Internacional de Lisboa. O Taguspark assume-se como a componente principal do plano integrado do Parque de Ciência e Tecnologia, que contempla actividades de ciência, tecnologia e lazer.

A localização de cerca de 60% da despesa e dos recursos humanos afectos a I&D em Portugal na região de Lisboa e Vale do Tejo influenciou a decisão governamental de criar este Parque de Ciência e Tecnologia na Área Metropolitana de Lisboa, radicado no pressuposto que o desenvolvimento económico é estimulado pelo potencial já existente do sistema de investigação.

O Taguspark, criado em 1992 por iniciativa governamental sob a forma de sociedade anónima, envolveu desde o início na sua arquitectura accionista órgãos do poder local e do poder central, universidades, instituições de I&D, associações empresariais e grandes empresas públicas e privadas, algumas das quais adquiriram direitos sobre terrenos e se instalaram ou tencionam instalar-se em regime permanente no perímetro do Parque. Esta estrutura, a permanente abertura ao exterior e o dinamismo da sua gestão foram a chave do sucesso que conduziu a ser hoje uma realidade irreversível ao serviço da região da Grande Lisboa e do país.

O sector privado dispõe de 49% do capital, cabendo 34% a entidades dependentes do poder central e 17% a órgãos do poder local. Por natureza das organizações, as acções encontram-se divididas entre o sector financeiro (31%), empresas industriais e de serviços que aplicam as tecnologias (17%), entidades do poder local e central preocupadas com a tecnologia e o planeamento regional (24%), bem como Universidades e instituições de I&D, com 26% do capital, o que lhes confere um considerável poder de intervenção em todo o projecto.

**TABELA 2.3.3 – COMPOSIÇÃO DO CAPITAL DA TAGUSPARK, S.A.**

Controlo		Composição
49% Sector Privado	Sector empresarial	17%
	Sector bancário	31%
	Outro	2%
34 % Governamental	Universidades e I&D	26%
	Governo Central	7%
17% Autoridades Locais	Autoridades Locais	17%

Fonte: Taguspark

Os principais accionistas da Taguspark, S.A., são a Câmara Municipal de Oeiras (16,09%), o Instituto Superior Técnico (12,64%), o Banco BPI (11,03%), a Caixa Geral de Depósitos (10%), o Banco Comercial Português (10%), o INESC - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores (8,44%), a Portugal Telecom (5,98%), a EDP (5,06%), a SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços (4,89%) e a UTL - Universidade Técnica de Lisboa (4,21%).

O conceito fundador do Taguspark é o aproveitamento e a potenciação das sinergias entre as universidades, as instituições de investigação e desenvolvimento e as empresas de base tecnológica, os três pilares da sua ocupação espacial. Com efeito, o Taguspark foi concebido de forma a encorajar a formação e crescimento de empresas, contando já com largas dezenas de empresas de base tecnológica instaladas e possui ligações formais com universidades e instituições de I&D, como a Universidade Técnica de Lisboa, o Instituto Superior Técnico, o INESC - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores e o ISQ - Instituto de Soldadura e Qualidade.

A área territorial do Taguspark está afectada a quatro sectores: o núcleo central; o sector empresarial, no qual se podem instalar pequenas e médias empresas, empresas de consultoria e serviços técnicos e operações ou sedes de grandes empresas, estas naturalmente em número limitado; o sector de I&D e o sector de ensino/formação, que se destinam à instalação de utentes que desenvolvem actividades significativas de investigação e desenvolvimento, ensino superior e formação profissional.

O Taguspark funciona como infraestruturas para o acolhimento das seguintes actividades:

- Investigação e Desenvolvimento Tecnológico;
- Ensino e Formação de Recursos Humanos;
- Concepção, Projecto e Produção com base em conhecimento avançado;
- Consultoria e Serviços de Engenharia e Gestão;
- Difusão e utilização de tecnologias avançadas;
- Divulgação das actividades científico-tecnológicas;
- Outras actividades de apoio de natureza comercial e cultural.

**TABELA 2.3.4 – ÁREA OCUPADA POR DOMÍNIOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS**

	Área ocupada
Tecnologias de Informação	44%
Electrónica	19%
Telecomunicações	18%
Bioteχνologias e Química Fina	7%
Energia	3%
Ambiente	3%
Ciências e Tecnologias dos Materiais	2%
Outros	4%

Fonte: Taguspark

Com o êxito do lançamento do Centro de Inovação Empresarial, inaugurado em 1995 e a cargo da sociedade gestora, o Taguspark é já hoje, em Portugal, a maior concentração de empresas com actividade nas tecnologias de informação, nas telecomunicações e na electrónica.

O parque integra uma **Incubadora** de empresas de base tecnológica em início de actividade e uma área para pequenas e médias empresas. As empresas candidatas são seleccionadas em função do seu perfil e admitidas pelo Conselho Científico e Tecnológico, o qual exige que as empresas sejam baseadas em conhecimento avançado. O Conselho Científico e Tecnológico tornou-se cada vez mais selectivo ao longo do tempo e o resultado líquido foi que a aceitação pelo Taguspark se tornou em si mesma um activo para as empresas. Estão instaladas mais de 120 empresas com um total de 1700 postos de trabalho, operando sobretudo nas áreas das tecnologias da informação (44%), electrónica (19%) e telecomunicações (18%). No total do parque, estima-se que trabalhem mais de 6500 pessoas.

A Incubadora de Ideias é uma iniciativa do Taguspark que se destina apoiar pessoas empreendedoras que pretendam desenvolver um negócio inovador de base tecnológica, criando, com esse fim, a sua própria empresa de forma a comercializar a sua ideia inovadora. O conceito de incubadora de ideias pressupõe uma relação de intensa cooperação entre a Incubadora e o empreendedor, que tem como objectivo a instalação de empresas de sucesso no Taguspark. A Incubadora encontra-se vocacionada para o acolhimento e apoio a pequenas unidades de base tecnológica avançada, às quais é disponibilizado um conjunto de serviços comuns em regime partilhado (serviços de acompanhamento e consultoria) e visa a criação de condições para o desenvolvimento de actividades de inovação de base tecnológica, como forma de sustentar o crescimento empresarial.

O objectivo principal é promover a inovação de base tecnológica e a criação de novas empresas, através da aposta sustentada no capital intelectual de potenciais empreendedores, enriquecendo o Taguspark e, consequentemente, contribuindo para o desenvolvimento geral da economia pelo crescimento do tecido empresarial. A ligação entre Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras é essencial, porque as empresas nascentes, as *start-ups* de base tecnológica, as chamadas NTBF's (New Technology Based Firms) são, normalmente, a maior fonte de inovação, pelo que a maioria dos Parques opta por desenvolver a sua própria incubadora.

O Taguspark é também uma alavanca para a internacionalização das entidades sedeadas no seu espaço, a partir das redes de ligações europeias e internacionais em que está inserido. O parque apresenta as seguintes filiações internacionais:

- IASP - International Association of Science Parks;
- T2A - Tecnopólos do Arco Atlântico;
- TII - European Association for the Transfer of Technologies Innovation and Industrial Information.

O parque assume-se como um verdadeiro **centro de competências**, pois em virtude da sua ligação às tecnologias críticas da época actual, nomeadamente às tecnologias da informação, telecomunicações, electrónica e multimédia, o Taguspark potencia o aproveitamento das sinergias resultantes da proximidade existente entre os seus utentes e oferece as competências básicas para o apoio à inovação empresarial. Com efeito, a força vital do Taguspark assenta no apoio à inovação, por via do favorecimento da vantagem colaborativa entre os seus utentes e numa perspectiva de relacionamento com o tecido económico da Grande Lisboa, com vista à promoção de processos de transferência de tecnologia.

É de referir, contudo, que a proximidade física não é, por si só, garante do desencadeamento de sinergias entre ensino superior, investigação e actividade empresarial. Assim, a Sociedade gestora do TAGUSPARK desenvolve acções de animação, favorecendo a transferência de conhecimento, a criação de empresas de base tecnológica e promovendo a criação de redes ligando o parque ao tecido económico da região de Lisboa e do País em geral.

A afirmação do Taguspark como um verdadeiro Parque de Ciência e Tecnologia resulta da capacidade para animar o seu funcionamento, dotando-o de uma vida própria, que o diferencia dos restantes empreendimentos, normalmente passivos em relação aos respectivos utentes. A animação do Taguspark aparece, assim, como uma necessidade essencial orientada para as vertentes científico-tecnológica (C&T), cultural e social. A animação C&T compreende a dinamização de actividades de índole científica e tecnológica (conferências, seminários, exposições) para benefício dos utentes e de audiências mais alargadas; o estímulo de interesses comuns, de forma a criar redes formais ou informais entre os utentes que facilitem a transferência de conhecimento; e o encorajamento de actividade empresarial relacionada com novas tecnologias.

O Taguspark materializa um conceito de parque de Ciência e Tecnologia que aproxima as comunidades científico-tecnológicas e empresariais, evidenciando diversos atractivos de localização. Os utentes do sector empresarial são motivados pelo acesso a recursos humanos qualificados e a serviços de I&D especializados, pelo acesso a empresas para constituição de parceiros e/ou subcontratação, pelo suporte a uma imagem externa de prestígio e por uma vivência num ambiente inovador. Em particular, as empresas em início de actividade dispõem de instalações com custos controlados, acesso a múltiplas ajudas operacionais e facilidade de instalação após crescimento. Os utentes do sector de I&D, por seu turno, beneficiam da proximidade da universidade, localização em espaço com ambiente cuidado, facilidades de instalação, acesso a rede de clientes e possibilidade de inserção em redes de cooperação. Por último, os utentes do sector de ensino e formação beneficiam da instalação em ambiente empresarial, instalação a preços reduzidos, acesso a rede de clientes e elevado potencial de sinergias com os outros utentes do parque.

Deste modo, as actuais funcionalidades do Taguspark orientam-se para preencher o duplo objectivo de proporcionar as melhores condições possíveis para que as novas tecnologias desenvolvidas pelos investigadores possam ser transferidas para empresas capazes de as aplicar na prática da actividade económica e, por outro lado, sensibilizar os investigadores para as reais necessidades da economia. Com efeito, o parque está orientado para contribuir para a criação de um clima de inovação permanente, potenciando a transposição para a prática dos progressos do conhecimento científico e tecnológico. Essa missão realiza-se promovendo condições de proximidade institucional, física e relacional entre valências de investigação e desenvolvimento, criadoras de conhecimento avançado, valências de ensino superior, transmissoras desse conhecimento, e empresas de base tecnológica, geradoras de inovação na actividade económica por aplicação desse mesmo conhecimento.

Inserido em zona com tradição científica e tecnológica, aberto claramente ao exterior, com condições infraestruturais e ambientais de excepção, contando com Universidades, instituições de investigação e desenvolvimento, e dotado de um Centro de Inovação Empresarial com quase uma centena de empresas de base tecnológica, com uma gestão que garante e estimula o aproveitamento do potencial instalado, o Taguspark, Parque de Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa, já hoje um Centro de Competências, instrumento estruturante ao serviço da Grande Lisboa e potenciador da sua atractividade e competitividade, tem condições para ser um catalisador de uma futura Tecnopolis.

O Taguspark assume-se, deste modo, como um projecto estruturante, ao serviço da Grande Lisboa, mas com influência de âmbito nacional, sendo um instrumento de geração de permanente inovação, com forte capacidade de atracção sobre empresas nacionais e estrangeiras de alta tecnologia e com elevado potencial de geração de emprego e de riqueza com condições competitivas de longo prazo.

#### **2.3.4. Especialização Produtiva**

*A região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta, no contexto europeu, um peso do emprego no sector terciário acima da média da UE25, mas ainda assim atrás da maior parte das regiões capitais europeias, nomeadamente das pertencentes ao espaço da UE15.*

*No contexto nacional, pelo contrário, o peso do sector dos serviços no VAB regional supera o registado ao nível do país, muito graças à posição capital da Grande Lisboa, em desfavor da agricultura e, sobretudo, da indústria. Saliência, para além disso, para a importância relativa da indústria na Península de Setúbal, da indústria e agricultura no Médio Tejo e Oeste, ainda que em posições alternadas, e da agricultura e, crescentemente, da indústria na Lezíria do Tejo. No plano específico das actividades industriais, a especialização produtiva e a inserção internacional da região são mais favoráveis que a do país, na medida em que os níveis mais baixos de qualificação/remuneração estão claramente subrepresentados na RLVT, apresentando a região, pelo contrário, sobreespecialização nos factores competitivos mais avançados. Relevo, a este nível, para o peso das actividades intensivas em I&D na Península de Setúbal e Grande Lisboa, ao contrário do que acontece nas outras sub-regiões, e para a importância relativa da exploração de economias de escala, na Península de Setúbal, e do acesso a recursos naturais, na Lezíria do Tejo.*

*Os registos de produtividade, com excepção das actividades financeiras e dos serviços às empresas, tendem a ser mais elevados na RLVT do que no país, ainda que com disparidades intra-regionais razoavelmente importantes, em desfavor do Oeste e Médio Tejo. Os níveis apresentados de produtividade regional são explicados, simultaneamente, pela existência de um maior nível de eficiência produtiva e pela existência de um perfil de especialização assente em sectores com níveis de produtividade mais elevados. Esta tendência regional é alicerçada nas posições da Grande Lisboa, Península de Setúbal e Lezíria do Tejo, demarcando-se, pelo contrário, pela negativa, as sub-regiões do Oeste e Médio Tejo.*

*A intensidade exportadora da RLVT, não obstante ser crescente, é mais baixa do que a nacional, destacando-se claramente neste domínio, ainda assim, a Península de Setúbal, pela forte presença nesta sub-região de indústrias extrovertidas como a fabricação de material de transporte e de equipamento eléctrico.*

Tendo em conta a interdependência entre as economias regionais e as empresas aí existentes, designadamente ao nível da forma como as empresas utilizam os recursos que encontram à sua disposição e do modo como se estrutura o perfil de especialização e a estrutura empresarial da região, considera-se frequentemente como determinante dos níveis de eficiência produtiva de uma economia regional o

potencial competitivo das suas actividades de especialização e a capacidade destas influenciarem as condições de competitividade da economia onde operam.

Dada a crescente tendência de terciarização das economias regionais, importa estabelecer uma análise comparativa da região de Lisboa e Vale do Tejo, face às regiões capitais no actual espaço comunitário, no que concerne às interligações estabelecidas entre o seu nível de vida e o grau de terciarização das suas economias.

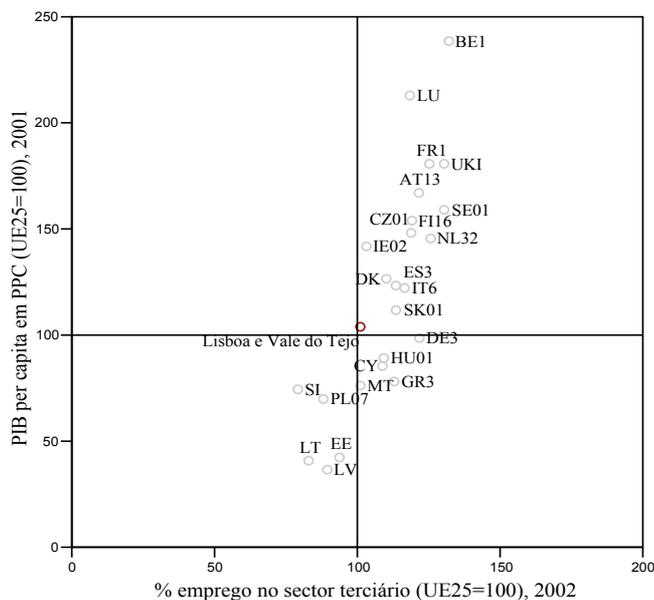
Deste modo, tendo como base a Figura 2.3.26, é possível verificar que a região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta um peso do emprego no sector terciário que supera ligeiramente a média da UE25 e que se aproxima bastante do grau de terciarização evidenciado por Malta - a qual revela, face à RLVT, um nível de PIB *per capita* consideravelmente inferior.

No entanto, quando se utiliza como termo de comparação, não a média da UE25, mas antes o conjunto das regiões capitais europeias seleccionadas como equiparáveis na análise, é possível verificar que o peso do sector dos serviços na região de Lisboa e Vale do Tejo fica aquém da generalidade das capitais europeias, sendo este posicionamento mais evidente, sobretudo, no que concerne às regiões capitais do espaço da UE15.

Com efeito, em 2001, o peso do emprego no sector terciário na RLVT apenas se revelava superior ao peso evidenciado por economias de alguns dos mais recentes países membros da UE25, designadamente a Eslovénia, Polónia, Estónia, Letónia e Lituânia. É de referir que, ainda assim, a comparação da região de Lisboa e Vale do Tejo com estas economias está a ser feita considerando a média nacional e não a média das suas regiões capitais, dada a inexistência de informação estatística desagregada ao nível de NUTS II para os referidos países, o que pode evidentemente subavaliar o grau de terciarização evidenciado.

É de ressaltar, contudo, que apesar de, no contexto das capitais europeias, o peso do sector terciário no perfil de especialização da região de Lisboa e Vale do Tejo se encontrar entre os valores menos expressivos, a análise dos níveis de divergência das regiões capitais face aos respectivos espaços nacionais confere à RLVT um dos diferenciais positivos mais significativos ao nível do peso do sector de serviços, o que se justifica pelos níveis muito reduzidos de terciarização do espaço nacional no contexto das regiões europeias.

**FIGURA 2.3.26 – PIB PER CAPITA E EMPREGO NO SECTOR TERCIÁRIO:  
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



**Legenda**

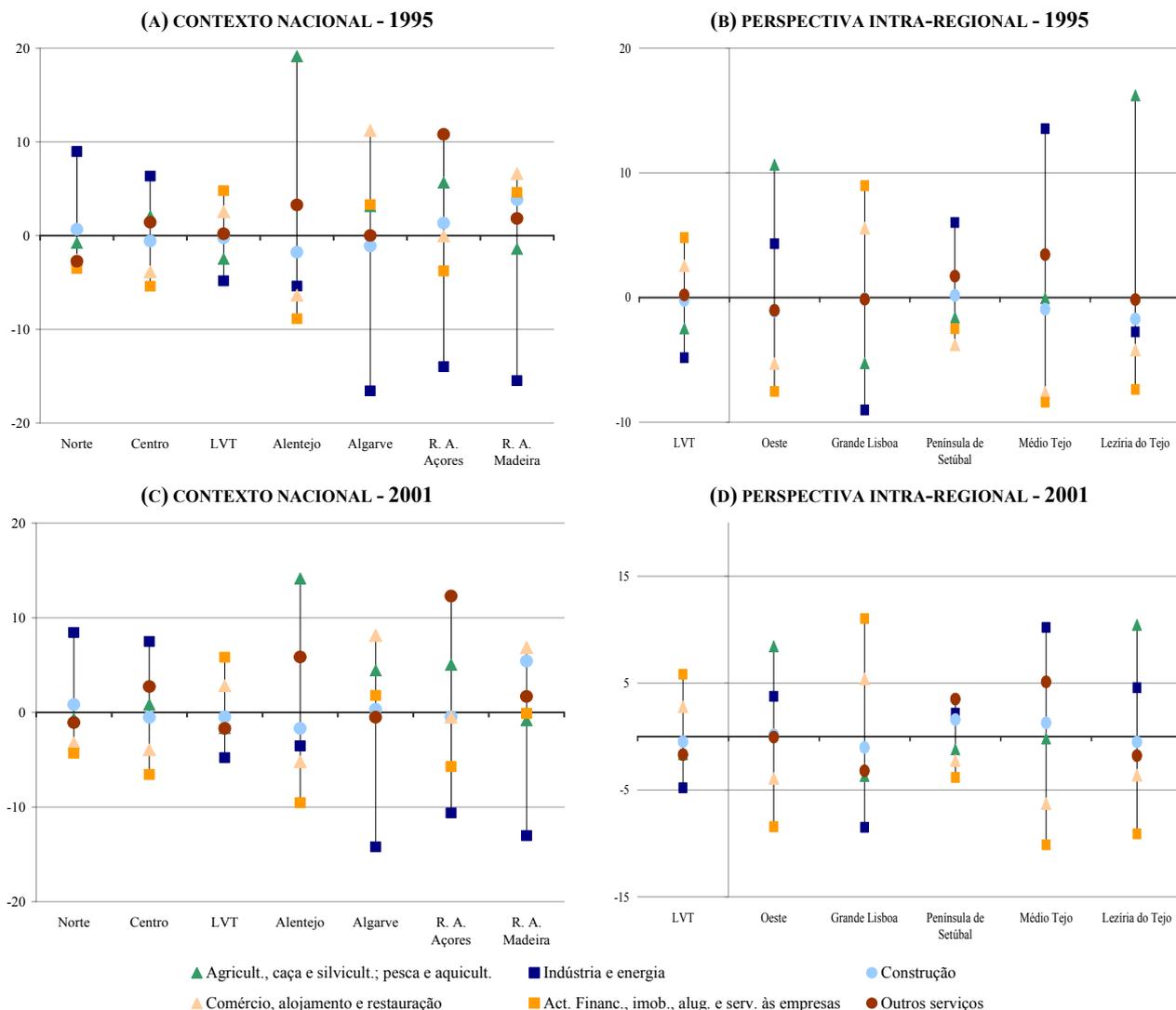
BE1-Reg. Bruxelles-Cap./Brussels Hfdst. Gew.	LU-Luxembourg (Grand-Duché)	EE-Eesti
DK-Danmark	NL32-Noord-Holland	HU01-Közép-Magyarország
DE3-Berlin	AT13-Wien	LT-Lietuva
GR3-Atiki	PT13-Lisboa e Vale do Tejo	LV-Latvija
ES3-Comunidad de Madrid	FI16-Uusimaa (Suuralue)	MT-Malta
FR1-Île de France	SE01-Stockholm	PL07-Mazowieckie
IE02-Southern and Eastern	UKI-London	SI-Slovenija
IT6-Lazio	CY-Kypros	SK01-Bratislavský
	CZ01-Praha	

Nota: % de emprego no sector terciário na UE25 (2002) = 65,8%.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

A RLVT apresenta, no contexto nacional, um perfil de especialização produtiva, recorrendo à distribuição do VAB regional por grandes sectores de actividade, marcado pela presença mais forte dos serviços, nomeadamente os associados às actividades financeiras e serviços às empresas e ao comércio, alojamento e restauração, em desfavor da agricultura e, sobretudo, da indústria, por comparação com o que se passa ao nível do país. Este posicionamento da RLVT ao nível do sector terciário deve-se, em grande medida, ao registo da Grande Lisboa, onde se localiza a capital administrativa do país, salientando-se ainda, ao nível intra-regional, o peso (decrecente, apesar de tudo) da indústria na Península de Setúbal, da indústria e agricultura no Médio Tejo (com presença forte da primeira) e Oeste (com presença forte da segunda) e da agricultura e, de forma crescente, da indústria na Lezíria do Tejo - ver Figura 2.3.27.

**FIGURA 2.3.27 – VAB POR SECTORES DE ACTIVIDADE NOS ANOS 90  
(DIFERENÇAS EM PONTOS PERCENTUAIS FACE À MÉDIA NACIONAL)**



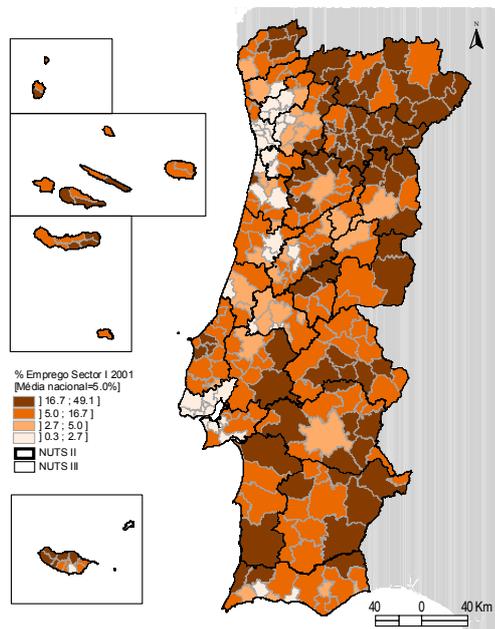
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

Ao nível concelhio (ver Figura 2.3.28), destaque particular para o peso do emprego:

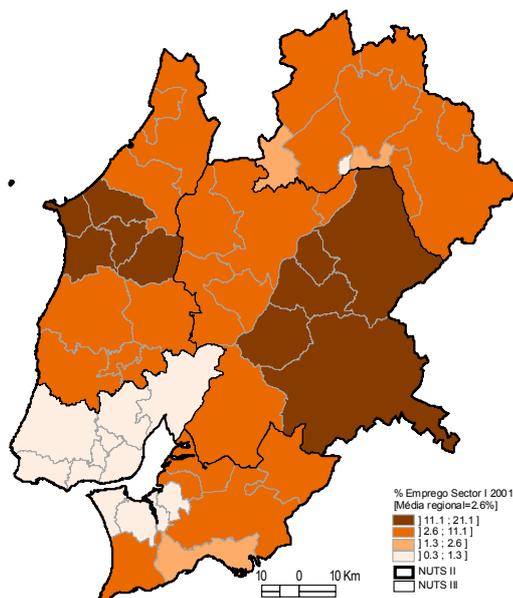
- no sector primário, nos concelhos de Coruche, Chamusca, Salvaterra de Magos, Almeirim e Alpiarça, da Lezíria do Tejo, e de Peniche, Lourinhã, Óbidos, Bombarral e Cadaval, do Oeste;
- no sector secundário, nos concelhos do Médio Tejo, Península de Setúbal, Oeste e Lezíria do Tejo, salientando-se, neste domínio, os registos de Alcanena, Vila Nova de Ourém, Ferreira do Zêzere, Sardoal, Constância, Alcobaça, Alenquer e Salvaterra de Magos;
- e no sector dos serviços, nos concelhos da Grande Lisboa, com saliência especial para os registos de Lisboa, Oeiras e Cascais, de Almada, Seixal e Barreiro, da Península de Setúbal, e de Entroncamento e Vila Nova da Barquinha, do Médio Tejo.

**FIGURA 2.3.28 – EMPREGO POR SECTORES DE ACTIVIDADE: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)**

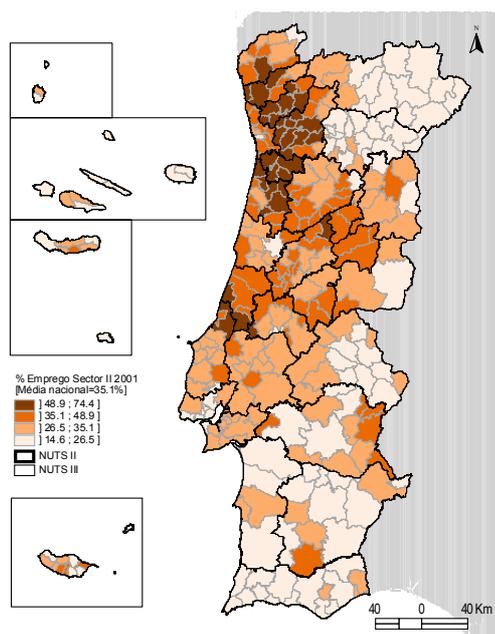
**(A) SECTOR PRIMÁRIO - CONTEXTO NACIONAL**



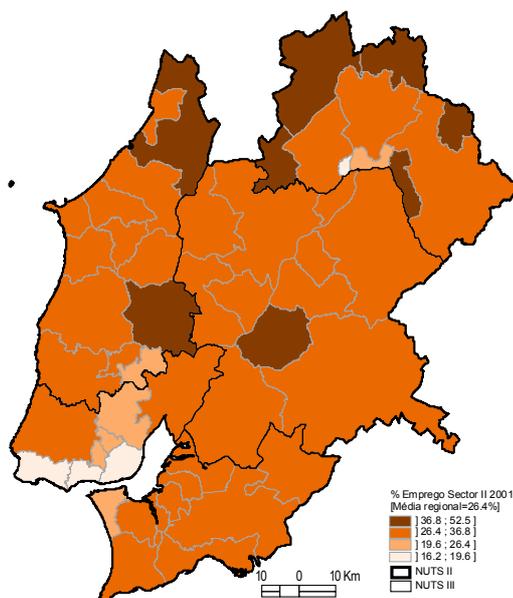
**(B) SECTOR PRIMÁRIO - PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL**



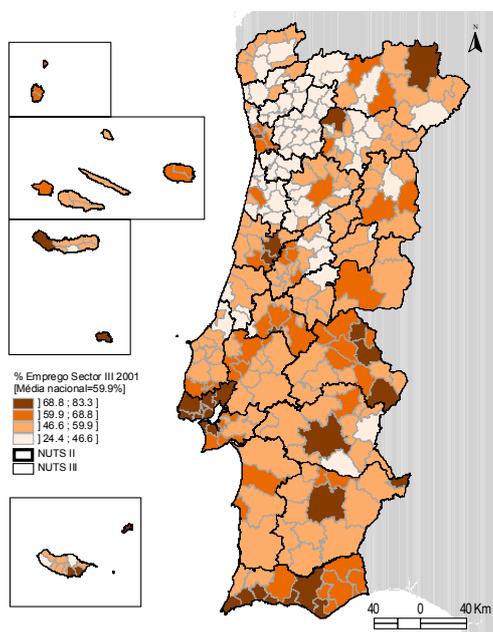
**(C) SECTOR SECUNDÁRIO - CONTEXTO NACIONAL**



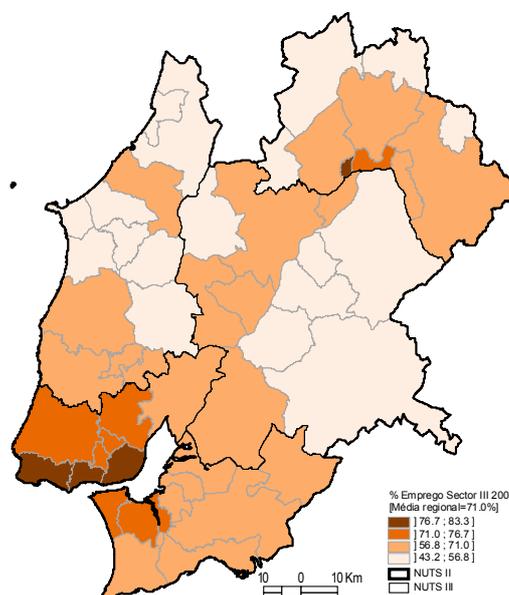
**(D) SECTOR SECUNDÁRIO - PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL**



(E) SECTOR TERCIÁRIO - CONTEXTO NACIONAL



(F) SECTOR TERCIÁRIO - PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

Na região de Lisboa e Vale do Tejo, salienta-se a existência, em geral, de níveis de produtividades sectoriais regionais mais elevados que as produtividades médias sectoriais nacionais (ver Figura 2.3.29). Com efeito, a região evidenciava, em 2001, produtividades sectoriais que superavam as médias nacionais ao nível do sector da construção, comércio, alojamento e restauração, outros serviços, agricultura, caça, silvicultura, pesca e aquicultura, indústria e energia.

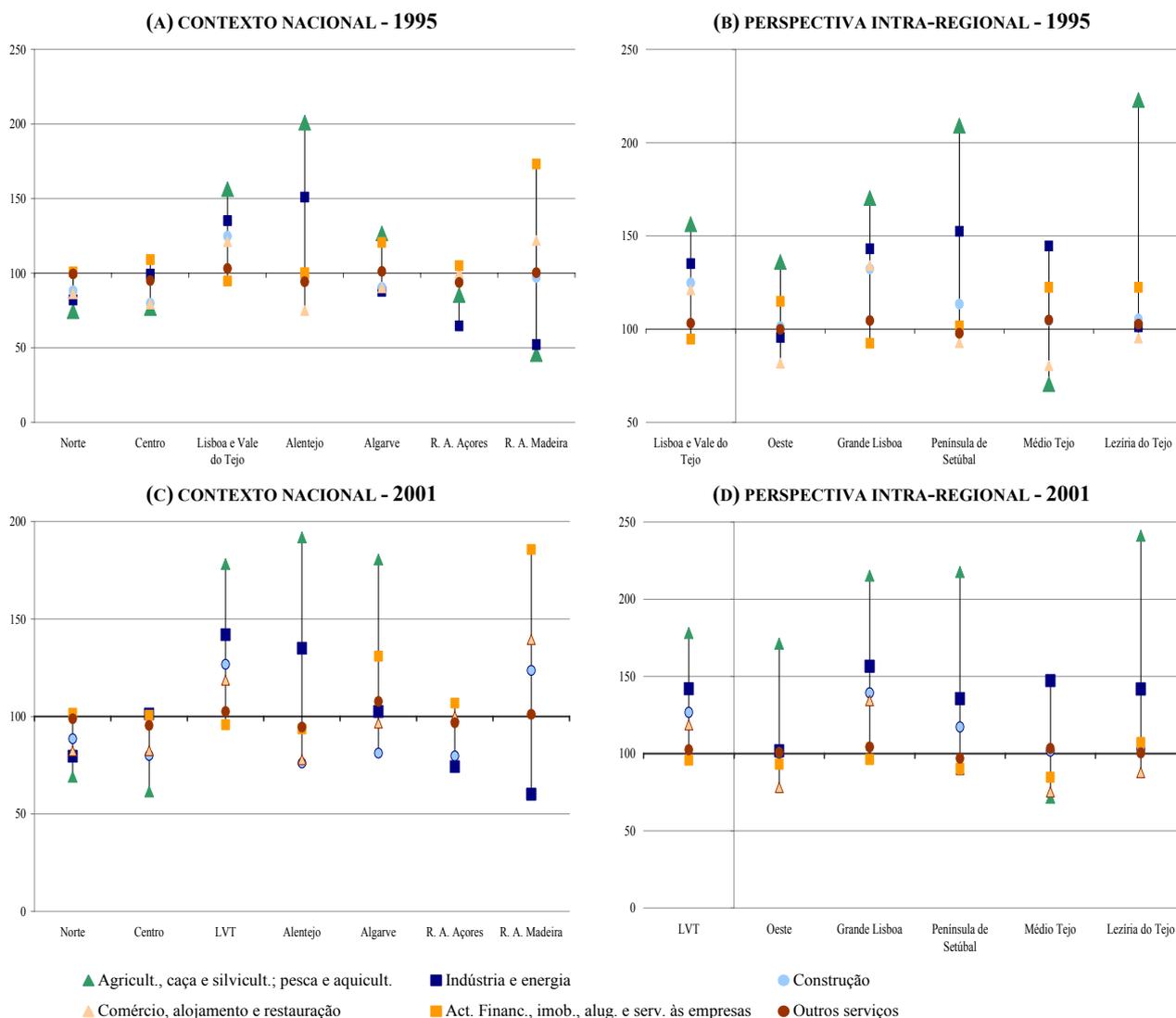
Numa perspectiva intra-regional, verifica-se que o posicionamento da Grande Lisboa, face ao espaço nacional, ao nível das produtividades sectoriais exibidas, replica o posicionamento da NUTS II onde a sub-região se insere. Os níveis elevados de produtividade exibidos pela Grande Lisboa enquadram-se com os melhores níveis de qualificação da população activa desta região, com a presença relativa mais expressiva de processos produtivos que tendem a favorecer a inovação, bem como com as menores carências relativas em matéria de gestão e organização de empresas e de incorporação de factores mais avançados de competitividade no desenvolvimento das actividades empresariais.

As restantes sub-regiões apresentam, ao contrário da Grande Lisboa, níveis de produtividade no sector do comércio, alojamento e restauração inferiores à produtividade média deste sector à escala nacional. Paralelamente, são de destacar os comportamentos particulares do Oeste e Médio Tejo, designadamente no registo de produtividades sectoriais inferiores à média nacional, ao nível do sector da indústria e energia, no caso da primeira sub-região, e ao nível da agricultura, caça, silvicultura, pesca e aquicultura e das actividades financeiras e serviços às empresas, no caso da última região.

O reconhecimento da presença de algumas disparidades em matéria de níveis de produtividade no interior da região de Lisboa e Vale do Tejo, em prejuízo, sobretudo, das sub-regiões do Oeste e Médio Tejo, e a consciencialização das suas repercussões nos níveis de competitividade regionais encontram-se presentes

numa das prioridades estratégicas traçadas no Plano Operacional da Região, para o período 2000-2006, nomeadamente na ênfase colocada na formação dos trabalhadores empregados, numa dupla óptica da melhoria da sua qualificação e da manutenção da sua empregabilidade e do desenvolvimento organizacional das PME, a fim de estimular a sua produtividade e competitividade.

**FIGURA 2.3.29 – PRODUTIVIDADE POR SECTORES DE ACTIVIDADE NOS ANOS 90  
(PORTUGAL=100)**



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

O perfil de especialização produtiva de uma região assume-se, como já foi referido anteriormente, como um vector estruturante da competitividade regional, dada a estreita interligação existente entre a capacidade competitiva das empresas que operam na região e o potencial de projecção e dinamização da região no seio de espaços territoriais mais vastos.

Assim sendo, a determinação dos sectores que compõem o padrão de especialização de uma região tem como objectivo caracterizar as especificidades da estrutura produtiva da mesma, no seio do espaço

nacional, a fim de reter as actividades detentoras de maior relevância no motor produtivo regional e a analisar o grau de diversificação do tecido produtivo. Para além deste aspecto, assume, também, considerável relevância a avaliação do grau de heterogeneidade dos perfis de especialização desenhados no espaço intra-regional, com vista a reter os traços mais acentuados das disparidades existentes no seio da região.

Deste modo, procede-se, de seguida, à caracterização do padrão de actividades da região de Lisboa e Vale do Tejo e das suas NUTS III, com vista a apurar os sectores que compõem os perfis de especialização desta região e sub-regiões, conferindo-lhes especificidades próprias no seio do espaço nacional.

A estrutura de especialização sectorial da região de Lisboa e Vale do Tejo, considerando a criação de riqueza, ou seja, o valor acrescentado, por actividades a nível nacional, evidencia uma especialização terciária bastante desenvolvida, apresentando, portanto, a região, face à realidade global do espaço nacional, uma base de actividades de serviços bastante sólida e alargada. O forte peso do sector terciário evidenciado pela RLVT enquadra-se com a concentração de funções político-administrativas de âmbito nacional (decorrentes do papel de capital administrativa), bem como com a densidade regional das actividades de serviços às empresas, de transporte e logística, de grande distribuição, de serviços financeiros e de telecomunicações e de instituições de ensino e de desenvolvimento e investigação científica.

Com efeito, a determinação dos sectores mais relevantes na estrutura económica da RLVT pode ser feita através de uma análise dos sectores que compõem o perfil de especialização da região (isto é, que evidenciam um peso na estrutura do VAB regional que supera o peso médio do sector na estrutura do VAB nacional - visível em valores superiores a 1 no indicador Quociente de Localização). Esta análise pode ser aprofundada a partir do cruzamento dos seus resultados com uma outra perspectiva em que se procura aferir o peso da região na formação do VAB de cada uma das actividades, ou seja, se no primeiro caso se tenta perceber se os sectores são relevantes na estrutura de especialização da região, no segundo caso procura-se, pelo contrário, perceber em que medida a região é importante para as actividades correspondentes (na prática, quanto maior for este último indicador, maior tenderá a ser o quociente de localização, na medida em que este resulta do produto do primeiro por um rácio, para a totalidade das actividades, entre o VAB nacional e o VAB da região em consideração) - ver Figura 2.3.30.

A análise, em primeiro lugar, do quociente de localização permite verificar que, por um lado, não se operaram transformações significativas no período 1995-2001 e que, por outro lado, os sectores que assumem maior destaque na estrutura económica da RLVT, entrando em linha de conta com o seu posicionamento relativo face ao espaço nacional (Figura 2.3.30, A e B), são as actividades financeiras, a fabricação de material de transporte, a fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas, os transportes, armazenagem e comunicações, as actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas, as outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais, a fabricação de pasta e papel, as indústrias alimentares, de bebidas e tabaco, o comércio por grosso e a retalho, a reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico e o alojamento e restauração. Paralelamente, é de assinalar que todos estes sectores mais relevantes na estrutura económica da região de Lisboa e Vale do Tejo, à excepção das actividades imobiliárias e da fabricação de pasta e papel, evidenciam níveis de produtividade superiores às produtividades sectoriais médias nacionais. Já relativamente à produtividade média regional, somente se conseguem destacar dois casos com níveis de

produtividades superiores, a fabricação de material de transporte e as indústrias alimentares, de bebidas e tabaco.

Com QL inferiores a 1, não pertencendo ao perfil de especialização da região, mas com níveis de produtividade acima da média regional e nacional, devem-se registar os casos da agricultura, produção animal, caça e silvicultura, pesca, indústria de couro e produtos de couro, outras indústrias transformadoras, fabricação de outros produtos minerais não metálicos e construção.

Analisando agora o peso da região no país em termos do VAB gerado em cada uma das actividades, temos somente registos inferiores à média nos casos relevantes da indústria de couro e produtos de couro, indústria têxtil e extracção de produtos energéticos, o que atesta da importância da RLVT na riqueza criada a nível nacional.

Em seguida, desenvolve-se a mesma análise para as sub-regiões da RLVT. Esta abordagem visa avaliar o grau de heterogeneidade dos perfis de especialização desenhados no espaço intra-regional.

Deste modo, a análise detalhada dos perfis de especialização produtiva das NUTS III da região de Lisboa e Vale do Tejo permite verificar que, dado o período de análise ser relativamente curto, 1995-2001, as alterações registadas são pouco expressivas, sendo possível retirar as seguintes conclusões:

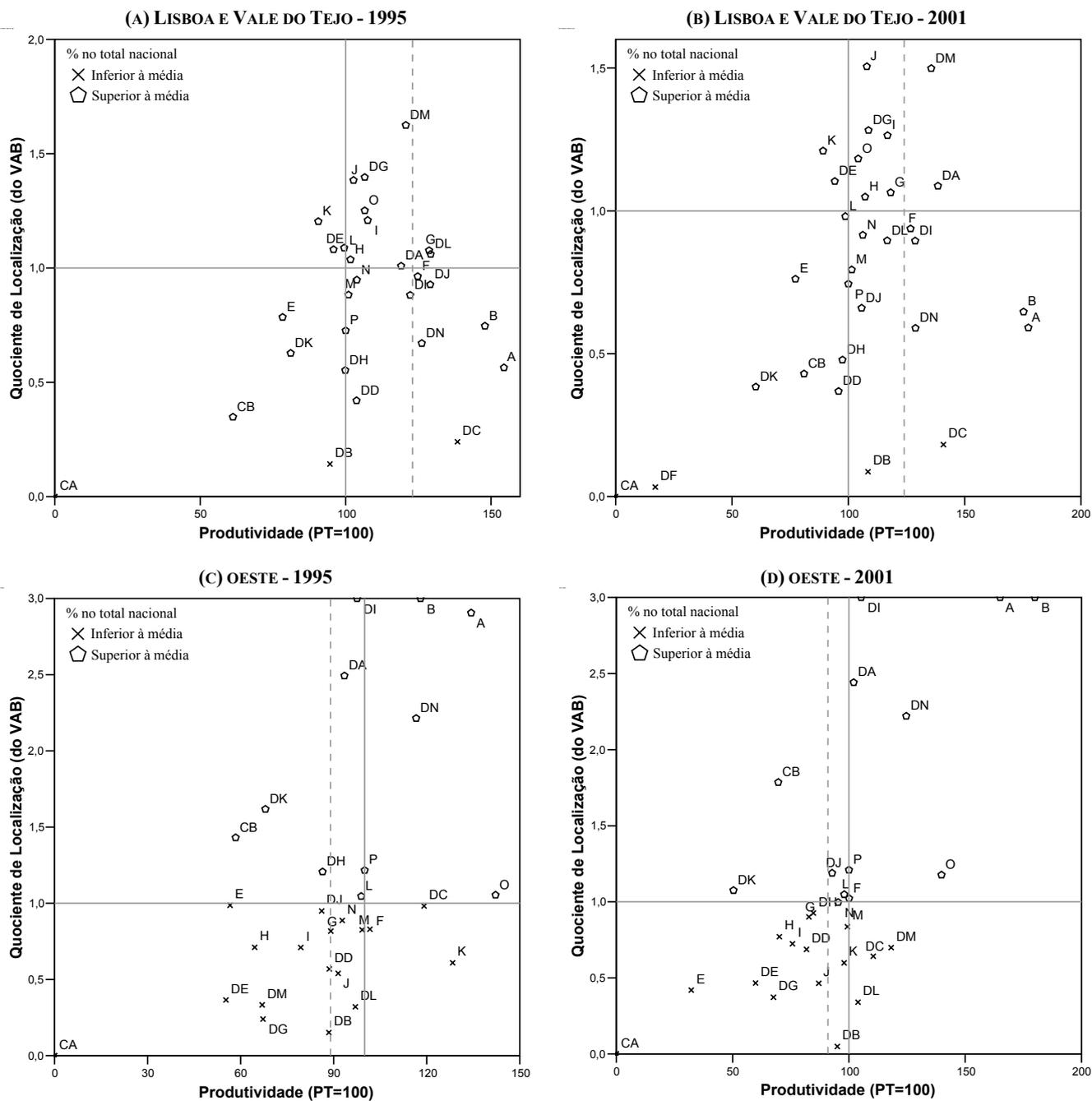
- Os sectores de especialização sectorial mais nítida na sub-região Oeste (figuras C e D em seguida colocadas) são a agricultura, produção animal, caça e silvicultura, a pesca, a fabricação de outros produtos minerais não metálicos, as indústrias alimentares, de bebidas e tabaco, as outras indústrias transformadoras e as indústrias extractivas, com excepção da extracção de produtos energéticos. Paralelamente, é de assinalar que todos estes sectores mais relevantes na estrutura de especialização da sub-região Oeste, à excepção do caso das indústrias extractivas, evidenciam níveis de produtividade superiores às produtividades sectoriais médias nacionais e às produtividades médias regionais. Por outro lado, em todos estes casos, o peso da sub-região no país é superior à média.
- Na NUTS III Grande Lisboa (figuras E e F), os sectores de especialização produtiva são as actividades financeiras, a fabricação de produtos químicos e fibras sintéticas ou artificiais (é de realçar aqui a importância da indústria farmacêutica), as actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas, os transportes, armazenagem e comunicações, a fabricação de pasta e papel, o comércio por grosso e a retalho, a reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico, as outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais e o alojamento e restauração. A sub-região da Grande Lisboa revela, deste modo, uma polarização baseada na especialização no sector terciário, assumindo-se como um grande pólo de consumo e de representatividade económica do sector à escala nacional e evidenciando uma base alargada e diversificada de serviços de suporte ao desenvolvimento da actividade empresarial. É, também, possível verificar que, à excepção das actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas, todas as actividades de maior relevo na estrutura de especialização sectorial da sub-região registam produtividades acima das respectivas produtividades sectoriais médias nacionais e abaixo das produtividades médias regionais. De notar ainda a existência de algumas actividades não enquadradas no perfil de especialização regional ( $QL < 1$ ) mas com registos de produtividade acima da média regional e da média sectorial nacional, como as indústrias alimentares, de bebidas e tabaco, a fabricação de outros produtos minerais não

metálicos, as outras indústrias transformadoras, a construção e, com pesos da sub-região inferiores à média, a agricultura, produção animal, caça e silvicultura e a pesca.

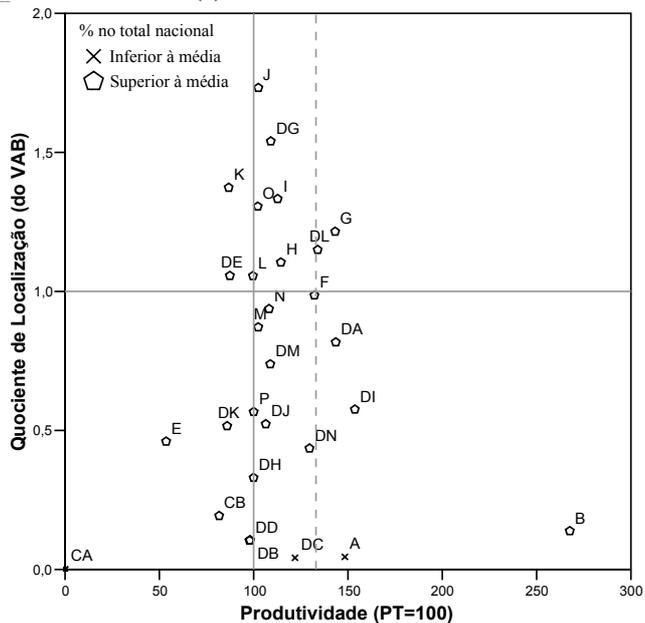
- Na sub-região da Península de Setúbal (figuras G e H), os sectores que apresentam maior relevo na estrutura de especialização produtiva são a fabricação de material de transporte, a fabricação de equipamento eléctrico e de óptica (tendência de subida do QL), a pesca, a fabricação de produtos químicos e fibras sintéticas ou artificiais, as outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais, a administração pública, defesa e segurança social obrigatória, as indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos (tendência de descida do QL), as indústrias alimentares, de bebidas e tabaco, a construção e os transportes, armazenagem e comunicações, que registam, com excepção das outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais, produtividades superiores às produtividades sectoriais médias nacionais. Com  $QL < 1$ , mas com registos de produtividade acima da média sectorial nacional, aparecem a agricultura, produção animal, caça e silvicultura, a fabricação de outros produtos minerais não metálicos, as actividades financeiras, a fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas, a indústria de madeira, cortiça e suas obras e, com pesos da sub-região inferiores à média, as outras indústrias transformadoras e a indústria do couro e de produtos do couro.
- Os sectores que assumem maior destaque na estrutura de especialização sectorial da NUTS III Médio Tejo (figuras I e J) são a produção e distribuição de electricidade, gás e água, a fabricação de material de transporte, a indústria do couro e de produtos do couro, a indústria de madeira, cortiça e suas obras, as outras indústrias transformadoras e a fabricação de outros produtos minerais não metálicos. Paralelamente, é de assinalar que todos estes sectores mais relevantes na estrutura de especialização sectorial do Médio Tejo, à excepção da indústria de madeira, cortiça e suas obras, evidenciam níveis de produtividade superiores às produtividades sectoriais médias nacionais. Constituem, para além disso, as únicas actividades em que o peso da sub-região no país é superior à média, posicionando-se alguns sectores com  $QL > 1$  na sub-região abaixo deste referencial médio.
- A Lezíria do Tejo (figuras L e M) apresenta uma estrutura de actividades com um grau de diversificação pouco acentuado, assumindo-se como sectores de especialização produtiva da sub-região a agricultura, produção animal, caça e silvicultura, as indústrias alimentares, de bebidas e tabaco (tendência de subida do QL), a fabricação de material de transporte e as indústrias extractivas, com excepção da extracção de produtos energéticos (sendo este último, o único sector com uma produtividade inferior à respectiva produtividade sectorial média nacional). Constituem, para além disso, as únicas actividades em que o peso da sub-região no país é superior à média, posicionando-se alguns sectores com  $QL > 1$  na sub-região abaixo deste referencial médio.

Deste modo, é possível reter a elevada heterogeneidade dos perfis de especialização das NUTS III que compõem a região de Lisboa e Vale do Tejo, a qual é pautada: por uma expressiva terciarização na região da Grande Lisboa - decorrente da existência de uma base de serviços bastante equilibrada e diversificada nesta sub-região -, por dinâmicas industriais marcantes no tecido produtivo da Península Setúbal - onde algumas indústrias como a fabricação de material de transporte e a fabricação de equipamento eléctrico e electrónico assumem um papel influente e polarizador - e, por último, por um elevado potencial agrícola nas regiões do Oeste e do Vale do Tejo, decorrente da riqueza e da diversidade do património natural e rural das mesmas.

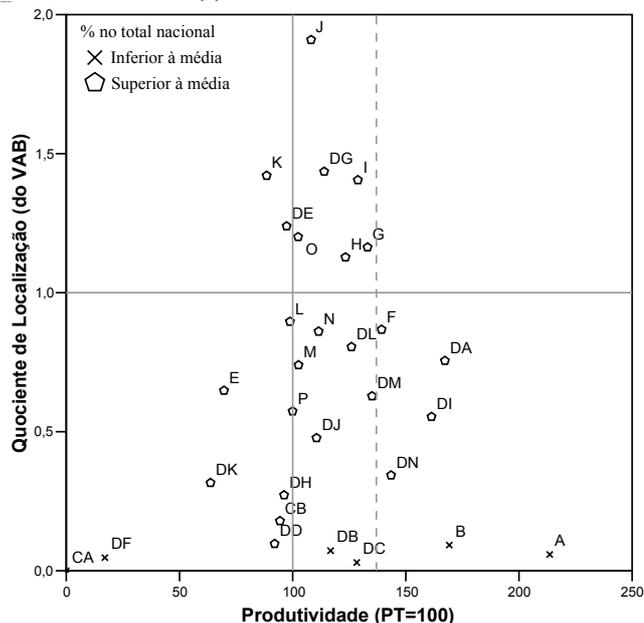
FIGURA 2.3.30 – ESPECIALIZAÇÃO SECTORIAL (VAB) NOS ANOS 90



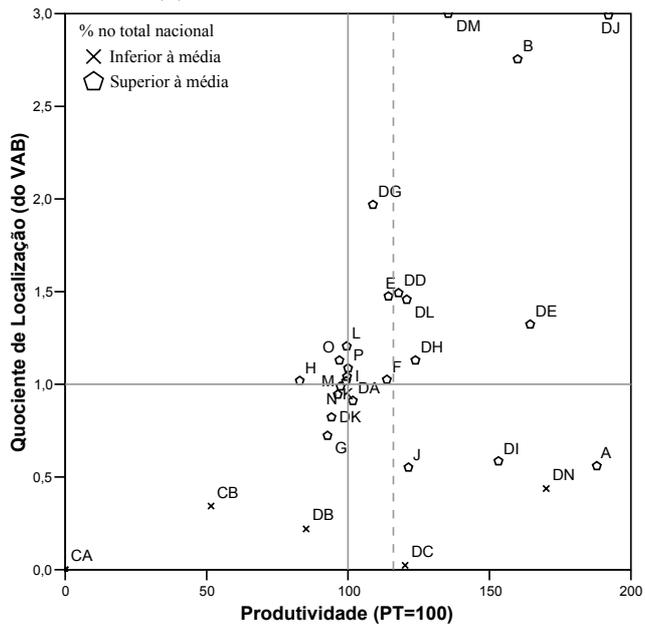
(E) GRANDE LISBOA - 1995



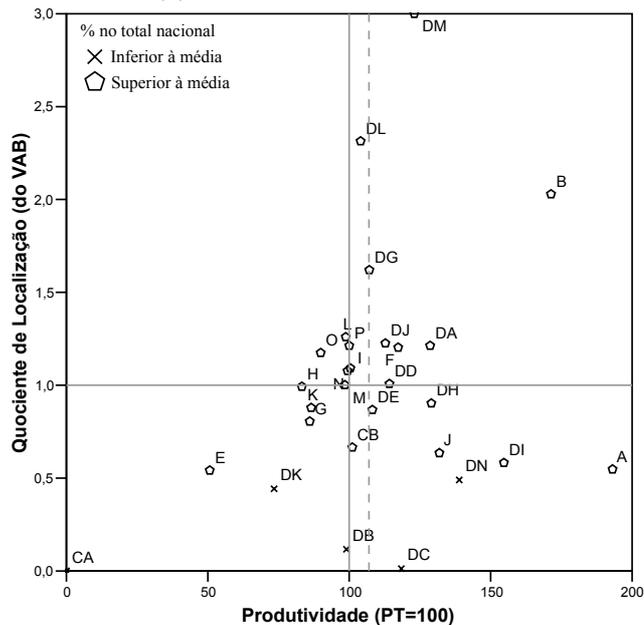
(F) GRANDE LISBOA - 2001

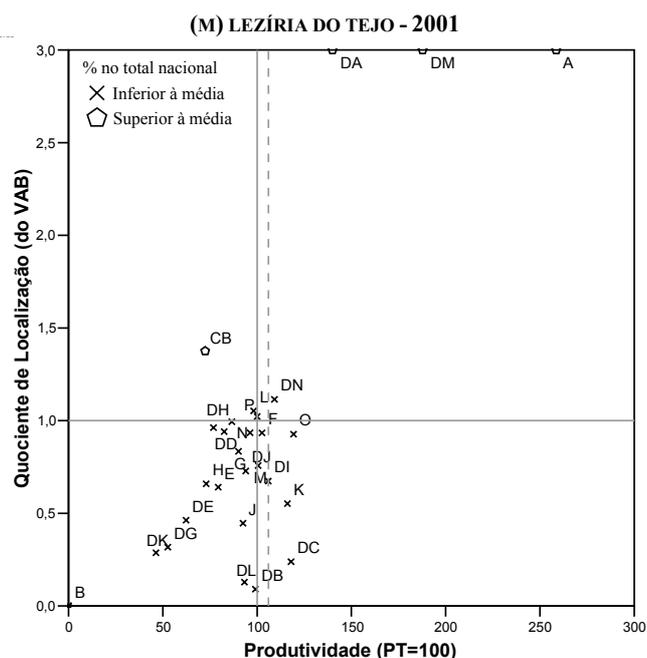
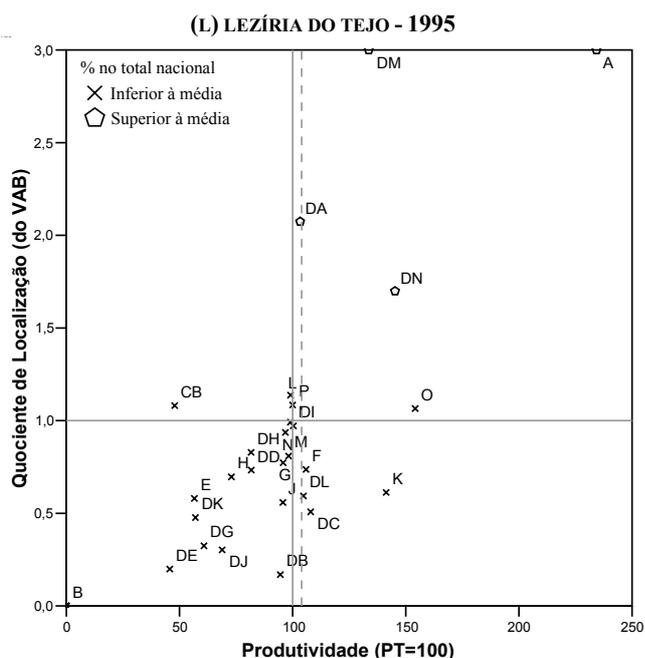
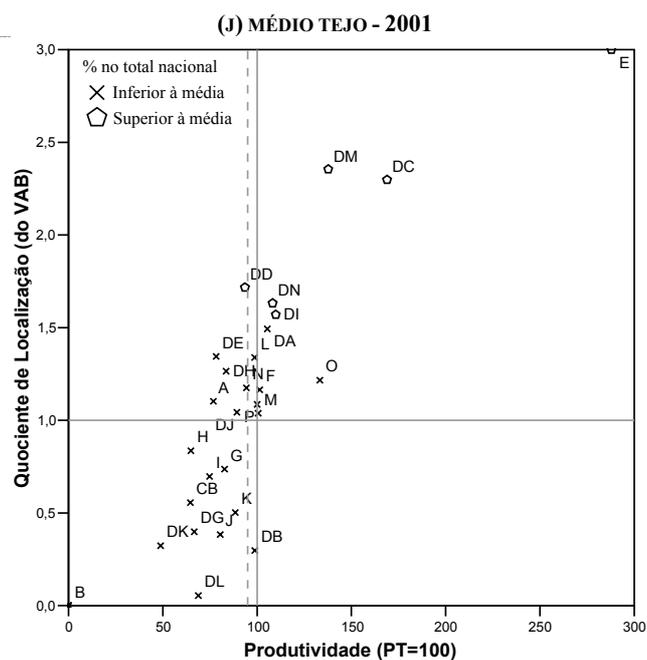
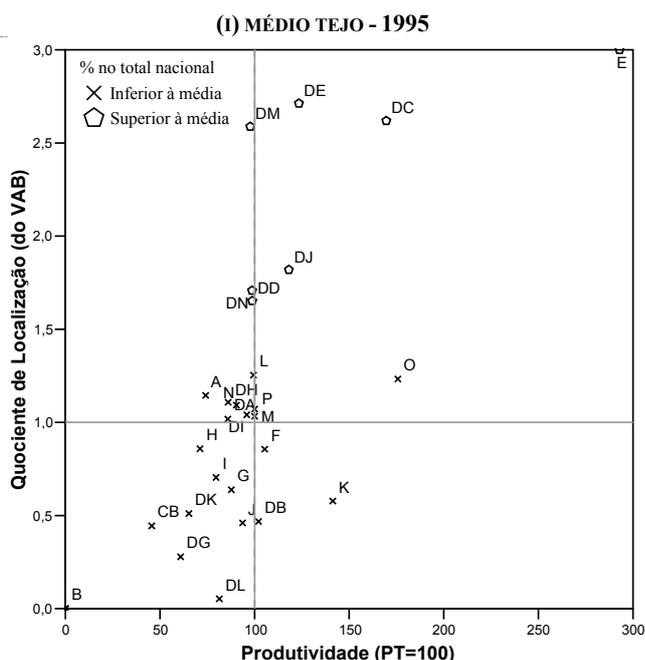


(G) PENÍNSULA DE SETÚBAL - 1995



(H) PENÍNSULA DE SETÚBAL - 2001





Nota: a leitura do gráfico baseia-se na combinação de 3 parâmetros:

- Parâmetro de localização relativa das actividades: especialização sectorial medida pelos quocientes de localização (QL) do VAB;
  - Parâmetro de Produtividade: posicionamento sectorial da região no referencial de produtividade média sectorial nacional (linha vertical contínua) e do referencial de produtividade média regional (linha vertical tracejada);
  - Parâmetro de localização absoluta das actividades: relevância sectorial absoluta da região a nível nacional. A região apresenta localização absoluta inferior à média nacional quando o seu contributo para a formação do VAB sectorial é inferior a 1/7 e localização absoluta superior à média nacional quando o seu contributo para a formação do VAB sectorial é superior a 1/7.
- QL = relação entre o peso relativo do VAB sectorial na região e o peso relativo do VAB sectorial no País.

A	Agricultura, prod. animal, caça e silvicultura	DM	Fab. material de transporte
B	Pesca	DN	Ind. transformadoras, n.e.
CA	Extracção produtos energéticos	E	Prod. e distribuição de electricidade, gás e água
CB	Ind. extractivas, com excep. extracção prod. energéticos	F	Construção
DA	Ind. alimentares, bebidas e tabaco	G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico
DB	Ind. têxtil	H	Alojamento e restauração
DC	Ind. couro e produtos de couro	I	Transportes, armazenagem e comunicações
DD	Ind. madeira, cortiça e suas obras	J	Actividades financeiras
DE	Fab. pasta, papel e cartão. Edição e impressão	K	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas
DF	Fab. coque, prod. petrolíf. refinados e combustível nuclear	L	Administração Pública, defesa e seg. social obrigatória
DG	Fab. prod. químicos e fibras sintéticas ou artificiais	M	Educação
DH	Fab. artigos de borracha e matérias plásticas	N	Saúde e acção social
DI	Fab. outros prod. minerais não metálicos	O	Outras act. serviços colectivos, sociais e pessoais
DJ	Ind. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	P	Famílias com empregados domésticos
DK	Fab. máquinas e equipamentos, n.e.	Q	Organismos internac. E outras instituições extraterritoriais

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

### CAIXA 2.3.4 – INVESTIMENTO ESTRUTURANTE NA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO: O CASO DA AUTOEUROPA

A AutoEuropa, considerada uma das mais modernas e eficientes fábricas da indústria automóvel na Europa, iniciou a produção em série de automóveis em Palmela, no distrito de Setúbal, em Maio de 1995, tendo sido considerada como um investimento estruturante para a economia nacional. O projecto constitui o maior investimento estrangeiro de sempre em Portugal, dado ter envolvido um investimento inicial no montante de 1970 milhões de euros, face aos quais recebeu incentivos de 444 milhões de euros, após cerca de dois anos de negociações entre Portugal e os dois construtores automóveis, a Ford/Volkswagen.

A AutoEuropa é uma das mais de 40 fábricas do grupo Volkswagen, que produz actualmente os monovolumes do construtor alemão, da Ford e da Seat, ocupando a fábrica o terceiro lugar no ranking interno de performance das fábricas europeias do grupo, tendo em conta os elevados níveis de produtividade, de qualidade, de segurança, de organização e o reduzido absentismo exibidos no seio das unidades do grupo. A produção inicial centrou-se nos automóveis Volkswagen Sharan e Ford Galaxy, tendo sido produzidos, nesse ano, 41.201 veículos, atingindo-se o pico da produção em 1998, com 138.890 unidades (ver Tabela 2.3.5). Em Junho de 2003, pela primeira vez na história da indústria portuguesa, a AutoEuropa atingiu o número simbólico de 1 milhão de veículos produzidos e, em 2004, a empresa produziu em média 480 unidades por dia.

**TABELA 2.3.5 – VOLUMES DE PRODUÇÃO DA AUTOEUROPA**

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Produção (unidades de veículos/ano)	41.201	119.042	131.400	138.890	137.267	126.191	136.758	130.007	109.647

Fonte: AutoEuropa

A empresa foi constituída com um capital social de 21,1 milhões de contos, detido em partes iguais pela Ford e pela Volkswagen. No entanto, as duas empresas acordaram que a totalidade do capital passasse para a Volkswagen a partir de 01 de Janeiro de 1999, continuando a AutoEuropa a produzir monovolumes Ford até 2004. Como resultado, a AutoEuropa enfrentou durante algum tempo uma situação de indefinição quanto ao seu futuro após 2005, em virtude da paragem de produção para a Ford; contudo, em Abril de 2004, o director-geral da AutoEuropa, Emílio Sáenz, anunciou que a Volkswagen iria produzir em Portugal, a partir de 2006, o seu novo modelo Cabrio. O fabrico do novo "Cabrio", um descapotável desportivo, constitui o primeiro veículo de luxo da VW a ser produzido fora da Alemanha, implicando um investimento da ordem dos 600 milhões de euros na fábrica de Palmela, aos quais acrescem os 90 milhões de euros aplicados por outras empresas, que se instalaram na periferia do seu parque industrial para fornecerem componentes ao Cabrio.

A importância actual da AutoEuropa para a economia nacional é indiscutível, tendo em conta quer a sua importância

macroeconómica - ascende a quase 2% do PIB e a 8% das exportações, depois de já ter representado cerca de 12% da totalidade das exportações de Portugal entre 1996 e 2000 -, quer o facto de ser o principal pólo do "cluster" automóvel em Portugal e um dos nós estratégicos à escala ibérica. Por cada euro de apoio público concedido à AutoEuropa, esta gerou 14,4 euros de riqueza na economia. Para além da expressividade do valor acrescentado gerado, o projecto AutoEuropa cumpriu o patamar dos 45% de incorporação nacional acordado com o Estado - actualmente a percentagem de incorporação nacional na produção é de cerca de 50% -, exportando a AutoEuropa cerca de 99% do que produz.

**TABELA 2.3.6 – IMPACTO ECONÓMICO DA AUTOEUROPA**

	2000	2001	2002
Vendas (em milhões de euros)	2.087	2.273	1.995
% das exportações nacionais	11%	7,8%	7,8%
% PIB	1,81%	1,84%	1,9%
% produção exportada	98,3%	98,9%	99,2%

Fonte: API – Agência Portuguesa para o Investimento

O impacto social da empresa é, também, significativo. Em 2003, a AutoEuropa detinha 3100 colaboradores directos, ou seja, cerca de 0,5% da mão-de-obra portuguesa que trabalha na indústria. O número ascende a 8701 pessoas, se forem contabilizados os trabalhadores do parque industrial e outros serviços contratados, bem como de fornecedores na zona.

Para além do contributo da AutoEuropa ao nível do relançamento do distrito de Setúbal na criação de emprego e na dinamização de muitos pequenos negócios familiares nas zonas em redor da fábrica, a empresa melhorou os níveis de formação dos trabalhadores da região, tendo em conta os investimentos efectuados a fim de adequar a formação existente às tecnologias utilizadas.

Como resultado, há uma primeira geração de pequenas empresas de base tecnológica ligadas ao sector automóvel que foram como que "incubadas" informalmente pela AutoEuropa nos últimos anos. Com efeito, têm sido criadas "start-ups" por ex-quadros técnicos e estagiários de engenharia atraídos pela cultura automóvel que lhes foi inculcada dentro da multinacional de Palmela e particularmente no circuito europeu e latino-americano (destaque para o Brasil).

O impacto da AutoEuropa no tecido económico português manifesta-se também no seu contributo para o desenvolvimento do "cluster" automóvel e para a modernização e dinamização da indústria de componentes, tendo em conta que a fábrica "arrastou" diversos grupos estrangeiros de componentes para o seu parque industrial e é cliente de referência para outros grupos estrangeiros e portugueses particularmente no norte e centro do país.

**TABELA 2.3.7 – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS FORNECEDORES DA AUTOEUROPA**

	Portugal – Parque Industrial	Portugal - outros locais	Resto da Europa	Resto do Mundo	Total
Número dos fornecedores de produção	12	40	355	7	414

Fonte: AutoEuropa

Com efeito, o sector de componentes tem registado progressos assinaláveis, com claro reforço da componente inovação e da qualificação da produção nacional. O elevado efeito multiplicador do projecto AutoEuropa é visível no facto da facturação da indústria de componentes ter quadruplicado nos últimos 10 anos, tendo o sector automóvel, no seu conjunto, passado a ser o maior exportador nacional, com cerca de 24% do total das exportações, sendo actualmente a indústria portuguesa de componentes cerca de 43% mais produtiva que a média da indústria transformadora do país.

A análise, neste contexto, dos diferenciais regionais de produtividade necessita de ter, assim, em consideração, quer a possibilidade de existência de um maior nível de eficiência produtiva regional, quer a possibilidade de existência de um padrão de especialização regional assente em sectores com maiores ou menores níveis intrínsecos de produtividade. Na figura seguinte, apresenta-se a decomposição, através de uma análise *shift-share*, dos diferenciais de produtividade regional face à média nacional, desagregada nos seus efeitos de especialização sectorial e de eficiência produtiva da região.

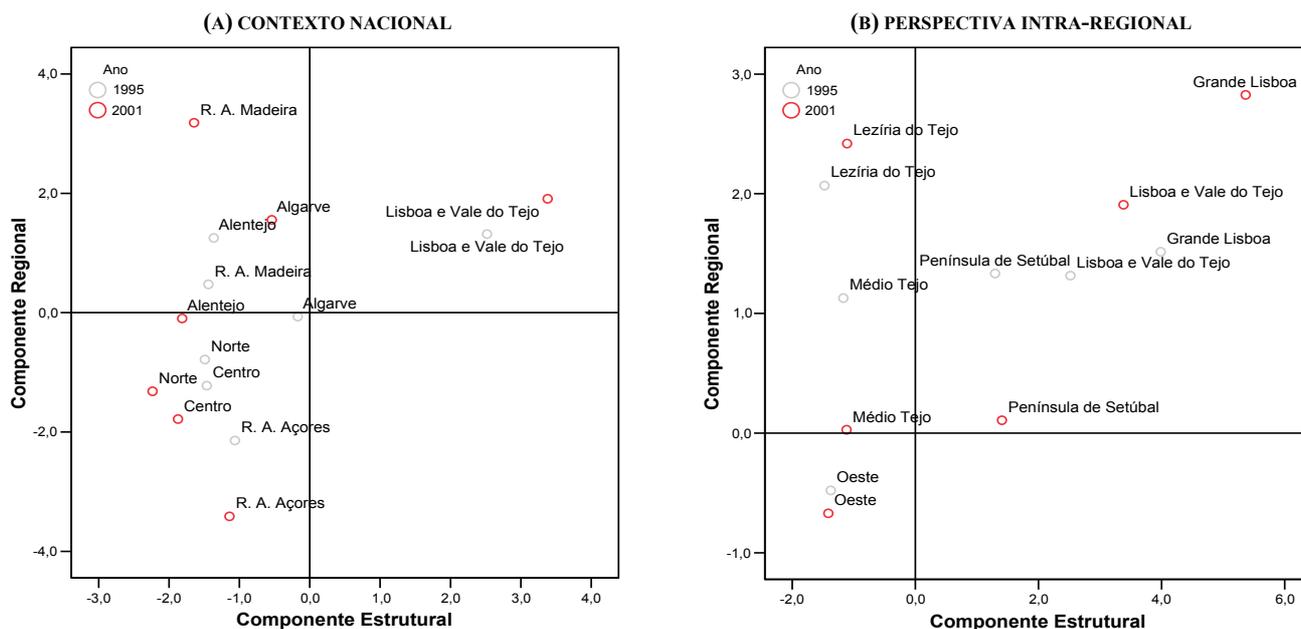
No contexto nacional, a região de Lisboa e Vale do Tejo evidencia um posicionamento bastante favorável nos dois eixos de decomposição dos níveis de produtividade regional, isto é, o diferencial positivo da produtividade da região face ao espaço nacional é explicado, simultaneamente, pela existência de um maior nível de eficiência produtiva regional e pela existência de um perfil de especialização regional assente em sectores com níveis de produtividade mais acentuados.

A análise intra-regional da decomposição dos diferenciais de produtividade traduz realidades distintas. As NUTSIII Grande Lisboa e Península de Setúbal apresentam, nos anos 90, diferenciais positivos de produtividade, face à média nacional, os quais são justificados pela coexistência de um maior nível de eficiência produtiva regional com a presença de um padrão de especialização regional composto por sectores com níveis intrínsecos de produtividade mais elevados.

Por oposição, o diferencial negativo de produtividade evidenciado pela NUTSIII Oeste, face ao espaço nacional, encontra-se associado à coexistência de um menor nível de eficiência produtiva regional e de um perfil de especialização regional assente em sectores com níveis de produtividade mais reduzidos.

Numa posição intermédia, temos a Lezíria do Tejo e o Médio Tejo, que articulam registos positivos ao nível da eficiência produtiva sectorial com diferenciais negativos de produtividade decorrentes de uma especialização produtiva assente em actividades com níveis intrínsecos mais reduzidos de produtividade.

**FIGURA 2.3.31 – DECOMPOSIÇÃO DOS DIFERENCIAIS DE PRODUTIVIDADE NOS ANOS 90: ANÁLISE SHIFT-SHARE**



Nota: A análise *shift-share* decompõe os diferenciais de produtividades da região face ao país em duas parcelas: Componente Estrutural - diferencial de produtividade da região em relação ao país, resultante das diferenças de especialização produtiva; Componente Regional - diferencial de produtividade regional resultante das diferenças de eficiência sectorial entre a região e o país, assumindo a estrutura produtiva regional.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

**CAIXA 2.3.5 – TIPOLOGIA DE CLASSIFICAÇÃO POR FACTORES CHAVE DE COMPETITIVIDADE: A IDENTIFICAÇÃO DE SEGMENTOS COMPETITIVOS**

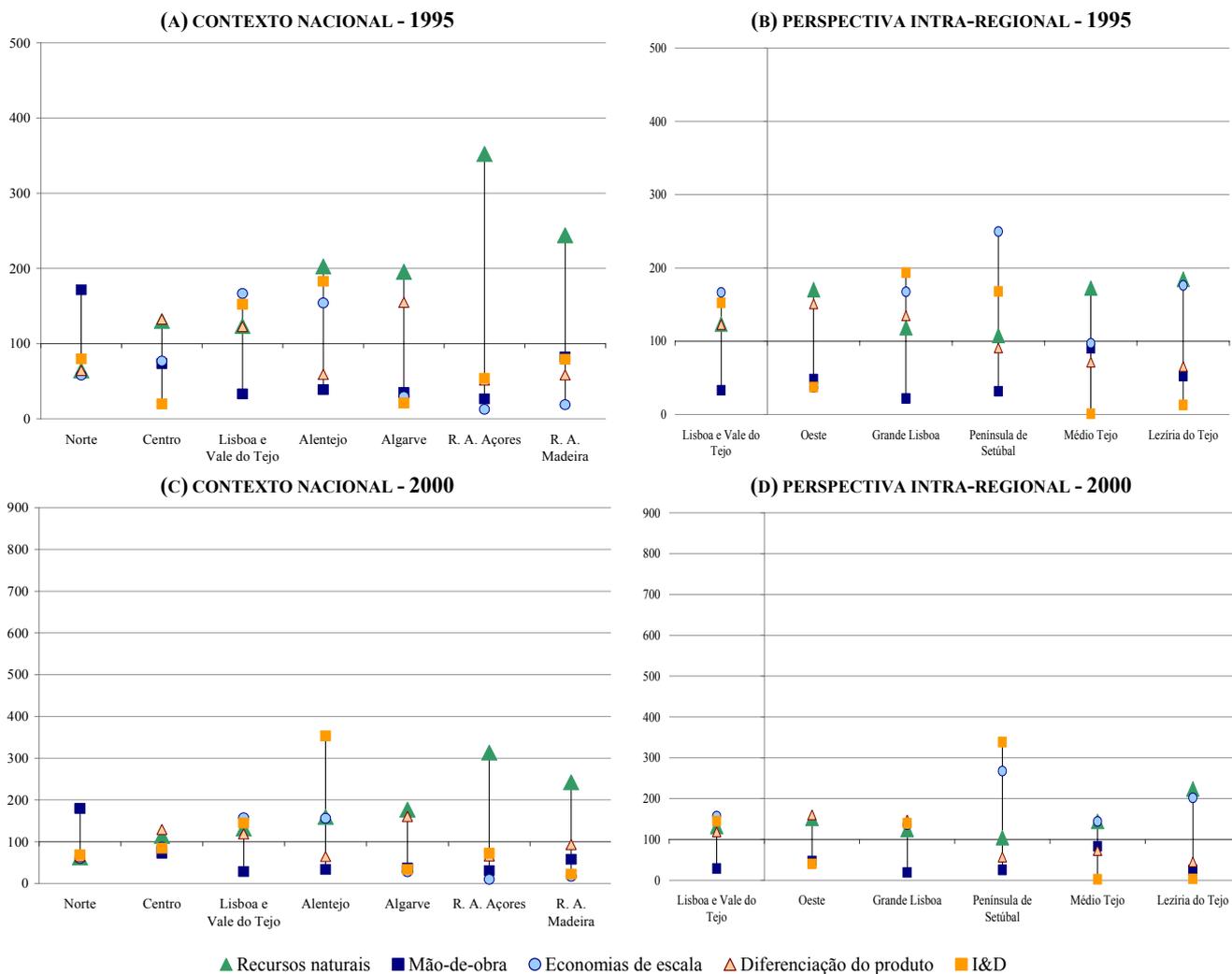
A classificação por factores chave de competitividade adoptada constitui um desenvolvimento da classificação proposta pela OCDE, ela própria sujeita a alguns ajustamentos com base nos trabalhos desenvolvidos, na monitorização do desenvolvimento industrial ao longo da última década<sup>(\*)</sup>, traduzindo-se na afectação das diferentes actividades industriais em cinco grupos ou segmentos, de acordo com os factores principais que influenciam ou determinam a competitividade de cada actividade e, desse modo, configuram os contornos centrais dos modelos de negócios que nelas se consolidam (o quadro seguinte sintetiza a classificação adoptada nas suas grandes linhas, uma vez que ela foi operacionalizada com um nível de desagregação da CAE de 4 dígitos).

Segmento (característica central)	Factor Chave de Competitividade	Indústrias
Peso relevante dos Recursos Naturais na Cadeia de Valor	Condições favoráveis (proximidade, preço, “sourcing”) no acesso aos recursos naturais	Indústrias alimentares e das bebidas; Indústria do tabaco; Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos
Forte conteúdo em Trabalho Directo	Baixo custo na utilização do factor trabalho por unidade produzida (CTUP)	Fabricação de têxteis; Indústria do vestuário; preparação, tingimento e fabricação de artigos e peles com pêlo; Curtimenta e acabamento de peles sem pêlo; Fabricação de artigos de viagem, marroquinaria, artigos de correio, seleiro e calçado; Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria; Fabricação de mobiliário; outras indústrias transformadoras, n.e.

Exploração de Economias de Escala	Possibilidade de extensão da escala operacional ou da série de produção e distribuição	Fabricação de produtos químicos; Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas; Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques; Fabricação de outro material de transporte
Afirmação da Diferenciação dos Produtos	Adaptação dos produtos (e serviços associados) às características diversificadas ou segmentadas da procura	Edição, impressão e reprodução de suportes de informação gravados; Fabricação de outros produtos minerais não metálicos; Indústrias metalúrgicas de base; Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamento; Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.; Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos, n.e.
Intensidade do esforço de I&D (em % vendas)	Aplicação rápida do progresso científico (ciclo de vida curto) e gestão da propriedade industrial (patentes)	Fabricação de máquinas de escritório e de equipamento para o tratamento automático da informação; Fabricação de equipamento e de aparelhos de rádio, televisão e comunicação; Fabricação de aparelhos e instrumentos médico-cirúrgicos, ortopédicos, de precisão, de óptica e de relojoaria

(\*) Vejam-se, nomeadamente, os Relatórios anuais sobre as "Políticas industriais nos países da OCDE" (Relatório 1992, Quadro 12, pp135-136 e Quadro 14, pp165-166; Relatório 1993, Quadro 9, pp94; 01.Relatório 1994, Quadro 7, pp103).

**FIGURA 2.3.32 – ESTRUTURA DO VAB INDUSTRIAL POR FACTORES CHAVE DE COMPETITIVIDADE NOS ANOS 90 (PORTUGAL=100)**



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais, e DEEP, Quadros de Pessoal

Após a determinação dos perfis de especialização sectorial da região de Lisboa e Vale do Tejo e das NUTS III que a compõem, é particularmente interessante avaliar, ao nível da indústria, a valorização dos factores chave de competitividade, por parte dos referidos perfis de especialização, a fim de se perceber se os mesmos são centrados em factores que acarretem fraca ou forte sustentabilidade competitiva.

Deste modo, recorrendo à análise dos perfis de especialização produtiva da região de Lisboa e Vale do Tejo e das suas NUTS III, tendo como base a estrutura industrial do VAB por factores-chave de competitividade, é possível detectar trajectórias dominantes de competitividade por sectores ou produtos.

A região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta, quer em 1995, quer em 2000, um perfil de especialização que se pauta por uma “subrepresentação”, face ao espaço nacional, das actividades que se centram na exploração de baixos custos de mão-de-obra, valorizando relativamente mais as estratégias de diferenciação do produto e de I&D e os sectores intensivos na exploração de economias de escala e no

acesso a recursos naturais - ver Figura 2.3.32, que permite analisar as especificidades do perfil de especialização produtiva da região com base na análise comparada da estrutura do VAB industrial regional face à estrutura do VAB industrial nacional por factores-chave de competitividade.

Deste modo, a análise da especialização produtiva da RLVT, no plano específico das actividades industriais, considerando os grandes segmentos competitivos e de qualificação/remuneração em acção na organização industrial, permite revelar uma especialização industrial da região bastante mais favorável que a do país, isto é, portadora de uma menor vulnerabilidade nos factores que condicionam a capacidade concorrencial das empresas. Com efeito, verifica-se que os níveis de qualificação/remuneração mais baixos estão claramente “subrepresentados” na região e os factores competitivos mais sofisticados estão, pelo contrário, claramente “sobrerrepresentados” na região.

Este retrato do posicionamento relativo favorável da RLVT face ao país incorpora, contudo, ainda, diferentes realidades intra-regionais, evidenciando algumas NUTS III maiores debilidades em termos da valorização de factores-chave de competitividade no seu perfil de especialização.

Focalizando a análise numa perspectiva intra-regional, é possível verificar que a NUTS III Grande Lisboa se posiciona bastante favoravelmente no contexto nacional, distinguindo-se do comportamento das restantes sub-regiões, pelo facto de evidenciar, nos anos analisados, uma presença muito fraca das indústrias que se organizam, enquanto factor competitivo, em torno dos baixos custos de trabalho e por revelar uma presença forte de indústrias que se organizam em torno da exploração de economias de escala, diferenciação do produto e esforço de I&D.

A sub-região da Península de Setúbal revela, tanto em 1995, como em 2000, uma “sub-especialização” nas indústrias que se organizam em torno da exploração de baixos custos de trabalho. Contudo, a sub-região revela carências, no seu perfil de especialização, de indústrias que se centram na valorização de um factor susceptível de promover a sustentabilidade competitiva regional - a diferenciação de produto. Deste modo, a sub-região centra o seu perfil de especialização industrial na exploração de recursos naturais, economias de escala (recorde-se a expressiva presença, a este nível, da fabricação de material de transporte) e no esforço de I&D.

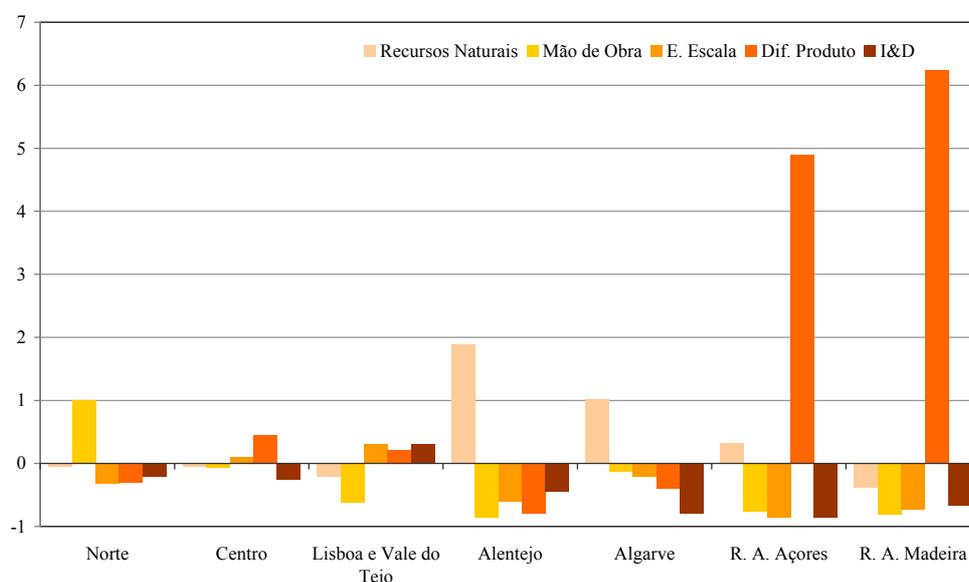
A NUTS III Oeste apresenta um perfil de especialização produtiva que revela carências de indústrias que se organizam em torno da exploração de baixos custos de trabalho, economias de escala e I&D. Com efeito, nos anos analisados, o padrão de especialização industrial desta sub-região revela uma forte expressividade de sectores que exploram recursos naturais (recorde-se que, apesar da sub-região do Oeste revelar uma estrutura produtiva diversificada, a mesma apresenta fortes traços rurais), bem como em torno de indústrias que valorizam a diferenciação do produto. Deste modo, esta sub-região apresenta debilidades em termos da valorização de alguns factores avançados de competitividade no seu perfil de especialização, como sejam as economias de escala e o esforço de I&D.

As sub-regiões do Médio Tejo e da Lezíria do Tejo revelam estruturas de valorização de factores-chave de competitividade nos seus perfis de especialização bastantes similares. Com efeito, ambas as NUTS III transmitem uma “subrepresentatividade” de indústrias que se organizam em torno da exploração de baixos custos de mão-de-obra, da diferenciação de produto e do esforço de I&D, centrando, como tal, os seus perfis de especialização na exploração de recursos naturais (decorrentes da diversidade e riqueza do património natural e rural destas sub-regiões) e de economias de escala. Assim sendo, ambas revelam carências na representatividade de alguns factores avançados de competitividade, como sejam a

diferenciação de produto e a I&D. Por último, é de referir que a sub-região do Médio Tejo foi a NUTS III a registar a alteração mais expressiva nas características do seu perfil de especialização, no período 1995-2000, tendo, de forma clara, o peso relativo das indústrias que exploram intensivamente economias de escala sido reforçado.

A dinâmica de integração internacional da RLVT reflecte, por outro lado, naturalmente, as especificidades fundamentais do seu perfil de especialização produtiva, apresentando vantagens comparativas reveladas nas actividades que exploram intensivamente economias de escala ou que privilegiam estratégias de diferenciação do produto e/ou de I&D, registando, pelo contrário, desvantagens comparativas nos sectores que baseiam a sua competitividade nos baixos custos do factor trabalho e no acesso aos recursos naturais (ver Figura 2.3.33).

**FIGURA 2.3.33 – VANTAGENS COMPARATIVAS REVELADAS POR FACTORES CHAVE DE COMPETITIVIDADE (2000)**



Nota: As Vantagens Comparativas Reveladas (VCR) resultam da comparação entre o peso relativo de um determinado sector na estrutura exportadora total de uma região face ao peso relativo detido por esse mesmo sector na estrutura exportadora de um espaço padrão utilizado como termo de referência – no caso em questão o espaço nacional. Considera-se a detenção de VCR quando o índice supera o valor 1. Os valores apresentados na figura acima construída são diferenciais face ao patamar de referência 1, representando, como tal, o excedente (ou défice) de cada resultado regional.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Estatísticas do Comércio Internacional

Em seguida, importa estabelecer uma análise comparativa sobre os diferenciais regionais de produtividade, relativamente ao espaço nacional, tendo em consideração a classificação sectorial, ao nível da indústria, por factores-chave de competitividade. Deste modo, é possível destrinçar se os sectores nos quais uma determinada região revela diferenciais positivos de produtividade, face ao espaço nacional, são sectores assentes em factores que acarretam debilidade versus sustentabilidade competitiva - ver Figura 2.3.34.

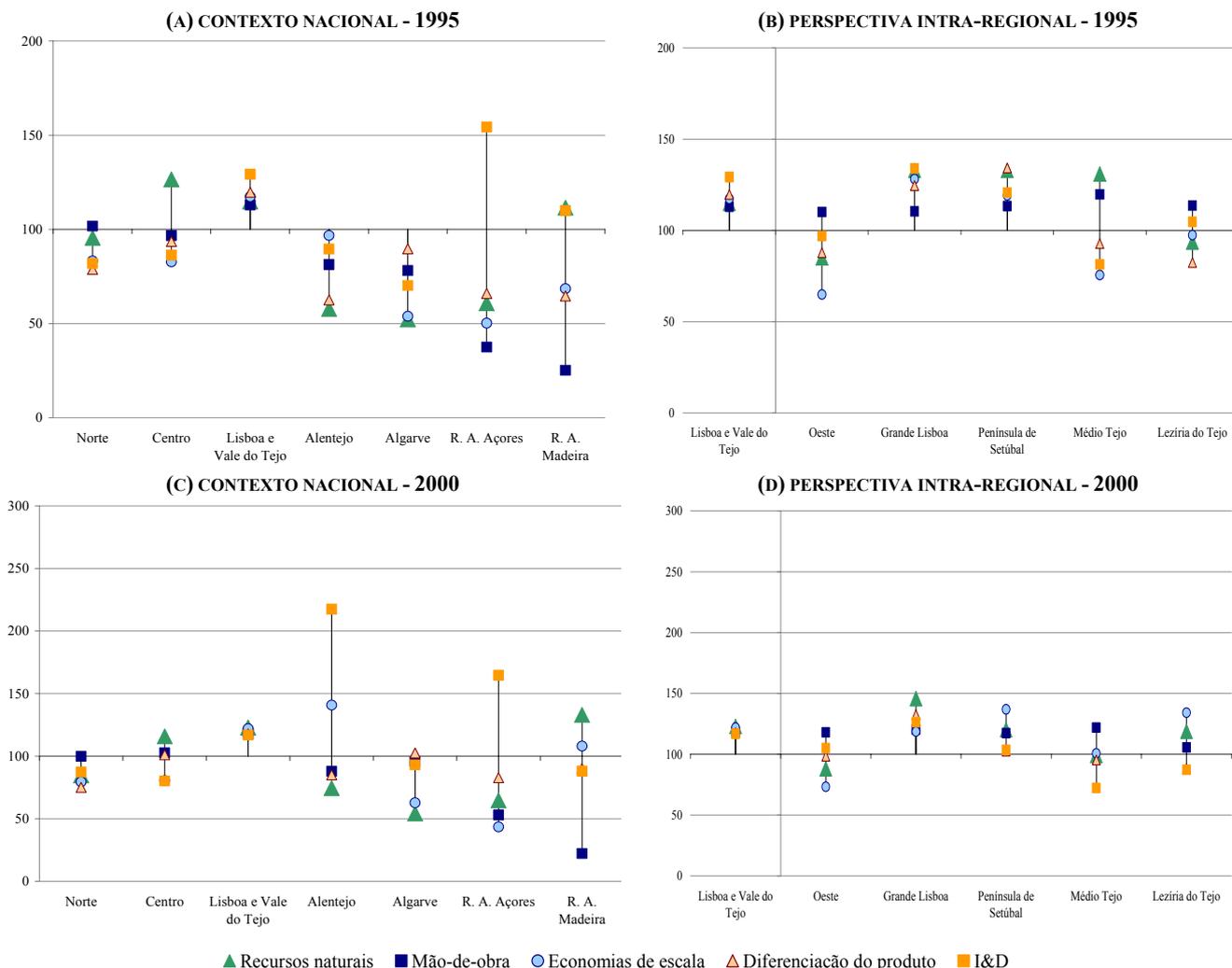
A RLVT evidencia um diferencial positivo de produtividade, face ao espaço nacional, tanto em 1995, como em 2000, em todas as categorias de factores-chave de competitividade consideradas. Este comportamento favorável da região não é, contudo, partilhado por todas as NUTS III que a compõem.

Com efeito, nos anos analisados, apenas as NUTS III Grande Lisboa e Península de Setúbal replicam o posicionamento favorável da NUTS II onde se inserem.

A região Oeste contraria o posicionamento favorável da NUTS II onde se insere, ao revelar, em 2000, níveis de produtividade mais reduzidos que a média nacional nos sectores que se baseiam na exploração de recursos naturais, de economias de escala e de diferenciação de produto. Particularmente preocupante nesta sub-região é o facto de revelar produtividades reduzidas, face à média nacional, nos sectores que assumem maior relevo no seu perfil de especialização, isto é, os que exploram recursos naturais e a diferenciação de produto (tal como foi referido aquando da análise da Figura 2.3.32).

As NUTS III Médio Tejo e Lezíria do Tejo revelam produtividades inferiores à média nacional nos sectores que se baseiam na valorização da diferenciação de produto e no esforço de I&D. Paralelamente, a NUTS III Médio Tejo fica aquém das produtividades médias nacionais nos sectores que se centram na exploração de recursos naturais. Assim sendo, enquanto a sub-região da Lezíria do Tejo revela níveis mais reduzidos de produtividade, face ao espaço nacional, em sectores que assumem fraco relevo no seu perfil de especialização, a região do Médio Tejo revela um diferencial negativo de produtividade, face ao espaço nacional, num sector de elevada importância no seu perfil de especialização, ou seja, as indústrias que se centram na exploração de recursos naturais.

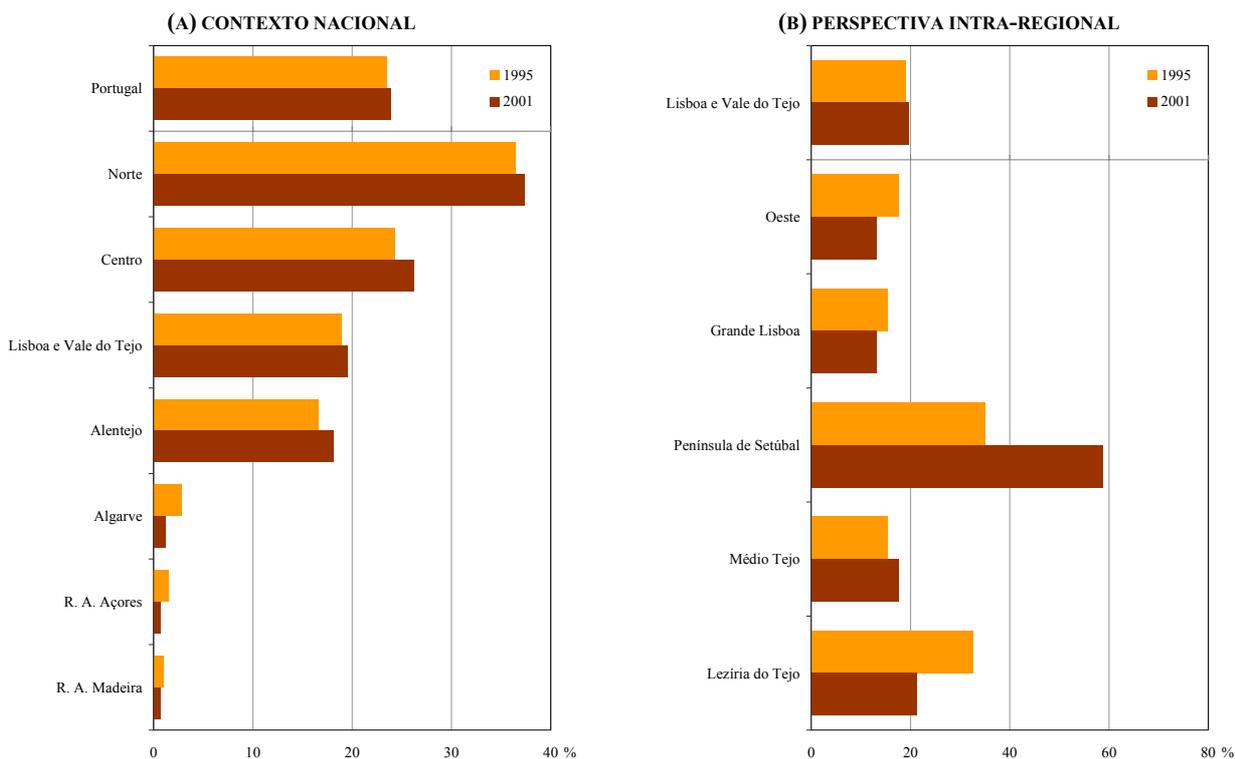
**FIGURA 2.3.34 – PRODUTIVIDADE POR FACTORES CHAVE DE COMPETITIVIDADE NOS ANOS 90  
(PORTUGAL=100)**



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais, e DEEP, Quadros de Pessoal

A análise do posicionamento da RLVT no espaço nacional, no que concerne à sua estrutura de relações de comércio internacional, permite constatar que a região evidencia uma intensidade exportadora, avaliada pelo rácio exportações/VAB, que, não obstante ser crescente, ao longo dos anos 90, é mais baixa do que a nacional, destacando-se claramente neste domínio, ainda assim, a Península de Setúbal, pela forte presença nesta sub-região de indústrias extrovertidas como a fabricação de material de transporte e de equipamento eléctrico e electrónico - ver Figura 2.3.35.

FIGURA 2.3.35 – INTENSIDADE EXPORTADORA NOS ANOS 90



Nota: Intensidade exportadora = Exportações/VAB, em %.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Estatísticas do Comércio Internacional e Contas Regionais

### 2.3.5. Estrutura da Procura

*A RLVT evidencia uma composição das despesas dos agregados familiares que, em consonância com a estrutura nacional, concede a fatia mais significativa das despesas às componentes da habitação, alimentação e transportes. No entanto, distingue-se da média do país pela menor importância relativa atribuída a estas parcelas da despesa e pela superior dinâmica interna revelada no consumo de serviços avançados (lazer, distração e cultura) e nas despesas com ensino. Por outro lado, a região evidencia, como seria de esperar, um grau de urbanização superior à média nacional, com particular relevo para os registos da Grande Lisboa e da Península de Setúbal, num contexto de fortes heterogeneidades, neste domínio, a nível intra-regional. Saliência ainda para o efeito polarizador exercido pelo concelho de Lisboa e Constância sobre as áreas circundantes.*

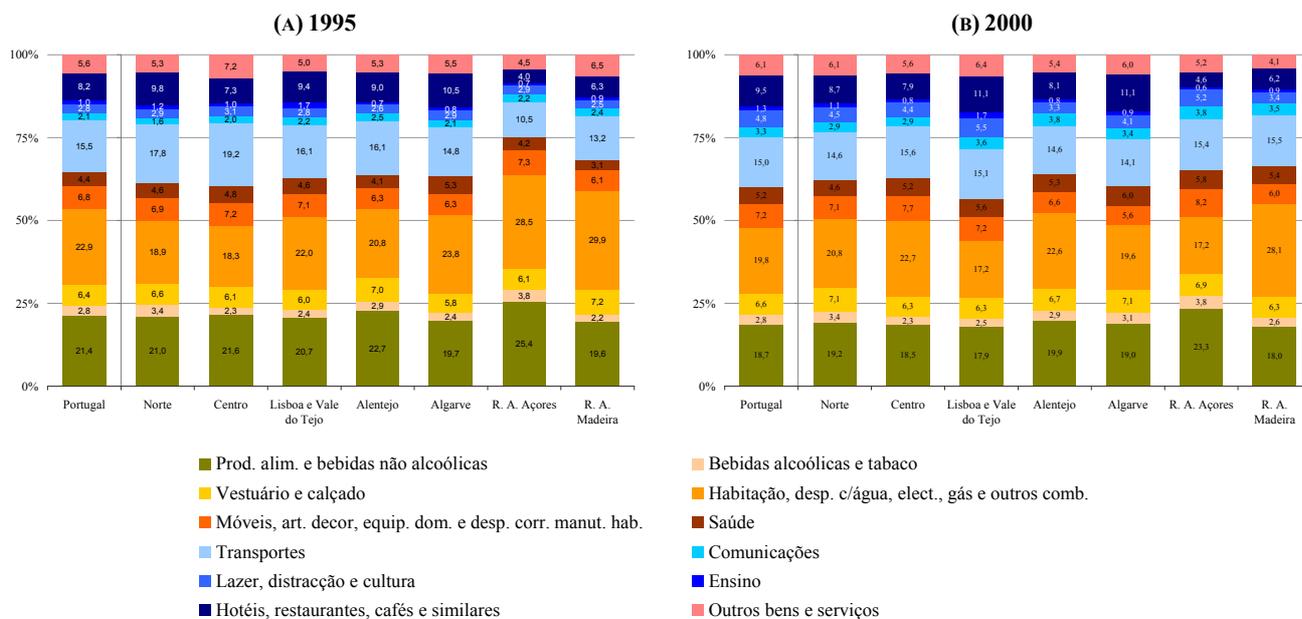
As tendências registadas ao nível da alteração dos modos de vida e dos padrões de consumo encontram-se intrinsecamente relacionadas com o processo de urbanização e com as subjacentes alterações económicas, culturais e psicossociológicas. Com efeito, a intensificação do modo de vida urbano acarreta alterações nos padrões de consumo, dada a cada vez mais pronunciada concentração do sector terciário nas cidades, visível no crescente desenvolvimento das comunicações, dos serviços associados à melhoria das

condições de vida (acesso à educação, saúde, justiça, etc.), da crescente solicitação de actividades de lazer, da crescente concentração da actividade comercial, entre outros aspectos.

De forma a aferir qual o posicionamento relativo da região de Lisboa e Vale do Tejo, no contexto nacional, em termos de modelos de consumo, importa analisar não só a dimensão quantitativa dos mesmos, mas também, e sobretudo, a dimensão qualitativa da difusão de novos modelos de consumo.

Deste modo, no que concerne à evolução da composição das despesas dos agregados familiares, ao longo dos anos 90, na RLVT, é possível verificar que, em consonância com as restantes NUTS II, grande parte das despesas das famílias (cerca de 50%, em 2000) concentra-se nos gastos com a habitação e despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis, com a alimentação e com os transportes, tendo este peso relativo, apesar de tudo, diminuído, de forma clara, de 1995 para 2000 (era de cerca de 59%, em 1995), gerando um maior afastamento de Lisboa e Vale do Tejo relativamente à média nacional - ver Figura 2.3.36. A RLVT distingue-se, com efeito, da situação do país pelo menor peso relativo atribuído a estas parcelas da despesa, mas também, em contraponto, pela maior importância relativa do consumo em serviços avançados (lazer, distração e cultura) e em ensino (no conjunto, 7,2% contra 6,1%).

**FIGURA 2.3.36 – COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS DOS AGREGADOS FAMILIARES NOS ANOS 90**

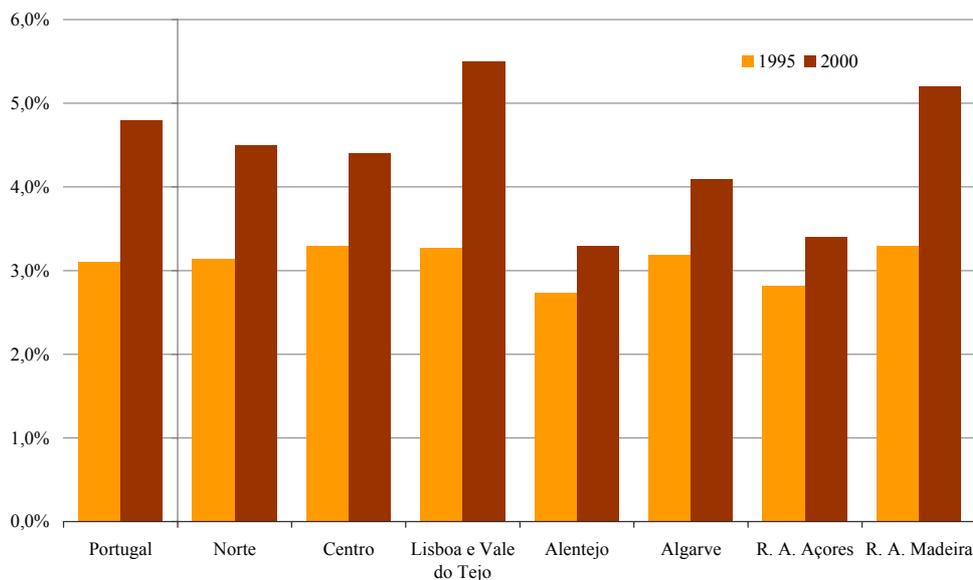


Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares

Averiguando, a este nível, qual o posicionamento da RLVT, no contexto nacional, no que concerne especificamente ao relevo concedido ao consumo de serviços avançados nas despesas das famílias, é possível verificar, de facto, que a região se destaca como a NUTS II do território nacional com maior dinâmica interna de consumo deste tipo de serviços - ver Figura 2.3.37. O mesmo se passa relativamente às despesas com ensino. O peso relativo conjunto destas duas rubricas de despesa aumentou, por outro lado, de forma expressiva, de 1995 para 2000, passando de 4,5% para 7,2%, evolução bastante mais dinâmica do que a registada, em média, no país, reforçando-se as suas características de grande pólo de consumo, a nível nacional, seja em termos quantitativos, seja, sobretudo, em termos qualitativos.

Com efeito, a região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta, face à realidade global do espaço nacional, a maior massa crítica geradora de dinâmicas internas de consumo de serviços avançados e dos padrões mais exigentes de consumo, o que se fundamenta quer na existência de níveis de rendimento disponível *per capita* na região mais elevados, comparativamente com a média nacional, quer na concentração de recursos estratégicos e existência de uma densidade e diversidade do tecido empresarial vocacionado para a prestação deste tipo de serviços na região bastante superior à média registada na realidade nacional.

**FIGURA 2.3.37 – CONSUMO EM SERVIÇOS AVANÇADOS EM % DAS DESPESAS DAS FAMÍLIAS NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL**



Nota: Despesas em lazer, distração e cultura em % do total das despesas dos agregados familiares.

Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares

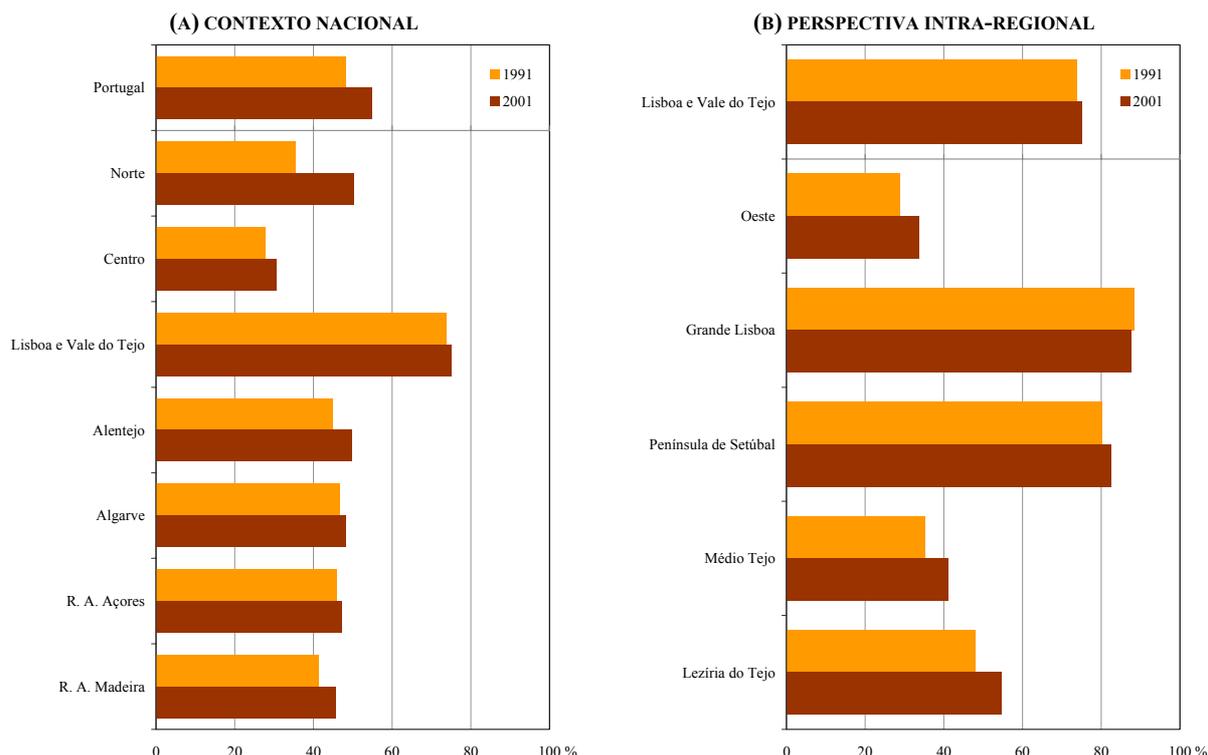
Tendo em consideração a forte interligação existente entre a alteração dos modos de vida e dos padrões de consumo e o desenvolvimento de processos de urbanização, importa analisar como é que se tem processado este último fenómeno na região de Lisboa e Vale do Tejo, socorrendo-nos, para o efeito, do indicador da taxa de urbanização, e em que medida as metrópoles e cidades da região tendem ou não a exercer um efeito polarizador, constituindo-se, fundamentalmente, como centros de emprego de maior ou menor dimensão, sobre as suas áreas circundantes.

Deste modo, no que diz especificamente respeito à evolução da taxa de urbanização, verifica-se, como já seria de esperar, em face de se tratar da região capital administrativa, que é sempre mais elevada, ao longo dos anos 90, na RLVT do que a nível nacional, constituindo a população urbana  $\frac{3}{4}$  da população residente da região (cerca de 55% no país). A importância relativa da população urbana cresce na década de 90, mais ao nível do país do que na RLVT, atendendo, sobretudo, às diferenças registadas na situação de partida - ver Figura 2.3.38.

Ao nível intra-regional, destaque claro, por esta ordem, para as sub-regiões da Grande Lisboa e da Península de Setúbal, que congregam as grandes metrópoles urbanas da região, posicionando-se claramente acima da média da RLVT, com mais de 80% de população urbana, ainda que a primeira tenha assistido a um ligeiro arrefecimento neste processo, contrariando a tendência registada em todas as outras

sub-regiões da RLVT e, em termos globais, na região. Claramente atrás, a este nível, aparecem as NUTS III da Lezíria do Tejo, com uma taxa de urbanização não muito diferente da verificada no país, em 2001, e, por esta ordem, abaixo da média nacional, do Médio Tejo (pouco mais de 40% de população urbana) e do Oeste (com menos de 35% de população urbana), num contexto de fortes heterogeneidades entre o litoral e o interior da região e, designadamente, entre as realidades mais próximas e mais afastadas da capital administrativa Lisboa.

**FIGURA 2.3.38 – TAXA DE URBANIZAÇÃO NOS ANOS 90:  
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL**

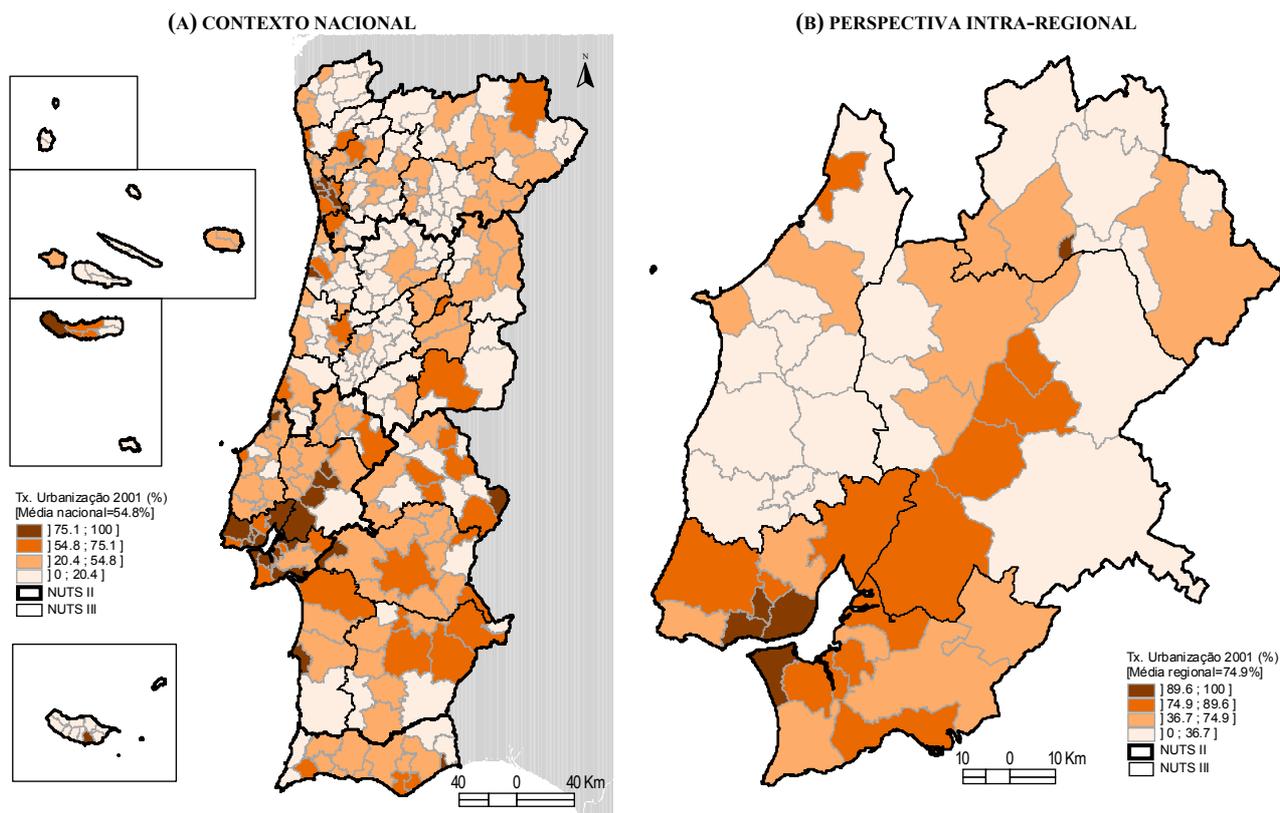


Nota: Taxa de urbanização = População em lugares com mais de 2.000 habitantes/População Residente total, em %.

Fonte: INE, Censos

Ao nível concelhio, destaque para as taxas de urbanização exibidas, em 2001, pelos concelhos de Lisboa, Amadora e Oeiras, na Grande Lisboa, de Almada, na Península de Setúbal, e do Entroncamento, no Médio Tejo, e, em menor grau, de Sintra, Odivelas e Vila Franca de Xira, na Grande Lisboa, de Seixal, Barreiro, Moita, Alcochete e Setúbal, na Península de Setúbal, de Nazaré, no Oeste, e de Benavente, Salvaterra de Magos, Almeirim e Alpiarça, na Lezíria do Tejo - ver Figura 2.3.39.

FIGURA 2.3.39 – TAXA DE URBANIZAÇÃO: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)

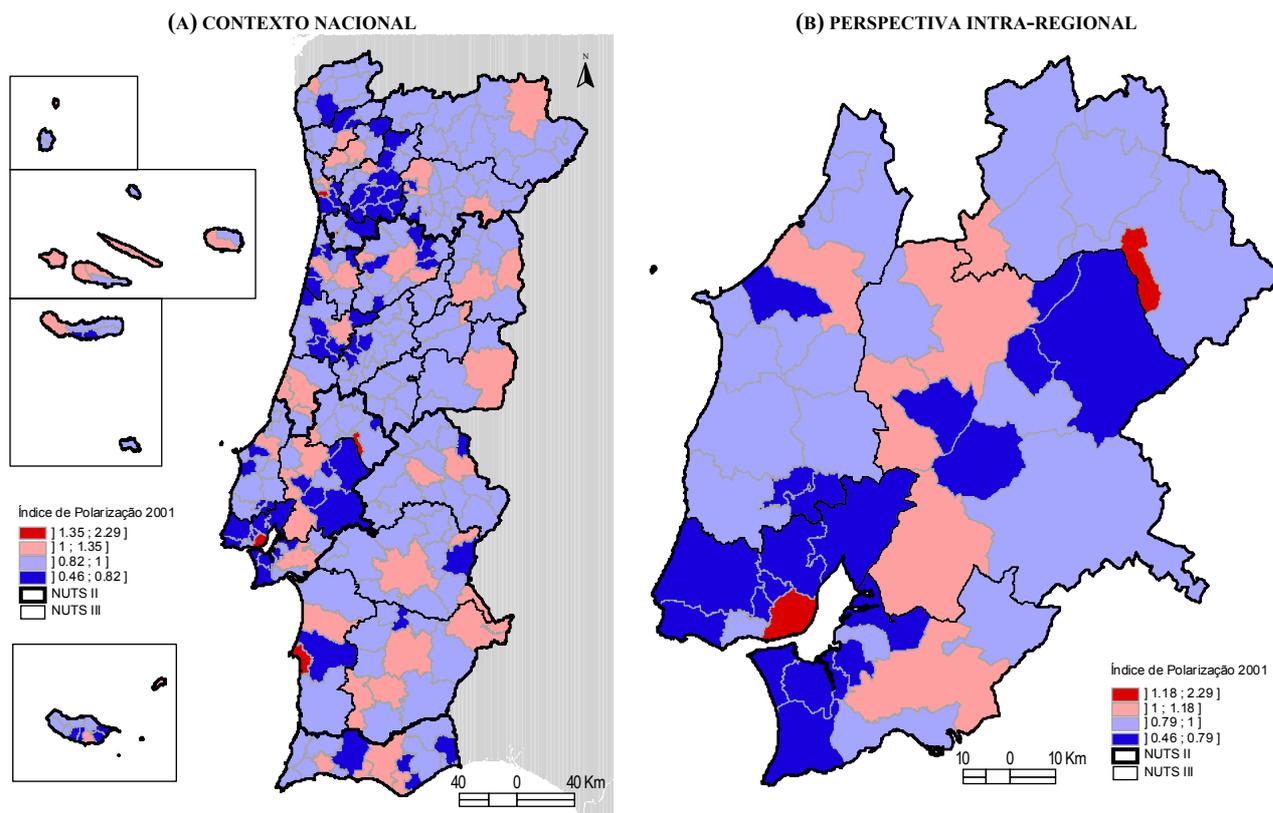


Nota: Taxa de urbanização = População em lugares com mais de 2.000 habitantes/População Residente total, em %.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

Os níveis de urbanização concelhios em cima analisados podem ser complementados com o índice de polarização concelhio na RLVT, a fim de aferir o posicionamento de cada concelho ao nível da sua condição de pólo receptor versus emissor líquido de mão-de-obra. O concelho de Lisboa, como é natural, em face da sua condição de capital administrativa e económica do país, apresenta o maior índice de polarização na RLVT, ou seja, o maior peso da população empregada no concelho relativamente ao total de população residente no mesmo, exercendo em forte efeito polarizador sobre as áreas que o circundam, nomeadamente os restantes concelhos da Grande Lisboa (com excepção de Oeiras, não esquecendo aqui o papel do Taguspark) e da Península de Setúbal (com excepção de Setúbal, enquanto capital distrital, e de Palmela, que aparece como receptor líquido de mão de obra, não esquecendo, a este nível, a importância da fabricação de material de transporte, catalisada pelo projecto AutoEuropa). Não deve ser, de igual forma, esquecido o efeito polarizador exercido por Constância e pelo eixo Benavente-Azambuja-Santarém-Alcanena sobre os concelhos circundantes do Vale do Tejo e por Caldas da Rainha, nomeadamente sobre o concelho de Óbidos - ver Figura 2.3.40.

FIGURA 2.3.40 – ÍNDICE DE POLARIZAÇÃO: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



Nota: Índice de polarização = População empregada na unidade territorial/População Residente na unidade territorial e empregada (em qualquer unidade).

Fonte: INE, Censos

### 2.3.6. Infraestruturas de Suporte

*Ao nível das infraestruturas de suporte, é possível verificar, em primeiro lugar, que as acessibilidades da RLVT, medidas em termos de densidade relativa de auto-estradas, posicionam a região, tal como esperado, face ao seu estatuto de capital administrativa, acima da média da UE25, e num contexto razoavelmente favorável face às regiões utilizadas como termo de comparação. A região apresenta, ainda neste quadro, a menor distância média aos principais pólos da actividade económica nacional, salientando-se, neste domínio, o registo da Grande Lisboa. Colocando o foco no nível de despesas em I&D nas entidades de suporte, a região coloca-se acima do patamar médio nacional, ainda que este diferencial positivo se tenha reduzido ao longo dos anos 90.*

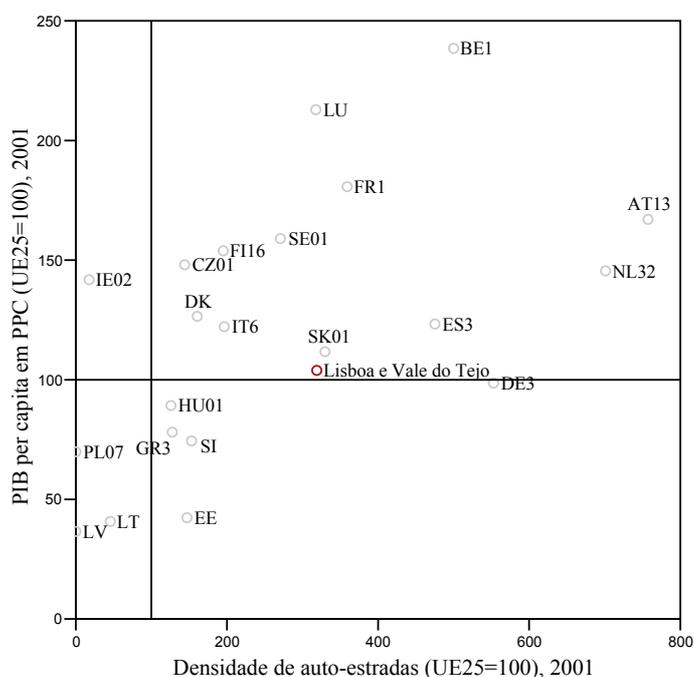
A utilização efectiva de um território em termos do desenvolvimento de um conjunto de infraestruturas de suporte promotoras da eficiência colectiva assume-se como um factor de primordial importância na medida da sua capacidade de proporcionar ao tecido empresarial externalidades positivas decorrentes da fácil mobilidade e dos correspondentes serviços prestados nas áreas, designadamente, da sensibilização

para oportunidades de negócio, parceria e de mercados, da informação e divulgação de conteúdos relevantes, da formação especificamente dirigida e adaptada às necessidades das empresas e da I&D, tecnologia e qualidade.

Neste contexto, o posicionamento da região, no referencial europeu, ao nível do indicador densidade de auto-estradas pode constituir uma primeira medida aproximada quanto às acessibilidades regionais, as quais favorecem as condições de mobilidade e atracção de recursos, influenciando, deste modo, quer a coesão interna da região, quer o seu posicionamento competitivo ao nível nacional e internacional.

A região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta, a este propósito, uma densidade relativa de auto-estradas superior à média da UE25 e favorável no contexto das capitais europeias (ver Figura 2.3.41). Em primeiro lugar, importa referenciar que praticamente todas as regiões em análise superam a média europeia de densidade de auto-estradas, influenciadas necessariamente pelo seu estatuto de capitais administrativas. Em segundo lugar, verifica-se que a RLVT apresenta uma posição relativamente favorável neste indicador, no contexto das regiões utilizadas para análise, evidenciado uma densidade relativa de auto-estradas que supera diversas regiões capitais europeias.

**FIGURA 2.3.41 – PIB PER CAPITA E DENSIDADE DE AUTO-ESTRADAS: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



Legenda		
BE1-Reg. Bruxelles-Cap./Brussels Hfdst. Gew.	LU-Luxembourg (Grand-Duché)	EE-Eesti
DK-Danmark	NL32-Noord-Holland	HU01-Közép-Magyarország
DE3-Berlin	AT13-Wien	LT-Lietuva
GR3-Attiki	PT13-Lisboa e Vale do Tejo	LV-Latvija
ES3-Comunidad de Madrid	FI16-Uusimaa (Suuralue)	MT-Malta
FR1-Île de France	SE01-Stockholm	PL07-Mazowieckie
IE02-Southern and Eastern	UK1-London	SI-Slovenija
IT6-Lazio	CY-Kypros	SK01-Bratislavský
	CZ01-Praha	

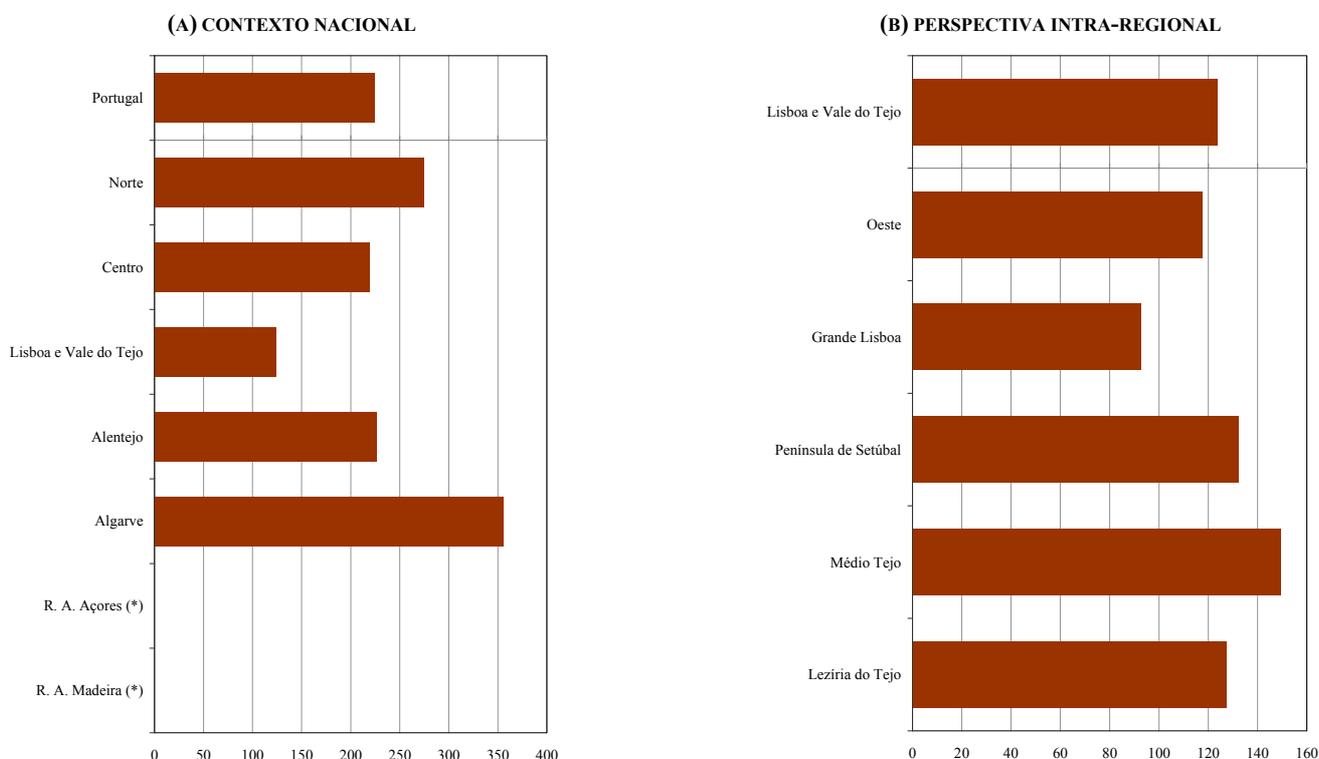
Nota: Densidade de auto-estradas na UE25 (2001) = 1,4 km por km<sup>2</sup>.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Eurostat (2003), Regions: Statistical Yearbook, e Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

A fim de aferir, ainda no mesmo quadro, o grau de centralidade versus periféricidade da RLVT no contexto nacional, importa determinar a distância da região aos principais mercados do território nacional: Lisboa e Porto. A este propósito, verifica-se que a RLVT, tal como seria de esperar, pelo facto de incluir no seu seio o principal mercado consumidor, apresenta a mais baixa distância média aos principais pólos de actividade económica nacional de entre as NUTS II do território continental, posicionando-se, dessa forma, neste domínio, claramente abaixo da média do país - ver Figura 2.3.42.

Do ponto de vista intra-regional, a sub-região da Grande Lisboa evidencia, como é natural, pelo facto de englobar a capital administrativa e maior centro consumidor do país, a menor distância média aos principais mercados, seguida pelo Oeste e só depois pelas sub-regiões do Vale do Tejo e Península de Setúbal.

**FIGURA 2.3.42 – DISTÂNCIAS AOS PRINCIPAIS MERCADOS  
(EM KM)**



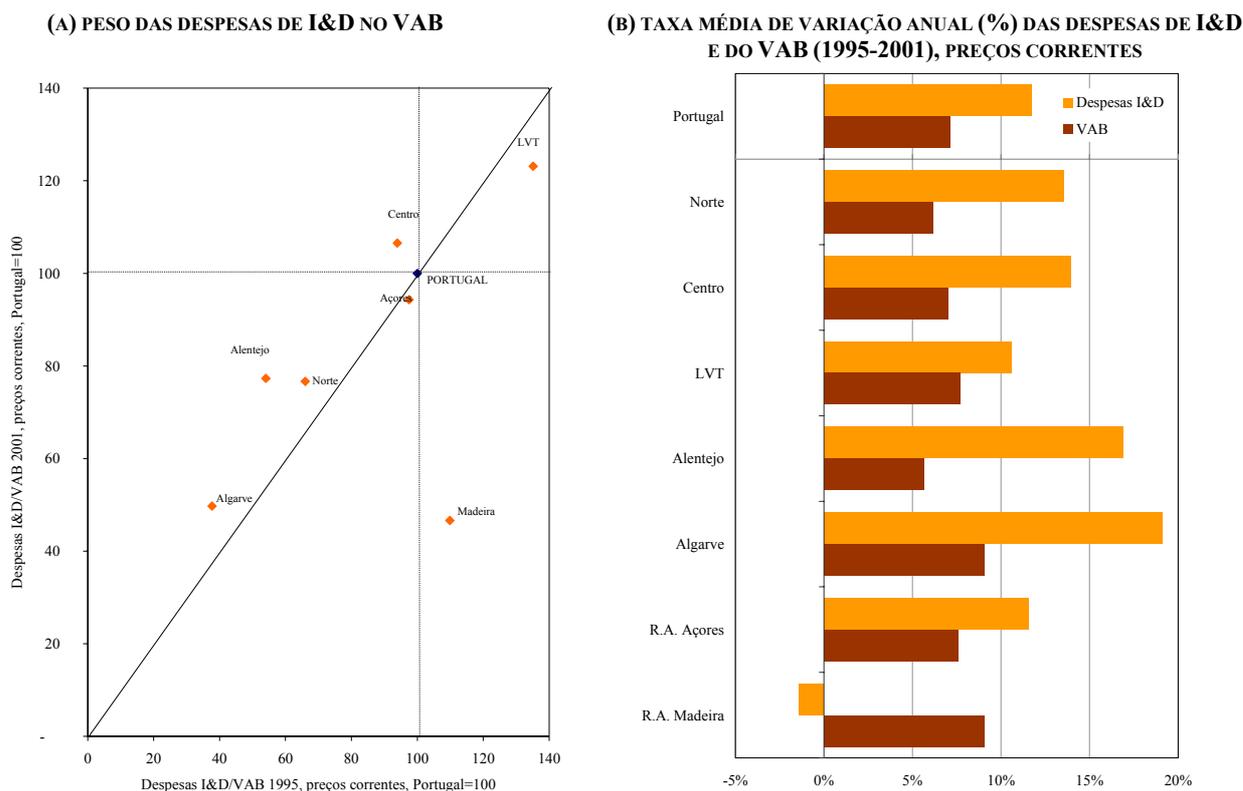
(\*) - Não aplicável.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto a partir da base de dados georeferenciada da Michelin

A importância das infraestruturas de suporte promotoras de eficiência colectiva e do desenvolvimento competitivo das empresas, designadamente pela endogeneização e incorporação de novos conhecimentos e competências que facilitem a sua inserção nos mercados e redes globais actuais, pode ser aproximada e avaliada pela evolução da intensidade em I&D conduzida pelas entidades de suporte, em % do VAB regional, ao longo da década de 90 - ver Figura 2.3.43. A este propósito, importa salientar, no seguimento do que foi dito anteriormente quando se falou de I&D e tecnologia - onde se destacava, no quadro da I&D conduzida a nível nacional, a posição da RLVT e das entidades de suporte na responsabilização por este

esforço (não obstante, a maior participação das empresas neste domínio na região de Lisboa e Vale do Tejo) -, o registo favorável da RLVT, com intensidades em I&D das entidades de suporte claramente acima das nacionais e de todas as outras regiões NUTS II, havendo, no entanto, a destacar, ao mesmo tempo, uma redução deste diferencial positivo ao longo dos anos 90. Com efeito, verifica-se, para todas as regiões consideradas e para o país, no seu todo, um ritmo médio anual de crescimento mais forte das despesas em I&D por parte das entidades de suporte do que do VAB, traduzindo um aumento mais ou menos pronunciado da intensidade em I&D, ainda que menos expressivo no caso da RLVT, daí se explicando o esbatimento deste diferencial favorável à região.

**FIGURA 2.3.43 – DESPESAS EM I&D NAS ENTIDADES DE SUPORTE EM % DO VAB NOS ANOS 90**



Nota: As entidades de suporte envolvidas são: Estado, Ensino Superior e Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (IPsFL).

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do OCES/MCIES, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, e INE, Contas Regionais

### 3. COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL NAS REGIÕES PORTUGUESAS: EM BUSCA DA EQUIDADE

Trabalhada a temática da competitividade, passa-se, neste ponto, à abordagem específica, relativamente extensiva e compreensiva, das questões da coesão económica social e dos avanços registados em matéria de equidade ao longo dos anos 90, numa lógica sequencial de apresentação, uma vez mais, de resultados, trajectórias/processos e condições de coesão da região de Lisboa e Vale do Tejo, projectando, sempre que possível, o seu posicionamento, neste domínio, no espaço europeu e nacional onde se integra e, numa perspectiva intra-regional, o nível registado, em diversas áreas temáticas relevantes, de heterogeneidade ou homogeneidade entre as diferentes sub-regiões que a compõem.

Neste quadro, começa-se então por avaliar os principais resultados do modelo de desenvolvimento português em matéria de coesão económica e social entre a RLVT e as restantes regiões NUTS II nacionais e entre as diferentes sub-regiões que a integram.

O tratamento dos aspectos mais económicos da coesão como a distribuição nacional do rendimento bruto colectável, a maior ou menor capacidade regional de retenção/atracção de rendimento face à capacidade relativa de criação de valor acrescentado e a ventilação das disparidades regionais ao nível das produtividades sectoriais dá início a este subponto 3.1 do presente relatório regional. Seguem-se os principais resultados em matéria de coesão e justiça social, passando-se em revista algumas questões fundamentais em matéria de saúde pública, educação, acção social e redistribuição.

Apresentados os principais resultados, passa-se, seguindo a lógica referida, à caracterização do modelo de coesão, em termos do nível e forma de articulação entre os progressos registados em matéria de competitividade e coesão económica e a evolução da coesão social, constituindo os mercados de trabalho regionais e, designadamente, o cruzamento dos resultados do seu funcionamento com a mudança progressiva do perfil regional de especialização produtiva espaços privilegiados de análise desta interacção.

Analisam-se, por fim, as condições/determinantes da coesão económica e social regional em termos da maior ou menor acessibilidade revelada por parte dos cidadãos a um conjunto variado de equipamentos colectivos existentes na região, nas áreas, designadamente, da:

- Saúde
- Educação
- Cultura e Lazer
- Acção Social
- Redes Viárias
- Ambiente.

### 3.1. GRANDES RESULTADOS DA COESÃO

*A região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta, no contexto nacional, tal como seria de esperar, face ao seu peso relativo na riqueza criada no país, rendimentos colectáveis per capita claramente posicionados acima da média nacional e das restantes NUTS II, muito graças ao registo da Grande Lisboa e, em menor grau, da Península de Setúbal. Revelam, por outro lado, níveis de dispersão mais baixos que a média do país, sobretudo na Lezíria e na Península de Setúbal. Saliência para a posição desta última sub-região na retenção/atracção de rendimento, justificável face à sua condição de espaço de residência para pessoas que trabalham, sobretudo, no concelho de Lisboa.*

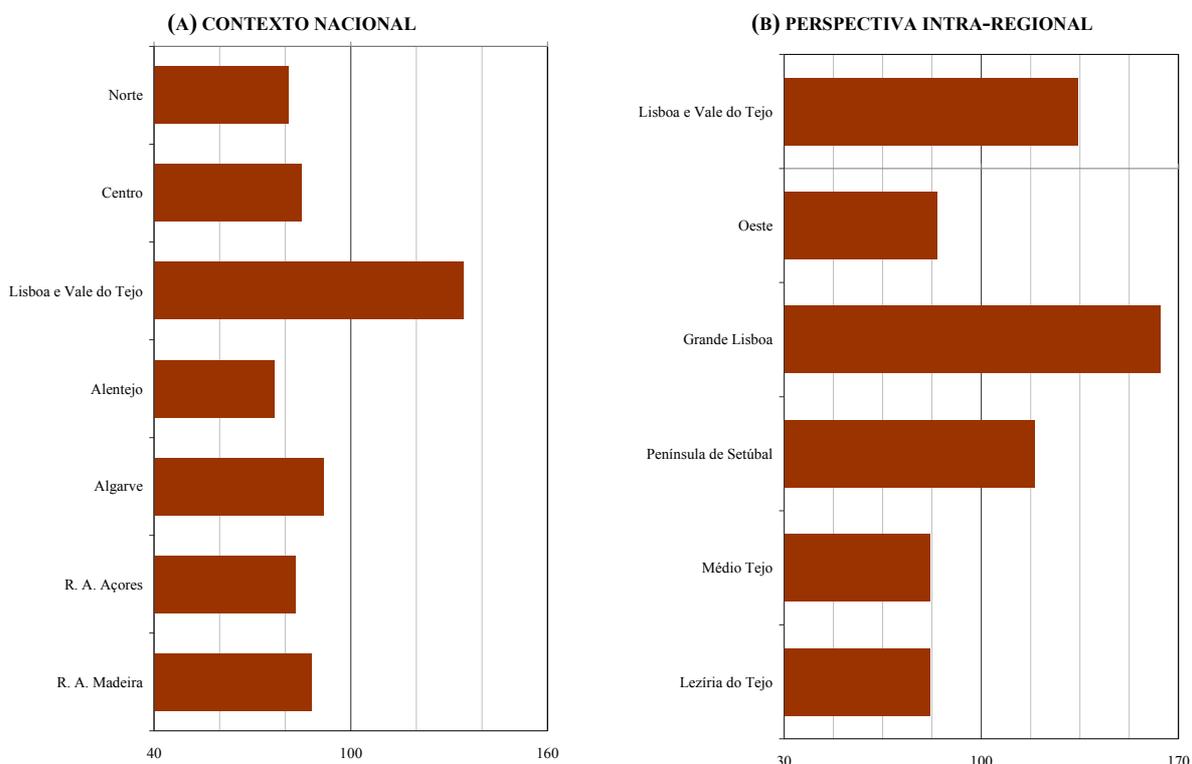
*Relevo, na área social, para a menor esperança média de vida à nascença, comparativamente com a média nacional, da RLVT, muito associada ao ritmo e modo de vida urbano da Área Metropolitana de Lisboa. Na educação, destaque para a posição privilegiada da região de Lisboa e Vale do Tejo e, em particular, da sub-região da Grande Lisboa. Assistiu-se, por outro lado, a uma redução acentuada, acompanhando a evolução ocorrida a nível nacional, do nível de isolamento social da população mais idosa, associada, sobretudo, à proliferação ocorrida de infraestruturas e equipamentos de acção social ao longo dos anos 90.*

*As características sociais e económicas mais marcantes na região reflectem-se, necessariamente, na estrutura de meios de subsistência, a qual é pautada por uma importância mais expressiva, comparativamente com a média nacional, dos rendimentos do trabalho, de propriedade e/ou empresa e do subsídio de desemprego, e nos índices, mais baixos, de pobreza (sobretudo quando avaliados segundo o rendimento) da população residente.*

A RLVT apresenta, no contexto nacional, tal como seria de esperar, face à importância relativa da região na riqueza criada no país, rendimentos colectáveis *per capita* claramente posicionados acima da média nacional, constituindo mesmo, em 2001, a única NUTS II nestas condições. O maior dinamismo da actividade económica, associado a um perfil mais avançado de especialização produtiva, a uma maior aposta na inovação e tecnologia e a uma estrutura mais habilitada e flexível de recursos humanos (a qual tende a estar associada a níveis mais elevados de rendimento), explicam, em grande medida, os resultados obtidos em matéria de valor acrescentado pela região e, concomitantemente, de rendimentos colectáveis *per capita*.

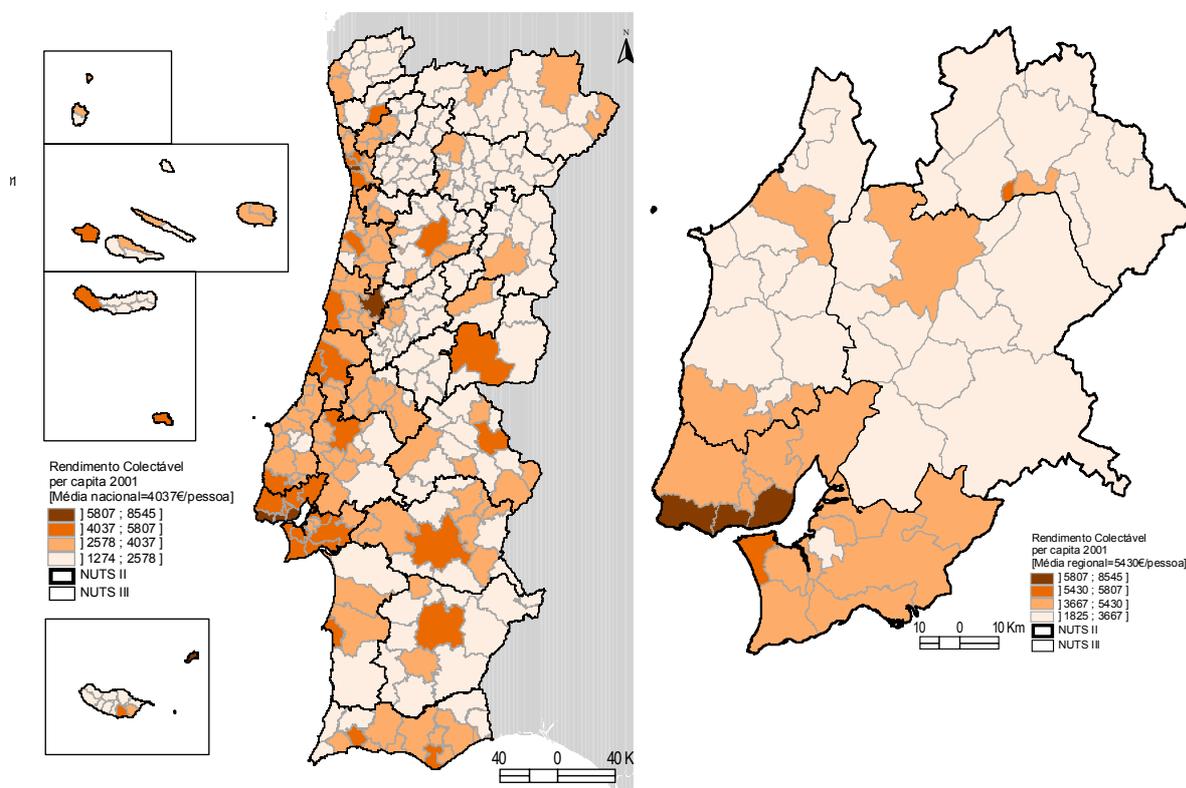
O registo, a este nível, da RLVT deve-se, no essencial, no referencial intra-regional, ao posicionamento destacado da Grande Lisboa, única sub-região com rendimentos colectáveis *per capita* acima da média regional, e, num menor grau, da Península de Setúbal, que, apesar de tudo, ao contrário do que se verifica com as restantes sub-regiões, se projecta, neste domínio, acima da média nacional - ver Figura 3.1.1.

**FIGURA 3.1.1 – RENDIMENTO COLECTÁVEL PER CAPITA:  
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL (2001)  
(PORTUGAL=100)**



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados da Direcção Geral de Contribuições e Impostos e INE, Contas Regionais

Ao nível concelhio, destaque claro, em face do que foi referido anteriormente, para as posições, em 2001, de Lisboa, Oeiras e Cascais, na Grande Lisboa, e, em menor grau, de Almada, na Península de Setúbal, e do Entroncamento, no Médio Tejo, muito associado, no último caso, à importância das actividades de logística e distribuição, geradoras de elevado valor acrescentado - ver Figura 3.1.2. No contexto nacional, pode-se dizer que são particularmente relevantes, por esta ordem, os concelhos da Grande Lisboa e da Península de Setúbal.

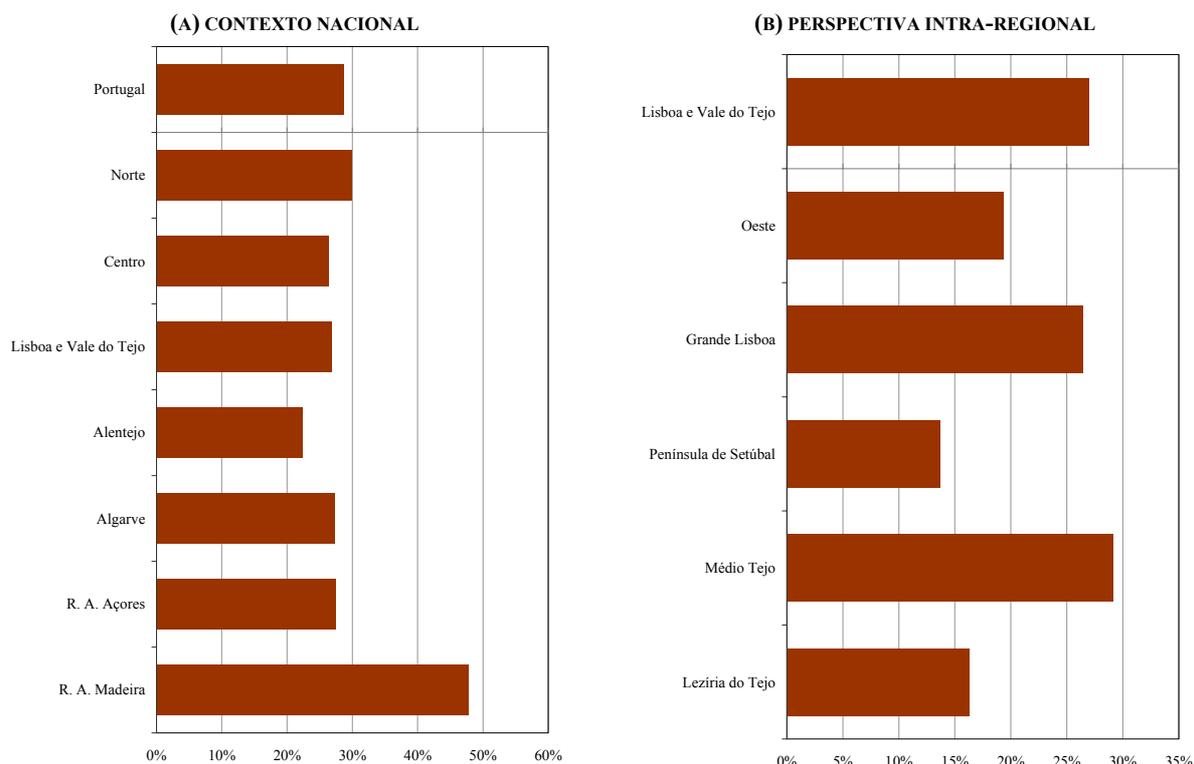
FIGURA 3.1.2 - RENDIMENTO COLECTÁVEL *PER CAPITA*: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados da Direcção Geral de Contribuições e Impostos e INE, Contas Regionais

Com vista a medir o nível de coesão interna de cada região, no que concerne à repartição do rendimento colectável por habitantes, recorreu-se a um indicador de dispersão concelhia do rendimento familiar. A região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta, a este propósito, em 2001, um grau de dispersão concelhia do rendimento familiar mais reduzido do que o que se verifica, globalmente, no país, indiciando uma mais forte coesão interna, muito potenciada pelos registos do Oeste, Lezíria do Tejo e, sobretudo, da Península de Setúbal - ver Figura 3.1.3.

As sub-regiões do Médio Tejo e da Grande Lisboa, por esta ordem, evidenciam as assimetrias mais acentuadas na distribuição dos rendimentos familiares, o que, em grande medida, resulta do contraste existente entre os níveis de rendimento mais favoráveis presentes, no primeiro caso, nos concelhos do Entroncamento e de Vila Nova da Barquinha, associados ao desenvolvimento da actividade logística e de distribuição, e, no segundo caso, nos concelhos de Lisboa, Oeiras e Cascais, decorrente do dinamismo e sofisticação da actividade económica e dos seus recursos humanos, e os níveis de rendimento dos restantes concelhos destas sub-regiões.

**FIGURA 3.1.3 - DISPERSÃO CONCELHIA DO RENDIMENTO COLECTÁVEL: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL (2001)**

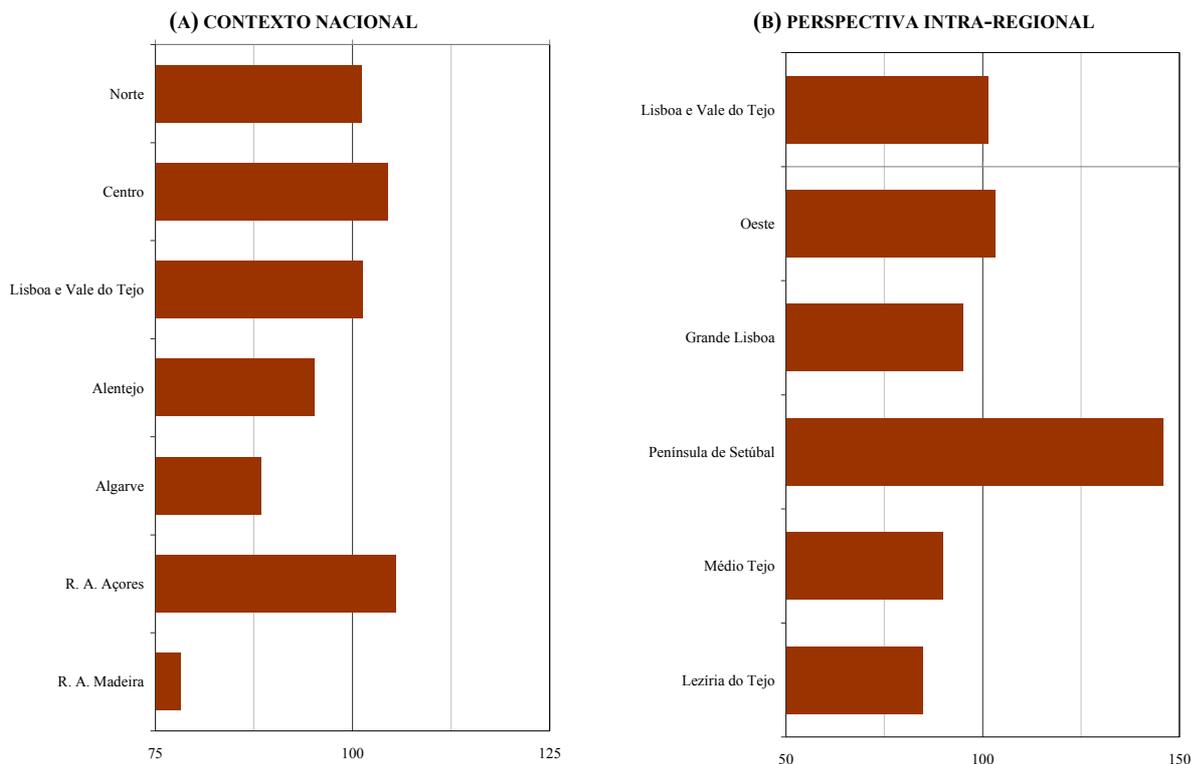


Nota: Dispersão concelhia do rendimento colectável *per capita* = Coeficiente de variação (desvio padrão/média) para cada uma das regiões, em %.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados da Direcção Geral de Contribuições e Impostos e INE, Contas Regionais

Em seguida, procede-se à análise da capacidade de retenção do rendimento na RLVT com base na comparação efectuada entre o posicionamento relativo da região, no contexto nacional, no campo dos níveis exibidos de rendimento colectável *per capita* face aos respectivos níveis de PIB *per capita*. Neste sentido, verifica-se que a região apresenta, em 2001, um registo ligeiramente acima da média nacional, com saliência clara para o posicionamento relativo, a este nível, da Península de Setúbal, que funciona, fundamentalmente, como um espaço privilegiado de residência para pessoas que trabalham, sobretudo, no concelho de Lisboa. Esta sub-região, conjuntamente com o Oeste, constituem as duas situações posicionadas acima da média regional, ao contrário do que acontece, designadamente, com a Grande Lisboa, pelas razões inversas às apontadas para a Península de Setúbal, saindo beneficiada do ponto de vista de PIB *per capita*, mas prejudicada no domínio do rendimento colectável *per capita* - ver Figura 3.1.4.

**FIGURA 3.1.4 – CAPACIDADE RELATIVA DE RETENÇÃO/ATRACÇÃO DE RENDIMENTO  
FACE À CAPACIDADE RELATIVA DE CRIAÇÃO DE VALOR ACRESCENTADO (2001)**



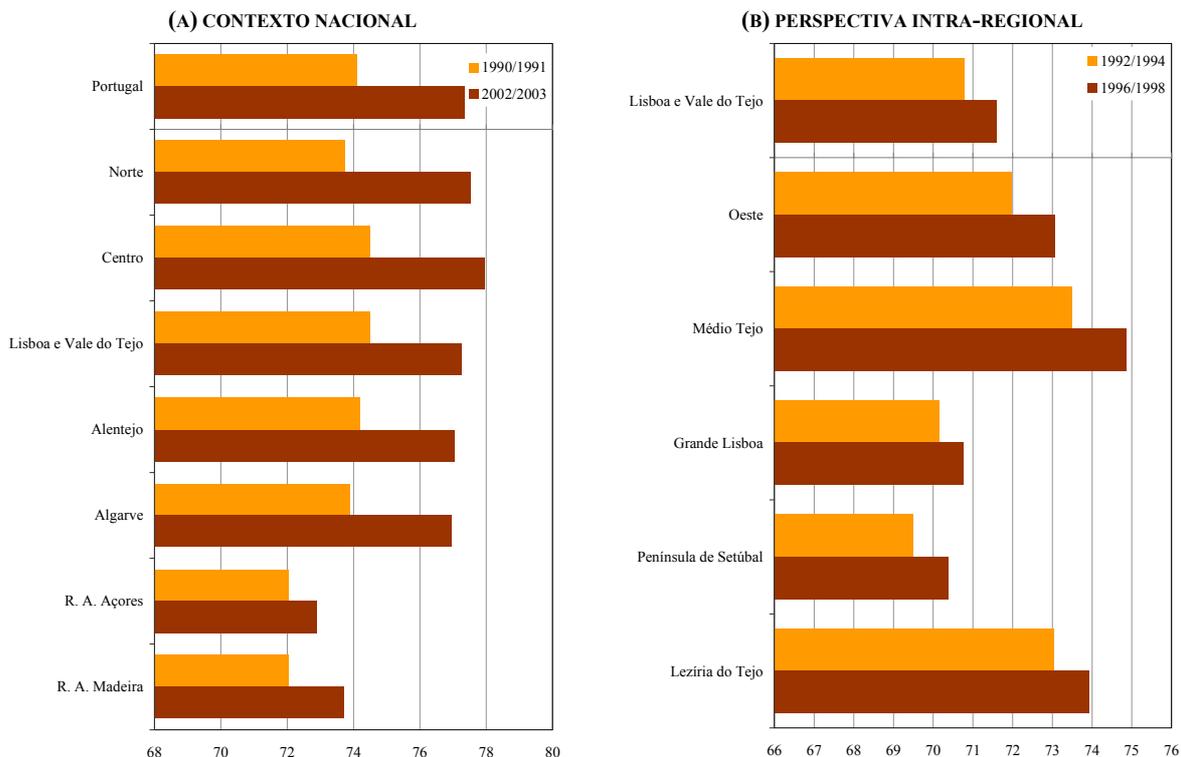
Nota: Este indicador resulta do quociente entre o rendimento colectável *per capita*, em índice (Portugal=100), e o PIB *per capita*, em índice (Portugal=100).

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados da Direcção Geral de Contribuições e Impostos e INE, Contas Regionais

Na área social, há que dar relevo, em primeiro lugar, ao longo dos anos 90, à menor esperança média de vida à nascença, comparativamente com a média nacional, da RLVT, muito associada ao ritmo e modo de vida urbano da Área Metropolitana de Lisboa. Em contraponto, destacam-se, pela positiva, associados ao seu modo de vida mais rural, mais próximo da natureza, não tão pressionante do ponto de vista de tempo, os registos do Oeste, Lezíria do Tejo e, sobretudo, do Médio Tejo.

Destaque ainda para a evolução positiva registada neste indicador pela RLVT na década de 90, acompanhado a tendência apresentada pelas restantes NUTS II e pelo país, no seu conjunto: a esperança média de vida à nascença aumentou na região, no período considerado (1990-2003), quase três anos - ver Figura 3.1.5.

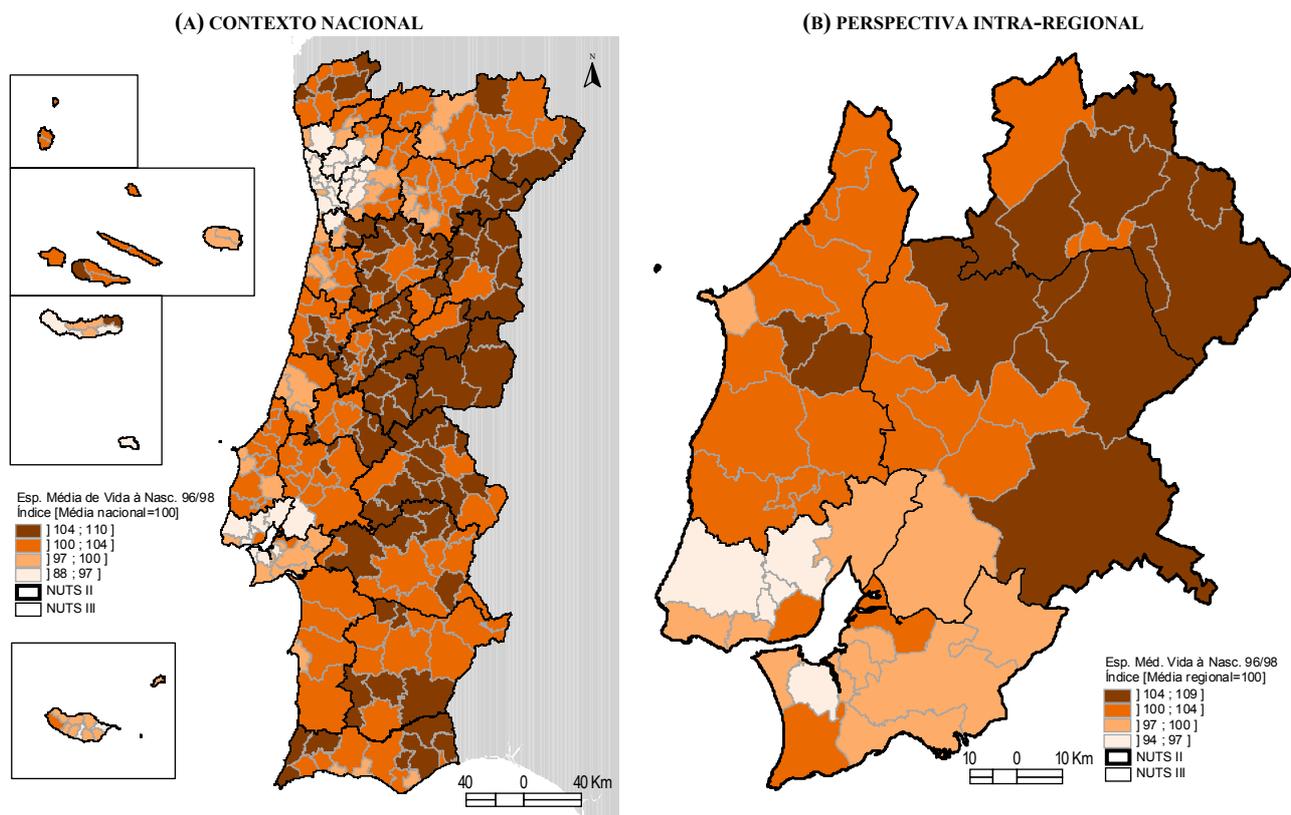
**FIGURA 3.1.5 – ESPERANÇA MÉDIA DE VIDA À NASCENÇA, NOS ANOS 90  
(EM ANOS)**



Fonte: INE (2001), Natalidade, Mortalidade e Esperança de Vida à Nascença nos Concelhos Portugueses – uma correcção pela estrutura etária

Ao nível concelhio, destaque claro, no fim da década de 90, para os concelhos do Vale do Tejo e, em menor grau, do Oeste, posicionando-se, pelo contrário, os concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, pelas razões atrás apontadas, claramente abaixo da média do país e da região, no que à esperança média de vida à nascença diz respeito, com alguns dos registos mais baixos verificados a nível nacional - ver Figura 3.1.6.

**FIGURA 3.1.6 – ESPERANÇA MÉDIA DE VIDA À NASCENÇA: PERSPECTIVA CONCELHIA (1996/1998)**

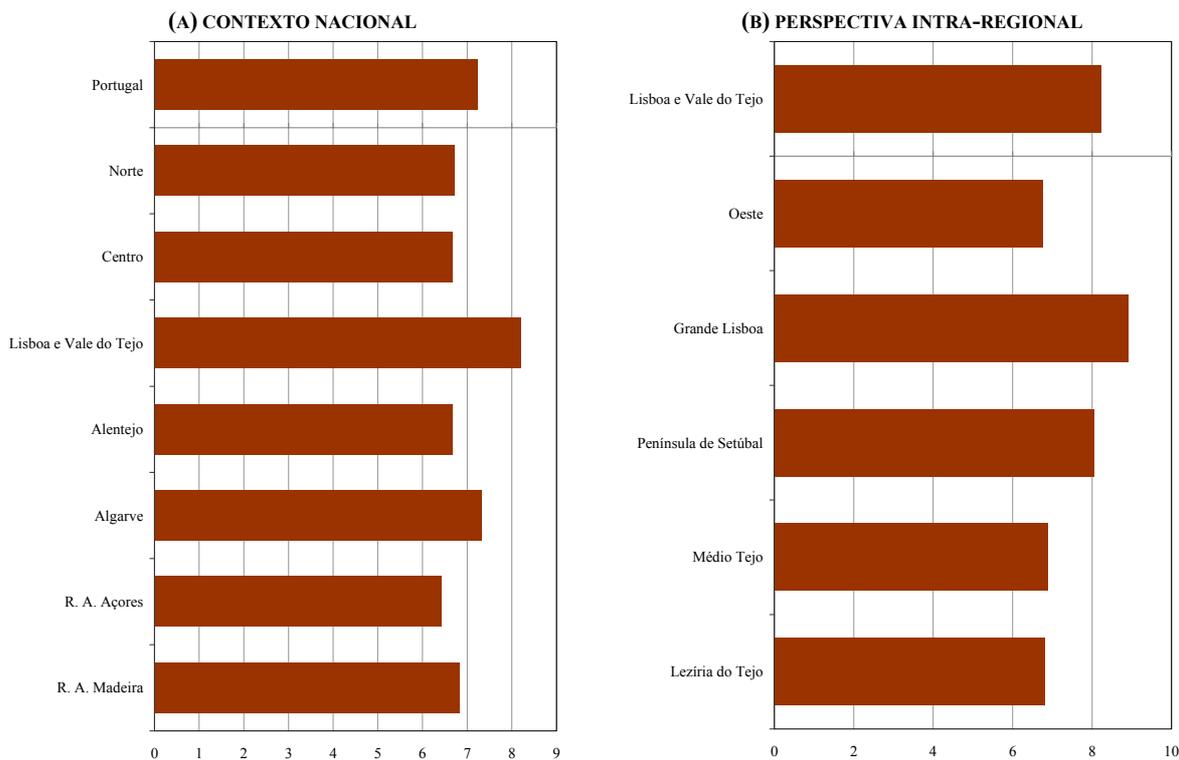


Fonte: INE (2001), Natalidade, Mortalidade e Esperança de Vida à Nascença nos Concelhos Portugueses – uma correcção pela estrutura etária

Na área da educação, destaque, em primeiro lugar, para a posição privilegiada, em 2001, da região de Lisboa e Vale do Tejo no que ao número médio de anos de escolaridade da população residente diz respeito, com registos acima da média nacional e de todas as outras NUTS II, o que se enquadra com os níveis relativamente elevados de instrução dos recursos humanos da região e, especificamente, com a forte presença relativa de população habilitada com níveis de ensino superiores - ver Figura 3.1.7.

Do ponto de vista intra-regional, a Grande Lisboa revela, como seria de esperar, pelas razões atrás apontadas, o número médio de anos de escolaridade mais favorável na RLVT, efeito estimulado pela capitalidade de Lisboa, pela sua importância relativa regional e nacional ao nível da oferta de serviços de ensino superior e pela capacidade de atracção de residentes com melhores níveis habilitacionais, tendo em conta a maior densidade relativa do seu tecido económico regional. Esta sub-região constitui mesmo o único caso posicionado acima da média regional, sendo seguida, a este nível, pela Península de Setúbal, que, não obstante apresentar um registo, pelo contrário, abaixo da média regional, se situa acima da média do país. O Vale do Tejo e o Oeste revelam, em oposição, situações mais desfavoráveis que a nacional e regional.

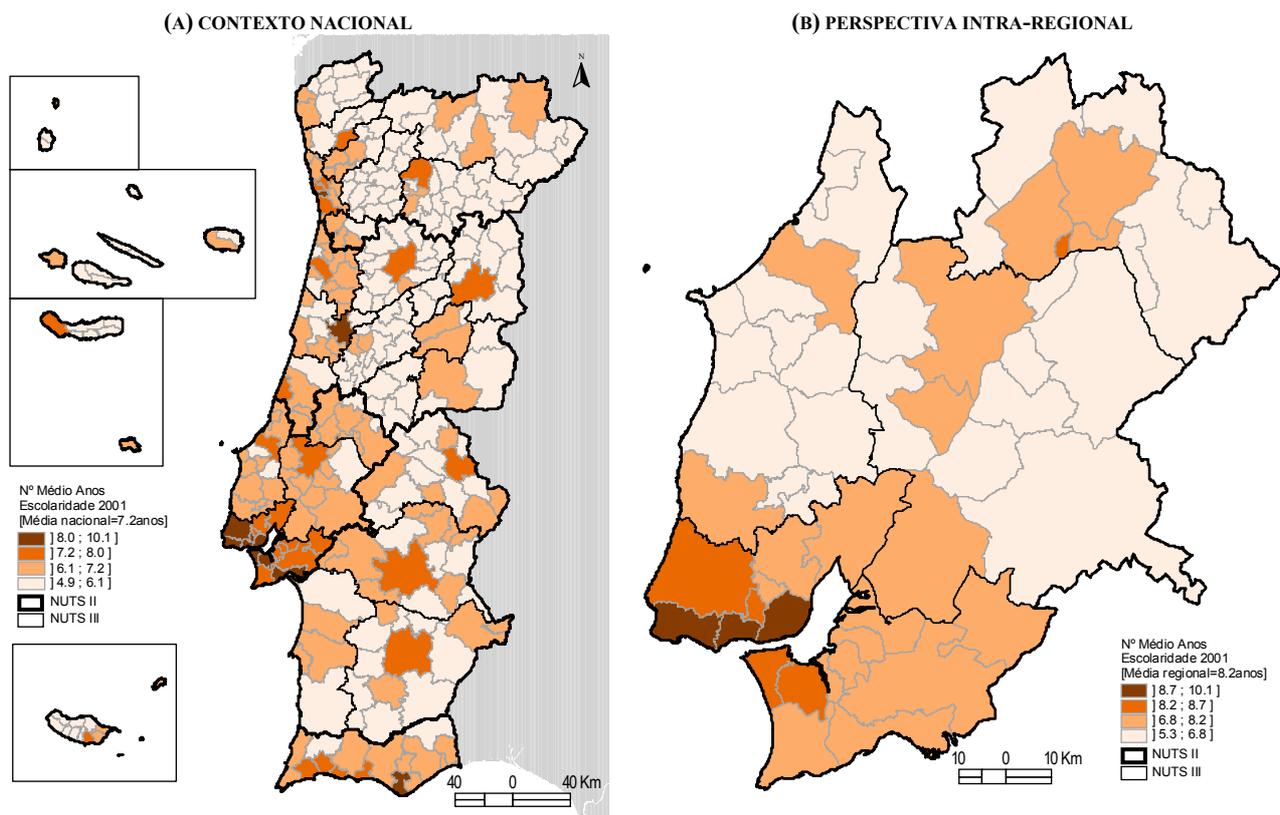
**FIGURA 3.1.7 – Nº MÉDIO DE ANOS DE ESCOLARIDADE:  
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL (2001)**



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

Saliência, numa perspectiva concelhia, tendo em consideração tudo aquilo que foi referido anteriormente, para as posições cimeiras, ao nível deste indicador, em 2001, de Lisboa, Oeiras e Cascais, na Grande Lisboa, e, em menor grau, de Sintra e Amadora, na Grande Lisboa, de Almada e Seixal, na Península de Setúbal, e do Entroncamento, no Médio Tejo, que beneficiam, em grande medida, da capitalidade de Lisboa, da sua oferta de serviços de ensino superior e da densidade do seu tecido produtivo, sendo que estes efeitos se estendem, globalmente, à Área Metropolitana de Lisboa. O caso específico do Entroncamento tem mais a ver com a atracção de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento das áreas da logística e distribuição - ver Figura 3.1.8.

**FIGURA 3.1.8 – Nº MÉDIO DE ANOS DE ESCOLARIDADE: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)**

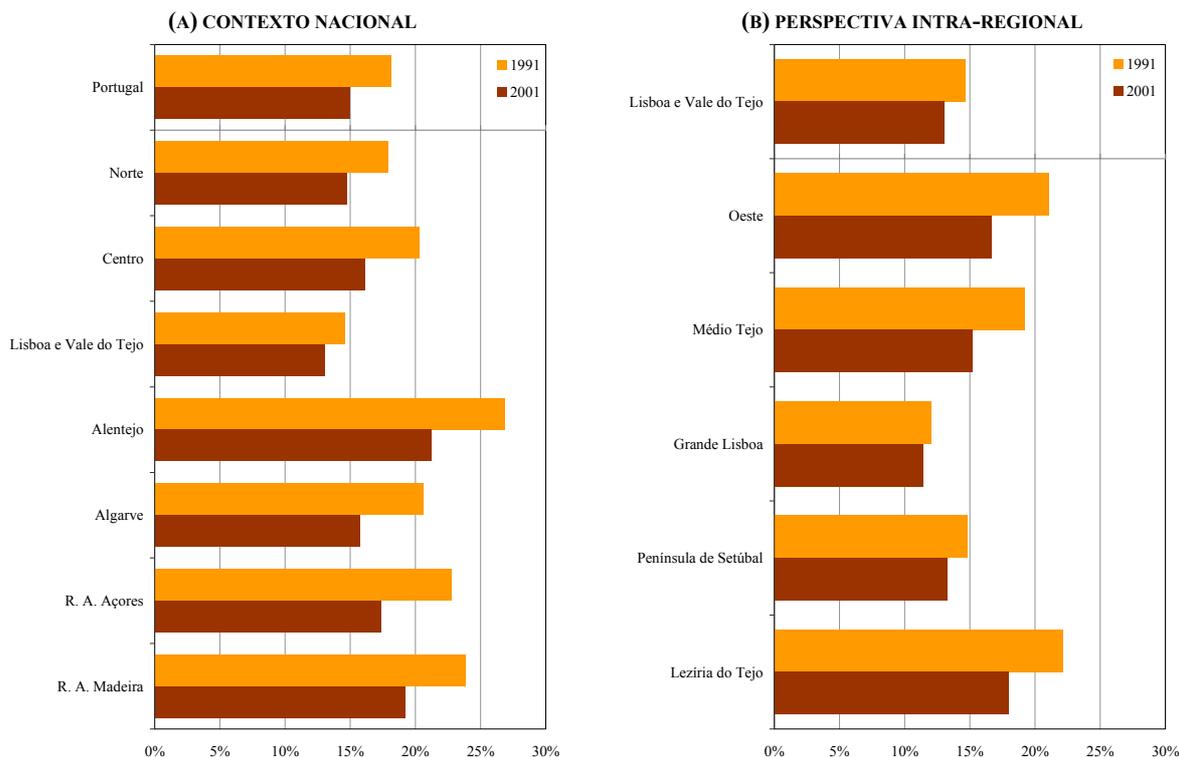


Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

A RLVT exhibe, na linha do referido anteriormente, no período considerado, os menores níveis de analfabetismo no contexto de todas as NUTS II do território nacional (ver Figura 3.1.9). A região acompanhou, por outro lado, a trajectória nacional, ao longo da última década, de redução dos níveis de analfabetismo, fruto dos investimentos realizados no sector educativo.

No seio da RLVT, é possível verificar que a Grande Lisboa (único registo abaixo da média regional) e, em menor grau, a Península de Setúbal revelam os posicionamentos mais favoráveis neste indicador, o que era expectável dados os melhores níveis habilitacionais revelados pela população residente nestas sub-regiões, situando-se, neste domínio, as restantes NUTS III em patamares mais desfavoráveis, acima inclusive da média nacional.

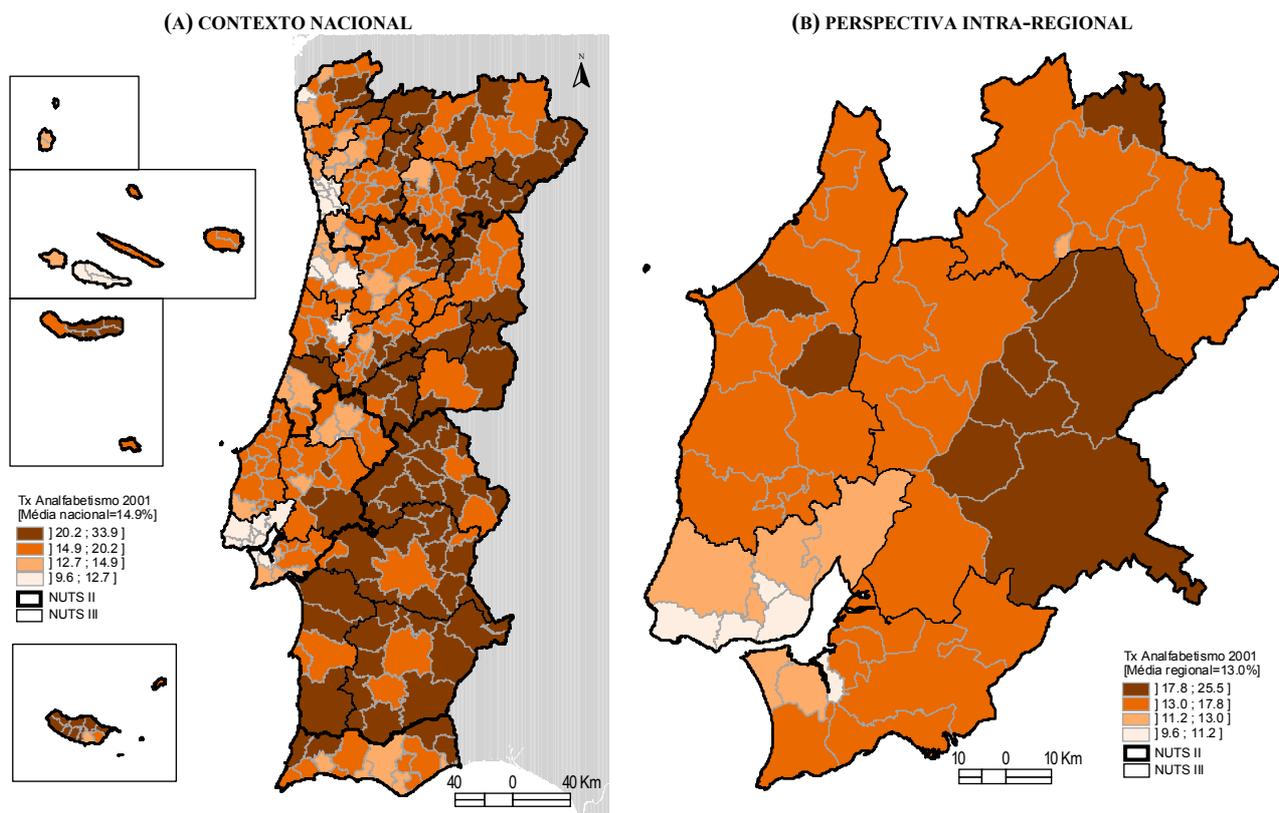
**FIGURA 3.1.9 – TAXA DE ANALFABETISMO NOS ANOS 90:  
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL**



Fonte: INE, Censos

Colocando o enfoque numa perspectiva concelhia, é possível verificar, em termos relativos, para o ano 2001, que as baixas taxas de analfabetismo são, pelas razões atrás apontadas, um traço comum aos concelhos da Grande Lisboa e, em menor grau, da Península de Setúbal, comparativamente com o panorama nacional - ver Figura 3.1.10 (mapa A). Ao nível intra-regional (mapa B), saliência clara para alguns registos desfavoráveis associados, predominantemente, a concelhos com algum nível de interioridade e com forte presença de um modo de vida, sobretudo, rural, envolvendo, designadamente, as situações de Coruche, Chamusca, Salvaterra de Magos, Almeirim, Alpiarça e Golegã, na Lezíria do Tejo, de Óbidos e Cadaval, no Oeste, e de Ferreira do Zêzere, no Médio Tejo.

FIGURA 3.1.10 – TAXA DE ANALFABETISMO: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)

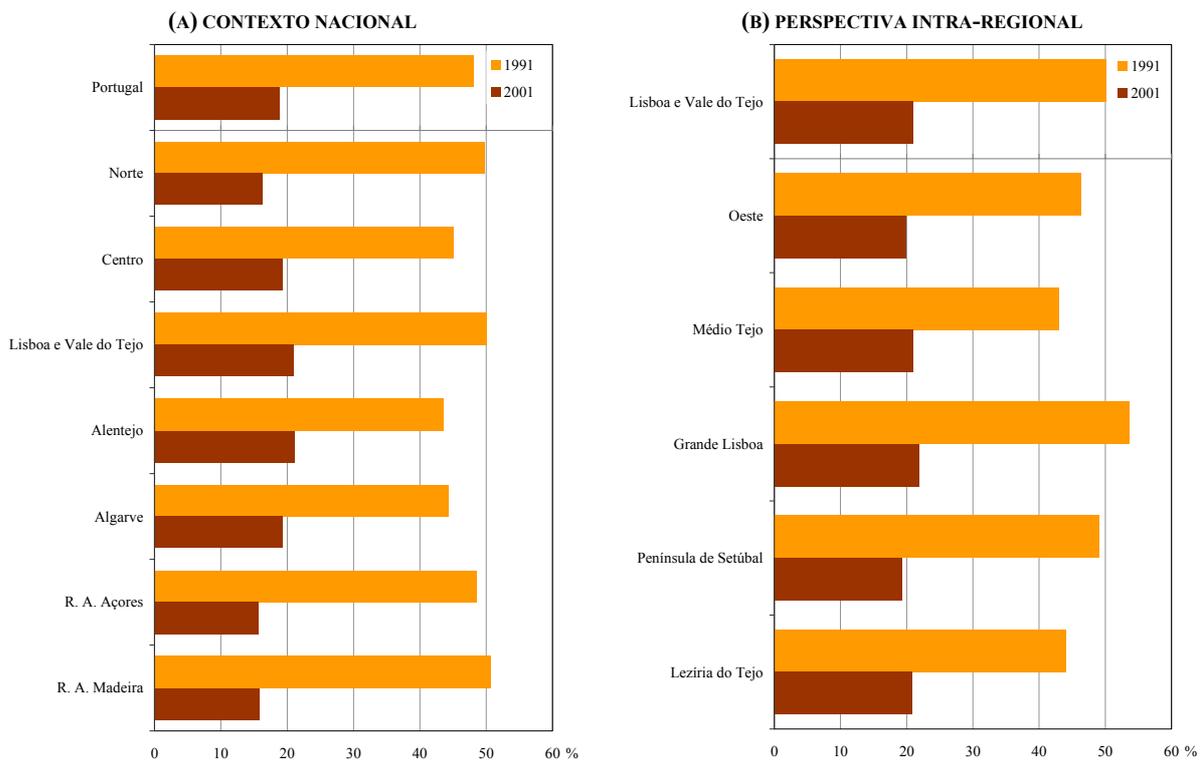


Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

A RLVT revela, em 2001, um peso de idosos isolados no total de idosos residentes relativamente acentuado (21%), no contexto de todas as NUTS II do território nacional, posicionando-se acima da média do país, sendo superada somente pela região do Alentejo - ver Figura 3.1.11. Ao longo da década de 90, todas as NUTS II do espaço nacional revelaram um aumento da capacidade de inserção de idosos em núcleos familiares mais alargados e em infraestruturas/equipamentos de acção social (sendo de realçar, a este nível, a importância crescente dos lares de idosos), efectuando uma trajectória de combate ao isolamento social, de tal modo que, em 2001, o peso dos idosos isolados no total de idosos residentes era substancialmente mais reduzido em todo o território nacional.

Ao nível intra-regional, destaque para os registos abaixo da média da RLVT das sub-regiões do Oeste e, sobretudo, da Península de Setúbal.

**FIGURA 3.1.11 – IDOSOS ISOLADOS NOS ANOS 90:**  
**POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL**

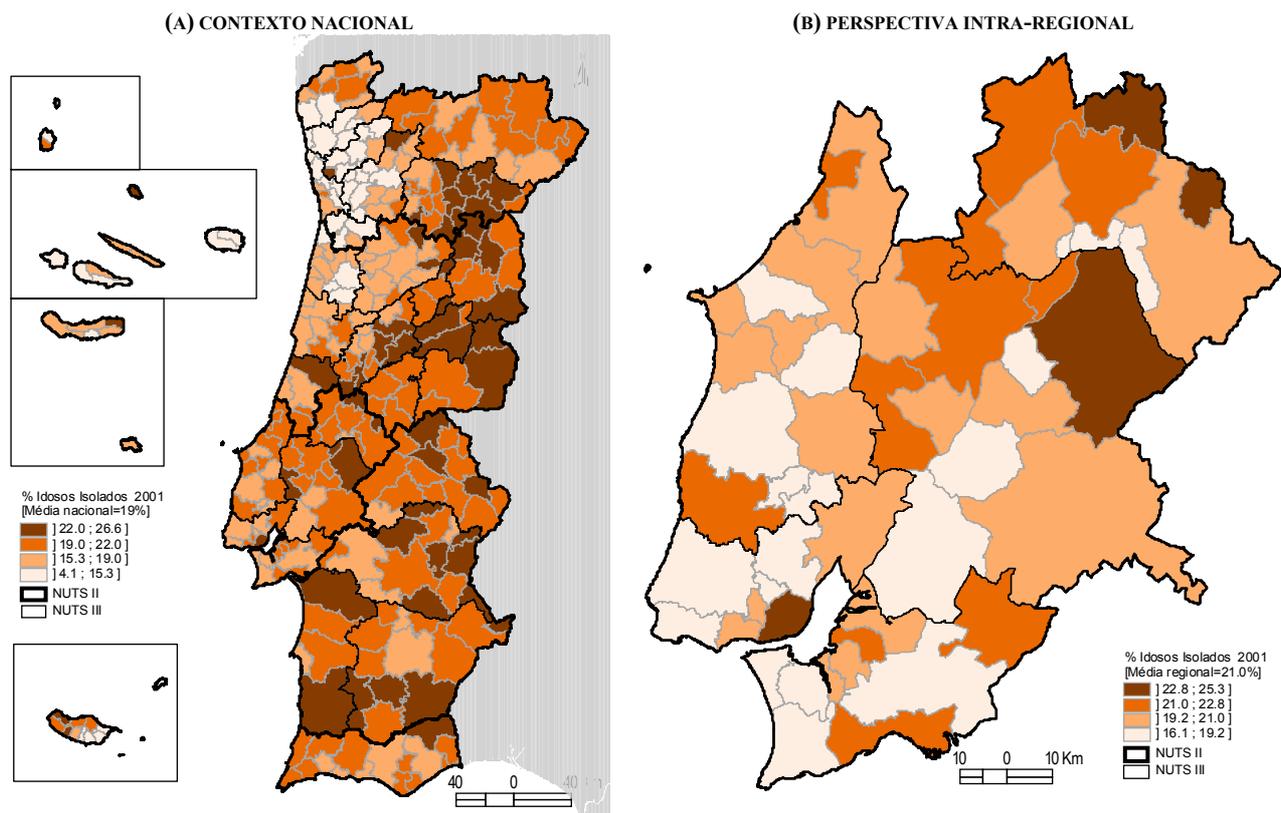


Nota: Idosos Isolados = % dos idosos isolados no total da população residente com mais de 65 anos.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

Numa perspectiva concelhia, é possível verificar que concelhos como Ferreira do Zêzere e Sardoal, no Médio Tejo, Chamusca, na Lezíria do Tejo, e Lisboa, na Grande Lisboa, exibem, em 2001, níveis de isolamento social de idosos mais acentuados, no seio da RLVT (o envelhecimento progressivo da população residente no concelho de Lisboa, com saída correspondente dos jovens para as áreas circundantes da Área Metropolitana, explica, em grande parte, este último registo) - ver Figura 3.1.12. Relevo, em contraposição, para o menor isolamento social de idosos evidenciado pela maior parte dos concelhos da Península de Setúbal.

FIGURA 3.1.12 –IDOSOS ISOLADOS: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



Nota: Idosos Isolados = % dos idosos isolados no total da população residente com mais de 65 anos.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

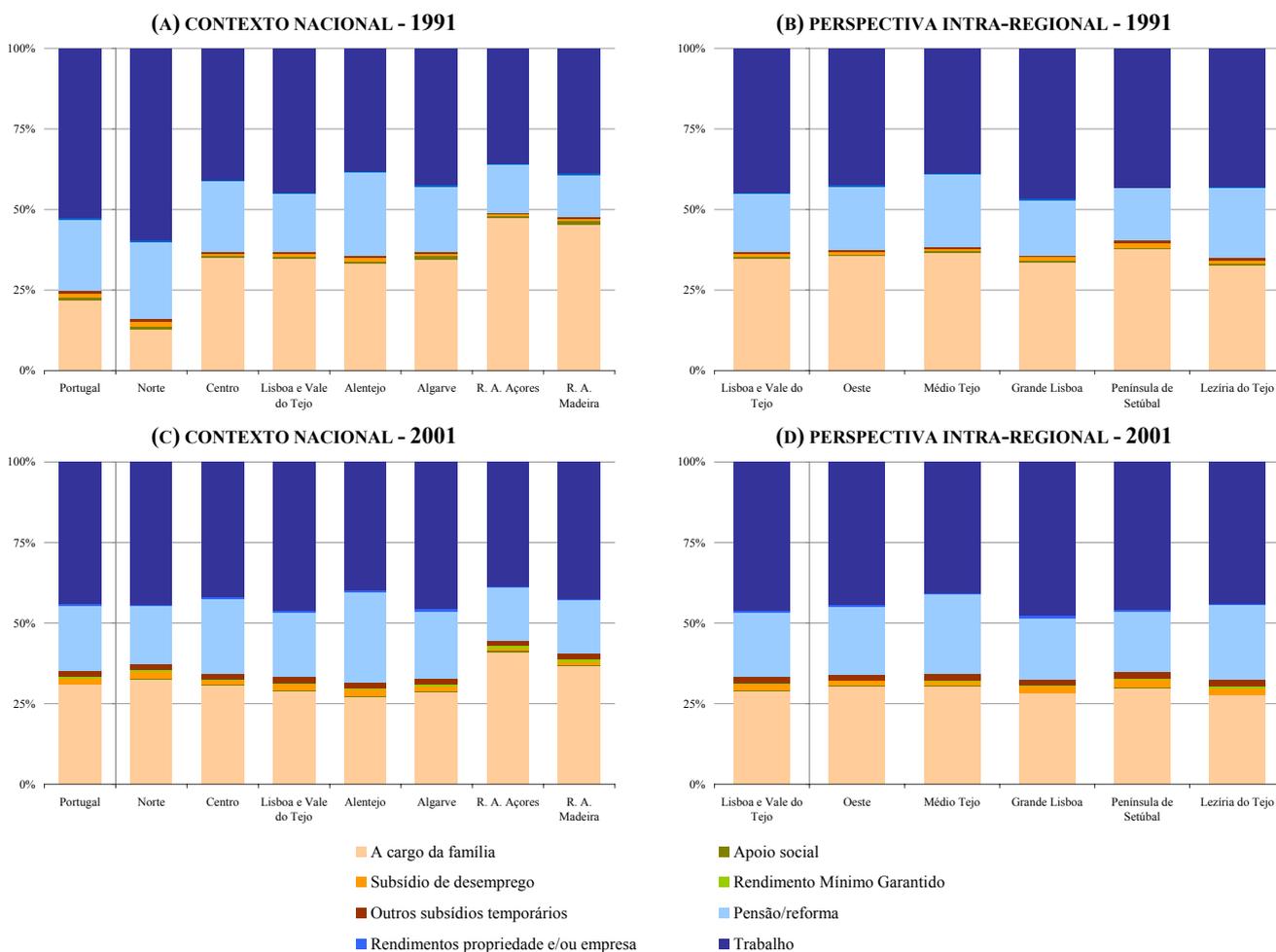
A aferição das especificidades intrínsecas ao modo de organização familiar e social da população residente na região de Lisboa e Vale do Tejo pode ser feita com base nas características mais importantes da estrutura de rendimentos que suporta os meios de subsistência da população. As condições económicas e sociais mais marcantes na RLVT exercem, necessariamente, repercussões sobre o modelo de vida e as estruturas de rendimentos familiares da região, conferindo-lhes especificidades próprias.

Com efeito, a RLVT apresenta, face ao espaço nacional - por razões que se prendem, em termos relativos, com o maior nível de desenvolvimento económico, com a maior densidade, dinamismo e sofisticação do seu tecido produtivo, com os mais elevados níveis médios de habilitações dos seus recursos humanos e, concomitantemente, com a presença menos significativa de agregados familiares em situação de carência económica -, uma maior importância relativa, na estrutura de meios de subsistência da população residente, dos rendimentos do trabalho dependente e dos rendimentos de propriedade e de empresa, em desfavor, sobretudo, das situações de subsistência a cargo da família e de usufruto de rendimento mínimo garantido ou de rendimento social de inserção. O menor grau de envelhecimento populacional, relativamente à média da RLVT, da Grande Lisboa e, sobretudo, da Península de Setúbal justifica, em grande medida, o menor peso relativo das pensões e reformas na RLVT, não obstante os acentuados índices de envelhecimento apresentados pelas sub-regiões do Vale do Tejo e do Oeste. A importância mais elevada na RLVT dos subsídios de desemprego, comparativamente com a média do país, não deixa de ser curiosa, pelas razões atrás apontadas. Este registo prende-se, no essencial, com o elevado

desemprego agrícola, na Lezíria do Tejo, e com o desemprego decorrente dos processos de reestruturação industrial e ajustamento competitivo, na Península de Setúbal.

A nível intra-regional, relevo, face ao que foi referido atrás, para o peso relativo mais elevado das pensões e reformas no Vale do Tejo e no Oeste, dos rendimentos do trabalho dependente e de propriedade e de empresa na Grande Lisboa, dos subsídios de desemprego na Península de Setúbal e na Lezíria do Tejo, com registos acima de média regional, ao contrário do que acontece, para cada uma das rubricas consideradas, com as restantes sub-regiões da RLVT. Destaque, em contraposição, para os registos de menor importância relativa, por comparação com a média da RLVT, do rendimento mínimo garantido ou do rendimento social de inserção no Oeste e, pelas razões atrás apontadas, associadas à difusão dos novos modelos de vida urbanos, com forte participação das mulheres nos mercados de trabalho, dos rendimentos a cargo da família na Grande Lisboa. Curioso o registo, nesta última situação, da Lezíria do Tejo, revelando-se inclusivamente inferior ao da Grande Lisboa - ver Figura 3.1.13.

**FIGURA 3.1.13 – PRINCIPAL MEIO DE SUBSISTÊNCIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NOS ANOS 90**



Nota: O rendimento mínimo garantido não se incluía nos meios de subsistência da população residente de 1991 porque só foi instituído posteriormente em 1997.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

### CAIXA 3.1.1 – METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS ÍNDICES DE POBREZA

#### Índice de Pobreza segundo o Rendimento (IPR)

O IPR tem por base um conceito de receita líquida total que incorpora receitas monetárias e não monetárias, e sobre o qual se identifica a linha de pobreza. Das etapas operacionais para o cálculo do índice, destacam-se:

- Apuramento da receita média líquida total, a preços correntes, de cada Agregado Doméstico Privado (ADP) considerando o conjunto das receitas líquidas totais, designadamente rendimentos do trabalho, pensões e prestações sociais, e das receitas não monetárias, como autoconsumo, auto-abastecimento, autolocação, salários em espécie, etc..
- Cálculo e posterior imputação a cada agregado familiar da receita líquida total por adulto equivalente, tendo em conta a escala de equivalência da OCDE Modificada: 1º adulto = 1; restantes adultos = 0,5; crianças menores de 14 anos = 0,3.
- A linha de pobreza, segundo recomendações do EUROSTAT, é traçada nos 60% da mediana do valor da receita líquida total por adulto equivalente, atendendo à distribuição da receita pelos indivíduos/agregados familiares.

O valor do Índice de Pobreza segundo o Rendimento determina-se pela percentagem de ADP que tem rendimento inferior ao estabelecido pela linha de pobreza segundo o rendimento.

#### Índice de Pobreza segundo as Condições de Vida (IPCV)

O IPCV incorpora informação relativa essencialmente à privação de condições adequadas de alojamento, de bens de equipamento e meios de transporte, considerando-se, neste caso, um agregado tanto mais pobre quanto maior a acumulação de privação no conjunto dos itens considerados para a elaboração do índice. Das etapas operacionais para o cálculo do índice, destacam-se:

- Cálculo das frequências relativas do tipo e condições de alojamento, bens de equipamento, meios de transporte e outros bens, para o total dos agregados domésticos privados.
- Atribuição de ponderações de penalização e construção de uma tabela considerando todas as variáveis com penalizações intermédias (teste de consenso): 1 (penalização total) quando o agregado não tem determinadas condições de alojamento ou bens; 0,5 (penalização parcial) atribuído apenas às variáveis instalações sanitárias (incompleta) e água canalizada (só água fria); e 0 (sem penalização) para tipo de alojamento moradias ou apartamento, condições do alojamento completas e posse de bens.
- Selecção das variáveis com base no critério de frequência (teste de frequência), considerando-se para o cálculo dos índices de privação médios as frequências de cada variável inferiores a 50%, ou seja, de todos os bens que existiam em pelo menos metade dos agregados inquiridos. Cálculo do índice médio de privação total.
- Ponderação das variáveis a incluir no score pelas respectivas frequências de não privação, por forma a que o score afecto a cada ADP inclua as penalizações acumuladas por cada bem em falta ou existente de forma incompleta (privação).
- O critério adoptado para a determinação da linha de pobreza foi o índice de privação médio.

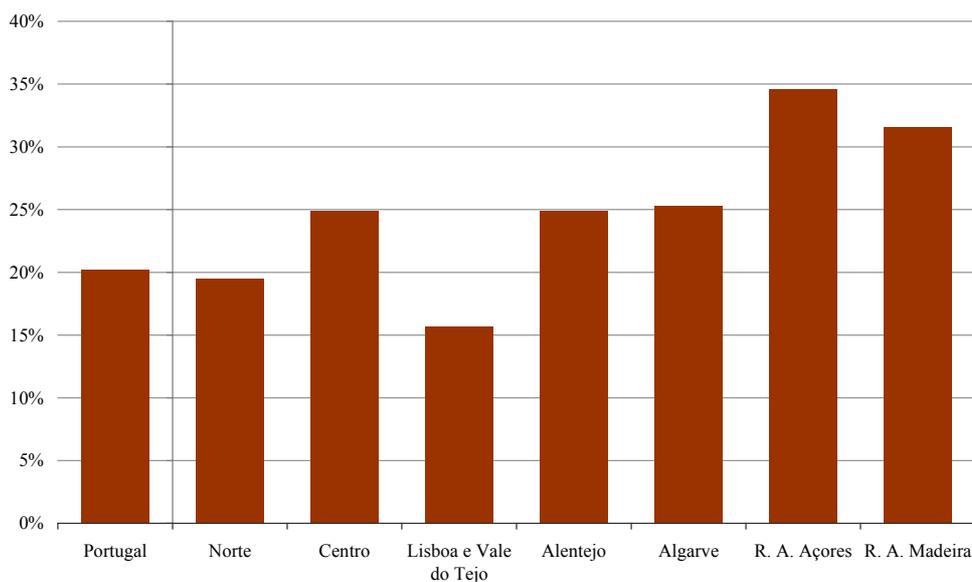
O valor do Índice de Pobreza segundo as Condições de Vida determina-se pela percentagem de ADP que tem rendimento inferior ao estabelecido pela linha de pobreza segundo o nível de privação médio.

As condições de pobreza atingem, na RLVT, contornos relevantes mas menos expressivos, por comparação com as restantes NUTS II e com a média do país, ao nível da carência económica revelada pelos agregados familiares, tendo em conta os seus níveis de rendimento. Com efeito, na região, é menos significativa a percentagem de famílias que possuem níveis de rendimento inferiores a 60% do rendimento mediano nacional, que constitui o limiar de pobreza (15,7% contra os 20,2% da média nacional, em 2000) - ver Figura 3.1.14. É claro que a menor importância relativa deste fenómeno na RLVT não significa uma menor preocupação pelo mesmo dado que uma menor percentagem de pobres pode significar, em termos absolutos, um maior número de pobres na RLVT, tendo em conta a concentração de população na região. O maior nível de desenvolvimento económico, a densidade do tecido produtivo e a estrutura mais qualificada de recursos humanos da região explicam, em grande medida, este registo relativo favorável, não obstante os níveis de envelhecimento populacional e de desemprego, associados, normalmente, a níveis mais baixos de rendimento, serem superiores à média nacional. O menor recurso na região às prestações do rendimento mínimo garantido ou do rendimento social de inserção comprova, também, esta situação relativa mais favorável ao nível do índice de pobreza, segundo o rendimento.

Do ponto de vista da carência das condições de vida que asseguram a manutenção de um nível de vida dignificante, designadamente no que concerne a condições adequadas de alojamento, bens de equipamento e meios de transporte, é possível verificar que o peso das famílias em situação de privação de condições de vida adequadas, na RLVT, é relativamente elevado, posicionando-se inclusivamente ligeiramente acima da média nacional (27,9% contra 27,6%, em 2000) - ver Figura 3.1.15.

Deste modo, verifica-se que a intensidade das condições de pobreza na RLVT é mais expressiva, face ao panorama nacional, no que concerne às condições de vida dos agregados familiares, em resultado, fundamentalmente, do modo de vida predominantemente urbano, exigente e sofisticado da região, no qual a possibilidade de reunir condições básicas de vida adequadas é bastante mais complexa, em face dos preços claramente mais elevados da habitação, dos gastos superiores em transportes, associados à mobilidade intra-urbana, diariamente dos centros de residência para os centros de emprego, sobretudo do concelho de Lisboa, e da menor importância do auto-consumo, que permite diminuir a carga sobre as despesas alimentares familiares, ligada a um modo de vida preponderantemente urbano. Já em termos de rendimento, o maior nível de desenvolvimento económico e de criação de riqueza por parte da região explicam o seu registo favorável de incidência da pobreza, abaixo de todas as outras NUTS II e da média nacional.

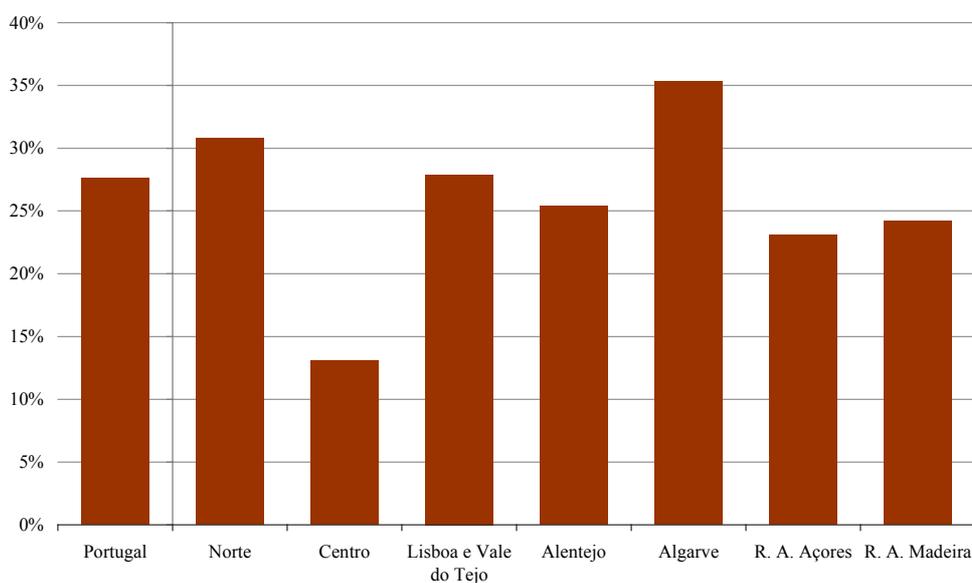
**FIGURA 3.1.14 – ÍNDICE DE POBREZA SEGUNDO O RENDIMENTO (2000)**



Nota: Índice de pobreza segundo o rendimento = % de agregados domésticos privados com rendimento inferior ao estabelecido pela linha de pobreza segundo o rendimento.

Fonte: INE (2004), Pobreza e Exclusão Social nas Famílias com Idosos em Portugal

**FIGURA 3.1.15 – ÍNDICE DE POBREZA SEGUNDO AS CONDIÇÕES DE VIDA (2000)**



Nota: Índice de pobreza segundo as condições de vida = % de agregados domésticos privados com rendimento inferior ao estabelecido pela linha de pobreza segundo o nível de privação médio.

Fonte: INE (2004), Pobreza e Exclusão Social nas Famílias com Idosos em Portugal

### 3.2. MODELO DE COESÃO: A ARTICULAÇÃO ENTRE AS ESFERAS ECONÓMICA E SOCIAL

*A região de Lisboa e Vale do Tejo evidencia, no contexto europeu, uma taxa de desemprego e um peso do desemprego de longa duração no desemprego total inferiores à média da UE25. A nível nacional, o posicionamento da região já não é tão favorável, situando-se a sua taxa de desemprego acima da média do país, ainda que a trajectória desenhada pela RLVT, neste domínio, ao longo dos anos 90, tenha sido mais favorável do que a apresentada pelo país, no seu todo. Os registos, sobretudo, da Lezíria do Tejo e da Península de Setúbal, ainda que reportando a evoluções inversas na década de 90, em favor desta última sub-região, explicam, em grande medida, a posição da RLVT em matéria de taxa de desemprego. Relevo para o peso relativo menos expressivo do desemprego feminino e, inversamente, para a superior importância relativa do desemprego dos mais velhos e do desemprego qualificado.*

*Destaque, também, em termos relativos, para o registo bastante favorável da RLVT em matéria de abandono escolar, posicionado claramente abaixo de todas as outras NUTS II nacionais e da média do país, com relevo particular, face ao que foi referido anteriormente a propósito da estrutura de recursos humanos da região, para o posicionamento específico, a este nível, da Área Metropolitana de Lisboa.*

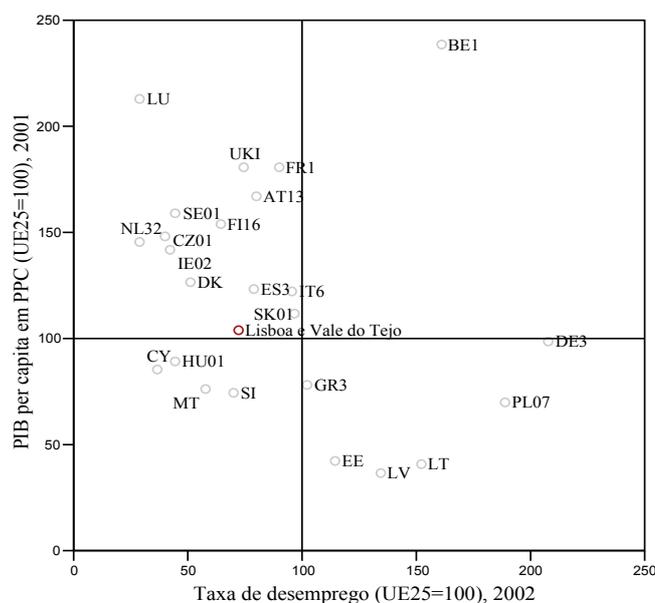
*Do ponto de vista do cruzamento dos ganhos de produtividade induzidos pelos avanços em matéria de perfil de especialização produtiva com a variação do desemprego e as alterações registadas ao nível dos mercados de trabalho, podemos dizer, no essencial, que o posicionamento específico da RLVT, no contexto nacional, é bastante favorável, combinando ganhos importantes de produtividade pela via da especialização (constituindo, neste domínio, a única região nacional com um registo favorável) com uma situação relativamente inalterada em matéria de desemprego, quando se comparam as situações de partida e de chegada reportadas ao período de análise considerado (1991-2001). Ao nível intra-regional, destaque para os ganhos de produtividade da Grande Lisboa e da Lezíria do Tejo, ainda que, no caso particular desta última sub-região, esta evolução tenha significado um aumento forte do desemprego nos anos 90.*

Analisados os resultados fundamentais em matéria de coesão económica e social do modelo de desenvolvimento português e, especificamente, da região de Lisboa e Vale do Tejo, importa, agora, caracterizar o seu modelo de coesão, em termos do nível e forma de articulação entre os progressos registados em matéria de competitividade e coesão económica e a evolução da coesão social, constituindo os mercados de trabalho regionais e, designadamente, o cruzamento dos resultados do seu funcionamento com a mudança progressiva do perfil regional de especialização produtiva espaços privilegiados de avaliação desta interacção.

Deste modo, no que concerne, em primeiro lugar, ao posicionamento da região de Lisboa e Vale do Tejo, no contexto europeu, em termos da relação que estabelece entre o seu nível de PIB *per capita* e a sua taxa de desemprego, é possível observar que a RLVT se coloca favoravelmente, em 2001, em termos dos seus níveis de PIB *per capita*, tal como havia sido anteriormente destacado, dado se posicionar ligeiramente acima da média da UE25, evidenciando, também, um posicionamento atractivo em termos da sua taxa de desemprego, dado esta ser inferior à média da UE25 (cerca de 9%, em 2002) - ver Figura 3.2.1.

É de referir, de igual forma, que a região evidencia, face a regiões com níveis de PIB *per capita* muito aproximados, como é o caso de Berlim, taxas de desemprego consideravelmente inferiores. Por outro lado, alguns dos mais recentes Estados Membros da União Europeia registam, face à região de Lisboa e Vale do Tejo, taxas de desemprego menos gravosas, como é o caso de Praga (República Checa), Közép-Magyarország (Hungria), Malta e Chipre.

**FIGURA 3.2.1 – PIB PER CAPITA E TAXA DE DESEMPREGO: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



Legenda		
BE1-Reg. Bruxelles-Cap./Brussels Hfdst. Gew.	LU-Luxembourg (Grand-Duché)	EE-Eesti
DK-Danmark	NL32-Noord-Holland	HU01-Közép-Magyarország
DE3-Berlin	AT13-Wien	LT-Lietuva
GR3-Attiki	PT13-Lisboa e Vale do Tejo	LV-Latvija
ES3-Comunidad de Madrid	FI16-Uusimaa (Suuralue)	MT-Malta
FR1-Île de France	SE01-Stockholm	PL07-Mazowieckie
IE02-Southern and Eastern	UKI-London	SI-Slovenija
IT6-Lazio	CY-Kypros	SK01-Bratislavský
	CZ01-Praha	

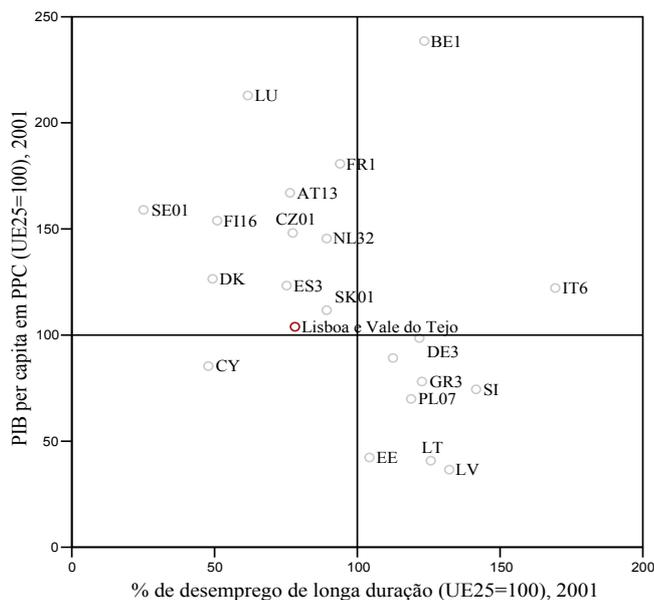
Nota: Taxa de desemprego da UE25 (2002) = 9%.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

Ao tomarem-se em consideração os níveis de desemprego de longa duração exibidos pela região de Lisboa e Vale do Tejo e pelas regiões europeias seleccionadas como equiparáveis, observa-se que a RLVT evidencia, em 2001, um posicionamento favorável no contexto europeu, dado colocar-se abaixo do peso médio do desemprego de longa duração registado na UE25. Deste modo, a região evidencia uma menor expressividade do desemprego de carácter estrutural, associado, geralmente, a problemas mais gritantes de coesão e integração social, dado afectar particularmente os trabalhadores com défices de habilitações e qualificações, bem como os trabalhadores mais idosos.

A taxa de desemprego de longa duração registada pela região de Lisboa e Vale do Tejo, no ano 2001, aproxima-se da região da Comunidade de Madrid, de Praga e de Viena, evidenciando todas estas regiões níveis de PIB *per capita* mais acentuados que a RLVT - ver Figura 3.2.2.

**FIGURA 3.2.2 – PIB PER CAPITA E DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO:  
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



Legenda

BE1-Reg. Bruxelles-Cap./Brussels Hfdst. Gew.	LU-Luxembourg (Grand-Duché)	EE-Eesti
DK-Danmark	NL32-Noord-Holland	HU01-Közép-Magyarország
DE3-Berlin	AT13-Wien	LT-Lietuva
GR3-Atiki	PT13-Lisboa e Vale do Tejo	LV-Latvija
ES3-Comunidad de Madrid	FI16-Uusimaa (Suuralue)	MT-Malta
FR1-Île de France	SE01-Stockholm	PL07-Mazowieckie
IE02-Southern and Eastern	UK1-London	SI-Slovenija
IT6-Lazio	CY-Kypros	SK01-Bratislavský
	CZ01-Praha	

Nota: % de desemprego de longa duração na UE25 (2001) = 44,7%.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

No contexto nacional, o posicionamento da RLVT, em termos de taxa de desemprego, é, pelo contrário, desfavorável, situando-se, em 2001, acima da média nacional. No entanto, a trajectória desenhada pela região, ao longo da década de 90, foi mais favorável que a trajectória do país, na medida em que a subida ligeira na taxa de desemprego evidenciada pela região foi inferior ao aumento da taxa de desemprego nacional - ver Figura 3.2.3.

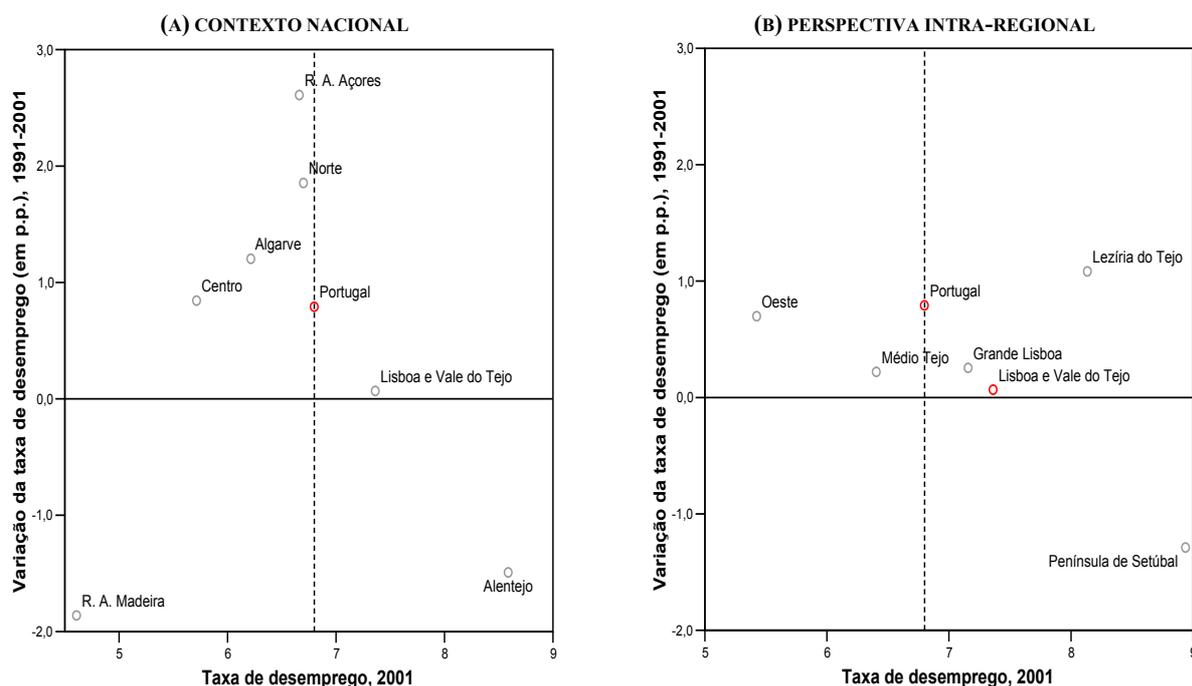
Perante o posicionamento desfavorável, em matéria de desemprego, da RLVT face ao país, compreende-se que um dos principais objectivos estratégicos para o desenvolvimento da região, para o período 2000-2006, o qual constitui uma das prioridades do Programa Operacional da Região, seja a qualificação dos recursos humanos e a promoção da empregabilidade, de forma a ultrapassar os problemas colocados pelo desemprego. Com efeito, apesar da RLVT apresentar uma estrutura habilitacional de recursos humanos mais favorável que a média nacional, assinalam-se na região importantes debilidades no domínio do desemprego.

Do ponto de vista da análise intra-regional, é possível apontar as NUTS III Península de Setúbal, Lezíria do Tejo e Grande Lisboa como as sub-regiões com as taxas de desemprego mais gravosas, com registos, em 2001, acima da média nacional - as duas primeiras posicionam-se mesmo acima da média regional, com o desemprego decorrente de processos de reestruturação industrial e ajustamento competitivo, no

primeiro caso, e o elevado desemprego agrícola, na segunda situação, a explicarem, em grande medida, estes dois registos. No seio das NUTS III com taxas de desemprego mais elevadas na região de Lisboa e Vale do Tejo, apenas a Península de Setúbal desenhou, ao longo da década de 90, uma evolução descendente da taxa de desemprego.

Por oposição, as NUTS III Oeste e Médio Tejo evidenciam taxas de desemprego inferiores à média nacional. No que se refere ao padrão evolutivo da taxa de desemprego, ao longo do período 1991-2001, ambas as sub-regiões registam aumentos da taxa de desemprego, evidenciando, contudo, uma trajectória relativa mais atractiva que o espaço nacional.

**FIGURA 3.2.3 – TAXA DE DESEMPREGO E VARIAÇÃO DO DESEMPREGO NOS ANOS 90:  
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL**

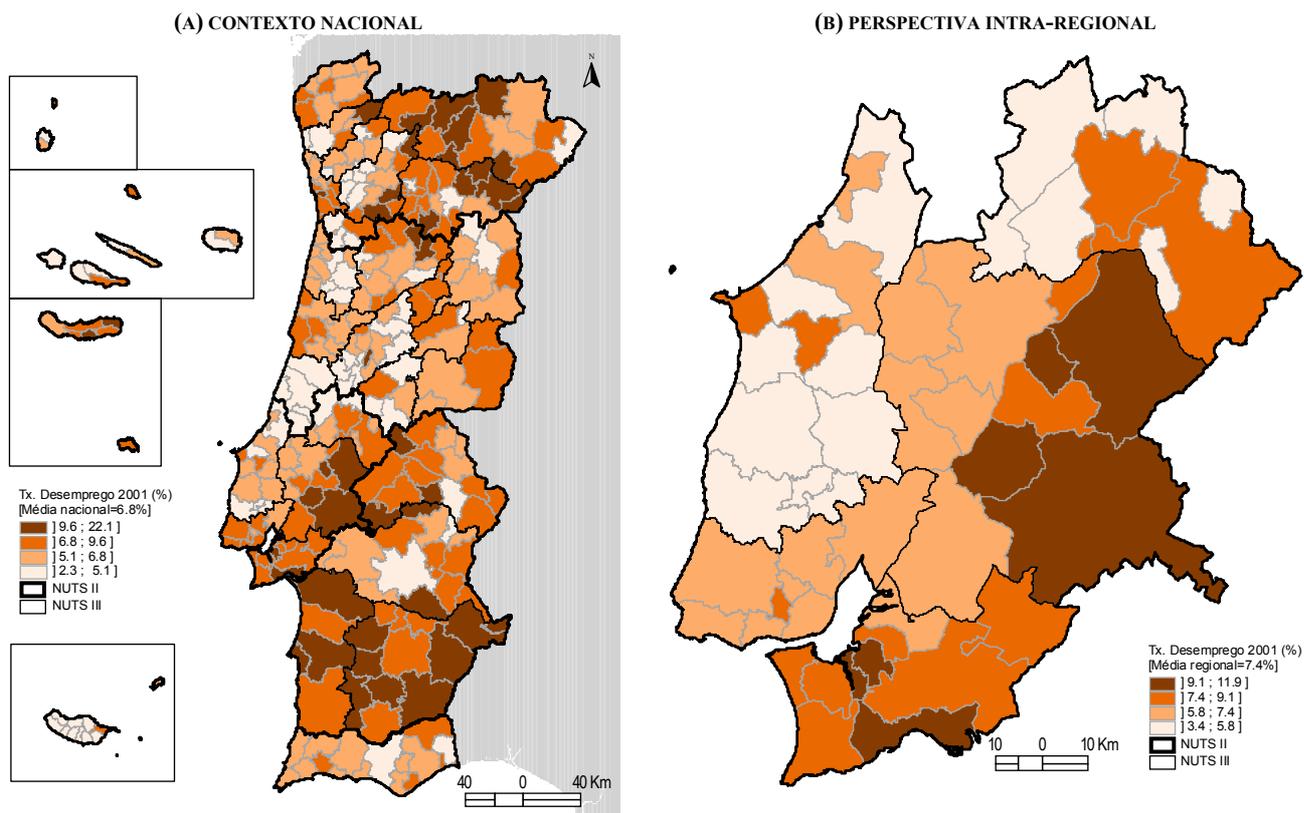


Nota: A taxa de desemprego apresentada nesta figura, que tem como fonte de informação os recenseamentos da população, reporta-se ao conceito de desemprego em sentido lato, que, no essencial, deriva do conceito de desemprego em sentido estrito, utilizado, por exemplo, no inquérito ao emprego, pelo facto de considerar também como desempregados os indivíduos que não desenvolvem iniciativas de procura de emprego, independentemente do seu formato. Por referência, a taxa de desemprego em sentido estrito, proveniente do inquérito ao emprego, em 2001 (média anual), é de 4% para Portugal e de 5,2% p/ a RLVT.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

A análise da taxa de desemprego na região de Lisboa e Vale do Tejo, segundo uma perspectiva concelhia, permite detectar diversas disparidades intra-regionais, dada a heterogeneidade das taxas de desemprego concelhias assinaladas - ver Figura 3.2.4. Deste modo, os concelhos com registos mais gravosos de taxas de desemprego, em 2001, eram Salvaterra de Magos, Coruche, Alpiarça e Chamusca, na Lezíria do Tejo, e Moita, Setúbal e Barreiro, na Península de Setúbal, todos com taxas de desemprego acima de 9,5%. Por oposição, as taxas de desemprego mais reduzidas assinalavam-se nos concelhos de Alcobaça, Óbidos, Mafra, Arruda dos Vinhos e Sobral de Monte Agraço, no Oeste, e de Vila Nova de Ourém e Ferreira do Zêzere, no Médio Tejo, todos com registos abaixo de 4,9%.

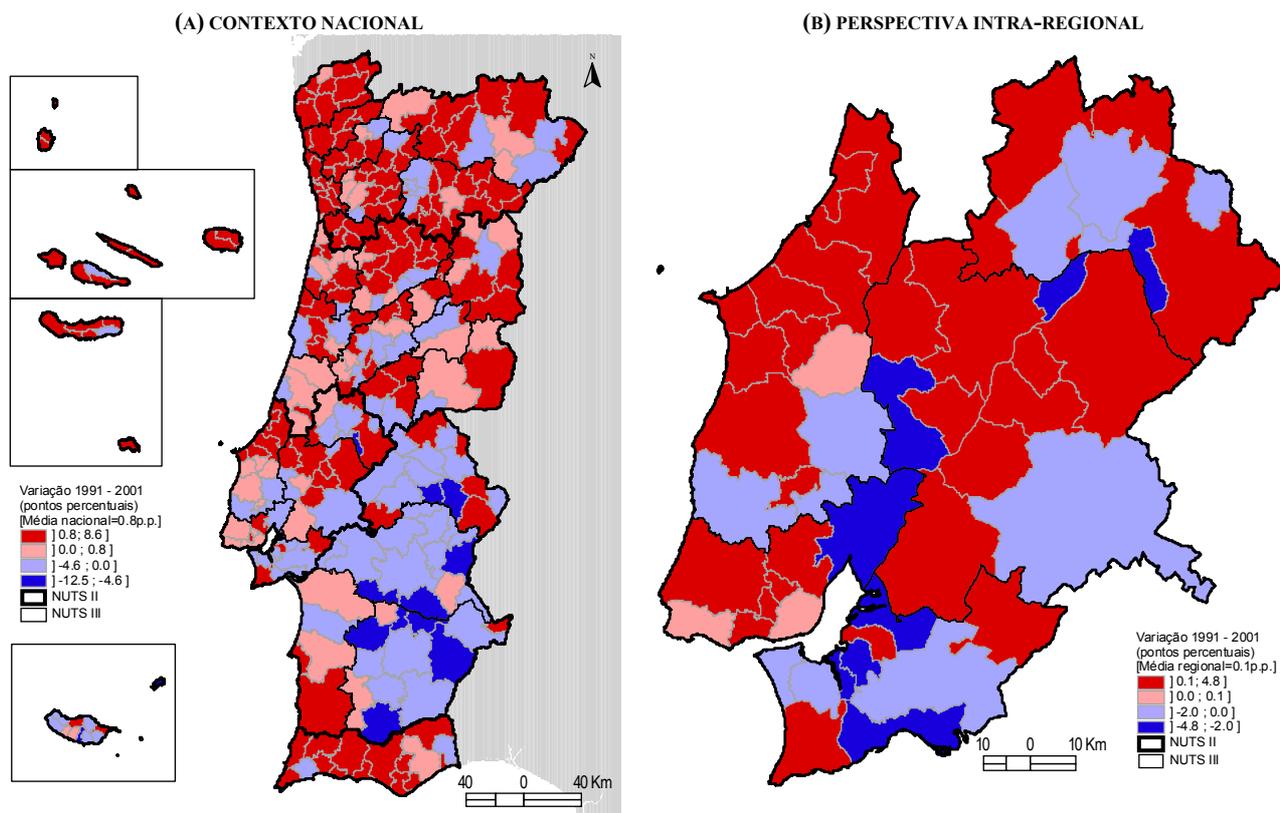
FIGURA 3.2.4 - TAXA DE DESEMPREGO: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

Do ponto de vista das trajetórias concelhias relativas à evolução da taxa de desemprego, na década de 90, no seio da região de Lisboa e Vale do Tejo, as disparidades detectadas são também consideráveis - ver Figura 3.2.5. Deste modo, os concelhos que desenharam evoluções ascendentes mais preocupantes das taxas de desemprego foram Alpiarça, Salvaterra de Magos, Chamusca e Almeirim, na Lezíria do Tejo, todos com variações positivas das taxas de desemprego acima de 3%. Por oposição, as evoluções descendentes mais acentuadas nas taxas de desemprego, ao longo da década de 90, foram assinaladas nos concelhos de Constância, no Médio Tejo, Golegã, na Lezíria do Tejo, Vila Franca de Xira, na Grande Lisboa, e Moita, Alcochete, Setúbal e Barreiro, na Península de Setúbal, concelhos com quebras nas taxas de desemprego superiores a 2%.

FIGURA 3.2.5 - VARIACÃO DO DESEMPREGO NOS ANOS 90: PERSPECTIVA CONCELHIA

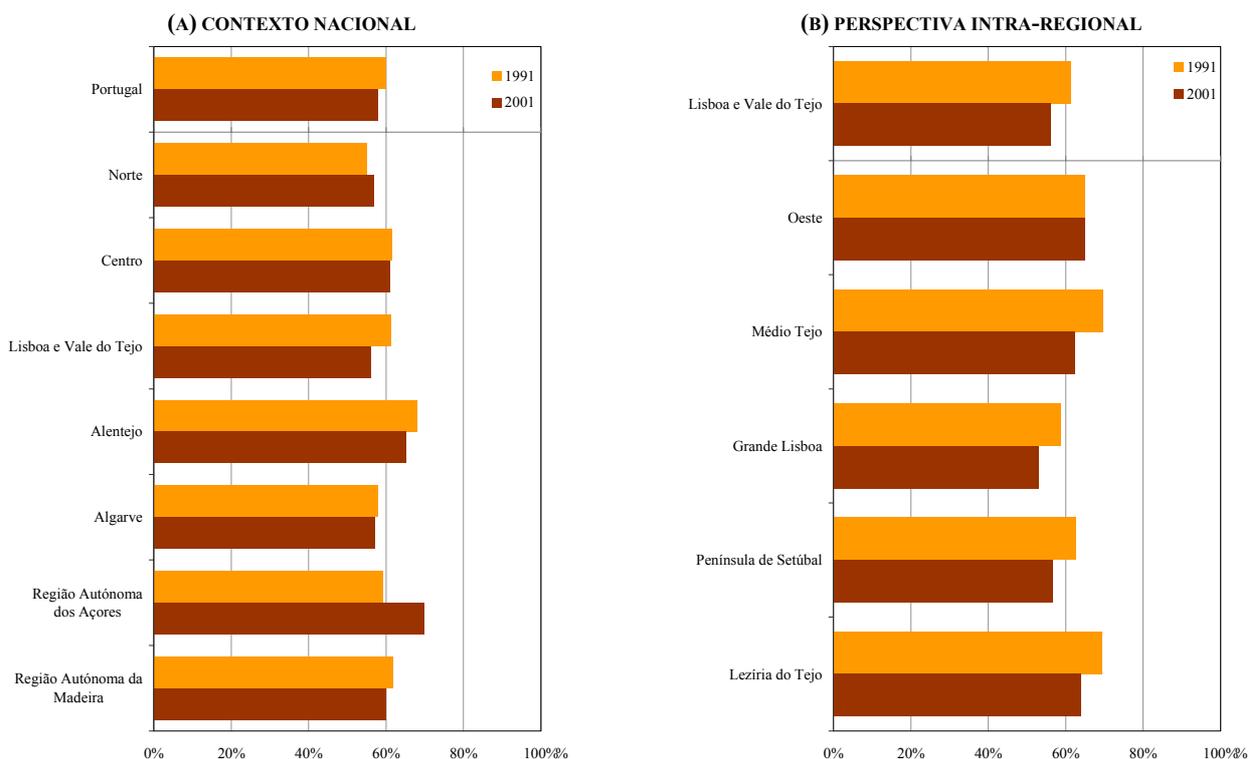


Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

Os níveis de desemprego tendem a afectar com mais intensidade o sexo feminino, sendo possível verificar que, em 2001, o mesmo era responsável por cerca de 57,9% do desemprego no espaço nacional (60%, em 1991). Na RLVT, à semelhança do que se verifica no panorama nacional, são as mulheres as principais afectadas pelo desemprego; contudo, este comportamento assume contornos menos expressivos na região (56%), o que tem a ver, basicamente, com os novos modelos de vida urbanos, com a crescente participação das mulheres nos mercados de trabalho, com a qualidade e sofisticação do perfil de especialização produtiva e da estrutura de recursos humanos da região e, em termos globais, com o seu nível de desenvolvimento económico - ver Figura 3.2.6. Aliás, o reforço da difusão dos novos modelos de urbanização está associado directamente à tendência de redução deste peso, registada, ao longo dos anos 90, quer no país, quer na RLVT.

Do ponto de vista intra-regional, todas as NUTS III, à excepção do Oeste, acompanharam, ao longo da última década, a tendência nacional de redução do peso do desemprego do sexo feminino. Em 2001, são as sub-regiões Grande Lisboa e Península de Setúbal que evidenciam uma menor expressividade dos níveis de desemprego afectos ao sexo feminino. A primeira é mesmo a única sub-região a registar um peso do desemprego feminino inferior ao da média regional.

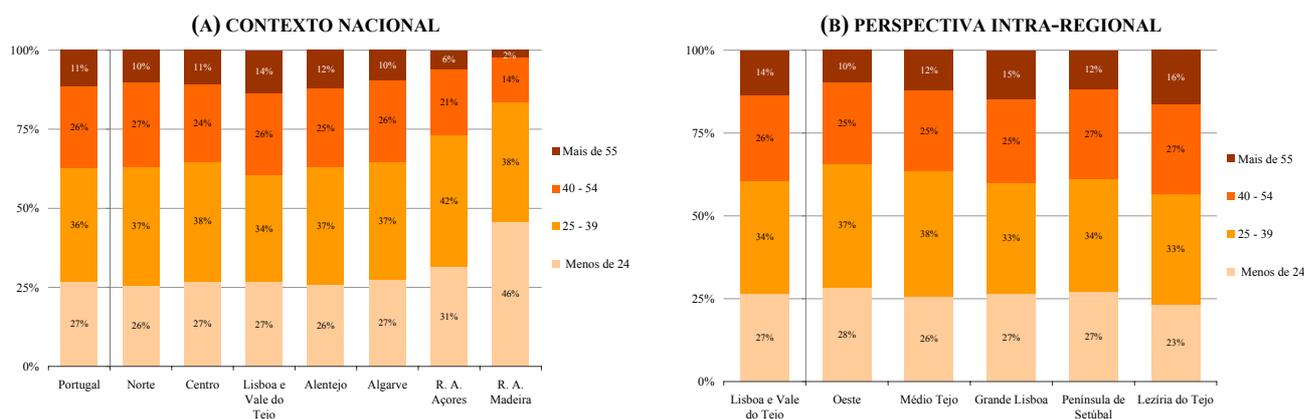
**FIGURA 3.2.6 – DESEMPREGO FEMININO NOS ANOS 90:  
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL**



Nota: % do desemprego feminino no total do desemprego.

Fonte: INE, Censos

**FIGURA 3.2.7 – ESTRUTURA DO DESEMPREGO POR ESCALÃO ETÁRIO:  
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL (2001)**



Fonte: INE, Censos

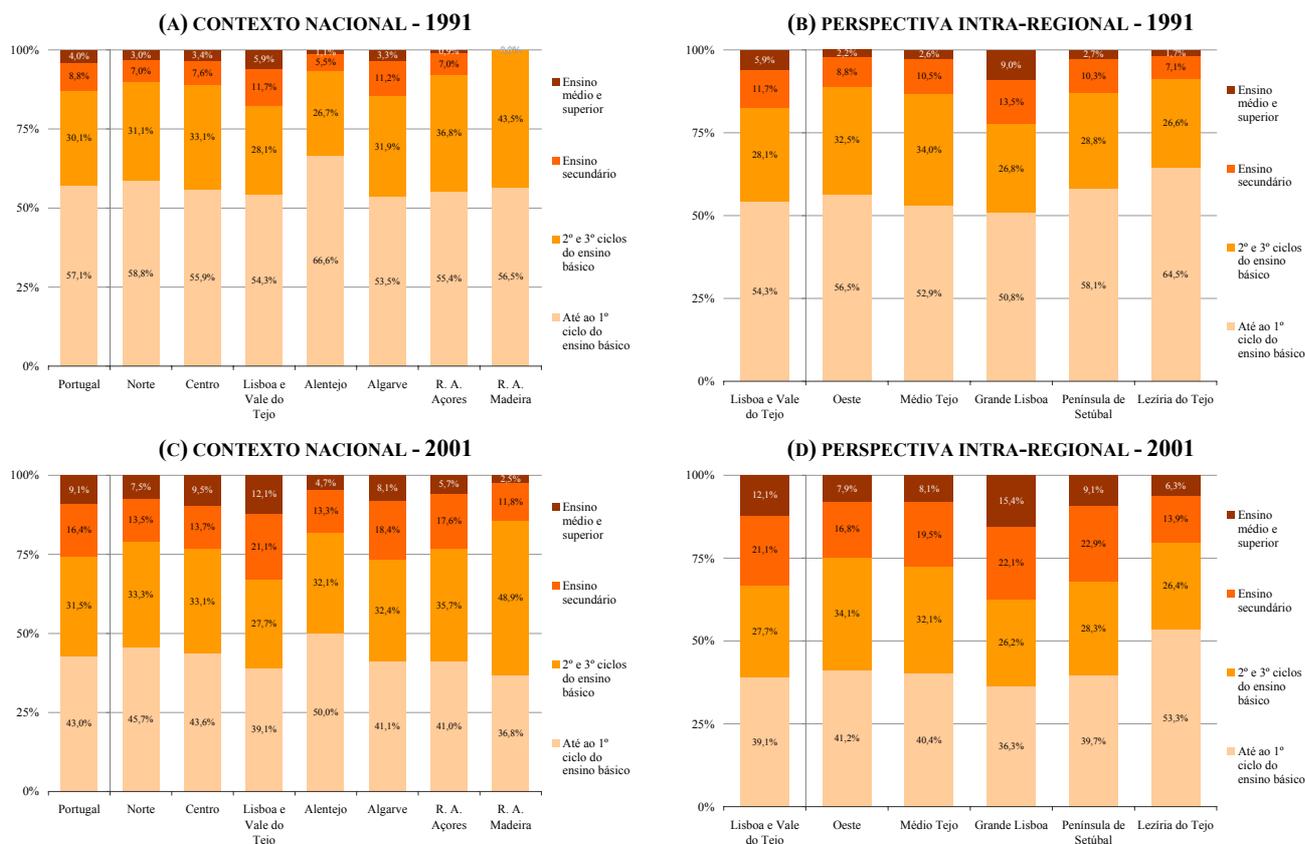
A estrutura do desemprego por escalões etários, na RLVT, apresenta, face à média nacional, em 2001, um peso mais expressivo - constituindo o mais elevado do país - do desemprego afecto aos recursos humanos com idade mais avançada (acima de 55 anos), bem como uma importância, em contrapartida, mais ténue do desemprego no escalão etário dos 25 aos 39 anos - ver Figura 3.2.7.

Ao nível intra-regional, destaca-se, em 2001, a NUTS III Lezíria do Tejo como a sub-região com menor importância relativa de desempregados na faixa etária mais jovem, 23% (contra os 27% da média nacional e regional), por contrapartida de um peso mais expressivo dos desempregados com idades mais elevadas, 16%, superando o peso médio nacional e regional, respectivamente de 11% e 14%. O peso dos desempregados mais velhos é também bastante relevante na Grande Lisboa (15%), sendo, pelo contrário, mais baixo no Oeste (10%), com um peso inclusivamente inferior à média do país. Esta sub-região evidencia, em contraponto, em conjunto com o Médio Tejo, um peso mais elevado, relativamente não só à média regional, mas também à nacional, dos desempregados do escalão etário entre os 25 e 39 anos.

Por outro lado, a importância relativa do desemprego entre os recursos humanos com níveis habilitacionais inferiores, não obstante ter decrescido, de forma clara, ao longo dos anos 90, é ainda, em 2001, bastante elevada, continuando a constituir a maior parcela de desemprego em Portugal e, mais especificamente, na RLVT e suas sub-regiões, facto que coloca dificuldades aos processos de reconversão profissional. Em contraponto, o peso do desemprego que afecta os recursos humanos com ensino secundário, médio e superior tem vindo a aumentar fortemente, em qualquer dos espaços geográficos considerados. Comparando, a este nível, a RLVT com a média nacional, verifica-se que o peso do desemprego menos qualificado é inferior (39,1% contra 43%, em 2001), por contrapartida do desemprego mais qualificado, que é mais elevado (33,2% contra 25,5%, considerando o ensino secundário em conjunto com o ensino médio e superior) - ver Figura 3.2.8.

Do ponto de vista intra-regional, destaque para a Grande Lisboa, que constitui, em 2001, a única sub-região da RLVT, por comparação com a média regional, com um peso relativo inferior do desemprego entre os recursos humanos com níveis de habilitações até ao 3º ciclo e um peso relativo superior do desemprego entre os recursos humanos mais qualificados, considerando, em conjunto, os ensinos secundário, médio e superior.

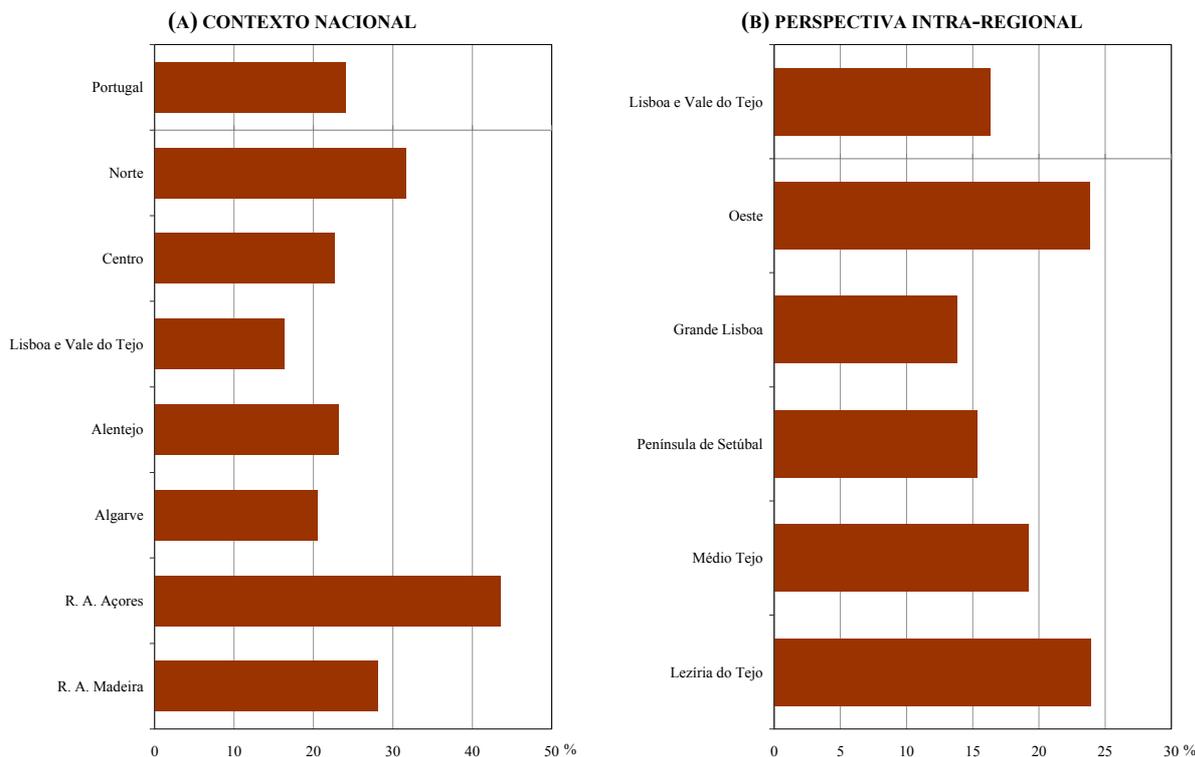
**FIGURA 3.2.8 –ESTRUTURA DO DESEMPREGO POR NÍVEIS DE HABILITAÇÃO NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL (2001)**



Fonte: INE, Censos

Destaque, também, em termos relativos, para o registo bastante favorável, em 2001, da RLVT em matéria de abandono escolar, situado claramente abaixo de todas as outras NUTS II nacionais e da média do país, com relevo particular, face ao que foi referido anteriormente a propósito da estrutura de recursos humanos da região, para o posicionamento específico, a este nível, da Área Metropolitana de Lisboa, mais favorável, ao contrário das restantes sub-regiões, do que o regional - ver Figura 3.2.9.

**FIGURA 3.2.9 – SAÍDA ANTECIPADA DO SISTEMA EDUCATIVO:  
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL (2001)**

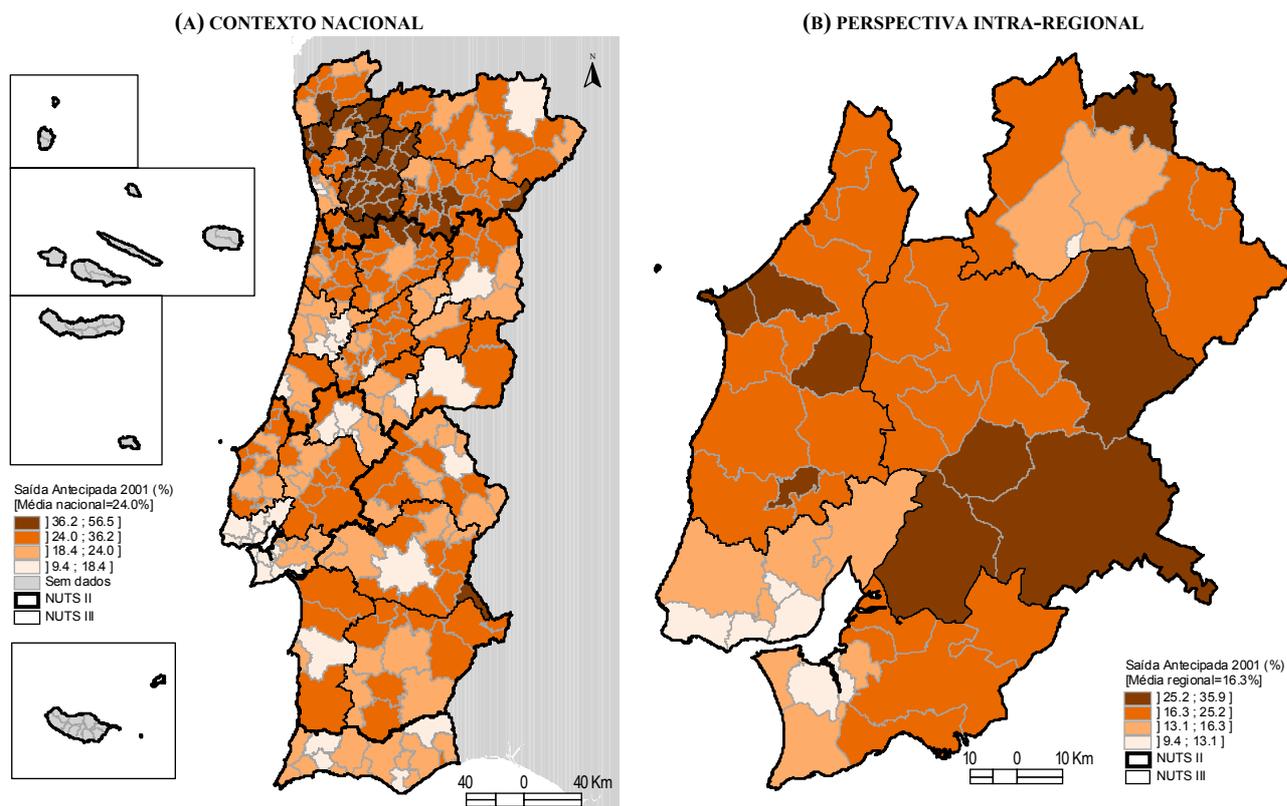


Nota: Saída antecipada = Indivíduos dos 18 aos 24 anos que saíram da escola antes de completar a escolaridade obrigatória (9º ano), por cada 100 indivíduos dos 18 aos 24 anos.

Fonte: INE, Censos

O panorama concelhio no que concerne ao indicador da saída antecipada dos jovens (18 a 24 anos) do sistema educativo antes de terminarem a escolaridade obrigatória (9º ano) permite assinalar os concelhos da Grande Lisboa e da Península de Setúbal como os que apresentam, na região, um posicionamento mais atractivo neste indicador, posicionando-se entre os melhores a nível nacional. Em situação inversa, estão os concelhos de Coruche, Benavente, Chamusca e Salvaterra de Magos, na Lezíria do Tejo, de Ferreira do Zêzere, no Médio Tejo, e de Peniche, Óbidos, Cadaval e Sobral de Monte Agraço, no Oeste - ver Figura 3.2.10.

**FIGURA 3.2.10 – SAÍDA ANTECIPADA DO SISTEMA EDUCATIVO: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)**



Nota: Saída antecipada = Indivíduos dos 18 aos 24 anos que saíram da escola antes de completar a escolaridade obrigatória (9º ano), por cada 100 indivíduos dos 18 aos 24 anos.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

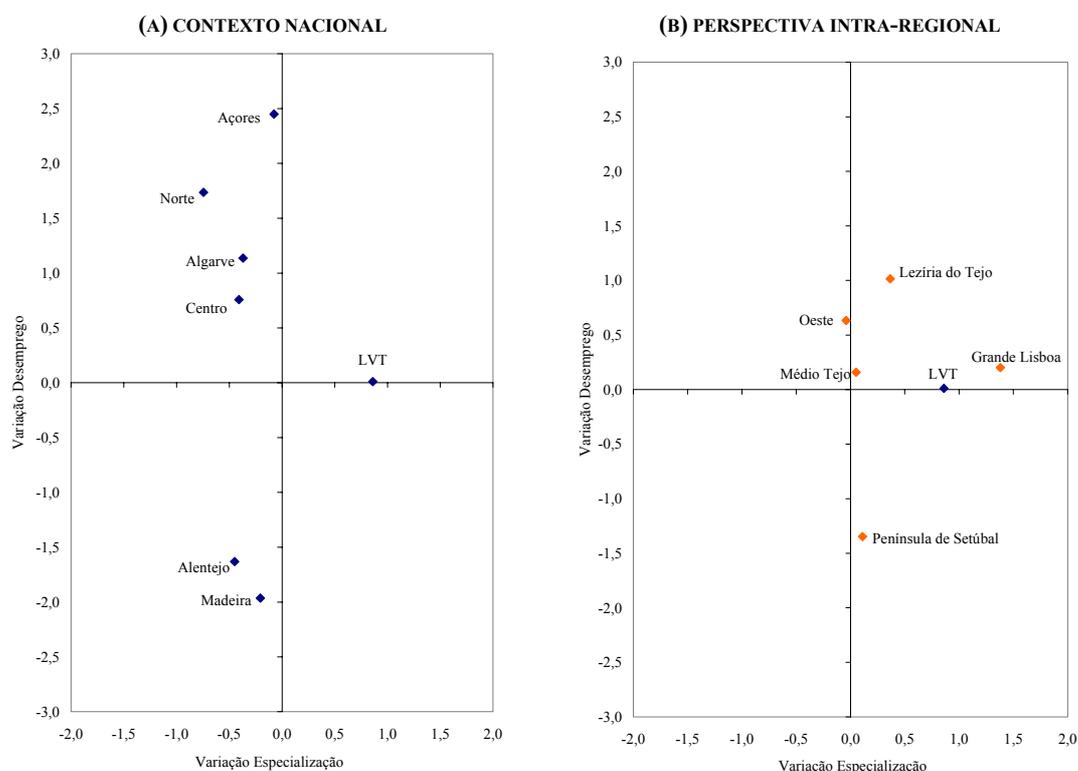
O estabelecimento de uma análise comparativa entre a variação percentual do desemprego (1991-2001) e a variação percentual da produtividade relacionada com alterações na especialização produtiva das regiões (1995-2001) permite aferir a interacção existente entre os domínios da competitividade e coesão económica e a coesão social. Neste contexto, é possível abordar se as variações nos níveis de produtividade de uma região, resultantes de alterações desenhadas no perfil de especialização produtiva, se manifestam em menor nível de desemprego (maior especialização em actividades intensivas na utilização de mão de obra) ou em maior nível de desemprego (maior especialização em actividades menos mão de obra intensivas).

A RLVT (ver Figura 3.2.11) evidencia, a este propósito, um posicionamento bastante favorável no contexto nacional, combinando ganhos importantes de produtividade pela via da progressiva especialização em actividades geradoras de maior valor acrescentado, mais intensivas em factores avançados de competitividade (constituindo, neste domínio, a única região nacional com um registo positivo), com uma situação relativamente inalterada em matéria de desemprego, quando se comparam as situações de partida e de chegada reportadas ao período de análise considerado (1991-2001). Os ganhos de produtividade resultantes da mudança da especialização, combinados com a progressão registada em matéria de eficiência produtiva, explicam a evolução positiva da produtividade na RLVT ao longo dos anos 90 - relembrar, a este nível, Figura 2.3.31.

Ao nível intra-regional, destaque para os ganhos de produtividade da Grande Lisboa e da Lezíria do Tejo, ainda que, no caso particular desta última sub-região, esta evolução tenha significado um aumento forte do desemprego nos anos 90. Relevo para a trajetória específica da Península de Setúbal, com ganhos de produtividade resultantes de alguns avanços registados em matéria de especialização produtiva (embora esta progressão não seja tão evidente como nos casos da Grande Lisboa e Lezíria do Tejo), tendo em conta, nomeadamente a importância relativa crescente, a nível industrial, da fabricação de material de transporte e de equipamento eléctrico e electrónico, actividades valorizadoras, sobretudo, da exploração de economias de escala, acompanhada de uma descida expressiva do desemprego.

As sub-regiões do Médio Tejo e Oeste posicionam-se num registo mais desfavorável, combinando aumentos do desemprego, sobretudo no segundo caso, com a inexistência de ganhos de produtividade resultantes da renovação da sua base competitiva, associada a mudanças sustentadas no seu perfil de especialização produtiva em favor de actividades geradoras de maior valor acrescentado.

**FIGURA 3.2.11 – VARIACÃO DA TAXA DE DESEMPREGO E DA ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL**



Nota: Eixo Y – Variação em pontos percentuais do desemprego, 1991-2001; Eixo X – Variação da produtividade, 1995-2001, decorrente de variação da especialização produtiva (uma variação positiva significa ganhos de produtividade resultantes de avanços na especialização produtiva e vice-versa).

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos e Contas Regionais

### 3.3. INTERACÇÃO ENTRE CONDIÇÕES E RESULTADOS DE COESÃO: UMA AVALIAÇÃO TEMÁTICA

Passa-se, em seguida, depois de apresentados os principais resultados e de descrita a trajectória seguida de coesão económica e social, decorrentes do modelo de desenvolvimento português e da RLVT, a uma análise sintética, à semelhança do que foi feito para o estudo da competitividade, das condições/determinantes da coesão regional em termos, sobretudo, da maior ou menor acessibilidade revelada por parte dos cidadãos a um conjunto variado de equipamentos colectivos existentes na região, nas áreas, designadamente, da:

- Educação
- Cultura e Lazer
- Saúde
- Acção Social
- Redes Viárias
- Ambiente.

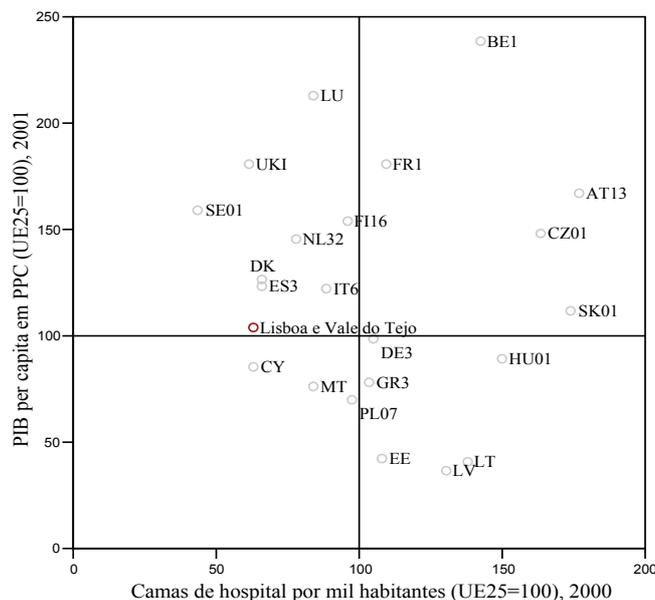
O tratamento do ambiente foi, tendo em conta as especificidades desta dimensão temática e, de alguma maneira, da análise correspondente, autonomizado de tudo o resto para um subponto próprio (ponto 3.3.2).

#### 3.3.1. Dotação e Acessibilidade aos Equipamentos

*A posição da região de Lisboa e Vale do Tejo em termos de dotação e acessibilidade a equipamentos de suporte à população residente é, ao contrário do que acontece quando se considera o referencial europeu, claramente favorável no contexto nacional, tendo em conta as potencialidades evidenciadas no acesso a equipamentos de educação, culturais e de lazer, saúde e acção social e a redes de transportes e comunicações, havendo que destacar, a este nível, os registos de maior desenvolvimento da Grande Lisboa e Península de Setúbal, manifestamente desfasados daquilo que se passa nas outras sub-regiões da RLVT.*

O posicionamento da região de Lisboa e Vale do Tejo, no contexto europeu, no campo específico da acessibilidade a equipamentos e serviços básicos de saúde, avaliando a sua dotação com base no indicador camas de hospital por mil habitantes, revela-se, em 2000, consideravelmente desfavorável. Com efeito, o registo da RLVT coloca-se claramente abaixo da média comunitária e abaixo de praticamente todas as regiões capitais utilizadas na análise (ver Figura 3.3.1). Por outro lado, é possível constatar a inexistência de uma relação linear inequívoca entre os níveis de PIB *per capita* e o número de camas de hospital por mil habitantes, isto é, parece não existir uma forte associação entre a existência de níveis mais elevados de PIB *per capita* e a existência de níveis de cobertura da população residente em termos de camas de hospital mais favoráveis.

**FIGURA 3.3.1 – PIB PER CAPITA E CAMAS DE HOSPITAL POR MIL HABITANTES:  
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



Legenda

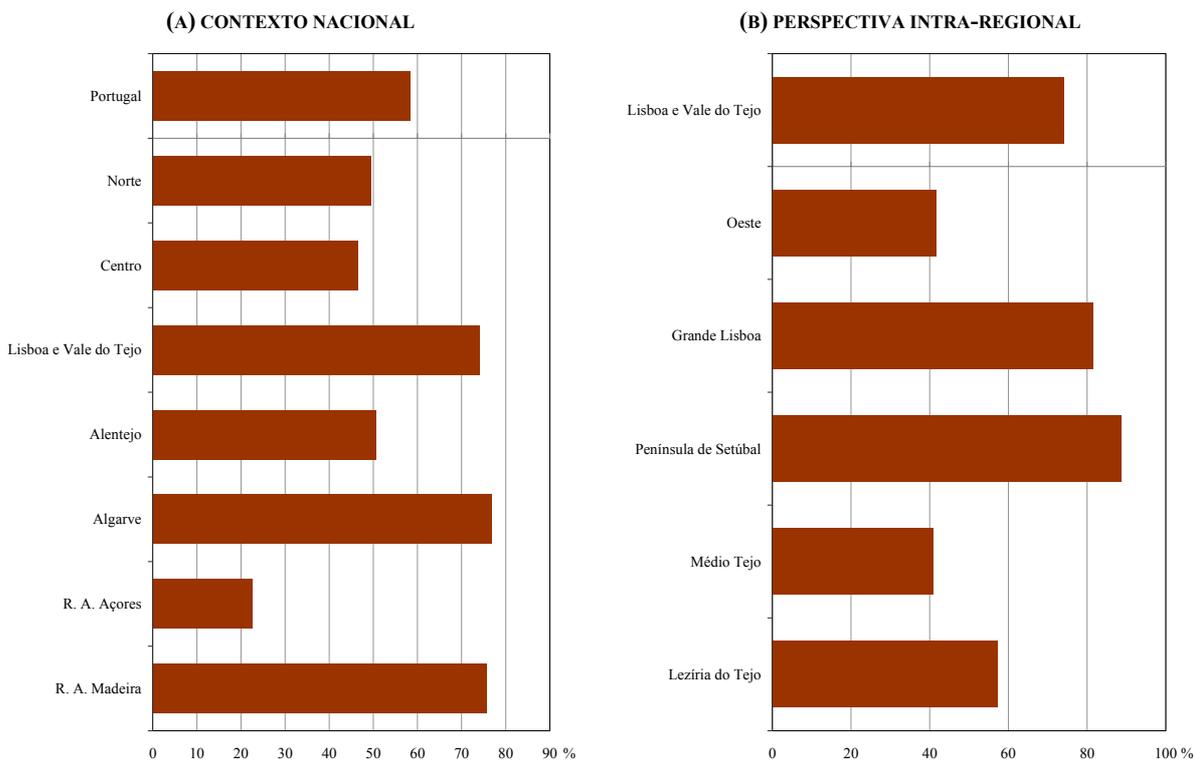
BE1-Reg. Bruxelles-Cap./Brussels Hfdst. Gew.	LU-Luxembourg (Grand-Duché)	EE-Eesti
DK-Danmark	NL32-Noord-Holland	HU01-Közép-Magyarország
DE3-Berlin	AT13-Wien	LT-Lietuva
GR3-Attiki	PT13-Lisboa e Vale do Tejo	LV-Latvija
ES3-Comunidad de Madrid	FI16-Uusimaa (Suuralue)	MT-Malta
FR1-Île de France	SE01-Stockholm	PL07-Mazowieckie
IE02-Southern and Eastern	UKI-London	SI-Slovenija
IT6-Lazio	CY-Kypros	SK01-Bratislavský
	CZ01-Praha	

Nota: Camas de hospital por mil habitantes na UE25 (2000) = 6,7.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do Eurostat (2003), Regions: Statistical Yearbook, e Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

No contexto nacional, e começando pela área da educação, verifica-se, em primeiro lugar, que a rede escolar da região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta, em termos de equipamentos de educação até ao nível de ensino secundário, uma maior cobertura da população residente em freguesias dotadas com este tipo de equipamentos, comparativamente com o espaço nacional (74,1% contra 58,3% - ver Figura 3.3.2). A nível intra-regional, as NUTS III Península de Setúbal e Grande Lisboa revelam, tal como seria de esperar, face às disparidades existentes entre as diferentes sub-regiões em matéria, nomeadamente, de desenvolvimento e criação de riqueza, de índices de urbanização e concentração de população e de perfis de qualificações dos recursos humanos, os pesos mais expressivos, acima da média regional, de população residente em freguesias com equipamentos de educação até ao nível secundário, registando as restantes sub-regiões algumas carências na oferta destes equipamentos de rede escolar.

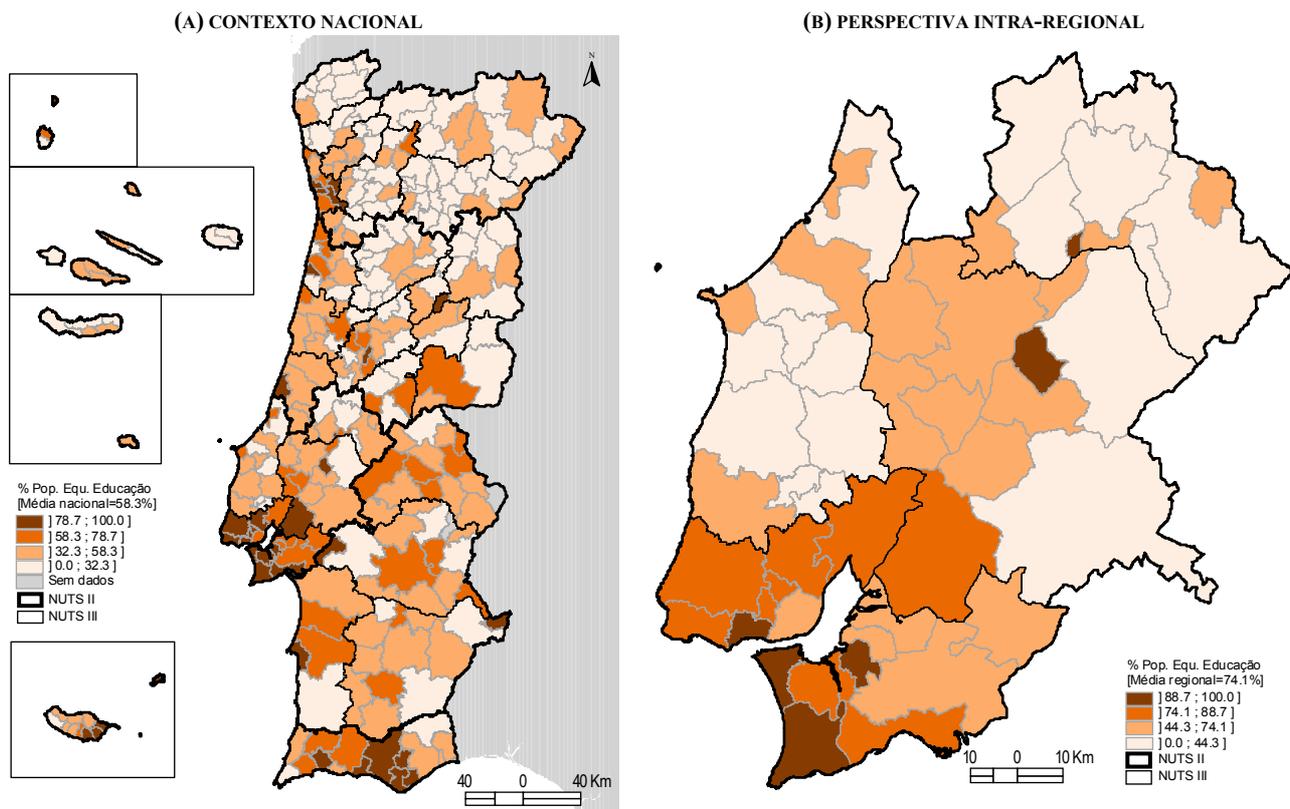
**FIGURA 3.3.2 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO ATÉ AO NÍVEL SECUNDÁRIO, EM % DO TOTAL (1998)**



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto com base em dados do INE, Inventários Municipais

Ao nível concelhio, destaque, na sequência do referido atrás, para as posições da maior parte dos concelhos da Grande Lisboa e da Península de Setúbal, quer em termos nacionais, quer regionais, com saliência particular para os registos de Oeiras, na Grande Lisboa, Almada, Sesimbra e Moita, na Península de Setúbal, Alpiarça, na Lezíria do Tejo, e do Entroncamento, no Médio Tejo - ver Figura 3.3.3.

**FIGURA 3.3.3 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO ATÉ AO NÍVEL SECUNDÁRIO, EM % DO TOTAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (1998)**

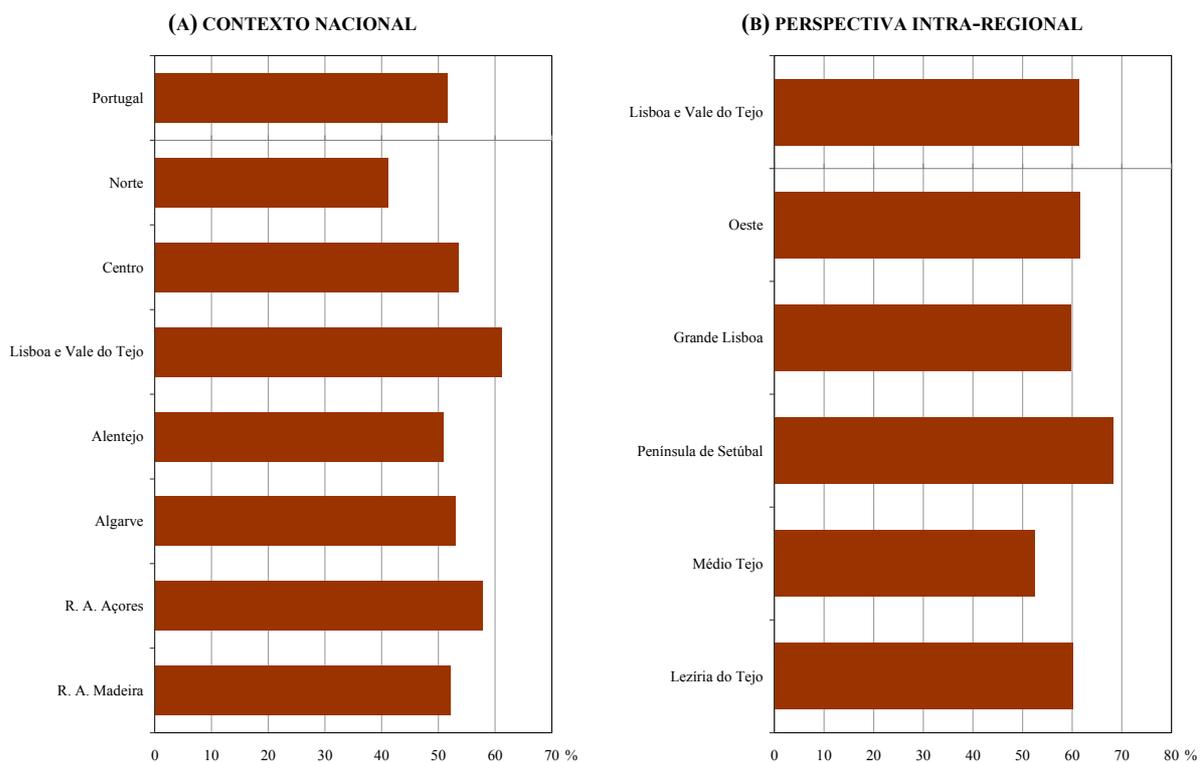


Fonte: Elaborado pela equipa de projecto com base em dados do INE, Inventários Municipais

No que concerne agora ao acesso da população da região de Lisboa e Vale do Tejo a equipamentos culturais e de lazer, designadamente bibliotecas, salões de festas, escolas de músicas, dança e outras artes, verifica-se que a posição relativa da RLVT é mais favorável, comparativamente com a média nacional e com as restantes NUTS II (61,2% contra os 51,6% da média do país - ver Figura 3.3.4), uma vez mais, no essencial, pelas razões anteriormente avançadas a propósito do acesso a equipamentos de educação.

A sub-região da Península de Setúbal evidencia, de forma destacada, a percentagem mais significativa de população residente em freguesias dotadas com este tipo de equipamentos (68,2%), situando-se claramente acima da média regional, enquanto as piores condições de acesso a equipamentos culturais e de lazer são registadas no Médio Tejo (52,3%).

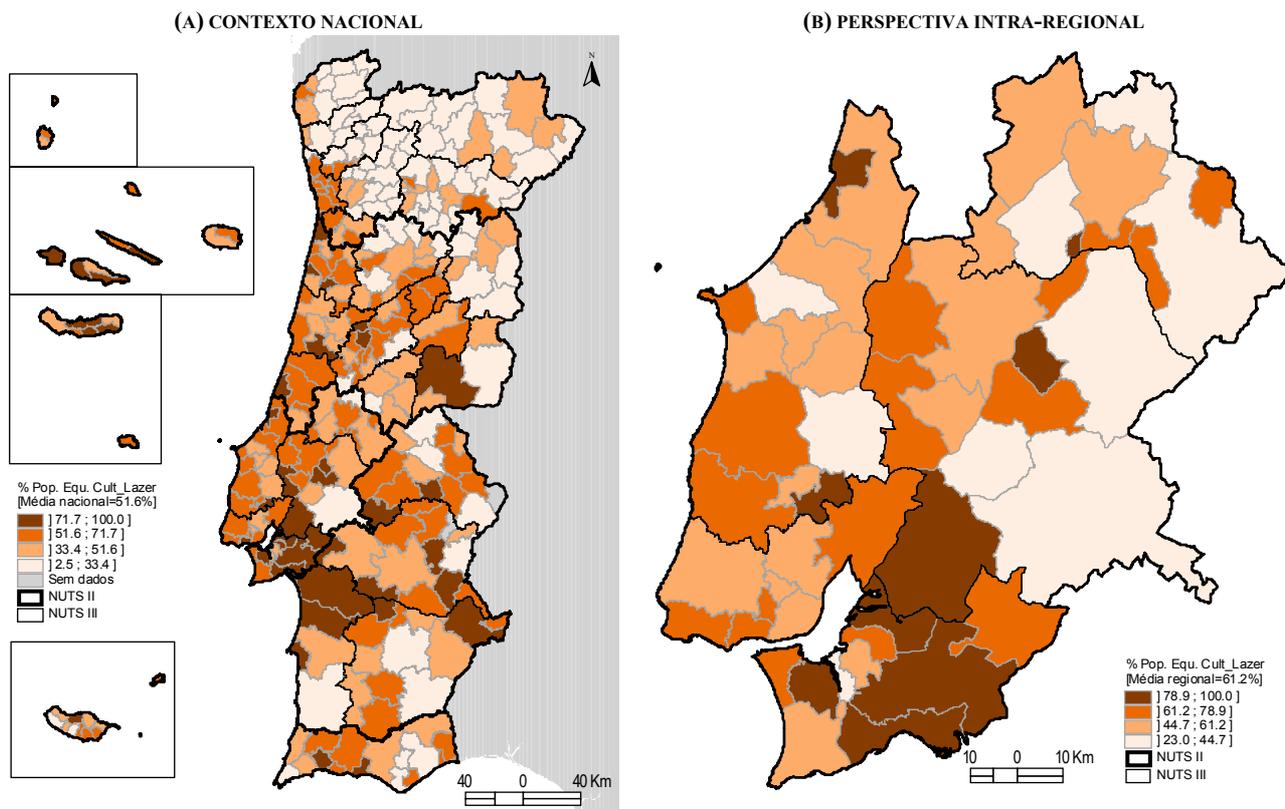
**FIGURA 3.3.4 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DE LAZER, EM % DO TOTAL (1998)**



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto com base em dados do INE, Inventários Municipais

Do ponto de vista concelhio, os pesos de população residente em freguesias equipadas com infraestruturas culturais e de lazer são mais acentuados, nomeadamente, nos concelhos de Setúbal, Palmela, Seixal e Alcochete, na Península de Setúbal, Alpiarça e Benavente, na Lezíria do Tejo, Entroncamento, no Médio Tejo, e Nazaré e Arruda dos Vinhos, no Oeste, com registos importantes quer no contexto nacional, quer no contexto da RLVT - ver Figura 3.3.5.

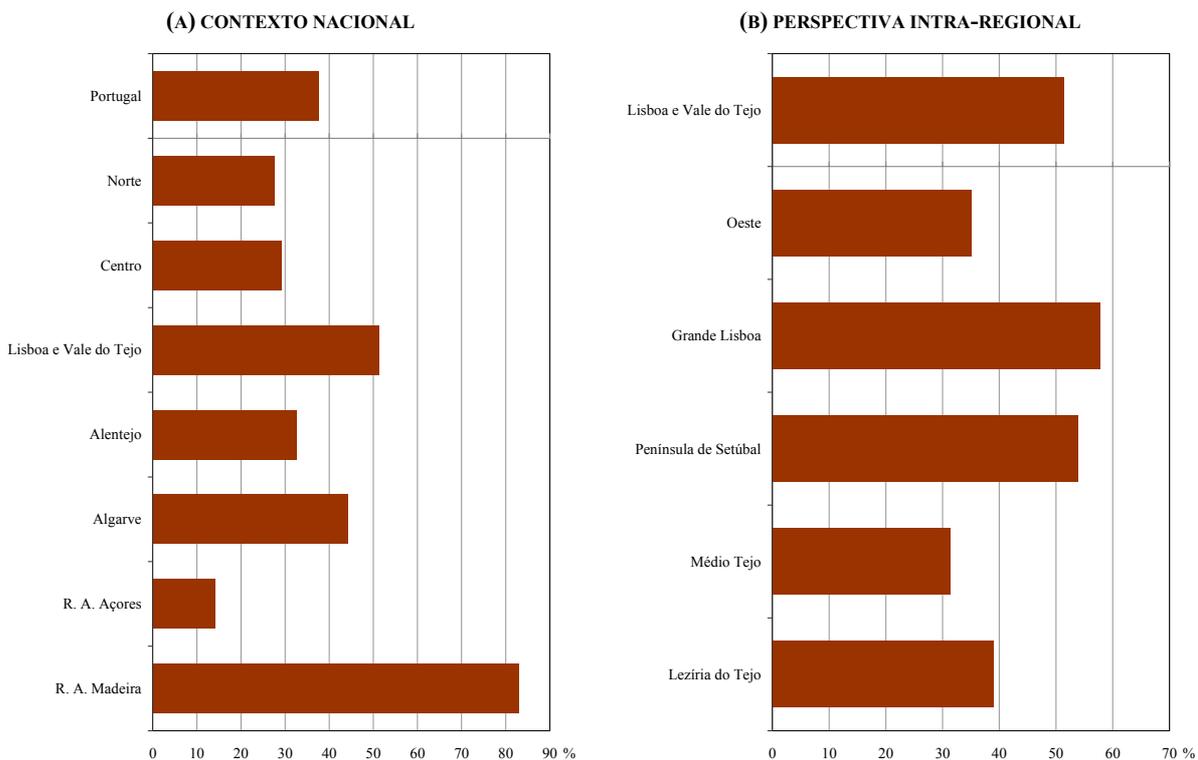
**FIGURA 3.3.5 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DE LAZER, EM % DO TOTAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (1998)**



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto com base em dados do INE, Inventários Municipais

O comportamento da região de Lisboa e Vale do Tejo, no que concerne à acessibilidade da população residente a infraestruturas de saúde, é, ao contrário do que se verifica quando se utiliza o referencial europeu, favorável no contexto nacional, tendo em conta que 51,4% da população reside em freguesias equipadas com centros de saúde, sendo o correspondente peso médio nacional de 37,7% - ver Figura 3.3.6. Destaque particular, neste domínio, para os registos da Grande Lisboa (57,8%) e, em menor grau, da Península de Setúbal (53,8%), acima da média regional, em oposição com o que se passa nas outras sub-regiões menos desenvolvidas e urbanizadas do Oeste e Vale do Tejo.

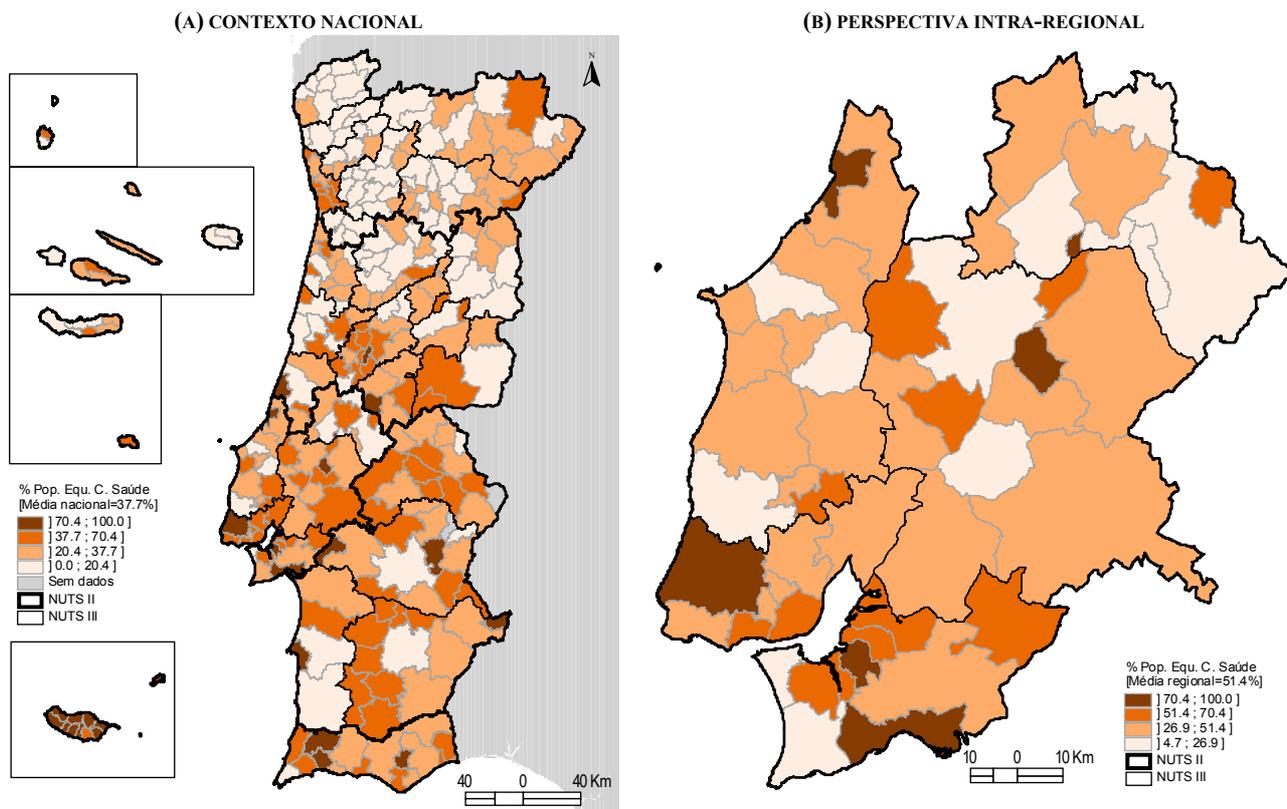
**FIGURA 3.3.6 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM CENTROS DE SAÚDE, EM % DO TOTAL (1998)**



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto com base em dados do INE, Inventários Municipais

Em termos concelhios, relevo, pelas razões atrás identificadas, para as posições destacadas, no âmbito nacional e regional, de Setúbal e Moita, na Península de Setúbal, Sintra, na Grande Lisboa, Entroncamento, no Médio Tejo, Alpiarça, na Lezíria do Tejo, e Nazaré, no Oeste - ver Figura 3.3.7.

**FIGURA 3.3.7 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM CENTROS DE SAÚDE, EM % DO TOTAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (1998)**

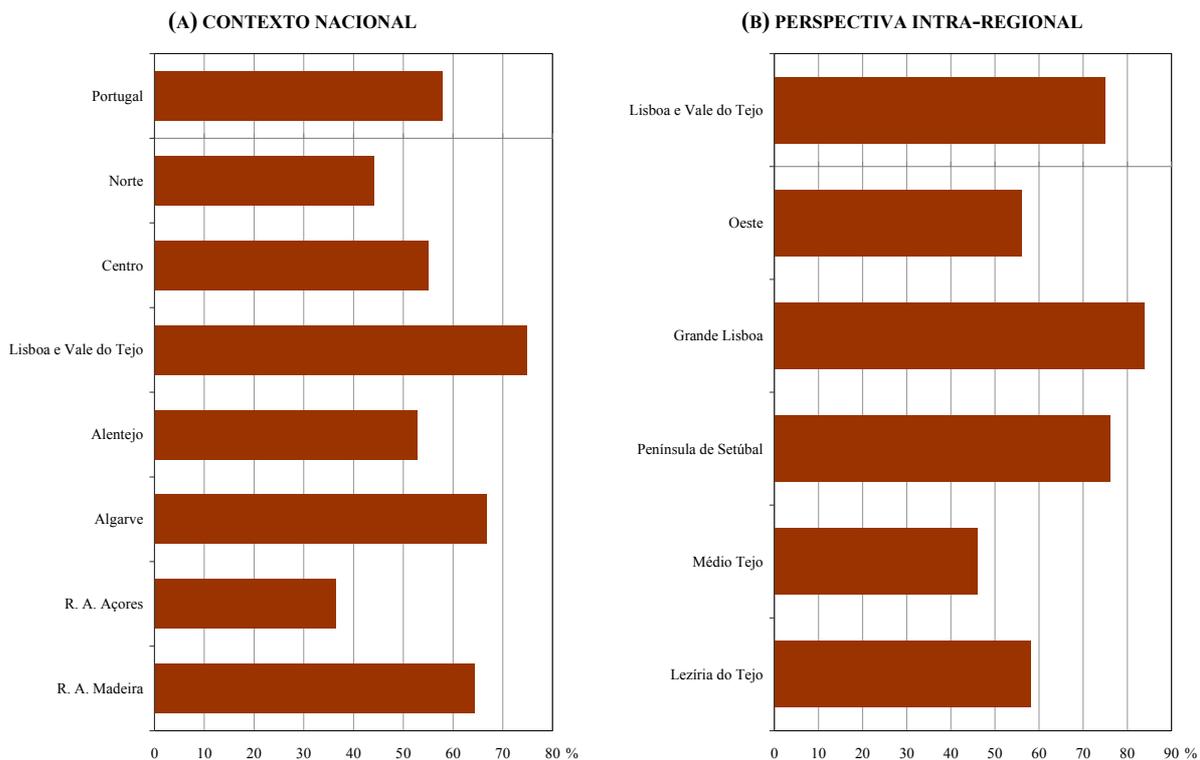


Fonte: Elaborado pela equipa de projecto com base em dados do INE, Inventários Municipais

No campo agora da acessibilidade da população residente aos equipamentos de acção social, designadamente creches e lares de idosos, a região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta, uma vez mais, um posicionamento superior à média nacional e às restantes NUTS II, tendo em conta que 74,8% da população reside em freguesias equipadas com este tipo de infraestruturas (contra 57,9% da média do país) - ver Figura 3.3.8.

Numa perspectiva intra-regional, destacam-se, claramente, as sub-regiões da Grande Lisboa (83,9%) e da Península de Setúbal (76%), com registos, ao contrário do que se passa com as restantes NUTS III da RLVT, acima da média regional.

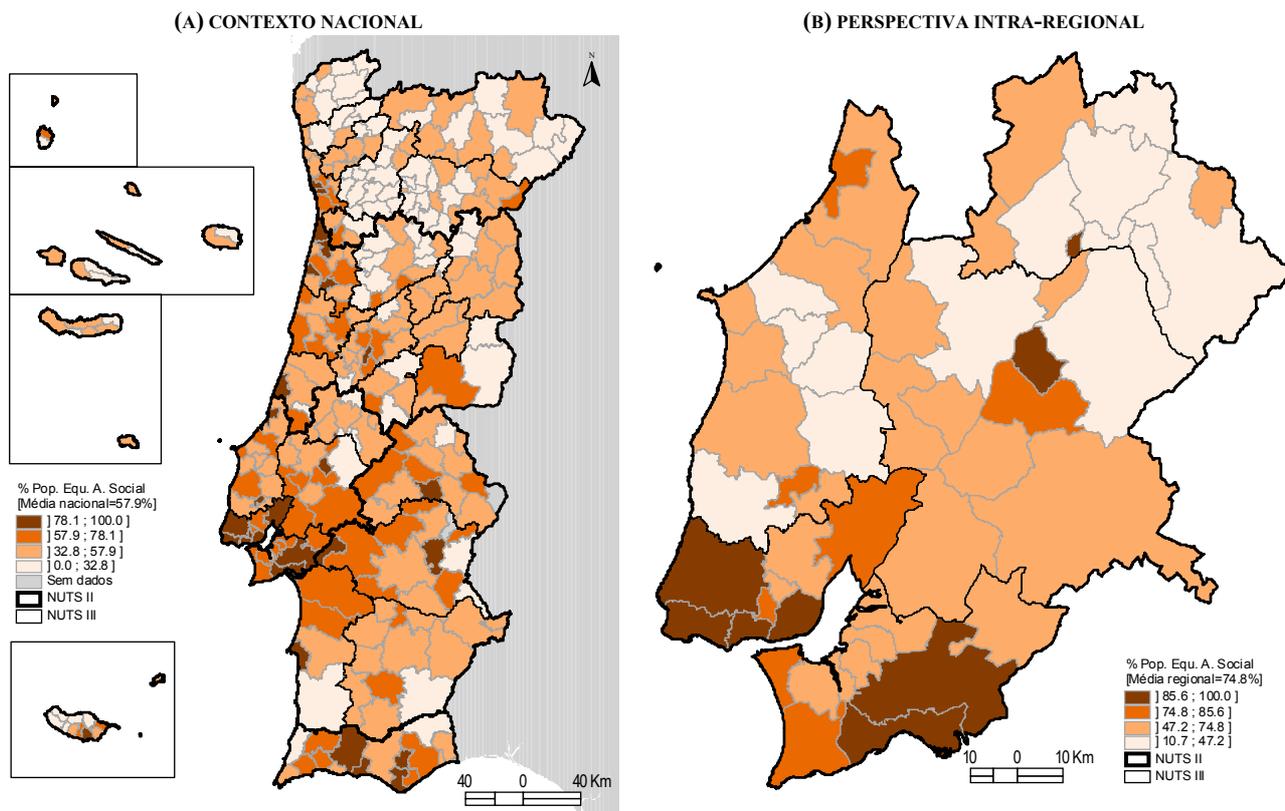
**FIGURA 3.3.8 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM EQUIPAMENTOS DE ACÇÃO SOCIAL, EM % DO TOTAL (1998)**



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto com base em dados do INE, Inventários Municipais

Numa perspectiva concelhia, relevo particular, no âmbito nacional e regional, para as posições destacadas de Lisboa, Oeiras, Cascais e Sintra, na Grande Lisboa, Setúbal e Palmela, na Península de Setúbal, Entroncamento, no Médio Tejo, e de Alpiarça, na Lezíria do Tejo - ver Figura 3.3.9.

**FIGURA 3.3.9 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM EQUIPAMENTOS DE ACÇÃO SOCIAL, EM % DO TOTAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (1998)**



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto com base em dados do INE, Inventários Municipais

### 3.3.2. Ambiente

*Relativamente à temática ambiental, a região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta, em face do seu elevado grau de urbanização - particularmente acentuado nas sub-regiões da Grande Lisboa e Península de Setúbal -, níveis de produção de resíduos sólidos per capita que superam a média nacional, ao mesmo tempo que tem exibido uma menor capacidade de recolha selectiva de materiais recicláveis e de matéria orgânica. A taxa de reciclagem de RSU tende, com efeito, a ser inferior à média do país, não obstante o esforço desenvolvido, a este nível, ao longo dos anos 90. Relativamente aos sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais, a cobertura das populações é, pelo contrário, mais favorável que a registada a nível nacional, com particular relevo para a posição, a nível intra-regional, da Grande Lisboa, situada, neste campo, claramente acima da média da RLVT.*

A região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta, no domínio ambiental, em primeiro lugar, níveis de produção de resíduos sólidos urbanos *per capita* que superam, no período 1998-2001, a média nacional, o que se enquadra com o elevado grau de urbanização da região: os espaços mais urbanos tendem, de facto, a gerar maior quantidade de resíduos sólidos urbanos *per capita*, por comparação com os espaços mais ruralizados.

Do ponto de vista intra-regional, as NUTS III Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo, sub-regiões pautadas por traços rurais mais vincados no seio da região de Lisboa e Vale do Tejo, comparativamente com as NUTS III Grande Lisboa e Península de Setúbal, são as que apresentam menores níveis de produção de resíduos sólidos urbanos (ver Figura 3.3.10, A e B).

No que concerne à recolha de resíduos sólidos urbanos de forma selectiva, é possível observar que a região de Lisboa e Vale do Tejo colocava-se, em 2001, abaixo da média nacional, indiciando uma menor capacidade de recolha selectiva de materiais recicláveis e de matéria orgânica. A região registou, contudo, um esforço de aumento do peso de recolha de resíduos sólidos urbanos de forma selectiva, acompanhando a tendência dominante à escala nacional, no período 1998-2001, o que pode ser explicado pelo esforço de sensibilização desenvolvido pela condução de campanhas de reciclagem.

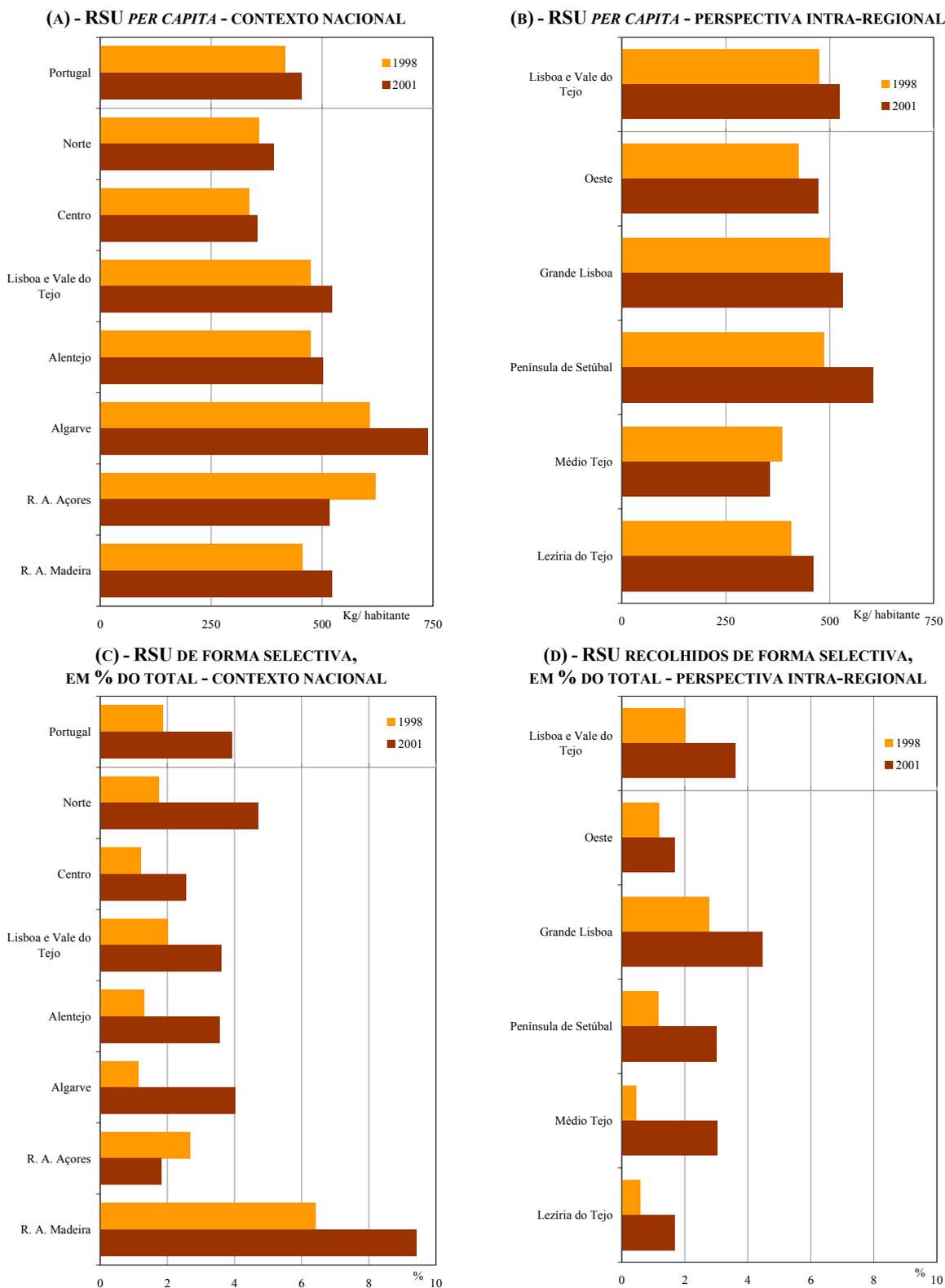
Numa perspectiva intra-regional, destaca-se a sub-região da Grande Lisboa pela capacidade de recolha selectiva de materiais recicláveis e de matéria orgânica, com um registo acima da média nacional e regional, sendo possível constatar que os valores desfavoráveis apresentados pela RLVT são, no essencial, fomentados pelas NUTS III Oeste e Lezíria do Tejo - ver Figura 3.3.10, C e D.

Relativamente aos posicionamentos concelhios referentes à recolha de resíduos sólidos urbanos *per capita* e ao peso de resíduos recolhidos de forma selectiva (ver Figura 3.3.11), assinalam-se expressivas disparidades no interior da região de Lisboa e Vale do Tejo, sendo possível identificar diferentes realidades.

Em primeiro lugar, os concelhos que pertencem à Área Metropolitana de Lisboa e alguns concelhos do litoral da sub-região Oeste tendem a apresentar maiores níveis de produção de resíduos sólidos urbanos que os restantes - veja-se o mapa B. Com efeito, os concelhos que se destacam pelos seus níveis mais elevados de produção de resíduos sólidos urbanos são Nazaré, Almada, Cascais e Sesimbra, enquanto que no pólo oposto se registam os posicionamentos de Ferreira do Zêzere, Vila Nova de Ourém, Gavião e Sardoal.

Em segundo lugar, detecta-se a inexistência de uma correspondência unívoca entre os concelhos que produzem maiores níveis de resíduos sólidos urbanos e os que colocam maior ênfase na recolha selectiva dos mesmos. No que concerne à importância concedida à recolha de resíduos sólidos de forma selectiva, tendem a destacar-se favoravelmente, de um modo geral, os concelhos das NUTS III Grande Lisboa, Península de Setúbal e Médio Tejo. Particularizando a análise, destacam-se favoravelmente os concelhos de Oeiras, Lisboa, Alcochete e Loures (concelhos da Área Metropolitana de Lisboa), enquanto que num extremo desfavorável se posicionam os concelhos de Alenquer, Rio Maior, Óbidos e Gavião.

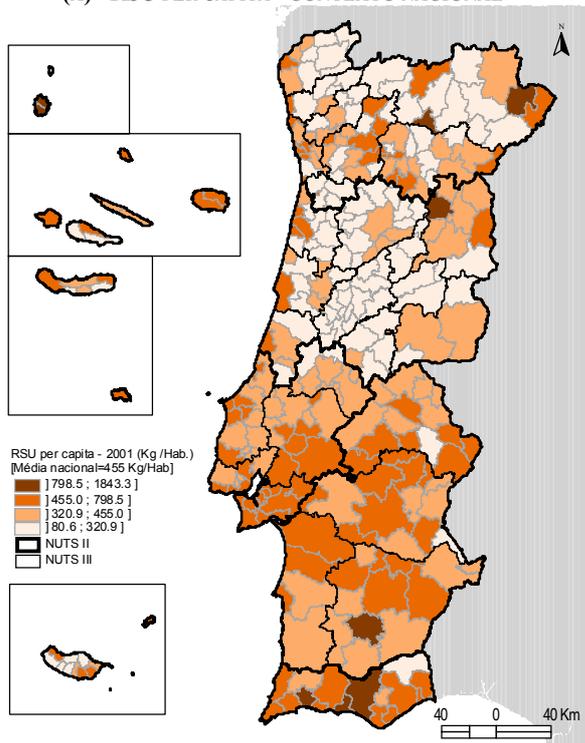
**FIGURA 3.3.10 – RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) RECOLHIDOS (1998 E 2001)**



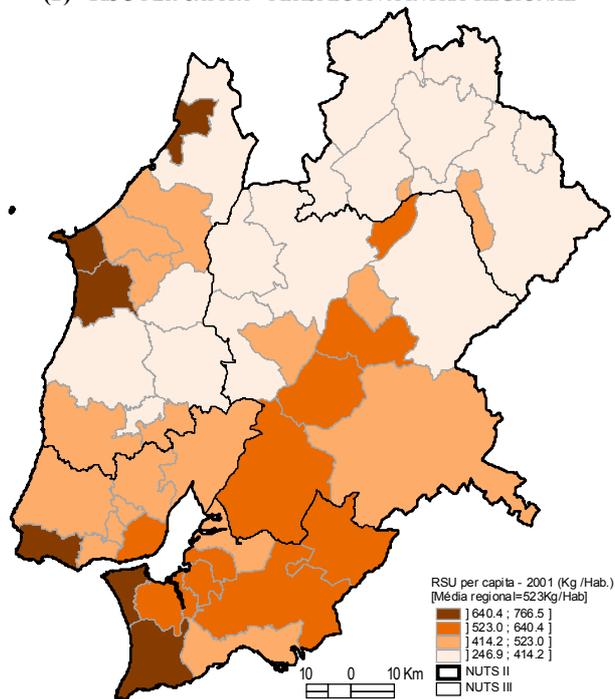
Fonte: INE, Estatísticas do Ambiente

**FIGURA 3.3.11 – RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) RECOLHIDOS: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)**

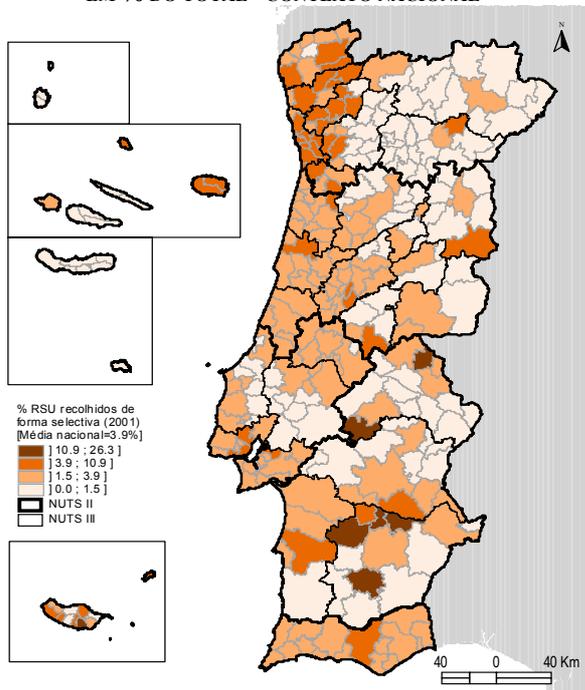
**(A) - RSU PER CAPITA - CONTEXTO NACIONAL**



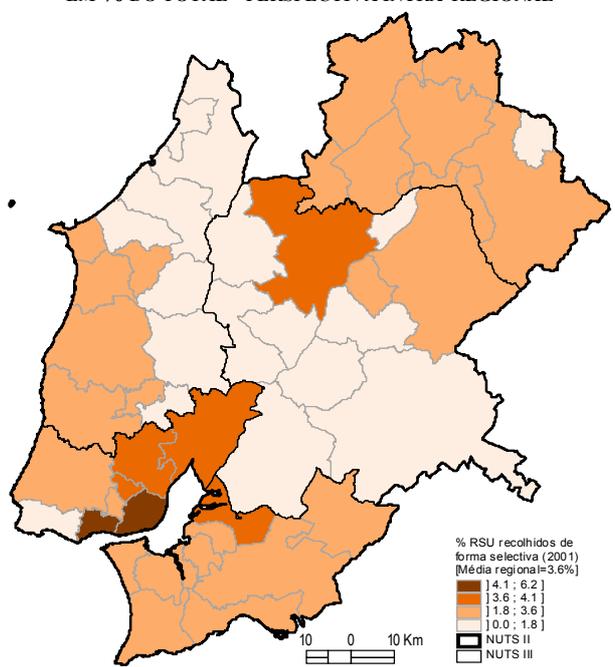
**(B) - RSU PER CAPITA - PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL**



**(C) - RSU DE FORMA SELECTIVA, EM % DO TOTAL - CONTEXTO NACIONAL**



**(D) - RSU RECOLHIDOS DE FORMA SELECTIVA, EM % DO TOTAL - PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL**



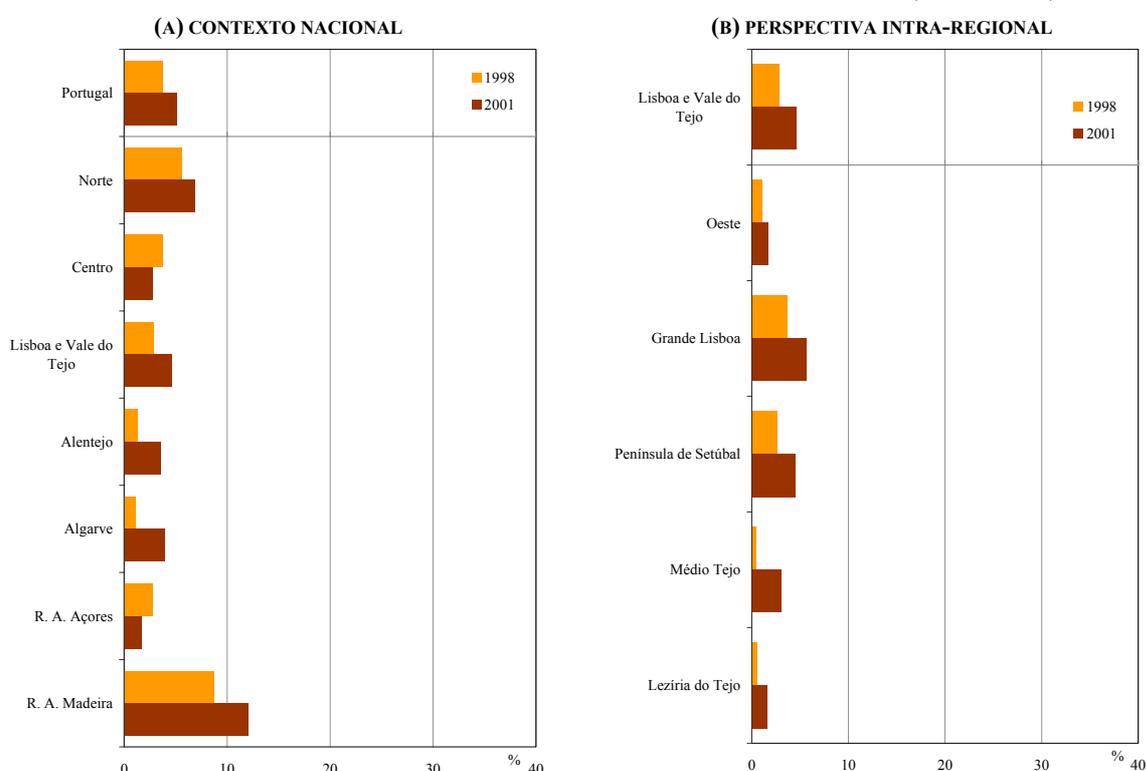
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Estatísticas do Ambiente

A capacidade da região de Lisboa e Vale do Tejo de proporcionar processos de qualificação ambiental pode ser complementada à luz da sua capacidade de desenvolver métodos de tratamento dos resíduos urbanos recolhidos, imbuídos da preocupação de sustentabilidade ambiental.

No espaço nacional, desenhou-se, ao longo do período 1998-2001, uma tendência de reforço da preocupação ambiental ao nível do recurso a processos de reciclagem para o tratamento de resíduos sólidos urbanos - ver figura seguinte. A região de Lisboa e Vale do Tejo acompanhou a tendência do país, evidenciando, contudo, em 2001, uma menor taxa de reciclagem dos resíduos sólidos urbanos (4,7% contra 5,1% da média nacional).

O posicionamento desfavorável da RLVT face ao espaço nacional, ao nível da preocupação ambiental manifestada no recurso a métodos de reciclagem para tratamento dos resíduos sólidos urbanos recolhidos, é, fundamentalmente, explicado pelo posicionamento mais deficitário nesta matéria das sub-regiões Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo.

**FIGURA 3.3.12 – TAXA DE RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (1998 E 2001)**



Nota: Taxa de reciclagem dos RSU = Resíduos reciclados em % dos RSU recolhidos.

Fonte: INE, Estatísticas do Ambiente

Em matéria de cobertura das populações por sistemas de drenagem de águas residuais, saliência para o posicionamento favorável da região de Lisboa e Vale do Tejo no seio das NUTS II do espaço nacional. Com efeito, em 2001, 91,4% da população residente na RLVT era servida por sistemas de drenagem de águas residuais, superando a correspondente média nacional de 71,1%.

Do ponto de vista intra-regional, destaque para a elevada cobertura populacional deste indicador na sub-região da Grande Lisboa (98,9%) e, no pólo oposto, o posicionamento mais deficitário da NUTS III

Médio Tejo, no seio da qual apenas 58,7% da população é servida por sistemas de drenagem de águas residuais - ver Figura 3.3.13, A e B.

No que concerne agora ao nível de cobertura populacional por sistemas de tratamento de águas residuais, verifica-se que a região de Lisboa e Vale do Tejo coloca-se, também, mais favoravelmente que a média nacional, com, respectivamente, 67,1% e 54,9% da população coberta por estes sistemas, em 2001 - ver Figura 3.3.13, C e D. Salienta-se, também, a tendência uniforme, no espaço nacional, de reforço do peso da população servida por sistemas de tratamento de águas residuais.

Ao nível intra-regional, destaca-se a elevada cobertura populacional dos sistemas de tratamento de águas residuais na sub-região da Grande Lisboa (88,4%) e, no pólo oposto, o posicionamento mais deficitário da NUTS III Península de Setúbal, com apenas 30% da população servida por estes sistemas.

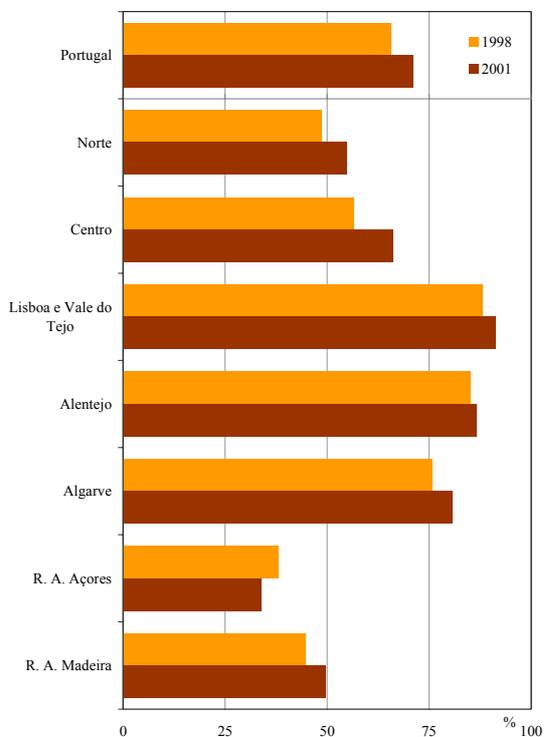
Focalizando a análise das taxas de cobertura populacional por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais do ponto de vista concelhio, na região de Lisboa e Vale do Tejo, assinala-se, de um modo geral, um comportamento bastante favorável dos concelhos da região no espaço nacional, apesar de permanecerem diversas disparidades intra-regionais, sobretudo em áreas de povoamento menos denso (ver Figura 3.3.14).

Os concelhos de Lisboa, Amadora e Golegã revelam, em termos relativos, uma taxa elevada de cobertura da população por sistemas de drenagem de águas residuais, enquanto que, no pólo oposto, aparecem os concelhos de Vila Nova de Ourém, Tomar e Rio Maior com as menores taxas de cobertura neste indicador (cobrem menos de 50% da população).

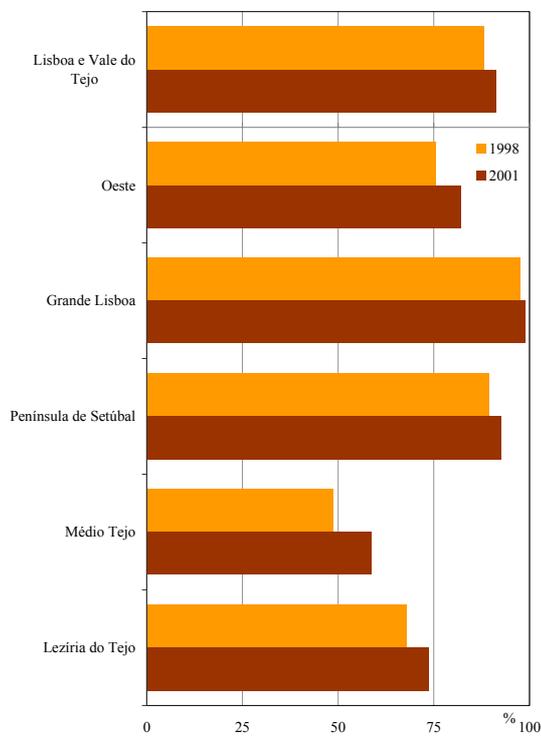
No eixo da cobertura populacional por sistemas de tratamento de águas residuais, destacam-se, novamente, os concelhos da Amadora e Golegã, pela taxa de cobertura da população neste indicador, e, por oposição, assinala-se um conjunto de concelhos que evidenciam reduzidas taxas de cobertura populacional por sistemas de tratamento de águas residuais, designadamente Alpiarça, Vila Nova de Ourém, Moita, Cartaxo, Salvaterra de Magos, Coruche e Vila Franca de Xira, com taxas inferiores a 8%.

**FIGURA 3.3.13 – POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE DRENAGEM E DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, EM % DO TOTAL (1998 E 2001)**

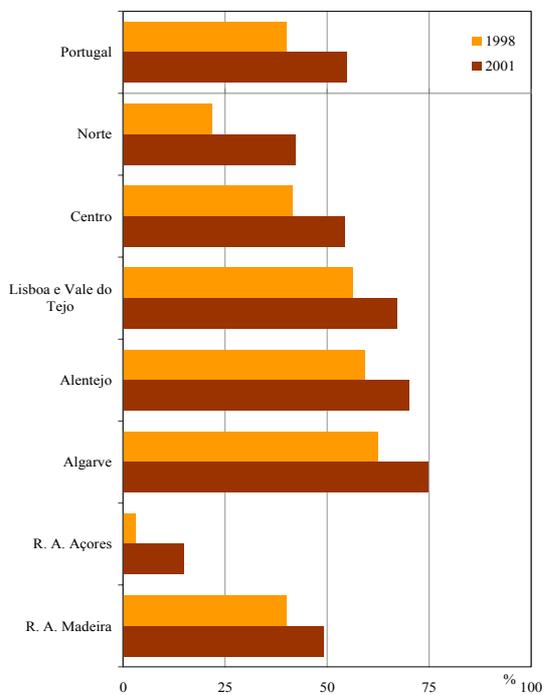
**(A) - POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS, EM % DO TOTAL - CONTEXTO NACIONAL**



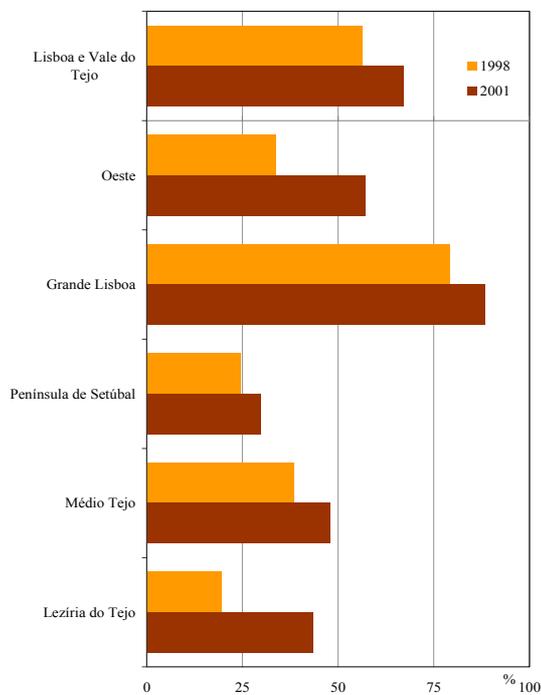
**(B) - POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS, EM % DO TOTAL - PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL**



**(C) - POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, EM % DO TOTAL - CONTEXTO NACIONAL**



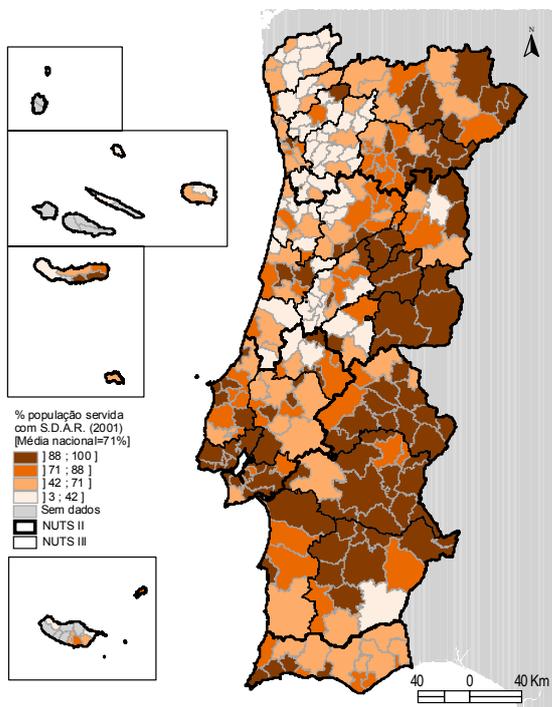
**(D) - POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, EM % DO TOTAL - PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL**



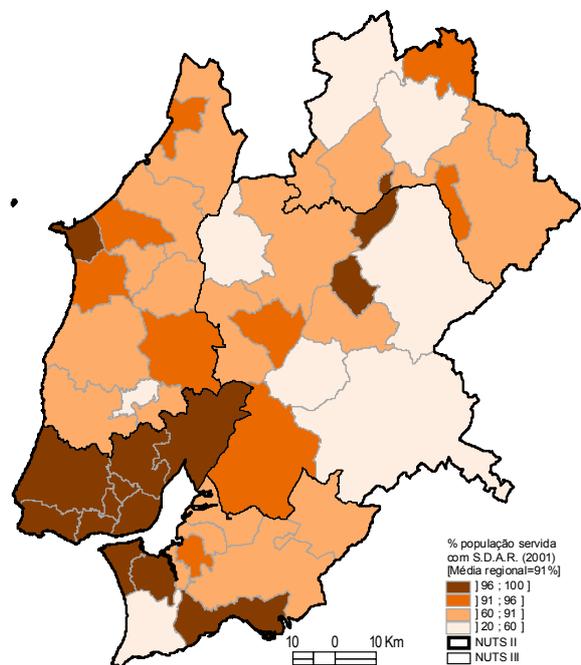
Fonte: INE, Estatísticas do Ambiente

**FIGURA 3.3.14 – POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE DRENAGEM E DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, EM % DO TOTAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)**

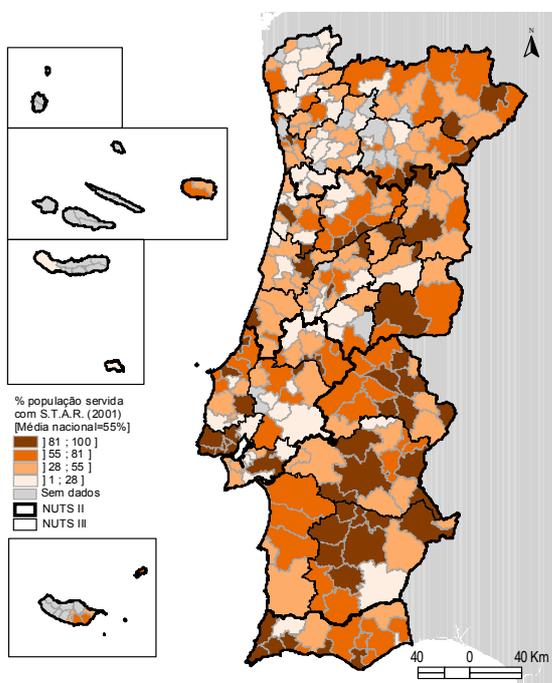
**(A) - POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS, EM % DO TOTAL - CONTEXTO NACIONAL**



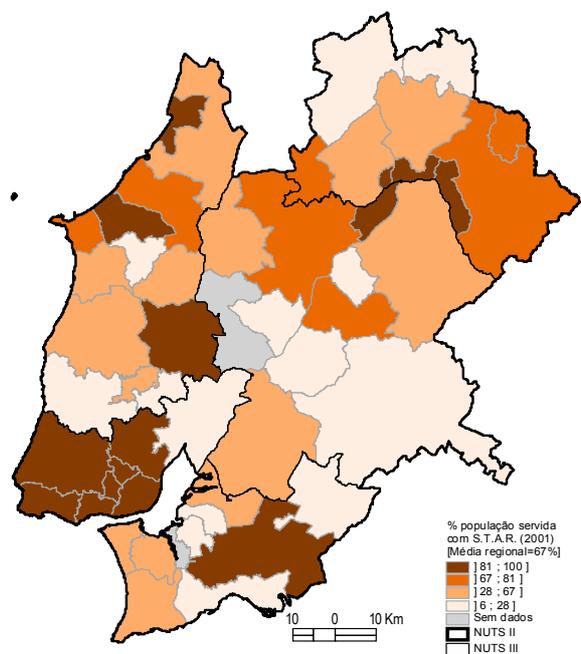
**(B) - POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS, EM % DO TOTAL - PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL**



**(C) - POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, EM % DO TOTAL - CONTEXTO NACIONAL**



**(D) - POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, EM % DO TOTAL - PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL**



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Estatísticas do Ambiente

